



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS

CORTES E RECORTES DO TURISMO NO MACIÇO DE BATURITÉ – CE: REFLEXÕES  
A PARTIR DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO REGIONAL  
(PROATUR)

LUANA CAVALCANTI PORTO

FORTALEZA - CE, DEZEMBRO, 2008

LUANA CAVALCANTI PORTO

CORTES E RECORTES DO TURISMO NO MACIÇO DE BATURITÉ – CE: REFLEXÕES  
A PARTIR DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO REGIONAL  
(PROATUR)

Orientador(a): PROF. DR. CHRISTIAN DENNYS MONTEIRO DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada à banca examinadora do Curso  
de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas  
Públicas da Universidade Federal do Ceará, como  
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em  
Avaliação de Políticas Públicas, com área de  
concentração em Avaliação de Políticas Públicas

FORTALEZA – CE, 2008

CORTES E RECORTES DO TURISMO NO MACIÇO DE BATURITÉ – CE: REFLEXÕES  
A PARTIR DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO REGIONAL  
(PROATUR)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação do Curso de Mestrado Profissional em  
Avaliação de Políticas Públicas, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em  
Avaliação de Políticas Públicas

Data da Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira**

Orientador

Universidade Federal do Ceará – UFC

---

**Prof. Dr. Edson Vicente da Silva**

Membro efetivo

Universidade Federal do Ceará - UFC

---

**Prof. Dr. Giovanni Farias Seabra**

Membro efetivo

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

---

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, que sempre guia meus passos em cada fase da minha vida e que me dá forças para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

Ao Professor Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria sido concretizado.

Ao Banco do Nordeste, por ter apoiado e possibilitado a realização do presente trabalho.

Aos meus pais, Walmar Freitas Porto e Rita de Cássia Cavalcanti Porto, pelo constante carinho, apoio e o contínuo investimento em minha formação.

À população do Maciço de Baturité pela hospitalidade e receptividade na realização do presente trabalho.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta dissertação.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. UMA VIAGEM ATRAVÉS DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
2. CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA: MONTES E DESMONTES DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	23
1.1. Separando as Peças para a Configuração Regional Brasileira.....	23
1.2. Montando a Questão Regional Nordestina.....	26
1.3. O Desmonte das Políticas de Desenvolvimento Regional.....	33
1.4. A Questão Regional na Atualidade: Remontando as Políticas de Desenvolvimento Regional.....	38
1.5. A Continuidade do Banco do Nordeste do Brasil como Instrumento de Desenvolvimento Regional.....	46
3. PARADOXOS E INTER-RELACIONAMENTOS DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NORDESTINO.....	51
3.1 A evolução das Políticas Públicas para o Turismo.....	51
3.2 O Nordeste no Foco das Políticas de Turismo.....	57
3.3 Políticas de Crédito: O Caso do PROATUR.....	64
3.4 Cortes e Recortes Iniciais: Paradoxos entre o Programa de Regionalização do Turismo e as Políticas de Desenvolvimento Turístico no Nordeste.....	72
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO ESTADO DO CEARÁ: O RECORTE DO MACIÇO DE BATURITÉ-CE.....	81
4.1. Caracterização do Turismo no Ceará.....	81
4.2. As Políticas para o Desenvolvimento Turístico no Ceará.....	84
5. CONHECENDO O RECORTE: DELIMITAÇÕES DO MACIÇO DE BATURITÉ-CE..	92
5.1. Caracterização físico-ambiental do Maciço de Baturité.....	93
5.2. O Maciço De Baturité-CE no enfoque das Políticas Públicas.....	101
5.3. Formação histórica e atualidades no Maciço de Baturité – CE.....	108
6. RECORTES DO MACIÇO DE BATURITÉ-CE: BATURITÉ, GUARAMIRANGA, MULUNGÚ E PACOTI.....	123
6.1. Baturité: A Serra Verdadeira.....	123
6.2. Guaramiranga: O Pássaro Vermelho.....	139
6.3. Mulungu: A Árvore Murungú.....	152
6.4. Pacoti: O Rio das Bananas.....	161
7. CORTES E RECORTES DO TURISMO NO MACIÇO DE BATURITÉ – CE.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UM NOVO INÍCIO.....	195
APÊNDICE.....	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215

**LISTA DE SIGLAS**

ADR – Agência de Desenvolvimento Regional  
AMAB - Associação dos Municípios do Maciço de Baturité  
APA – Área de Proteção Ambiental  
ATSB – Associação de Turismo da Serra de Baturité  
BACEN – Banco Central  
BASA – Banco da Amazônia  
BB – Banco do Brasil  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.  
BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CNTUR – Conselho Nacional de Turismo  
CODECE – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará  
CODITUR - Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará  
COFIEIX – Comissão de Financiamentos Externos  
COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo  
CREDIAMIGO - Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste  
CTI/NE - Comissão de Turismo Integrado do Nordeste  
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
FUNDURBANO - Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste  
EMCETUR - Empresa Cearense de Turismo S.A  
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo  
ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste  
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia  
FGU – Fundo Geral Urbano  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste  
FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia  
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste  
FISSET - Fundo de Investimentos Setoriais  
FNDR - Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional  
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste  
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte  
FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo  
GT – Grupo de Trabalho  
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste  
IBC - Instituto Brasileiro de Café  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Indicador de Desenvolvimento Humano  
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
IOCS – Inspetoria das Obras Contra as Secas  
IPEA - Fundação Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
ONG - Organização não governamental  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MI – Ministério da Integração  
MPE – Ministério Público Estadual  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
MRT - Macroprograma de Regionalização do Turismo  
MTUR – Ministério do Turismo  
PAT – Plano de Ação para o Turismo  
PBF – Programa Bolsa Família  
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano  
PEM - Perfil Econômico Municipal  
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável  
PDNE – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
PDR – Programa de Desenvolvimento Regional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIDT/CE - Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará  
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do turismo  
PNT – Plano Nacional de Turismo  
PPA – Plano Plurianual  
PPP - Parceria Público-privada  
PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional  
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento Turístico;  
PRODETUR/JK - Programa de Desenvolvimento do Turismo nos Estados da Região Sudeste, Goiás e Distrito Federal  
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia  
PRODETUR/SUL - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PROURB – Projeto de Desenvolvimento Urbano e gestão de Recursos Hídricos  
PRRC - Programa de Renovação e Revigoramento de Cafezais  
PRT - Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil  
REN – Revista Econômica do Nordeste  
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente – CEARÁ  
SECTUR – Secretaria de Cultura e Turismo  
SETUR – Secretaria de Turismo  
SETUR/CE – Secretaria de Turismo do Estado do Ceará  
STDS/CE - Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Estado do Ceará  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste  
SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
UEE- Unidade Executora Estadual  
UF – Unidade Federativa  
UFC – Universidade Federal do Ceará

## **LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS**

### **TABELAS:**

- TABELA 1: Entrevistas realizadas no Maciço De Baturité – Ce  
TABELA 2: Condições de Financiamento do Proatur  
TABELA 3: Investimentos Previstos para o turismo  
TABELA 4: Dimensão Econômica e Demográfica do Ceará (2004)  
TABELA 5: Receita Turística e Impacto Sobre o PIB (1995-2006)  
TABELA 6: Principais Mercados Emissores para o Ceará Via Fortaleza: Resultados (2002-2006)  
TABELA 7: Fluxo turístico nas capitais e estados nordestinos: Resultados (1996-2004)  
TABELA 8: Principais Municípios Visitados pelos Turistas que Ingressaram ao Ceará Via Fortaleza (2002-2005)  
TABELA 9: Espécies existentes, em extinção e extintas no Maciço de Baturité - CE  
TABELA 10: Dados Gerais sobre a Região do Maciço de Baturité-CE  
TABELA 11: Índice de Desenvolvimento Social de Resultados do Maciço de Baturité –CE (2003)  
TABELA 12: Principais atrativos do Maciço de Baturité-CE  
TABELA 13: Indicadores da Hotelaria no Maciço de Baturité-CE  
TABELA 14: Evolução de Indicadores Socioeconômicos dos Funcionários Entrevistados  
TABELA 15: Evolução de Indicadores Socioeconômicos para os funcionários dos empreendimentos financiados pelo BNB

### **GRÁFICOS:**

- GRÁFICO 1 – Valores Contratados PROATUR – (1998-2005)  
GRÁFICO 2 – Valores Contratados por UF - PROATUR (1998-2005)  
GRÁFICO 3 – Valores Contratados por Porte – PROATUR (1998-2005)  
GRÁFICO 4 – Quantidade Contratada por Porte – PROATUR (1998-2005)  
GRÁFICO 5 – Valores Contratados por Atividade – PROATUR (1998-2005)  
GRÁFICO 6 – Quantidade Contratada Por Atividade – PROATUR (1998-2005)  
GRÁFICO 7: Evolução dos financiamentos ao turismo no Brasil nos Bancos oficiais  
GRÁFICO 8: Teia de Indicadores Socioeconômicos do Maciço de Baturité-CE  
GRÁFICO 9: Distribuição do PIB No Maciço de Baturité-CE (2004)  
GRÁFICO 10: Distribuição do PIB no Ceará (2004)  
GRÁFICO 11: N° de Vínculos Empregatícios no Maciço de Baturité-CE (2006)  
GRÁFICO 12: N° de Estabelecimentos no Maciço de Baturité-CE (2006)  
GRÁFICO 13: PIB de Baturité-CE (2004)  
GRÁFICO 14: PIB de Baturité-CE (2005)  
GRÁFICO 15: PIB de Guaramiranga-CE (2004)  
GRÁFICO 16: PIB de Guaramiranga-CE (2005)  
GRÁFICO 17: PIB de Mulungu-CE (2004)  
GRÁFICO 18: PIB de Mulungu-CE (2005)  
GRÁFICO 19: PIB de Pacoti-CE (2004)  
GRÁFICO 20: PIB de Pacoti-CE (2005)  
GRÁFICO 21: Origem dos Meios de Hospedagem  
GRÁFICO 22: Origem do Proprietário  
GRÁFICO 23: Tempo de Trabalho dos Funcionários  
GRÁFICO 24: Capacitadores do *trade* turístico  
GRÁFICO 25: Funcionários Permanentes



GRÁFICO 26: Funcionários com Carteira Assinada  
GRÁFICO 27: Taxa de Ocupação  
GRÁFICO 28: Usuários dos Empreendimentos  
GRÁFICO 29: Divulgação dos Empreendimentos  
GRÁFICO 30: Fornecedores dos Empreendimentos  
GRÁFICO 31: Empreendimentos Financiados  
GRÁFICO 32: Satisfação com os Financiamentos  
GRÁFICO 33: Políticas de Turismo Utilizadas  
GRÁFICO 34: Estudos Turísticos Realizados  
GRÁFICO 35: Formas de Capacitação  
GRÁFICO 36: Divulgação das Ações  
GRÁFICO 37: Periodicidade de Reuniões  
GRÁFICO 38: Capacitação das Associações/ONGs  
GRÁFICO 39: Ações para o Turismo  
GRÁFICO 40: Motivos do não-financiamento  
GRÁFICO 41: Necessidade de Melhorias no Crédito  
GRÁFICO 42: Finalidade do Crédito  
GRÁFICO 43: Motivação para o Turismo  
GRÁFICO 44: Atrativos do Maciço de Baturité-CE  
GRÁFICO 45: Benefícios das Políticas para o Local  
GRÁFICO 46: Pontos Negativos das Políticas Públicas para o Local  
GRÁFICO 47: Apoio Local ao Turismo  
GRÁFICO 48: Negligências do Apoio Local  
GRÁFICO 49: Associações de Apoio ao Turismo  
GRÁFICO 50: Participação Geral em Associações  
GRÁFICO 51: Adequação do Crédito  
GRÁFICO 52: Pontos Negativos das Linhas de Crédito  
GRÁFICO 53: Importância do Turismo para o Local  
GRÁFICO 54: Problemas Inerentes ao Turismo no Maciço de Baturité-CE  
GRÁFICO 55: Propostas de Melhorias para o Turismo

#### FIGURAS:

FIGURA 1: Pólos de Turismo do PRODETUR/NE II  
FIGURA 2: Distribuição dos Saldos de Financiamento do Proatur  
FIGURA 3: Programa de Regionalização do Turismo  
FIGURA 4: 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional  
FIGURA 5: Área de Abrangência: PRT X PROATUR  
FIGURA 6: Macrorregiões Turísticas do Ceará  
FIGURA 7: Mapa da Macrorregião do Maciço de Baturité-CE  
FIGURA 8: Formas de relevos derivados de regiões secas  
FIGURA 9: Dissecamento do Relevo da Vertente Oriental Úmida  
FIGURA 10: Rotas Turísticas Temáticas do PDR do Maciço de Baturité-CE  
FIGURA 11: Localização da APA da Serra de Baturité-CE  
FIGURA 12: Construção da Ferrovia de Baturité  
FIGURA 13: Antiga moeda “boró” que circulava no Maciço de Baturité-CE  
FIGURA 14: Maria Fumaça  
FIGURA 15: Mosteiro dos Jesuítas  
FIGURA 16: Trilha Ecológica em Baturité  
FIGURA 17: Festival Junino 2008

- FIGURA 18: Teatro Municipal Rachel de Queiroz
- FIGURA 19: Praça de Alimentação
- FIGURA 20: Festival Nordestino de Teatro
- FIGURA 21: Monumento de São Sebastião
- FIGURA 22: Vista no primeiro degrau da Igreja Matriz de São Sebastião em Mulungu-CE
- FIGURA 23: Sítio São Luís
- FIGURA 24: Cachoeira Furada
- FIGURA 25: Atividades agrícolas em vertentes íngremes de Mulungu-CE
- FIGURA 26: Festival de jazz e blues em Guaramiranga-CE
- FIGURA 27: Presença de lixo em Guaramiranga-CE
- FIGURA 28: Construção de Condomínios em Guaramiranga-CE
- FIGURA 29: Construção de Condomínios em Guaramiranga-CE
- FIGURA 30: Opção de lazer para habitantes de Guaramiranga-CE
- FIGURA 31: Hotel Fechado em Guaramiranga-CE
- FIGURA 32: Restaurante Fechado em Guaramiranga-CE
- FIGURA 33: Hotel Escola Senac
- FIGURA 34: Acesso Atual à Serra de Baturité-CE

## **RESUMO**

Considerando o papel do financiamento ao turismo como instrumento de política pública, o presente estudo consiste na avaliação do Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR) – linha de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) -como uma política de interiorização da atividade turística para a Região do Maciço de Baturité – CE. Para subsidiar tal proposta, são abordados temas relacionados à importância da atividade turística como instrumento de desenvolvimento regional, ao papel do financiamento como uma política pública indutora de apoio ao turismo e ao perfil dos municípios integrantes da amostra – Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti - onde foi realizada uma pesquisa de campo para aproximar o tema do trabalho à realidade investigada, através de pesquisa qualitativa. Neste sentido, verificou-se que, o fator de desenvolvimento turístico de uma localidade vai muito além da disponibilidade de crédito, devendo envolver a integração dos municípios da Região, a concertação das diversas instâncias governamentais e a participação da comunidade local no planejamento turístico, perpassando pelas discussões conjuntas das políticas estaduais e locais para o desenvolvimento sustentável da atividade.

Palavras-chaves: políticas públicas, políticas de financiamento; PROATUR, turismo; políticas de turismo, Maciço de Baturité-CE.

## **ABSTRACT**

Considering the role of tourism financing as an instrument of public policy, the present study consists on the evaluation of the Regional Tourism Support Program (PROATUR) – Brazil's Northeast Bank (BNB) financing program with resources from Northeast's Constitutional Fund (FNE) – as a policy of tourism interiorization to Baturité's Ridge region. To subsidize this proposal, there have been approached themes related to the importance of tourism as an instrument of regional development, the role of financing as a public policy for tourism support and the profile of the sample cities – Baturité, Guaramiranga, Mulungu and Pacoti – where there has been developed a field research to approach the work theme to the reality investigated, through a qualitative research. Under this scope, it has been learnt that the tourism development factor of a locality goes much beyond the credit availability, and must involve the integration of the Region's municipalities, the orchestration of the federal players and the participation of the local community during tourism planning through a common discussion of the local and state policies to the sustainable development of the activity.

Key-words: Public Policies, financing policies, PROATUR, tourism, tourism policies, Baturité's (CE) Ridge.

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas essencialmente existem como forma de materializar as ações planejadas pelo Estado, no sentido de assegurar à coletividade residente em um determinado território o atendimento de suas necessidades básicas, dando-lhe condições dignas de sobrevivência e proporcionando-lhe, cada vez mais, melhoria da qualidade de vida e um desenvolvimento sustentável nas localidades. Caso a política pública consiga atingir esse fim, poder-se-á afirmar que ela cumpriu com o papel para o qual foi criada.

A partir da chamada “questão regional”, o Estado passou a empreender ações na elaboração de planos de desenvolvimento; na institucionalização de organismos regionais – tal como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e na criação de incentivos fiscais e Fundos Constitucionais - a exemplo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) - que atuam como instrumentos de políticas públicas, na tentativa de desenvolver a Região Nordeste através da estruturação de atividades produtivas vocacionais e na minimização das disparidades intra e inter-regionais.

Nos últimos anos, o turismo - considerado como um dos instrumentos capaz de contribuir para o desenvolvimento regional, dada as transformações percebidas em outros países e regiões que revelam seu potencial em contribuir para a geração de emprego e renda – transforma-se em um dos segmentos prioritários da política do Governo Federal para o desenvolvimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais, sobretudo na Região Nordeste.

Ressalte-se que não são apenas os programas infra-estruturais que têm contribuído para o desenvolvimento turístico regional, trata-se de um conjunto de iniciativas combinadas em função da melhoria da atividade turística, a exemplo da disponibilização de linhas de crédito destinadas ao fomento do turismo.

Neste sentido, foram criados instrumentos específicos de financiamento ao turismo regional, tal qual o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que financia o setor público, e o Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR) que, embora financie o setor privado, também se trata de uma política pública, uma vez que conta com recursos públicos do FNE, sendo operacionalizado pelo BNB.

Considerando o PROATUR como um instrumento de política pública, é salutar e necessário que existam estudos de avaliação deste Programa que analisem os seus impactos – positivos e/ou negativos - assim como também, prestem conta dos recursos públicos despendidos à sociedade.

No âmbito de um Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas e sendo a autora do presente estudo uma turismóloga e funcionária do BNB em Fortaleza-CE, propôs-se a avaliar até que ponto o PROATUR estaria atuando como uma política de interiorização da atividade turística para a Região do Maciço de Baturité – CE, uma vez que a interiorização da atividade no Ceará vem buscando espaço no planejamento e na captação de visitantes para além das áreas litorâneas.

Mais especificamente, como objetivos, a pesquisa pretendeu reunir informações, através de diferentes perspectivas, não apenas acerca da problemática do crédito na Região, mas, traçando um perfil dos equipamentos turísticos e das diferentes instâncias relacionadas à atividade turística, analisando as políticas de turismo para o local e avaliando a atividade turística como um todo, de forma a identificar suas potencialidades e limitações para o desenvolvimento sustentável da Região.

De forma a melhor estruturar as idéias e discussões dentro da lógica da pesquisa realizada e possibilitar uma maior fluidez em sua leitura, o presente estudo foi dividido em seis capítulos, onde, no primeiro capítulo, é enfatizada a importância da avaliação de Programas que envolvem recursos públicos e são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização tanto da pesquisa bibliográfica quanto para a pesquisa de campo.

No segundo capítulo, é discutida a configuração econômica brasileira, com ênfase na questão regional e seus instrumentos para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas econômica e socialmente, no exemplo do Nordeste.

No terceiro capítulo, buscou-se levantar algumas reflexões sobre o histórico das políticas públicas de turismo no Brasil e as diferentes políticas para a atividade turística no

Nordeste, de forma a compreender os paradoxos em suas diretrizes políticas e inter-relacionamentos como instrumentos de desenvolvimento turístico regional.

No quarto capítulo, se realizou, além de um levantamento das políticas que contemplam a região, uma compreensão de seus aspectos naturais, históricos, sociais e econômicos, que permitam verificar como a atividade turística se insere na dinâmica do Maciço de Baturité-CE.

No quinto capítulo, foram apresentados os recortes da presente pesquisa, detalhando informações geográficas, históricas e sócio-econômicas, onde o turismo aparece em todos os municípios – embora em intensidade distintas - como uma possibilidade de desenvolvimento econômico da localidade.

No sexto e último capítulo, foi apresentada uma análise consolidada dos resultados obtidos nas diversas instâncias entrevistadas, assim como também das informações coletadas durante a pesquisa bibliográfica, na pretensão de obter-se, então, uma análise da atividade turística na Região como um todo.

O presente estudo, certamente, trará benefícios para a academia em geral, na medida em que investiga a efetividade das políticas públicas - tal como o financiamento ao turismo - para a interiorização da atividade, dentro da perspectiva de geração de cadeias produtivas, emprego e renda para a Região. No entanto, entende-se que sua importância primordial pode ser ressaltada pelo fato de ser um trabalho acadêmico pioneiro acerca do Proatur, no âmbito de um Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas (apoiado e incentivado pelo próprio Banco do Nordeste em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC), como forma de enriquecer ainda mais as pesquisas realizadas por estas instituições, possibilitando avaliar ações já empreendidas e aperfeiçoar os instrumentos utilizados, contribuindo, conseqüentemente, com o desenvolvimento da atividade turística na Região.

## 1. UMA VIAGEM ATRAVÉS DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Bento (2003), enquanto a burocracia opera seus instrumentos de correção através da auditoria – que é utilizado para assegurar a regularidade financeira e a lisura dos procedimentos administrativos – a avaliação visa diretamente à eficiência do aparelho do Estado em produzir resultados com economia de recursos. O autor define avaliação como uma pesquisa empírica sobre o impacto efetivo de um determinado programa e suas variáveis causais, onde o avaliador cria metodologias para mensuração dos resultados, comparando-os com os insumos iniciais.

Os defensores da avaliação argumentam que ela proporciona conhecimentos bastante elaborados que permitem melhorar o planejamento estratégico e a tomada de decisão, alocar recursos com mais eficiência e aumentar a responsabilidade dos agentes públicos. (BENTO, 2003, p. 138)

Diante dessa perspectiva, a pesquisadora do presente trabalho - uma vez consultora para a atividade turística da Área de Políticas de uma instituição financeira governamental – decidiu por avaliar um dos programas da instituição - o PROATUR - por se tratar de uma política pública de financiamento ao setor privado do turismo<sup>1</sup>. Por outro lado, escolheu-se a região do Maciço de Baturité em detrimento de ser uma das regiões turísticas do Estado e por sua proximidade com a cidade de Fortaleza-CE.

O PROATUR tem como objetivo geral: Integrar e fortalecer, de forma competitiva, a cadeia produtiva do turismo regionalmente e localmente, a partir do reconhecimento das especificidades locais, ensejando o aumento da oferta de empregos, a melhoria do perfil de distribuição de renda e a indução ao uso racional e sustentável das potencialidades turísticas da Região.

---

<sup>1</sup> Um maior aprofundamento da discussão acerca do financiamento como política pública será realizada no Capítulo 3 do presente trabalho.



Na perspectiva de avaliação de programas de Holanda (2006)<sup>2</sup>, a avaliação do PROATUR trata-se da avaliação de um programa/política de crédito, cujo objetivo geral inicial era investigar até que ponto o PROATUR estaria atuando como uma política de interiorização da atividade turística para a Região do Maciço de Baturité – CE. A hipótese era de que os financiamentos concedidos estariam cumprindo com o objetivo geral do Programa, ou seja, viabilizando empreendimentos lucrativos, gerando cadeias produtivas locais, além de emprego e renda para a população local de forma sustentável.

Por outro lado, conforme Oliveira (2002, p. 351), “a sistematização da escolha do município, o levantamento preliminar dos dados, a seleção de informações que permitirão traçar uma perspectiva de investigação são os primeiros passos de uma tradução local de fenômenos nacionais”. Nesta perspectiva, durante as pesquisas bibliográficas iniciais, quando da análise das planilhas dos empreendimentos financiados pelo PROATUR (BNB, 2006), verificou-se que, dos R\$ 52 MI aplicados para 45 operações no estado do Ceará, entre 1998-2005, apenas 1,4% do montante foi destinado para 3 operações nos municípios do Maciço de Baturité (leiam-se os municípios de Guaramiranga e Baturité), ou seja, dos 53 meios de hospedagem existentes na região apenas 5,7% receberam investimentos através do PROATUR.

Considerando o exposto, verificou-se existir um impasse quanto ao potencial da localidade e o esforço em consolidar o turismo no Maciço de Baturité através de políticas públicas – tais como o crédito - e a alegada baixa representatividade do segmento turístico na economia. Neste sentido, de forma a desvendar a referida problemática, propôs-se uma reformulação nos procedimentos metodológicos, de forma não apenas a realizar uma avaliação dos empreendimentos contemplados pelo Programa de Crédito, mas em compreender a problemática do baixo financiamento do turismo na região.

---

<sup>2</sup> Dentro da perspectiva de abordagens de análise de Holanda (2006), verifica-se que a avaliação proposta foi: 1) quanto ao objetivo: agregativa ou aditiva, uma vez que foi realizada após a implantação do Programa; 2) quanto ao horizonte de tempo: “*ad hoc*”, já que foi realizada em um determinado ponto no tempo; 3) quanto à abrangência: interna, uma vez que foi realizada por membro da própria instituição, mas que não estava diretamente envolvidos na gerência do projeto; 4) quanto à extensão dos efeitos e impactos: do ponto de vista da melhoria de vida dos beneficiários (efetividade), assim como recolher subsídios que permitam a melhoria do programa; 5) quanto às relações entre avaliador e avaliado: houve sempre um distanciamento entre o avaliador e o avaliado, onde – mesmo durante entrevistas a empreendimentos financiados pelo Banco do Nordeste - em momento algum, a pesquisadora se apresentou como funcionária da instituição.

Neste sentido, a nova reformulação na metodologia do presente projeto de pesquisa previu um estudo dividido em duas fases: a primeira caracterizada pela pesquisa exploratória em profundidade - bibliográfica e documental - onde foram realizadas dezenas de leituras inerentes ao tema em questão; e a segunda caracterizada por uma pesquisa de campo, de forma a se testar a hipótese do presente trabalho e aproximar a temática à realidade da amostra.

No âmbito da pesquisa exploratória, inicialmente, foi realizada uma pesquisa mais abrangente de dados secundários, de forma a se obter um embasamento acadêmico acerca da avaliação de políticas públicas, o que exigiu um aprofundamento sobre a configuração regional do Brasil e das políticas de desenvolvimento regional, sobretudo para o Nordeste.

Posteriormente, aprofundou-se a questão das políticas de turismo, em especial as políticas de turismo regional e as políticas de turismo específicas para o estado do Ceará. Por fim, adentrou-se no reconhecimento histórico e atual do Maciço de Baturité, com ênfase nas políticas públicas para o desenvolvimento turístico da Região e dos municípios da amostra.

Ademais, foram realizadas outras leituras, julgadas como complementares e necessárias à compreensão do fenômeno estudado, através de publicações relacionadas às áreas de: Políticas de crédito, Interiorização do Turismo, Turismo Sustentável, Turismo Ecológico, Turismo Rural e Sertanejo, dentre outros.

Dentro do levantamento de dados bibliográficos, realizou-se também uma pesquisa documental junto ao Banco do Nordeste, acerca dos projetos de turismo financiados nos municípios do Maciço e publicações acerca do PROATUR. Igualmente, foram realizadas pesquisas documentais nos órgãos governamentais – Secretaria de Turismo, Secretaria das Cidades, Superintendência Estadual do Meio Ambiente - CEARÁ (SEMACE), Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS/CE)- e as Secretarias de Turismo, Cultura e Ação Social dos municípios da amostragem.

Após fundamentar o objeto de estudo, com base nas concepções teóricas pesquisadas, foi realizada, em uma segunda fase, uma pesquisa de campo para aproximar o tema do trabalho à realidade investigada, que permitiu conhecer e estudar aspectos específicos ao campo de observação.

Considerando que o PROATUR já estava implementado e em andamento no momento da presente pesquisa, e que não existiu uma avaliação *ex ante* do Programa, foi utilizada uma proposta de avaliação *ex-post* de resultados. Posteriormente, sugere-se que sejam realizadas avaliações de processos de forma a identificar, sistematicamente, os efeitos do Programa.

Embora a pesquisa apresente alguns aspectos quantitativos, de forma a enriquecer o presente trabalho acerca da problemática encontrada, optou-se por uma avaliação qualitativa, onde foram utilizadas observações e entrevistas, sendo realizadas pesquisas indutivas e exploratórias que se prestaram ao exame da situação não apenas do Programa de crédito, mas da visão holística do conjunto avaliado.

Escolheu-se uma avaliação mais qualitativa - ao contrário da abordagem quantitativa que é muito limitada em seus procedimentos - uma vez que era maior o número de procedimentos alternativos, com instrumentos de investigação menos estruturados ou padronizados e os relatórios sob a forma de narrativas, sendo o principal instrumento da pesquisa o próprio pesquisador, podendo-se dispor de flexibilidade e variedade dos processos e enfoques de investigação; os dados foram coletados basicamente através de: 1) entrevistas semi-estruturadas; 2) observação direta; 3) documentos escritos;

Quanto ao processo de avaliação qualitativa, optou-se pela entrevista semi-estruturada (com questões abertas e fechadas) - voltada para questões mais gerais para compreensão do fenômeno turístico local, tais como: dados das instâncias entrevistadas - tempo de funcionamento, quantidade de funcionários, ações para o turismo e capacitação, viabilidade financeira, taxa de ocupação etc - que variavam a depender da natureza do entrevistado; informações sobre o turismo local - pontos fortes e fracos, políticas locais e estaduais; e questões mais específicas que buscavam informações que pudessem subsidiar o objetivo geral do trabalho, ou seja, perguntas relacionadas com o financiamento à atividade turística.

Embora a avaliação seja um exercício bastante antigo e generalizado, na atualidade, ela pode ser considerada uma atividade complexa uma vez que envolve implicações políticas

e resistências dos avaluandos<sup>3</sup> e avaliados. Nessa perspectiva, embora tenha havido a intenção de se gravar as respostas, tal fato foi praticamente impossível, em função do receio e desconforto dos entrevistados em responder sob gravação, no entanto, todas as respostas foram registradas por escrito nos formulários, no ato da pesquisa.

Optou-se por um recorte da amostra do presente trabalho em quatro municípios – Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti – por serem localidades onde se encontra uma maior oferta e demanda turística – responsáveis por 84,9% dos meios de hospedagem e pelos maiores fluxos turísticos da região (SETUR/CE, 2007b) - e que possuem uma maior abrangência de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo.

Como público-alvo da pesquisa, delimitou-se os órgãos governamentais relacionados com o turismo no Maciço de Baturité, as associações e organizações não-governamentais (ONG's), as instituições financeiras e os meios de hospedagem existentes nos municípios da amostra. Quanto a este último grupo, detalhe-se que foi escolhido como representante dos equipamentos turísticos privados, uma vez que são os menos prováveis de serem utilizados, concomitantemente, pela população local e possuem, portanto, um contato mais freqüente com os turistas.

Considerando o elevado número de meios de hospedagem nos municípios eleitos - 45 – de forma a se obter uma baixa margem de erro – de até 10% - delimitou-se o número de empresas a serem entrevistadas em 30, definido através de cálculos estatísticos, com base em Vidal (2008), onde foi utilizada a fórmula para populações finitas:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot \left( Z_{\frac{\alpha}{2}} \right)^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot \left( Z_{\frac{\alpha}{2}} \right)^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Ou seja, sabendo-se que  $p$  é a proporção populacional de itens que pertencem a categoria que estamos interessados em estudar ( $\hat{P}$  é a proporção na amostra). Pelo trabalho, o problema é a definição de  $p$ , já que não se está fazendo o corte amostral pelo tamanho do hotel ou do faturamento ou outra característica. O objetivo é saber quantos hotéis se deve

---

<sup>3</sup> Termo utilizado por Holanda (2006);

entrevistar do total de 45. Trabalhar com  $p=0,5$  ( $q=0,5$ ), gera um desvio padrão alto para a situação. Como tudo é hotel e importa para o estudo, poder-se-ia trabalhar com um  $p=0,9$  ou  $p=0,99$ , para gerar desvios mais baixos.

Definindo-se o corte amostral para  $n=30$ , para se gerar estimativas não enviesadas e calculando-se o erro para três situações, com um Nível de Significância de 95%, temos:  $P=0,5$  e  $q=0,5$ , o erro fica em 10%;  $P=0,9$  e  $q=0,1$ , o erro fica em 6%;  $P=0,99$  e  $q=0,01$ , o erro fica em 2%. Assim, optou-se para  $n=30$ .

Ressalte-se que, dentre o total de empresas pesquisadas, tomou-se o cuidado em entrevistar tanto funcionários quanto proprietários dos empreendimentos, de forma a se obter diferentes perspectivas. Entretanto, nem sempre foi possível obter as duas perspectivas dentro de um mesmo empreendimento, em função, algumas vezes, da ausência do empresário, ou do próprio empresário não querer envolver os funcionários na pesquisa.

Ademais, procurou-se entrevistar, pelo menos, uma instituição financeira, Associação/ONG e órgão governamental relacionado com o turismo em cada município, de forma a abranger diferentes perspectivas acerca das políticas de crédito e da atividade turística local. Embora do reduzido número dessas instâncias nos municípios da amostra destaque-se que, em alguns municípios, não foi possível tal abordagem, em função de sua inexistência, inoperância ou indisponibilidade do dirigente, o que, entretanto, não significou prejuízo para o presente trabalho, uma vez que foi possível realizar uma abrangente pesquisa envolvendo 56 entrevistados, conforme Tabela 1.

**TABELA 1: Entrevistas realizadas no Maciço de Baturité - CE<sup>4</sup>**

---

<sup>4</sup> Ressalte-se que, foram realizadas pesquisas no município de Fortaleza-CE, por se tratarem de instituições também relacionadas ao desenvolvimento turístico do Maciço, mas, localizadas na capital do Estado por questões estratégicas. Os resultados deste município estão disponíveis no Apêndice do presente trabalho.

ENTREVISTADOS	PACOTI	GUARAMIRANGA	BATURITÉ	MULUNGU	FORTALEZA	TOTAL
MEIOS DE HOSPEDAGEM	6	14	8	2	0	30
PROPRIETÁRIOS	3	7	4	1	0	15
FUNCIONÁRIOS ASSOCIAÇÕES /ONG's	3	9	7	1	0	20
ÓRGÃOS DO GOVERNO	1	1	2	1	2	7
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1	3	2	0	2	8
	1	0	5	0	0	6
<b>TOTAL DE ENTREVISTAS</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>56</b>

FONTE: Autoria Própria (2008)

Por fim, após a realização das entrevistas, a análise e interpretação dos dados foi realizada pela própria pesquisadora, de forma que as respostas foram classificadas em categorias, realizou-se uma tabulação dos resultados – que envolviam tabulação simples, respostas múltiplas e perguntas encadeadas – e, por fim, procedeu-se à análise funcional e descrição dos dados, cujos resultados poderão ser encontrados no capítulo 6 do presente trabalho.

## **2. CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA: MONTES E DESMONTES DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O presente capítulo apresenta a evolução da configuração regional brasileira, discutindo o constante embate entre desenvolvimento e desequilíbrio regional no país, vigente desde os primórdios de sua colonização e que se perpetua até a atualidade, através das disparidades nas diferentes mesorregiões, se fragmentando nas questões intra-regionais.

Neste sentido, com a emergência da “questão regional”, as ações empreendidas pelo Estado - na elaboração de planos de desenvolvimento; na institucionalização de organismos regionais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e BNB; e na criação de incentivos fiscais e Fundos Constitucionais, a exemplo do FNE - atuam como instrumentos de políticas públicas, na tentativa de desenvolver a Região Nordeste através da estruturação de atividades produtivas vocacionais e na minimização das disparidades intra e inter-regionais.

### **1.1. Separando as Peças para a Configuração Regional Brasileira**

De acordo com estatísticas dos Relatórios Anuais do Banco Mundial, ou em publicações similares de outras instituições internacionais, são poucos os casos de países no mundo com qualidade de vida e nível de renda que apresentem tamanha desigualdade como o Brasil. Esse crescimento concentrado em uma pequena fração da população no Brasil gerou uma série de surtos localizados de evolução econômica, embora insustentável no aspecto de uma trajetória satisfatória de desenvolvimento holístico do país.

Nesta perspectiva, segundo Feres & Lemos (2005), o caso brasileiro se configura como um referencial prático para o estudo das desigualdades regionais em função de sua grande extensão territorial, a exemplo da forma concentrada em que ocorreram o nascimento e consolidação da indústria nacional que originou a dicotomia entre regiões ricas do País (Sudeste e Sul) e regiões subdesenvolvidas (Norte e Nordeste).

Como exemplo de alguns fatos históricos que poderiam fundamentar a histórica desigualdade brasileira e a atual configuração regional, Galvão (2007) enumera como

principais: a escravidão abolida tardiamente, a má divisão congênita da terra; a pequena tradição cooperativa; os padrões insatisfatórios de educação e saúde; a pouca criatividade produtiva endógena, dentre outros.

Araújo (2007) assinala que também aconteceram mudanças importantes que alteraram a configuração regional do país, tais como a fase primário-exportadora e a fase do Brasil industrial e urbano, pois,

(...) desde seu descobrimento pelo capital mercantil em busca de internacionalização, o Brasil se constituiu como um país rural, escravocrata e primário-exportador. Só no século XX é que emerge o Brasil urbano-industrial e de relações de trabalho tipicamente capitalistas. As antigas bases primário-exportadoras, embora montadas no amplo litoral do país, eram dispersas em diversas regiões, tendo associadas a elas as indústrias tradicionais. A imagem proposta por Francisco de Oliveira é a de um “arquipélago” de regiões que quase não se ligavam uma com as outras por se articularem predominantemente com o mercado externo. (ARAÚJO, 2007, p. 224)

Oliveira (2007) cita que o fato de o Brasil ter sido povoado como colônia de exploração contribuiu para a articulação de pedaços de território com bases produtivas e estruturas socioculturais diferenciadas que marcam, até hoje, as distintas regiões do país. Conforme já mencionado, esse processo caracterizou a primeira fase de formação econômica do país, onde esse “arquipélago” de “ilhas” regionais, além de não se comunicarem, eram comandadas pelos ditames do mercado externo:

...as condições do mercado externo é que definiam o comportamento da dinâmica das “ilhas regionais” brasileiras. As ligações entre elas eram mais tênues do que as ligações de cada uma delas com o exterior. Deste ponto de vista, não se tinha exatamente o que depois se passa a chamar de uma “questão regional” brasileira. A questão regional, portanto, se coloca com nitidez, com força, no século XX. (Araújo, 2005, p.213)

Como exemplo da dependência econômica do Brasil em relação ao exterior, verifica-se que, durante um longo período, foi possível ver o Sudeste do país crescer vigorosamente, em função do seu principal produto de exportação, o café, estar valorizado no mercado externo e, na contramão estava o Nordeste que, tendo o açúcar como principal produto de sua pauta de exportação, assistia a sua economia regredir a cada queda do preço do açúcar no exterior.

A partir de 1930, diferentemente dos demais países subdesenvolvidos, o Brasil apresentou características de expansão e transformação; primeiro, através de um crescimento econômico com uma das mais altas taxas anuais, em função de sua acelerada industrialização;



e, segundo, através de um processo de urbanização igualmente rápido. Ou seja, o país passa da condição de primário exportador para um país de importante base industrial, onde o mercado interno passa a comandar a dinâmica econômica do país, internalizando-se o comando da acumulação. Nesse momento, Oliveira (1981) diz que o país deixa de ser organizado com base em arquipélagos regionais para ter “uma economia nacional regionalmente localizada”.

Embora os referidos processos tenham se dado tendo como principal diretriz a integração do mercado nacional, é certo que foi concentrado em alguns pontos do país, especialmente em São Paulo, contribuindo para um crescimento não homogêneo e espacialmente descontínuo. Segundo Oliveira (1981), com relação ao Brasil e sua dinâmica regional, embora se houvesse um esforço em substituir as “ilhas regionais” da fase primária exportadora por uma economia nacional regionalmente localizada, é certo que continuaram as disparidades internas às próprias macrorregiões, sobretudo no Nordeste.

Quanto à referida tendência de concentração no Sudeste, Araújo (2005) destaca que a intensificação de relações entre o sudeste - principal região industrial - e o restante do país, gera um impacto negativo na maioria das regiões, gerando o que se denomina de “questão regional”, ou seja, embora as regiões já fossem qualitativamente diferenciadas historicamente, essas distorções são enfatizadas apenas no século XX, através da internalização da vida econômica e as diferenças de produtividade.

Quando as “ilhas regionais” do Brasil começaram a se articular entre si e a estabelecer relações cada vez mais intensas entre elas mesmas, foi quando começou a surgir a chamada “questão regional” brasileira<sup>5</sup>. No momento em que essas articulações se montam é que a sociedade brasileira vai perceber que havia se consolidado diferenciações regionais muito importantes e que determinadas regiões tinham uma dinâmica diferente de outras.

---

<sup>5</sup> Alguns autores como Vidal (2004) afirmam que, anteriormente a essa “tomada de consciência social” acerca das disparidades regionais, já existia um consenso nacional que identificava o Nordeste como “área-problema” em função de seu baixo dinamismo e secas periódicas, gerando algumas iniciativas de políticas públicas, como o apoio à açudagem, desde 1832, a criação da Inspetoria das Obras Contra as Secas (Iocs), em 1909, e um fundo público permanente para a defesa contra os efeitos das secas, em 1934. No entanto, justamente por considerar as referidas ações apenas como intenções primitivas de políticas públicas para a região nordeste – considerando o seu caráter assistencialista - o presente trabalho irá ater-se ao marco da questão regional definido a partir da emergência da ideologia nacional-desenvolvimentista nos meados do século XX.

## 1.2.Montando a Questão Regional Nordestina

Embora autores como Perruci *apud* Vidal (2004) afirmem que a questão nordestina foi apenas uma criação ideológica das classes dirigentes regionais para justificar sua fragilidade frente à nova fase de expansão capitalista no Brasil e instrumento de domesticação das classes subalternas, é fato, inclusive atestado por estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), que a região nordeste sempre foi um dos núcleos regionais que apresentavam os menores índices de desenvolvimento humano e desigualdade.

Ainda que os problemas da Região tenham sido exacerbados por interesses da elite nordestina, não se pode negar a dura realidade da região e que tal fato gerou reivindicações regionais, sobretudo no Nordeste, levando o Estado brasileiro – sem a participação da iniciativa privada - a intervir no desenvolvimento das regiões menos favorecidas, através políticas regionais determinadas a enfrentar a “questão regional” brasileira. Tais políticas envolviam, principalmente: os incentivos fiscais, o investimento em empresas estatais, o desenho de políticas de desenvolvimento regional; e a institucionalização de órgãos de fomento e planejamento regionais, conforme veremos a seguir.

Através dos instrumentos de incentivos fiscais e financeiros, o Governo Federal pretendia fazer com que as regiões se tornassem mais atrativas para os investimentos, sobretudo nos setores de aço, petróleo, fosfato, potássio, papel, petroquímica, carvão, mineração entre outros. Embora autores como Araújo (2005) afirmem que essas ações resultaram na integração das regiões periféricas à dinâmica nacional, autores como Feres & Lemos (2005) afirmam que, apesar disso, não foi possível transferir as regiões menos desenvolvidas para um equilíbrio bom e estável,

(...) isso porque os investimentos não foram capazes de produzir o big push<sup>6</sup> tampouco de estabelecer encadeamentos para trás e para frente, não foram gerados spillovers<sup>7</sup> de demanda nem houve propagação vertical de economias externas via investimentos induzidos “(FERES & LEMOS, 2005, p.38)

Os autores explicam que, nos investimentos do Nordeste brasileiro, não foram levados em consideração a desigual estrutura inerente a própria sociedade, com baixos níveis de condições de vida, estrutura ocupacional e qualificação para a grande maioria da

---

<sup>6</sup> Modelos de crescimento balanceado, de Nurkse (1953), Scitovsky (1954) e Fleming (1955).

<sup>7</sup> Efeito no qual o aumento na estratégia de um agente econômico afeta os retornos dos demais agentes.

população. Portanto, as políticas implementadas objetivavam a ocasional industrialização em áreas estagnadas, sem, contudo considerar a sua complementaridade, sobretudo intersetorial, com os investimentos realizados em áreas mais desenvolvidas e sem criar a qualificação exigida para os empregos gerados. A esse respeito, Araújo (2007) destaca:

Esse é um dos problemas para se lidar com o desenvolvimento endógeno no Brasil: há locais muito ricos e modernos e outros muito pouco dotados de patrimônio produtivo, de infra-estrutura econômica, de bases produtoras de conhecimento etc. Embora a desigualdade social se reproduza em todas as escalas de análise – da nacional a mais local –, posto que a desigualdade social tornou-se a marca mais importante da sociedade brasileira, os contextos regionais são muito diferentes em termos da presença de fatores que favorecem o desenvolvimento num mundo marcado pelo avanço técnico e pela conectividade. (ARAÚJO, 2007, p.229)

Quanto ao pensamento crítico e desenho de instrumentos de políticas de desenvolvimento regional, de acordo com Alencar Júnior (2005), “Celso Furtado foi um dos principais atores a partir dos anos 1950 deste projeto de integração econômica regional, que teve na criação da SUDENE o “momento símbolo” de que é possível a superação das grandes desigualdades regionais”. (ALENCAR JÚNIOR, 2005, p.7)

Em entrevista concedida à Revista Econômica do Nordeste (REN), em 1997, o Professor Furtado falou de sua experiência com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que o fez compreender que o Brasil não era um país subdesenvolvido qualquer, onde as partes fossem semelhantes entre si, como no Chile ou Argentina, mas tratava-se de uma constelação de formas de subdesenvolvimento, um passo importante para o levantamento da problemática regional, onde o subdesenvolvimento apresenta muitas caras. Além disso, ressaltou-se o pioneirismo de Furtado em perceber que a seca era engendrada por uma crise social e não econômica, uma vez que a queda de produção se concentrava nas áreas produtoras de alimentos, que era de estrutura minifundiária, ao passo que outras atividades se mantinham, a exemplo da pecuária, que era mantida pelos grandes proprietários de terras.

Portanto, conforme Furtado, a questão era modificar a estrutura social do Nordeste, resolvendo o seu problema agrário, através, por exemplo, da aprovação de uma lei de irrigação que utilizasse, de forma mais justa, as áreas a serem irrigadas com o dinheiro do governo. Embora essa tenha se caracterizado como a primeira grande discussão que foi

levantada durante a época da Sudene, os governadores foram contra o projeto, assim como também o Congresso Nacional.

Celso Furtado, que bem conhecia os problemas inerentes ao nordeste, muito contribuiu na formulação do que veio a ser a primeira Política de Desenvolvimento Regional do país e do Nordeste – conforme será visto em seguida - que envolvia não apenas as questões materiais do atraso, mas, sobretudo, “as questões ambientais e as sociais, como a concentração da propriedade fundiária, a necessidade de uma reforma agrária e de uma política de colonização, além de uma política que ampliasse e diversificasse o parque industrial regional.” (CANO, 2007, p. 256)

- O GTDN e o Plano de Desenvolvimento do Nordeste

Durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em função da calamidade social provocada pela enorme seca de 1958 e, também, da permanência do Nordeste em condições de atraso econômico quando comparado ao Sul do país, pairava uma situação de inconformidade social, sobretudo a partir do crescimento do movimento contestatório das Ligas Camponesas<sup>8</sup>.

Diante das referidas circunstâncias, o governo de Juscelino Kubitschek foi levado a criar um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), para o qual Celso Furtado foi convidado a ser interventor, que continha no seu plano a meta Nordeste. Ressalte-se que, embora a política de Juscelino focasse no objetivo de consolidar o Brasil como um país industrial, essa indústria concentrava-se no Sudeste. Nesse período, conforme Araújo (2005), Furtado foi um dos poucos que ousou a “dizer que a política de industrialização de Juscelino Kubitschek era ótima para o Brasil, mas vista da dimensão espacial era ampliadora das desigualdades regionais. Portanto, era portadora, em si, do germe da ampliação da “questão regional” brasileira” (Araújo, 2005, p.216)

---

<sup>8</sup> As ligas camponesas constituíam uma entidade que organizava os camponeses em torno da luta pela reforma agrária, no sertão pernambucano. Foi o movimento mais importante pela reforma agrária no Brasil até o golpe de 64. Sua origem remonta às antigas Ligas Camponesas da década de 1930, originárias da ação do Partido Comunista do Brasil no campo. Com a volta do PCB à legalidade em 1945, as Ligas Camponesas foram extintas, sobrevivendo algumas, mas sem grande influência no campo. (FONTE: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ligas\\_camponesas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ligas_camponesas))

Ademais, é importante destacar que Furtado destruiu a tese hegemônica da elite oligárquica da época, que afirmava ser a seca o problema do Nordeste. Na verdade, o Professor explica que o fenômeno das secas é consequência dos problemas do Nordeste e que a questão se tratava da re-configuração do desenvolvimento brasileiro e como a região estava inserida nela.

Paralelamente, Furtado criou no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), enquanto Diretor desta instituição, um novo grupo reduzido que o ajudou a preparar o Plano de Desenvolvimento do Nordeste que, conforme o próprio autor (FURTADO *apud* ALENCAR JÚNIOR, 2005), não possuía nenhuma conexão com o GTDN e, embora fosse de autoria própria, continha a assinatura do Grupo de forma a evitar a censura militar da época. O referido documento foi apresentado em 1959 e compreendia

uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional, e um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática, poderão modificar os dados desse problema e encaminhar uma solução definitiva ao mesmo (GTDN *apud* SICSÚ, 1994, p. 155)

Em outras palavras, o documento, intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, se trata de um diagnóstico da situação econômica do Nordeste, entre os anos trinta até os anos cinquenta do século XX, e proposições para recuperação dos baixos indicadores de desenvolvimento da região.

Ainda que Furtado afirme, mais recentemente, em sua entrevista concedida à revista REN em 1997, que não mudaria praticamente nada no diagnóstico do GTDN, ressaltou que alteraria o seu Plano de Ação, uma vez que, na atualidade, trata-se de outro Nordeste, onde a renda *per capita* vem crescendo mais do que no Centro-Sul, o que antes não ocorria. Por outro lado, o professor afirma ter a impressão de que a crise do Estado brasileiro prejudica mais a região nordestina do que o Centro-Sul, uma vez que o nordeste é mais dependente dos recursos públicos - reflexos de uma fase de desenvolvimento anterior.

Destaque-se que, para Ferreira (2005), a importância do referido relatório pode ser vista sobre o aspecto de uma primeira tentativa de planejamento específico de desenvolvimento econômico no Brasil, a partir do conceito de desigualdades sociais; e, em segundo, por fundamentar originalmente a aplicação da teoria “cepalina” de centro-periferia. Ademais, a visão do referido relatório utilizou-se de instrumentos de planejamento e adotou

políticas de industrialização com a forte presença do Estado, o que implicou na necessidade em se criar uma estrutura estatal que pudesse implementar as políticas propostas. Com esta finalidade, foi criada a SUDENE, em 1959 – dois anos após o relatório – tendo como primeiro superintendente o próprio Celso Furtado que, até meados dos anos 60, aliou vitalidade política e executiva na SUDENE e no Ministério Extraordinário do Planejamento.

- A SUDENE

A SUDENE foi idealizada, em 1959, pelo professor Celso Furtado, no Governo do presidente Juscelino Kubitschek. Apesar de, na época, existir pouco conhecimento sobre a região Nordeste e sua realidade econômica por parte do Governo Federal, a proposta de criação foi apresentada como um projeto de “nova política para o desenvolvimento do Nordeste”, cujo propósito era corrigir as desigualdades sociais existentes, através do fomento de setores produtivos, tendo contribuído especialmente para o Turismo, com a expansão do setor hoteleiro através de programas específicos, a exemplo do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e FNE, que serão mais bem detalhados adiante.

É reconhecido o importante papel da instituição na expansão industrial da região, induzido, principalmente, por incentivos fiscais, embora com um certo grau de concentração espacial em poucos Estados e no entorno das capitais. Por outro lado, o referido desenvolvimento industrial desigual projetou no interior do próprio Nordeste novas formas de desigualdade social, uma vez que a Sudene proporcionou uma integração econômica do Nordeste subordinada à região Sudeste, em função de seu caráter de complementaridade e pela sua característica como receptora de filiais do Sudeste e produtora de matérias-primas para aquela região.

Ressalte-se que, até o início dos anos 60, embora do crescimento inicial do país, Cano (2007) denomina a ocorrida para a urbanização como “não caótica”, uma vez que a dimensão, mesmo das atuais grandes cidades, era ainda modesta e a especulação imobiliária não era tanta. Posteriormente, em uma fase de expansão, na década de 1960, foram realizados investimentos básicos, principalmente em rodovias e energia elétrica, foi quando o nordeste passou a se integrar com a economia regional.

(...) cabe constatação de que a fase tumultuada de indefinição e crise econômica e institucional, da primeira metade dos anos 60, coincide com o momento da efetiva

implantação da experiência de planejamento regional, na qual, a partir de uma mobilização das forças políticas conduzidas pelos governadores nordestinos, tiveram início os investimentos públicos previstos nos primeiros planos diretores, que eram aprovados pelo Congresso, e a fase inicial de utilização dos estímulos fiscais e financeiros da SUDENE e do Banco do Nordeste. Entre 1960 e 1965, a economia regional expande-se a uma taxa anual de 4,6%, de acordo com estimativa da Sudene, e os investimentos públicos realizados pela União expandiram-se a uma taxa anual de 10%. (GOODMAN; ALBUQUERQUE *apud* GUIMARÃES NETO, 2004, p. 165)

Para Araújo (2005), o período compreendido entre a metade dos anos 1960 até meados de 1980, pode ser compreendido como o início de uma “modesta desconcentração”, uma vez que se desconcentra tanto a base agrícola quanto a base industrial, onde o Brasil passa da articulação comercial entre as regiões para uma integração produtiva inter-regional, o que proporciona uma migração de capitais. Para Haddad (2007), os fatores que determinaram essa reversão da concentração no país foram: a) aumentos nos custos de concentração; b) avanço da infra-estrutura econômica e social em direção a outros estados e regiões; c) políticas públicas e incentivos fiscais regionais; d) ampliação das fronteiras agrícolas e mineral; e e) unificação do mercado.

No referido período, começou-se a haver uma desconcentração espacial da produção nacional, que surgiu lentamente a partir da ocupação da fronteira agropecuárias no sentido Sul e Centro Oeste, do Norte e parte do Oeste do Nordeste. Por outro lado, a forte expansão das fronteiras agrícola e extrativa mineral resultou em expulsão de trabalhadores, gerando migrações pela sobrevivência, notadamente para São Paulo, o que aumentou os ânimos reivindicatórios regionalistas que julgava os problemas da miséria da periferia nacional, sobretudo do Nordeste.

Com a aceleração da urbanização, na década de 1970, ocorre uma continuidade do crescimento inicial, onde investimentos de infra-estrutura realizados anteriormente são complementados por investimentos produtivos, principalmente industriais, a exemplo do Pólo Petroquímico, beneficiando a região com o chamado “milagre econômico” e o Plano Nacional de Desenvolvimento. “Em síntese, como a economia brasileira, a economia nordestina segue uma trajetória de desaceleração sistemática a partir da fase mais dinâmica que teve início na segunda metade dos anos 60 e quase todos os anos da década de 70.” (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 157)

No período de 1970-1980, embora de forma não ideal, as políticas implantadas pela Sudene permitiram uma maior desconcentração industrial para o Nordeste, enquanto as indústrias sediadas em São Paulo e no resto do país mais do que duplicaram sua produção, ainda que o excepcional crescimento, por si só, não foi capaz de acabar com os problemas sociais no espaço brasileiro.

Ferreira (2005) explica que, embora das mudanças institucionais e das transformações na estrutura agrária e orientação da industrialização, não foi seguido o curso proposto, uma vez que, a maior parte das mudanças satisfaz os interesses das elites locais, “patrocinando suas afluências, no mais das vezes acintosas e desmedidas, por outro, recriaram sob condições sociais distintas, praticamente, as mesmas condições de marginalidade de parcelas expressivas da população.” (FERREIRA, 2005, p. 279) Além disso, destaque-se que:

(...) pesquisa realizada pela Sudene e pelo Banco do Nordeste (1977) mostra que a “nova indústria” implantada no Nordeste, embora registrasse que 57% do número de empresas eram controladas por capitais nordestinos, os grupos nacionais de fora do Nordeste e os grupos econômicos estrangeiro controlavam 62,7% dos investimentos fixos realizados e 57,2% do capital social. (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 166)

Ocorre que, com a referida expansão do ciclo de crescimento, proporcionada por um Estado autoritário e pouco atuante com relação às demandas sociais, intensificou-se o processo de urbanização e a multiplicação da miséria urbana.

Embora o país tenha tido um dos três mais rápidos crescimentos do mundo capitalista e tenha com grande sucesso se industrializado, ele conviveu com uma elevada injustiça social: os capitalistas nacionais beneficiaram-se das enormes sobras do trabalho urbano e rural. É verdade que a urbanização e a industrialização permitiram importante dose de ascensão social e de constituição de uma classe média, que o país não tinha. Contudo, isso se fez com uma piora acumulada, nos segmentos mais pobres, na distribuição de renda. (CANO, 2007, p.262)

Esgotado o ciclo de acumulação acelerada do “milagre brasileiro” (1969-1975), destaque-se, na primeira metade da década de 1980, a existência de uma situação de crise que afetou não apenas o Brasil, mas toda a América Latina. O aumento dos juros<sup>9</sup> dos Estados Unidos gerou um processo de sobre-endividamento externo, cuja carga financeira terminou sendo absorvida pelos governos federais, gerando uma fragilidade financeira, estagflação e uma grande crise fiscal do Estado.

A mistura explosiva de estagflação e profunda crise fiscal do Estado, se, por uma mão, imobilizava a economia na perspectiva do desenvolvimento – incrementando as iníquas desigualdades sociais brasileiras – por outra, deslegitimava politicamente o regime militar que havia se firmado para segmentos importantes das classes médias e altas no período do “milagre”. (FERREIRA, 2005, p. 269)

<sup>9</sup> A *prime rate* nos Estados Unidos, na média anual, partiu de 6,9%, em 1977, atingindo 18,7%, em 1981.



### 1.3.O Desmonte das Políticas de Desenvolvimento Regional

Conforme já foi exposto, o ciclo expansivo que teve início no final da segunda metade dos anos 60 integrou a economia nordestina ao contexto mais geral da economia brasileira. Por outro lado, acelerou-se o processo de crescimento do país como um todo, o sonho de um projeto regional para o Nordeste é desfeito, onde segmentos e áreas específicas no nordeste se integram e se subordinam aos ditames da economia nacional, comandados pelo Sudeste.

(...) o desenvolvimento da economia regional toma outro formato, diferente do que estava contemplado na estratégia inicial, abandonando, no decorrer do tempo, as bandeiras de reformas de reestruturação de áreas críticas como o semi-árido. O amplo projeto de desenvolvimento, concebido no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e nos primeiros planos diretores, aprovados pelo Congresso (...) perde a sua amplitude nesse processo de integração da região às regiões mais industrializadas do país. (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 166-167)

Embora a presença do Estado tenha se expandido durante o regime militar, é curioso notar que, posteriormente a 1964 e, sobretudo, nos anos 1970, inicia um processo de fragmentação e desaparecimento do planejamento regional da forma como fora concebido anteriormente,

(...) não só pelo enfraquecimento do órgão regional em termos administrativo e financeiro, como pela ausência de poder político regional, sobretudo no momento em que a presença dos governadores é substituída pela dos interventores, nomeados pelo governo central. (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 165)

Para Vidal (2004), assim como a crise do planejamento regional, as políticas de combate às desigualdades regionais também foram perdendo força a partir do Governo Militar. Por exemplo, a Sudene que era um órgão diretamente subordinado à Presidência da República, foi rebaixada hierarquicamente para a posição de mais um órgão vinculado a um dos Ministérios do Estado. Ademais, seu papel como elaboradora de projetos de transformação econômica e social foi reduzido ao de simples gestora de incentivos fiscais e financeiros.

Ressalte-se que, com o esgotamento da Sudene como promotora de investimentos industriais na região, em meados dos anos 1980, a demanda efetiva ficou dependente dos investimentos governamentais na produção de utilitários e infra-estrutura industriais, levando os governos estaduais a criarem mecanismos para a atração de investimentos em empresas,

através da exagerada concessão de incentivos locais que geraram uma acirrada concorrência entre os diferentes estados, fato que ficou conhecido como “guerra fiscal”. Ou seja, na ausência de um coordenador institucionalizado, como era a proposta da Sudene, os governos locais tendem a desprezar uma racionalidade cooperativa, reproduzindo os mesmos erros e o estilo desenfreado e inconseqüente do capitalismo na busca do desenvolvimento.

Araújo (2005) lembra que houve uma mudança fundamental no papel do Estado que, antes, era o principal ator na construção e execução das políticas públicas e maestro da concentração e desconcentração regional e, com a crise do setor público, passou a ser um patrocinador do rentismo, ou seja, da acumulação dos agentes econômicos na esfera financeira da economia brasileira, sendo responsável, inclusive, pela distorção de iniciativas da esfera produtiva.

Neste contexto, a opção de políticas públicas que passaram a ser realizadas é denominada por Araújo (2005) como de “inserção passiva e submissa” no ambiente mundializado dos anos 1980 e 1990, que se refletem com clareza no conteúdo, por exemplo, dos projetos “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” que propõem uma “integração competitiva”. A esse respeito, a autora explica que o que se observa no Nordeste são investimentos que estão mapeados em cima das áreas dinâmicas da região, ou seja, nos vales da fruticultura, em grãos e no turismo litorâneo.

Embora do fim da ditadura militar, verificou-se que, com os mandatos eleitos democraticamente, o planejamento e a política regionais pouco foram discutidas ou implementadas.

Enfim, enquanto o planejamento nacional teve alguma força, foi possível garantir ao planejamento regional uma fatia de atuação marginal, embora com sucessivas perdas de autonomia, em virtude do próprio crescimento dos órgãos setoriais centrais. Mas, no momento em que se deu início ao desmanche do Estado desenvolvimentista, o planejamento regional, assim como o nacional, foi ruído com velocidade crescente. Mesmo a grande desorganização administrativa que vigorou no curto governo Collor de Mello, em termos de seus impactos negativos sobre a administração pública em geral e, em particular, sobre o arranjo institucional montado com vistas à questão regional, não alcançou a mesma magnitude do ocorrido posteriormente, durante os dois governos Cardoso. (VIDAL, 2004, p.135-136)

O novo modelo de Estado, que acabou com o anterior ideal desenvolvimentista, adotou o padrão liberal e mínimo, ou seja, a ênfase na estabilidade monetária, maior rigor quanto aos fundamentos macroeconômicos e cortes nos gastos sociais. Com a ressalva de que

tal Estado é “máximo” quando diz respeito à manutenção da ordem econômica de interesses do capital, mas mínimo quando se trata de investir em políticas que beneficiem a sociedade com o objetivo de diminuir as desigualdades.

No caso do Brasil, tomou-se como consagrada a anemia relativa dos capitais privados nacionais (para alguns, sempre a parte mais frágil do tripé característico do capitalismo brasileiro), mas tratou-se também, de modo deliberado e com grande paixão, de atrofiar o setor público, historicamente o principal responsável pela acumulação capitalista no país. Tudo isto com a fé inabalável de que o crescimento viria naturalmente e de forma auto-sustentada, em virtude do aporte dos investimentos externos. (VIDAL, 2004, p.130)

Conforme Guimarães Neto (2004), a década de 1990 pode ser caracterizada pela instabilidade econômica, estabilidade monetária e vigência da desregulamentação e abertura econômica através, sobretudo, da experiência com o Plano Real.

Os anos 90 marcaram de forma acentuada, para o Brasil, e sobretudo no período dos dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), um duplo movimento: no plano externo, sua subordinação explícita à nova ordem econômica mundial; no plano interno, o dismantelamento final do Estado desenvolvimentista. Em ambos os casos, os veículos privilegiados foram tanto as políticas (monetária, cambial, de abertura comercial desenfreada, de flexibilização dos fluxos externos de capitais etc.) como as reformas pró-mercado (desregulamentações, privatizações, quebra de monopólios estatais, concessões de serviços públicos etc.) todas elas de corte neoliberal, muito ao contrário do que afirma um balofo senso comum quando busca dar conta de que todos esses eventos teriam sido imposições da chamada globalização da economia. (VIDAL, 2004, p.127)

Durante o referido período foi que o Brasil passou a adotar políticas ortodoxas, onde acima de tudo, estava o objetivo maior de deter a inflação a qualquer preço, o que gerou uma série de impactos econômicos e sociais, tais como: quebra de empresas tradicionais; desemprego estrutural; sucateamento das estruturas produtivas setoriais e regionais; desnacionalização e desindustrialização; precarização das relações de trabalho; e debilitamento dos movimentos sindicais e sociais.

Registra-se um regresso a velhas práticas assistencialistas, quando do período das secas, inclusive, com a mesma velha abordagem da solução hidráulica como redentora para o Semi-Árido; assim como também o processo de desgaste a que ficaram submetidas políticas e instituições de cunho regional, tais como a falta de reforma estrutural do BNB, a diminuição de disponibilização de recursos federais e fundos regionais e a extinção do Departamento

Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da SUDENE<sup>10</sup>, ao que o atual Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva<sup>11</sup>, sobre a sua extinção desabafa:

A SUDENE era uma aposta no planejamento como solução para a rigidez das desigualdades nacionais e regionais. Essa aposta republicana e democrática foi desvirtuada pelo autoritarismo, foi também interrompida abruptamente em 2001 com a extinção de uma SUDENE induzida à morte pelo esvaziamento progressivo de sua agenda e pela descaracterização dos seus procedimentos. Em lugar de corrigir distorções e reconstruí-la, escolheu-se o caminho mais fácil da liquidação de uma ferramenta pública. Se havia desvios e corrupção, que se responsabilizasse e se punisse os culpados, mas que se resguardasse a instituição. (SILVA, 2003)

Embora algumas dessas instituições regionais tenham sido recriadas durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ressalte-se sua inexpressividade como órgãos autônomos que, vinculadas a um pasta ministerial ficaram limitados pelos poucos recursos e falta de legitimidade.

Por outro lado, ressalte-se a substituição do FINOR pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) que, embora aparentemente só tenham mudado de nome, na verdade, a Medida Provisória nº 2.145 de 02/05/2001 que os instituiu subordinou sua alimentação à lógica da política de estabilização, ou ao ajuste fiscal, enquanto que no modelo anterior o aporte de recursos dos fundos dependiam da dinâmica da economia (cabendo à aplicação ao devedor do imposto de renda).

Chama-se a atenção para a instabilidade bem maior da relação entre a formação bruta de capital do Nordeste comparativamente como que ocorre no país. Ao contrário do que sempre se anunciava em relação à preservação dos investimentos na região, quando ocorriam cortes dos investimentos públicos ou maiores restrições de políticas de financiamento – exigência das políticas monetárias e fiscais adotadas em diferentes oportunidades nos anos 80 e 90 – as oscilações constatadas para o Nordeste são bem maiores que as verificadas para o país. (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 160)

Dentre os impactos econômicos vivenciados pela Região Nordeste no final do século XX - sobretudo como efeitos das políticas neoliberais adotadas no período de 1995 a 2002 - ressalte-se que, embora da tendência declinante na participação do Produto Interno Bruto (PIB) da região Sudeste, verificou-se que o aumento na participação não foi expressivo na região Nordeste como seria desejável – já que em 1939 representava 16,7% do PIB nacional, e em 2000 decresceu para 13% (FGV/IBGE). Ademais, a referida desconcentração foi muito

<sup>10</sup> A SUDENE foi extinta no ano de 2001 em decorrência de constatações que apontaram para o não cumprimento de seu papel.

<sup>11</sup> Discurso proferido pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva na Cerimônia de Recriação da SUDENE. Local: Banco do Nordeste – Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas – Fortaleza-CE, em 28.07.2003.

relativa, sobretudo no Nordeste, uma vez que se traduziu em um processo de especialização regional, seletivamente concentrada nas atividades industriais mais dinâmicas.

Quanto às atividades do setor primário, percebe-se, no Nordeste, uma tendência de investimentos na construção de gasodutos e exploração de minérios, não se configurando como uma tendência espacial industrializante, como no caso de Minas Gerais, mas se constitui em um modelo de enclave na região, uma vez que se especializou na produção para a exportação.

Com a política de abertura econômica do país, os impactos regionais são sentidos diferentemente, onde o Nordeste perdeu mais de cinco pontos percentuais na pauta de exportações brasileiras, uma vez que a maior parte de seus setores não tem condições de proporcionar uma proteção maior, enfrentando uma grande queda de alíquotas, sofrendo um impacto mais forte da concorrência que se instala.

Ademais, para Azzoni (2007), a expansão urbana na Região Nordeste não é fruto da expansão da agricultura, nem da indústria, nem de investimento público, mas da política social de aposentadoria rural, gerando, na opinião do autor, uma acomodação social e urbana.

Então, com baixo crescimento econômico e industrial medíocre como os que têm ocorrido, o anterior processo de urbanização foi severamente prejudicado, certamente tendo seus efeitos positivos desacelerados. Com isso, pode-se prever um acentuado aumento da subocupação urbana e, conseqüentemente, um amontoado de gente pobre nas cidades, com forte aumento das demandas sociais, pressionando as prefeituras para obter água, luz, educação, saúde pública, transporte etc. Os efeitos daí advindos são os mesmos, mas as razões, as causas daquele processo talvez passem a se tornar mais claras e preocupantes. (CANO, 2007, p.263)

Neste sentido, vai abaixo a tese do governo do Presidente FHC de que se fosse criado um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento das forças produtivas o crescimento se reproduziria homogeneamente no Brasil inteiro.

O país vive, nestes anos recentes, uma situação francamente de descenso social, dado que grande parte dos empregos gerados nesse período está na verdade substituindo outros tipos de trabalho (menos precários) anteriormente exercidos por essas pessoas, nos quais seus rendimentos eram maiores. Assim, há um efeito estatístico de “melhora”: incha o número de pessoas que, embora com qualificação superior à exigida pelo seu atual emprego, sujeitam-se a receber menos que ganhavam. (CANO, 2007, p.263-264)

#### **1.4.A Questão Regional na Atualidade: Remontando as Políticas de Desenvolvimento Regional**

Nos últimos anos, a economia do Brasil sofre mudanças em função das grandes transformações mundiais, tais como: uma política de abertura comercial intensa; mudanças tecnológicas; crescente papel da logística na localização dos empreendimentos; incentivos dos governos locais; a priorização à integração competitiva, reformas na ação do Estado e a implementação do programa de estabilização.

Conforme Galvão (2007), após a trajetória de crescimento e concentração, no século XX, passa-se a uma situação que alia uma baixa capacidade de acumulação com tênues melhorias na situação social, resultantes do aprimoramento recente das políticas sociais e dos movimentos de migração dos excluídos do que da inserção produtiva das camadas mais pobres do país. Neste sentido, registre-se um retorno de ênfase nas políticas de desenvolvimento regional que se caracterizam por atuar em favor de uma homogeneidade territorial, através da regulamentação das atividades e ações de desenvolvimento que ocorrem em uma região.

Inclusive, resgatando a importância de se retomar as discussões do desenvolvimento regional, Haddad (2007) lembra da existência de argumentos legais, políticos e econômicos que reiteram a necessidade de haver instituições federais capacitadas para criar e coordenar a execução de políticas de desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Segundo o autor, sob a perspectiva legal, a Constituição de 1988, além da descentralização, contempla a questão dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento, através de regulamentações e mecanismos e instrumentos compensatórios inter-regionais.

(...) na fase de discussão e elaboração da Constituição de 1988, foram incluídos e aprovados artigos nos quais foram explicitados vários aspectos do planejamento regional – muitos deles na direção de uma política nacional de desenvolvimento regional – que iam desde a configuração do sistema de planejamento e do processo de elaboração, discussão e aprovação dos planos, até à regionalização dos investimentos e despesas governamentais na peças orçamentárias, de modo a permitir, através de maior transparência, acompanhar e avaliar os programas governamentais da perspectiva dos seus impactos espaciais. (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 170)

Sob a perspectiva política, Haddad (2007) afirma que essas ações compensatórias do poder público são indispensáveis para evitar a vertente desintegradora dos movimentos

regionalistas; sob a perspectiva econômica, o crescimento sustentável do país depende de mecanismos que sejam capazes de articular as oportunidades de investimentos que se encontram nas áreas periféricas.

Com este propósito, como um dos primeiros passos rumo ao remonte das políticas de desenvolvimento regional, em 28.07.2003, deu-se a recriação da SUDENE, como uma reafirmação renovada de um instrumento indispensável ao desenvolvimento regional e nacional, tendo como eixo central de sua proposta a busca pela justiça social. Segundo o Professor Celso Furtado, idealizador daquela Superintendência<sup>12</sup>, embora seja imenso o volume de informação e de documentação de que se dispõe agora sobre a região,

Temos que ter muita cautela, porque o futuro realmente é sempre muito complexo quando se trata de regiões como a nossa região nordestina, onde são tantas as variáveis que intervêm. Para captar a lógica da economia nordestina, é necessário perceber o essencial da realidade nacional. Isso aí é o que é mais difícil, porque não se pode pensar o Nordeste sem pensar o Brasil. (FURTADO *apud* ALENCAR JÚNIOR, 2005)

O professor Celso Furtado também faz a advertência para que não percamos de vista que a política econômica praticada tradicionalmente em nosso país criou uma sociedade com graves distorções e sujeita a crises intermitentes de balanço de pagamentos externos. Lembrou que a economia brasileira foi exposta a um risco crescente de recessão, tendo prestigiado a estabilidade de preços, mas facilitado o endividamento externo. O patrimônio do país, em grande parte, foi alienado e esse risco ainda não se dissipou no Brasil de hoje, podendo vir a comprometer qualquer projeto de investimentos de médio e longo prazo.

Por fim, Furtado *apud* Alencar Júnior (2005) afirma em sua recente entrevista que o fato de querer unir a região nordeste foi o que marcou sua presença nesta região, uma vez que, hoje, cada Estado nordestino quer competir com o seu vizinho. Em outras palavras, Furtado afirma:

A grande vitória da Sudene foi criar uma unidade do Nordeste, colocar seus problemas como regionais. (...) Estou convencido de que é preciso continuar com a política diferencial. O grande problema que eu vejo no Nordeste é a falta e consciência de que a união regional é um trunfo político. Eu diria que o mais importante para o Nordeste é restaurar o espírito de unidade da região. (FURTADO *apud* ALENCAR JÚNIOR, 2005, p.125/133)

---

<sup>12</sup> Discurso proferido pelo Professor Celso Furtado na Cerimônia de Recriação da SUDENE. Local: Banco do Nordeste – Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas – Fortaleza-CE, em 28.07.2003.

Neste sentido, Araújo (2007) destaca a importância do debate sobre novas bases de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), uma vez que propostas localistas privilegiam uma única escala e existe a necessidade de se lidar com duas questões principais: a diversidade e a desigualdade regional. Neste sentido, a autora defende uma política que se preocupe com regiões menos dotadas de investimentos dinamizadores, pois, “privilegiar com investimentos estratégicos – como os de infra-estrutura econômica e infra-estrutura de produção de conhecimento – as regiões mais competitivas e dinâmicas do país é praticar antipolítica regional”<sup>13</sup>. (ARAÚJO, 2007, p.231)

Portanto, não basta achar que o problema é apenas de escala macro-regional no Norte e Nordeste, mas é necessário se tratar a questão de política regional em diferentes escalas, que permita visualizar desafios conjunturais e estruturais, uma vez que o desafio brasileiro é complexo. A questão do desenvolvimento regional trata então de como instalar uma dinâmica de desenvolvimento nas regiões e de regulamentar esse desenvolvimento a um equilíbrio entre os diferentes territórios do Brasil.

Embora Furtado concorde com a questão da própria desigualdade intra-regional no Nordeste, explicitou a existência da consciência de que todos os estados nordestinos são iguais na pobreza e na exclusão social, onde uma política diferencial de incentivos é fundamental para um país heterogêneo como o Brasil. Para o professor, o atraso relativo do Nordeste não o impede de crescer uma vez que a região teve um crescimento importante, no entanto, admite que sua estrutura social continua problemática, o que pode ser explicada pela falta de vontade política.

- A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR

A gestão governamental do Presidente Lula tem apoiado ações de planejamento e gestão que têm como foco o combate às desigualdades regionais, buscando uma aproximação

---

<sup>13</sup> Verifica-se uma expressiva heterogeneidade em termos intra-regionais, manifestando-se contrastes também na própria área do Semi-Árido, tais como ilhas de prosperidade em áreas de baixo dinamismo econômico. Tal fato se deu, sobretudo, através de alguns instrumentos de políticas públicas que privilegiavam o fortalecimento da dinâmica dos mais fortes e deixar de lado os espaços menos competitivos ou com dificuldades de se desenvolver, conforme veremos a seguir. Neste sentido, quando se analisa a dinâmica regional, é insuficiente um foco macro-regional, sendo necessário o detalhamento na escala de observação.



ao nível territorial. Dentre as medidas adotadas, destaque-se o desenvolvimento rural, a irrigação e o apoio a arranjos produtivos locais, sistemas locais de inovação e empreendimentos exportadores.

Mais recentemente, ressalte-se a iniciativa do Governo em resgatar o planejamento e uma nova política regionalizada, através de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que se constitui como “estratégia de desenvolvimento alternativa à guerra fiscal e à fragmentação territorial que predominaram desde a década de 80, para que a retomada do crescimento resulte, de fato, num Brasil de todos”. (MI, 2008, p. 10) Ainda, conforme Galvão,

A PNDR tem por objetivo principal a redução das desigualdades regionais e o apoio ao desenvolvimento das regiões brasileiras, na busca de melhor exploração dos potenciais que emergem da exuberante diversidade cultural, social e econômica do nosso país (...) Contempla múltiplas escalas geográficas, para melhor acomodar sua agenda de ações voltadas essencialmente à dinamização econômica e ao apoio à organização socioprodutiva das regiões. E prevê, ainda, a articulação das ações federais com as dos demais entes da Federação, criando um espaço promissor para que possa prosperar a cooperação federativa (GALVÃO, 2007, p. 338)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional proposta pela atual administração registra uma mudança, conforme Azzoni (2007), uma vez que aceita que o funcionamento da economia e da sociedade gera desigualdades, apontando como é necessário alterar o quadro e busca nichos de oportunidades não visados pelo mercado.

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços enquanto condena outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. A PNDR atua no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, por meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando, assim, competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos. (MI, 2008, p. 12)

Neste sentido, a PNDR estabelece como uma de suas principais premissas a abordagem em múltiplas escalas - onde a escala preferencial de ação no território deve ser uma escala sub-regional, através da organização e articulação de iniciativas no nível mesorregional diferenciado<sup>14</sup> - que Ferreira & Moreira (2007) também defendem como uma quebra de paradigma das práticas históricas do desenvolvimento regional no Brasil, que era

---

<sup>14</sup> As mesorregiões diferenciadas são espaços territoriais menores que as macrorregiões, com identidades definidas e com objetivos específicos voltados para a melhor definição de potencialidades e vulnerabilidades socioeconômicas, culturais, político-institucionais e ambientais que propiciem a ação mais efetiva das políticas públicas.

geralmente imposto de cima para baixo, dominado por interesses de grupos detentores do poder local.

Na realidade, a discussão sobre a escala sub-regional não é recente, uma vez que, em 1988, Becker *apud* Ferreira & Moreira (2007) já afirmava que as macrorregiões, objeto de políticas regionais nas décadas de 60 e 70 já não eram mais unidades operacionais representativas no país. Contribuíram para o surgimento dessa nova escala o interesse despertado pelo sucesso de algumas regiões, tais como os distritos industriais na Terceira Itália e a insatisfação com os resultados das tradicionais políticas de desenvolvimento regional que vinham sendo implementadas a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

(...) a valorização de escalas menos abrangentes que as tradicionalmente adotadas deve ser entendida como parte de um processo de ajuste das políticas regionais brasileiras ao novo paradigma dominante na área – que passou a enfatizar a importância da dinâmica interna das regiões – inclusive em termos políticos e sociais – como um elemento determinante do seu potencial de desenvolvimento. A escala macrorregional, tradicionalmente utilizada como referência exclusiva do território para as ações governamentais de desenvolvimento regional, ao implicar em territórios excessivamente heterogêneos, dificulta uma adequada mobilização do potencial endógeno dos territórios. (BANDEIRA *apud* FERREIRA & MOREIRA, 2007, p.358)

Em face dos novos critérios de escolha territorial, foi criada uma tipologia regional da PNDR, que propõe o ajuste da intervenção sub-regional, a partir de um recorte de microrregiões geográficas e do cruzamento das variáveis de rendimento domiciliar médio por habitante e variação média anual do PIB *per capita*<sup>15</sup>, estabelecendo quatro tipos de classificações do território brasileiro: 1) espaços enquadrados como de alta renda não prioritários da Política (concentrados no Sudeste e Sul do país e capitais estaduais); 2) espaços dinâmicos de menor renda, apropriados para ação induzida de desenvolvimento regional (Centro-oeste, Norte e Nordeste); 3) espaços estagnados de média renda que necessitam de estímulos diferenciados (dispersos em todo o território nacional); 4) espaços de baixa renda que se constituem em desafios complexos para se romper com a pobreza e exclusão social (Semi-Árido nordestino e Amazônia Ocidental).

De acordo com Galvão (2007), o Grupo de Trabalho (GT) Interministerial de Programas Regionais da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento

---

<sup>15</sup> Os dados básicos, a partir dos quais se construíram as variáveis, foram extraídos dos censos demográficos do IBGE (1991 e 2000) e das estimativas de PIB municipais, realizadas pelo Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Regional<sup>16</sup> construiu uma agenda de ações de fomento a 19 territórios que geraram compromissos da ordem de R\$ 2,5 bilhões em 2005 em cinco mesorregiões diferenciadas, nove sub-regiões do Semi-Árido nordestino e cinco cidades-gêmeas, no âmbito do Programa Faixa de Fronteira<sup>17</sup>. As ações foram agrupadas em quatro blocos de ações e atividades: 1) dinamização econômica; 2) infra-estrutura econômica; 3) infra-estrutura social; e 4) organização social e institucional.

Quanto às críticas a alguns programas de governo do Presidente Lula que são taxadas como “assistencialistas” – tais como o Programa Bolsa Família<sup>18</sup> - ressalte-se que a PNDR tem, ao menos em sua concepção teórica, a intenção de focalizar a causa da desigualdade e da pobreza em sua expressão territorial:

Ao contrário do que se pode imaginar, o objeto da PNDR não é exatamente o combate à pobreza. Se assim fosse, o mapa de atuação da Política iria privilegiar a periferia das grandes metrópoles, o que cabe às políticas urbanas e à política social. (...) O objeto da PNDR se expressa na coincidência espacial entre pobreza individual e regional. Visto por uma perspectiva espaço-temporal, a PNDR se concentra nas regiões que, por sua situação de debilidade econômica e estagnação, geram expressivos fluxos migratórios, os quais constituem a maior parte dos bolsões de pobreza das grandes metrópoles. (MI, 2008)

Igualmente, além do nível mesorregional, ressalte-se que a instância macrorregional continua sendo relevante, sobretudo no Norte, Nordeste e Centro – Oeste, onde o governo federal conta com órgãos específicos voltados à questão regional com re-criação das novas: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (SUDECO); que estão atualmente em discussão no parlamento. “Cabe a esses órgãos a promoção do

<sup>16</sup> O GT Interministerial é composto por 23 ministérios e secretarias especiais que participam de esforço inovador de coordenação de ações transversais em sub-regiões consideradas prioritárias, inaugurando um novo processo de intervenção territorial até então inédito na esfera federal.

<sup>17</sup> O Programa Faixa de Fronteira depara-se com desafios estratégicos, visando à mudança de mentalidade no tocante às fronteiras, que não podem mais ser entendidas como áreas longínquas e isoladas, e sim como uma região com a singularidade de estimular processos de desenvolvimento e integração regional. O Programa tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul. (Fonte: Ministério da Integração).

<sup>18</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. O PBF integra o FOME ZERO, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Maiores informações estão disponíveis no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2008) – <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

desenvolvimento includente e sustentável de suas respectivas áreas de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. <sup>19</sup>” (MI, 2008, p. 15)

Embora a PNDR ainda não esteja totalmente implementada, ressalte-se que suas ações já vêm se traduzindo em ações do governo federal, estados e municípios e da sociedade civil nos programas do Plano Plurianual (PPA), no direcionamento estratégico dos instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional e em iniciativas não-orçamentárias do governo. Em relação à Região Nordeste, por exemplo, já foi concluída a versão preliminar do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE), ressaltando que o semi-árido constitui-se como objeto de programas específicos no PPA para a escala sub-regional, através do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido, que já se encontra em plena execução e uma série de ações vem sendo implementadas para a promoção do desenvolvimento regional endógeno. (MI, 2008)

Quanto à preocupação de Haddad (2007) acerca da necessidade de uma análise de reinvenção dos instrumentos econômicos para promoção do desenvolvimento regional - tais como: a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional; e programa de empréstimos coordenados pelas instituições financeiras federais – ressalte-se que, da mesma forma que as ações de desenvolvimento do PNDR atuam em diversas escalas, o financiamento dessa Política também é direcionado de forma a atender e dar suporte às múltiplas escalas de intervenção. Em suma,

(...) o financiamento do desenvolvimento nas múltiplas escalas conta com instrumentos diversos, a exemplo do orçamento geral da união e dos entes federativos, bem como dos Fundos Constitucionais de Financiamento, dos Fundos de Desenvolvimento Regional e dos incentivos fiscais. (MI, 2008, p.17)

Os Fundos Constitucionais de Financiamento (do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste) consistem nos principais instrumentos de fomento às atividades produtivas – empresas privadas, parcerias público-privadas (PPP's) e cooperativas - desenvolvidas naquelas regiões. São agentes operadores desses fundos o Banco da Amazônia (FNO), o Banco do Nordeste (FNE) e o Banco do Brasil (FCO).

---

<sup>19</sup> Conforme Art. 3º do texto aprovado na Comissão Especial da Câmara, em 22/03/2006, que institui a Sudene.

Ademais, os fundos de desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE) financiam as empresas constituídas na forma de sociedade por ações (S.A.) aptas a emitir debêntures, tendo como agentes operadores o Banco da Amazônia e BNB. Já os incentivos fiscais, no Nordeste, são concedidos para empresas instaladas na área de atuação da SUDENE<sup>20</sup>.

Por fim, está em negociação no Congresso uma proposta de criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) “que se dote a PNDR de recursos adequados aos seus objetivos e o PPA de lógica de atuação territorial, sem o que não se poderão esperar resultados expressivos no combate à redução do quadro de desigualdades” (MI, 2008, p.18)

Por outro lado, além dos mecanismos institucionais elencados, Haddad (2007) lembra da necessidade de uma capacidade endógena de organização social e política para desenvolvimento de uma região que se associa ao aumento da autonomia local ou regional para a tomada de decisões e um crescente processo de inclusão social, conservação e preservação do ecossistema regional ou local. Conforme Furtado *apud* Haddad (2007),

O verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre quando, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los. (FURTADO *apud* HADDAD, 2007, p.312)

Seguindo a mesma linha de pensamento, Becker *apud* Colpo (2005) defende que,

(...) o desenvolvimento regional só pode ser alcançado pela participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global. A crescente organização da sociedade moderna transformou a sociedade civil no terceiro sistema. (COLPO, 2005, p. 206)

Em suma, Haddad (2007) diz que não se pode esperar que a promoção do desenvolvimento econômico das regiões menos desenvolvidas venha a ser realizada apenas pelas instituições e agências do governo, uma vez que estas devem ser consideradas,

---

<sup>20</sup> Nas seguintes modalidades: i) redução do imposto sobre a renda e adicionais; ii) aplicação de parcela do imposto de renda em depósitos para reinvestimento; iii) isenção do IOF nas operações de câmbio para exportação de bens; iv) isenção do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante (AFRMM); v) maior incentivo para contratação no exterior de assistência técnica ou científica; vi) maior subvenção do valor da remuneração de pesquisadores; vii) depreciação acelerada incentivada; viii) desconto, no prazo de 12 meses da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

sobretudo, como parceiras potenciais na elaboração e implementação de políticas, programas e projetos concebidos pela atuação da própria sociedade local.

Para que a devida endogenia aconteça, segundo Becker *apud* Araújo (2007), uma vez que a maior parte dos centros de pesquisa está localizada no Sudeste, é necessário um “choque de conhecimento” nessas regiões menos favorecidas, ao que Araújo (2007) propõe investimentos estratégicos patrocinados pelo Governo para atrair a iniciativa privada e a criação de um Conselho Nacional de Políticas Regionais, presidido pelo Presidente da República para discussão e tomada de decisões que digam respeito à questão regional brasileira.

### **1.5. A Continuidade do Banco do Nordeste do Brasil como Instrumento de Desenvolvimento Regional**

A criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) deu-se em 1952, como instituição de fomento aos setores produtivos da região e que, ao longo do tempo, tem concentrado sua atuação, principalmente nas regiões semi-áridas, de acordo com a definição de polígono das secas<sup>21</sup>, área reconhecida e de atuação da SUDENE.

Desse modo, a natureza do BNB seria revelada desde o seu projeto original<sup>22</sup>, cujo foco estava dirigido à questão do crédito para as atividades produtivas da área do polígono das secas, o que não deixava de representar um progresso frente aos elevados juros praticados pelos bancos comerciais privados e à inadequação do crédito fornecido pelas instituições financeiras públicas, seja em relação aos prazos, seja ainda em relação ao descumprimento de dispositivos constitucionais. (VIDAL, 2004, p. 114)

Conforme críticas de Vidal (2004), quando da concepção do BNB, existiam limitações impostas, tais como, a ausência da idéia do planejamento em bases capitalistas para a região, a dependência de escassos recursos orçamentários – comparada às necessidades da região – e sua atuação reduzida ao financiamento de atividades produtivas já existentes, o que não contemplava grandes montantes de recursos, delimitando sua área geográfica de atuação no polígono das secas.

---

<sup>21</sup> Polígono das secas - Área de semi-árido reconhecida pela SUDENE, em que o BNB atua, sendo: nove estados nordestinos, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.

<sup>22</sup> Para maiores informações ver BNB (1958).

Desse modo, não resta dúvida de que as ações do DNOCS e do BNB, anteriores à intervenção planejada do Estado do Nordeste (a partir do advento da SUDENE), não se revestiam de características essenciais da planificação do capitalismo e, portanto, não podem ser apontadas sequer como o prenúncio do planejamento regional no país. (VIDAL, 2004, p. 117)

Não desmerecendo a crítica do autor, note-se que o Banco do Nordeste se tratou de uma das poucas instituições do Estado a perpetuar-se desde os anos 1950 como instrumento de política pública, e cuja área de atuação abrange todos os nove estados do Nordeste e o Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Embora o Banco não conte com uma grande rede de sucursais<sup>23</sup>, através dessa estrutura e de programas específicos, atendeu, em 2005, 99% dos municípios de sua área de atuação com o financiamento de R\$ 4,2 bilhões no longo prazo, representando uma participação de 73% no total de financiamento da Região, que não se restringem apenas à agropecuária, mas, também, aos segmentos: mineral, industrial, agroindustrial, de infra-estrutura, turístico, comercial, de serviços etc.

Além disso, resalte-se a meta de aplicação do BNB de 50% dos recursos do FNE no semi-árido, concedendo maiores benefícios para as empresas que desejem se instalar nessa área que possui um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento humano do país.

Ademais, é insensato o autor afirmar que o Banco não se tratava de uma intervenção planejada do Estado no Nordeste, uma vez que, historicamente, vem acompanhando e se adequando às macro-políticas do Governo Federal, e participando, historicamente, das discussões de planejamento regional e nacional através do seu órgão técnico máximo, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE).

Na verdade, o BNB, enquanto banco público de desenvolvimento e braço do Governo Federal tem colocado sua estrutura de desenvolvimento em apoio à execução das políticas públicas do Governo, procurando seguir as orientações estabelecidas no PPA, com base nas seguintes estratégias: aumento da renda per capita; geração da inclusão social e posto de trabalho; elevação da produtividade; redução das desigualdades sociais e regionais; expansão da cidadania; contribuição para a redução da vulnerabilidade externa do país.

---

<sup>23</sup> Conta atualmente com cerca de 180 agências que atendem em torno de 1990 municípios

Por outro lado, de acordo com Frota (2007), uma vez que o BNB tem que se submeter aos rigores do Acordo de Basiléia, seus indicadores e resultados constituem o dilema dos bancos de desenvolvimento, que têm a necessidade do lucro para sobreviverem ao mesmo tempo em que têm o papel de intervenção na dinâmica econômica através de políticas públicas para áreas e agentes produtivos mais carentes - geralmente representados por operações de menor retorno e maior risco.

Para intervenção no processo de desenvolvimento regional, o Banco busca a redução das desigualdades em três vertentes: desigualdades inter-regionais, desigualdades intra-regionais, e desigualdades interpessoais; através de suas principais diretrizes de ação integrada:

a) elevação das taxas de crescimento - através da ampliação do acesso ao crédito - sobretudo para micro, pequenas e médias empresas - que viabilizem novos investimentos em empreendimentos produtivos e de infra-estrutura regional;

b) o foco territorial - propõe atuar em todos os tipos de territórios, com estratégias diferentes, através de diversificadas formas de intervenção em áreas dinâmicas, apoiando atividades competitivas e integrando cadeias produtivas; e áreas deprimidas, realizando articulações sociais, institucionais e integrações econômicas. O Banco utiliza seus agentes de desenvolvimento articulados com sua rede de agencias para operacionalizar sua Política de desenvolvimento territorial de forma a superar gargalos e dinamizar as potencialidades nos territórios mapeados;

c) Apoio à inclusão Social – o BNB conta com o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste (CREDIAMIGO) para essa finalidade, que se trata de um programa de microfinanças destinado a grupos solidários que recebem a orientação necessária para obtenção do crédito.

Ademais, para formulação, acompanhamento e avaliação das ações de promoção do desenvolvimento regional, o Banco conta com duas unidades: 1) a Área de Políticas de Desenvolvimento, que tem como finalidade a formulação de estratégias do Banco no tocante à política de financiamento e desenvolvimento territorial; 2) o ETENE, responsável pelo desenvolvimento de estudos para o Banco e a comunidade.



A Área de Políticas de Desenvolvimento e o Etene têm também um papel importante em termos de cultura organizacional, na medida em que fortalece o conhecimento e a sensibilidade do corpo de funcionários do Banco quanto às questões do desenvolvimento regional e o papel da empresa, uma vez que esse é o elemento diferenciador do Banco do Nordeste, inseparável de sua ação bancária. (FROTA, 2007, p. 389)

O BNB conta com diversas fontes de financiamento para fomento dos setores produtivos da região; são recursos oriundos do FNE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de recursos captados junto a organismos multilaterais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, entre outros. Em função de o presente trabalho estar focado no programa PROATUR, que é operacionalizado com recursos do FNE, detalharemos, em seguida, o referido fundo, sem prejuízo das outras linhas de financiamento, que poderão ser enfoque de futuras pesquisas.

- O FNE

Conforme já comentado no item anterior, o Banco do Nordeste, além de seus recursos internos, é responsável pela administração do FNE, que se trata de um dos principais fundos subsidiários das ações da PNDR para empreendimentos privados e cooperativas, além de contar com um fundo com juros diferenciados e priorização para os micro e pequenos empreendimentos de localização no semi-árido.

O FNE foi instituído em 1988 pela Constituição e representa uma fonte de recursos para financiamentos a empresas privadas nos segmentos: agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de infra-estrutura, turístico, comercial, de serviços etc. O Fundo beneficia produtores rurais, empresas, associações e cooperativas de produção etc.

Segundo Frota, anualmente, o BNB, em articulação com o Ministério da Integração (MI), elabora a Programação do FNE, planejando a dotação de recursos e critérios para financiamento dos empreendimentos contemplados no público-alvo de cada Programa. A política do Fundo privilegia principalmente investimentos, objetivando fomentar a formação de capital fixo e, complementarmente, capital de giro.

O FNE possui ainda como critério e aplicação de bônus de adimplência para empreendimentos financiados no Semi-Árido e a distribuição entre os onze estados da área de atuação do Banco, situando-se o limite entre o mínimo de 4,5% e o máximo de 30% por estado. Além disso, existe o critério de concessão máxima por setores econômicos, estabelecendo percentuais para cada setor, que podem ser alterados, a depender das necessidades e potencialidades econômicas e da negociação com o Ministério da Integração.

O BNB também participa da formulação e implantação da PNDR e, inclusive, a Programação do FNE, desde 2006, já vem adotando os limites de financiamento considerando as tipologias de cada município segundo aquela Política, concedendo um maior limite de financiamento com recursos do FNE nos municípios caracterizados como: baixa renda; estagnada de média renda; ou dinâmica de menor renda. (FROTA, 2007)

A PNDR, também, está refletida nas parcerias do BNB com o Ministério da Integração em Programas Mesorregionais de desenvolvimento do Nordeste, apontando prioridades de intervenção e ações conjuntas, que extrapolam a ação financiadora para uma ação política de promoção de recursos e potencialidades regionais, da atração de investimentos e de recursos como representante nordestino junto ao governo federal, a entidades nacionais, internacionais e organizações empresariais.

Nenhuma instituição, pública ou privada, é tão forte e completa que possa assumir sozinha o desafio de alavancar o desenvolvimento (...) Certamente são muitos os desafios para manutenção de uma ação institucional ideal, uma vez que há diferentes esferas e interesses públicos e privados envolvidos. A percepção da necessidade, entretanto, tem, de forma prática, aberto boas possibilidades de parcerias, cabendo a cada instituição uma participação ativa na formulação da ação, no cumprimento de sua parte e no gerenciamento e avaliação da implementação global, a fim de fortalecer os elos e aperfeiçoar a ação cooperada – que embute muitas vezes aspectos de competição que podem ser trabalhados como motrizes da ação. (FROTA, 2007, p. 392)

Diante do exposto, cabe também ao BNB o papel de acompanhar e contribuir com as políticas de desenvolvimento setorial, tais as políticas de turismo previstas no Plano Nacional de Turismo (PNT), fazendo chegar suas macro-diretrizes nacionais até a menor base territorial, através de políticas setoriais de financiamento de acordo com as necessidades regionais e locais, monitorando-as e ajustando-as de acordo com o enfoque dado pelo Governo Federal, conforme será visto no próximo capítulo.

### **3. PARADOXOS E INTER-RELACIONAMENTOS DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NORDESTINO**

O Estado vem reconhecendo o turismo como um instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento regional, dada as transformações percebidas em outros países e regiões que revelam sua capacidade de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, traduzida na geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Neste âmbito, o presente capítulo busca levantar algumas reflexões sobre o histórico das políticas públicas de turismo no Brasil e as diferentes políticas para a atividade turística no Nordeste, de forma a compreender os paradoxos em suas diretrizes políticas e inter-relacionamentos como instrumentos de desenvolvimento turístico regional.

#### **3.1.A evolução das Políticas Públicas para o Turismo**

Considerando o aspecto setorial das políticas públicas, cabe a uma política de turismo ser um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística em um território específico. De outra forma, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares. (CRUZ, 2002)

De acordo com Cruz (2002), a história das políticas nacionais de turismo, a partir da análise dos diplomas legais relacionados à atividade, pode ser dividida em três diferentes períodos – em função de importantes rupturas que demarcaram cada fase. O primeiro período - que vai de 1938 até 1966 - é denominado pela autora como a “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais do turismo, em função de se tratarem de diretrizes legais desconexas e restritas a aspectos parciais das atividades:

- 1938 - Decreto-lei 406, de 4 de maio: dispõe sobre a venda de passagens aéreas;
- Decreto 3.010 de 20 de agosto: dispõe sobre o funcionamento das agências de venda de passagens e das agências de turismo e concessão de vistos consulares;

- 1939 – Decreto-lei 1.915 de 27 de dezembro: cria o primeiro organismo oficial de turismo na administração pública federal – A Divisão de Turismo, subordinada ao Departamento de Imprensa e Propaganda;

- 1940 – Decreto-lei 2.440 de 23 de julho: primeiro diploma legal que trata, exclusivamente da atividade turística – dispõe sobre o funcionamento e atuação de empresas de agências de viagens e turismo;

- 1958 – Decreto 44.863 de 21 de novembro: cria a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), subordinada diretamente à Presidência;

- 1961 – Lei 4.048 de 29 de dezembro: cria a Divisão de Turismo e Certames, subordinada ao Dep. Nacional de Comércio do Ministério da Indústria e Comércio;

- 1962 – Lei delegada 11, de 11/10/62: sujeita as agências de venda de passagens a registro no Departamento Nacional de Imigração e Colonização;

O segundo período abrange, entre 1966 e 1991, desde a primeira política nacional de turismo até as bases jurídicas que deram origem à sua reformulação. É nesse período, segundo Cruz (2002), que a atividade turística começa a ser reconhecida como capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais:

- 1966/67 - Decretos-lei 55/66 e 60.224/67 - Criação do Sistema Nacional do Turismo, constituído pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e Ministério das Relações Exteriores (MRE);

- 1968 – Resolução CNTUR 31, de 10 de abril: estabelece o Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo;

- 1969 – Resolução CNTUR 71, de 10 de abril: traz todas as indicações para a elaboração do PLANTUR (que não foi implantado), considerado instrumento básico da Política Nacional de Turismo;

- 1977 - Criação da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI-NE);

Embora no terceiro período delimitado por Cruz (2002) abranja, desde a reformulação da EMBRATUR, em 1991, até a Política Nacional de Turismo - instituída durante o primeiro mandato do governo do ex-presidente FHC - o presente trabalho delimitará esse período até os dias de hoje, com o Plano Nacional de Turismo (PNT) e o Programa de Regionalização do Turismo do Governo do Presidente Lula:

- 1991 - Lei 8.181, de 29/03/1991 - Extinção do CNTUR e ampliação da finalidade da EMBRATUR como autarquia;
  - Criação do PRODETUR/NE I, assimilado pela Política Nacional de Turismo e incluso entre os programas de infra-estruturas básica e turística, juntamente com o PRODETUR-Amazônia Legal/Centro-Oeste e PRODETUR-Sul;
- 1992 - Decreto 448/92 de fev/92 - Concepção de Política Nacional de Turismo 1996-1999 e concepção do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que não chega a sair do papel;
- 1994 – Contrato 841-OC/BR de dez/1994 - PRODETUR/NE I (Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste);
  - Criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT);
- 1996 - Instituição da Política Nacional de Turismo (1996-1999) que foi preconizada pelo Decreto 448/92;
- 1998 - Deliberação Normativa N° 399/98 de nov/1998 - Criação do Conselho Consultivo do Turismo Nacional;
  - Deliberação Normativa nr. 390/98 de mai/98 - Exigência de Parecer Técnico do Bacharel em Turismo;
- 1999 - Carta de Goiás – Agenda Única do Turismo Nacional – Ano 2000;
- 2001 - Deliberação Normativa 419/01 de mar/01 - Criação do Programa Nacional de Infra-estrutura Turística;
- 2003 - Decreto 4.686 de 29.04.03 - Criação do Ministério do Turismo (MTUR), Conselho Nacional do Turismo (com oito Câmaras Temáticas); Fórum Nacional de Secretários e Fórum Estadual (27 fóruns, estados e Distrito Federal);
- 2003 - Plano Nacional de Turismo – Diretrizes, Metas e Programas 2003/2007;
- 2004 – Programa de Regionalização do Turismo;
- 2006 – Documento Referencial do Turismo 2007/2010;
- 2007 – Plano Nacional de Turismo 2007/2010;
  - Definição dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional;
- 2008 – PRODETUR Nacional
  - Lei do Turismo - Lei 11771 de 17 de Setembro de 2008;

Obviamente, o desenvolvimento e evolução das políticas públicas voltadas especificamente para a atividade turística foi um processo longo e gradativo. Com a adoção dos ideais neoliberais, já discutidos no capítulo anterior, observou-se que houve uma preocupação do Estado no sentido de, à medida do possível, repassar ou dividir com outros setores a responsabilidade da condução e funcionamento de alguns serviços essenciais e na formatação de políticas públicas.

Embora autores como Endres (2003) contextualizem que esse compartilhamento se justifica pela incapacidade do Estado em operacionalizar sozinho a condução de políticas complexas - o que se aplica, sobretudo, às políticas de turismo, principalmente pela natureza da atividade e por sua ampla abrangência em seus diversos segmentos – é fato que esse repasse de responsabilidades está muito mais relacionado ao próprio desmonte do Estado.

Vidal (2004) defende que, durante os mandatos de cunho neoliberais, a grande ênfase à descentralização das políticas sociais para o plano local – embora exacerbada como mais próximas do público-alvo, com ampliação da participação política e maior controle social – seria, na verdade, uma forma de replicar o mercado neoliberal, que desmonta e fragiliza o poder central e incentiva a competição entre os Estados, uma vez que,

(...) em países periféricos marcados por grandes e já institucionalizadas desigualdades sociais e regionais, caso clássico do Brasil, o incremento da descentralização, quer dizer, do poder do âmbito local, tende a reforçar ainda mais tais desigualdades, cristalizando-se mesmo. (VIDAL, 2004, p. 131)

Neste sentido, um dos maiores desafios do desenvolvimento da atividade turística contemporânea tem sido a elaboração de políticas públicas setoriais eficazes para o enfrentamento das questões das desigualdades regionais e da exclusão social, embora, contraditoriamente, o Brasil esteja inserido em um cenário democrático, que pressupõe um equilíbrio inter e intra-regional e uma ampla participação do conjunto de atores sociais. Ressalte-se que, até mesmo, o próprio Estado Capitalista reconhece a importância das Políticas Públicas como estratégicas para ação e controle do Estado e para os interesses do capital.

Alguns estudiosos do assunto questionam se realmente o turismo deveria ser tratado como uma alavanca para o desenvolvimento regional e que a conotação dada à necessidade de

desenvolvimento da região Nordeste em relação às demais regiões do país reside não em desequilíbrios regionais, mas sim em desigualdades sociais, conforme Cruz (2002, p.74),

(...) há, ao longo da história das políticas nacionais de turismo, um privilégio crescente da região Nordeste, quiçá apoiado sobre duas bases insustentáveis: “a tese dos desequilíbrios regionais” e a crença de que “o turismo pode ser um agente minimizador desses desequilíbrios regionais”.

Embora a autora conteste a tese dos desequilíbrios regionais e questione a capacidade do turismo em eliminar a existência de desigualdades, é fato que a atividade turística vem evoluindo naturalmente e, considerando a importância estratégica do setor para o atual governo no Brasil, faz parte do seu papel elaborar políticas de forma a torná-lo aproveitável ao desenvolvimento local e menos impactante às comunidades.

Em relação à crença sobre desequilíbrios regionais e desigualdades sociais que paira sobre o Nordeste, não se pode negar que a região é um dos núcleos da injustiça social brasileira; e isso não é tão somente dito como forma de atrair investimentos e recursos para região, mas, conforme o atual Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva afirmou em discurso<sup>24</sup>:

As pessoas precisam efetivamente acreditar que, levar água para nove estados nordestinos, não é fazer política preferencial para o Nordeste, é apenas reconhecer uma dívida que esse país tem para com o Nordeste brasileiro, e recuperá-la é quase uma obrigação política e moral nossa.

O problema reside em confrontar as soluções para os problemas da região com as soluções para as demais regiões, segundo o Presidente Lula, em mesmo discurso,

(...) habitualmente, no Brasil, se tenta rivalizar dizendo que vem muito dinheiro para o Nordeste e que o dinheiro é mal gasto, (...) tudo isso só pode ser discutido por pessoas que pensam pequeno, porque um país de tamanho do Brasil tem que ser pensado nacionalmente, regionalmente e setorialmente.

Além de apresentar um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento do país, é fato que a Região Nordeste abarca uma grande área de condições geográficas desfavoráveis ao convívio humano e ao desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais sem um maior aparato tecnológico. Como exemplo, tem-se a Região Semi-Árida<sup>25</sup>, delimitada no interior do Nordeste, que se caracteriza pela grande variabilidade e vulnerabilidade climática e que tem passado por diferentes delimitações, prevalecendo as estabelecidas pelo governo

<sup>24</sup> Discurso proferido pelo Presidente da República do Brasil Luis Inácio Lula da Silva na abertura da Cerimônia de Recriação da SUDENE, em 28.07.2003.

<sup>25</sup> Aqui tratamos da delimitação da nova região semi-árida, conforme o MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI (Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial para re-delimitação do Semi-Árido Nordeste e do Polígono das Secas. Brasília, março, 2005);

federal, baseado na ocorrência das crises climáticas e na necessidade e oportunidade de apoiar novos processos de desenvolvimento.

Ressalte-se que, em estados nordestinos como o Ceará – onde a delimitação semi-árida representa mais de 90% de sua área – o desenvolvimento da região torna-se um desafio ainda maior, levando à adoção do turismo como propulsor da economia de muitas localidades, em função de sua menor exigência em investimentos físicos e aparatos tecnológicos e da existência de uma demanda já espontânea que vai em busca de seus atrativos naturais e histórico-culturais.

Por outro lado, não se pode negar que, com o advento do transporte e o incremento no fluxo de pessoas no Brasil e no mundo todo, o turismo vinha sendo realizado de forma desordenada e com ações governamentais descoordenadas, de modo a se aproveitar rapidamente a demanda emergente, considerando o forte potencial do Brasil como produto turístico e, sobretudo da região Nordeste do país – que dispõe de diversidade paisagística, clima ameno e vasto patrimônio histórico-cultural.

Embora das tentativas de políticas para o ordenamento da atividade turística em governos anteriores, é fato que a atividade nunca havia sido exclusiva em uma pasta ministerial, quando, somente em janeiro de 2003, ao criar o MTUR, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva ordenou a priorização do turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do País.

No âmbito da criação do Ministério do Turismo é lançando, em 2003, uma nova proposta de ordenamento da atividade no país - o Plano Nacional do Turismo (PNT) - baseado nas seguintes premissas: parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos; inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos; adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes; incremento do turismo interno; e, por fim, o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social. (MTUR, 2007)

Conforme já discutido no capítulo anterior, ao contrário de seus antecessores neoliberais, o presidente Lula proporciona a retomada das políticas de desenvolvimento



regionais e, sendo o turismo uma das atividades prioritárias em seu mandato, o desenvolvimento regionalizado do turismo não poderia ficar de fora das macro políticas do seu governo, no âmbito do novo Ministério criado, onde as políticas de turismo para a região Nordeste vão além do segmento de sol e praia.

Considerando a proposta de articulação e integração do novo PNT com as demais políticas para o desenvolvimento turístico do país, serão apresentadas, a seguir, as principais políticas de turismo empreendidas para o desenvolvimento do setor no Nordeste, de forma a desenvolver reflexões sobre as suas propostas e possíveis impactos para a Região.

### **3.2.O Nordeste no Foco das Políticas de Turismo**

Analogamente como a natureza se colocou, inicialmente, no centro das políticas de desenvolvimento da Região Nordeste – através das políticas de combate à seca – na atualidade, emergem novamente os recursos naturais da Região através de políticas que os valorizam através da atividade turística como instrumento para o desenvolvimento regional.

A ênfase no turismo como vetor do desenvolvimento regional representa, nesse contexto, um novo momento do planejamento governamental para o Nordeste, calcado, sobretudo, na chamada potencialidade natural da Região para a atividade, considerando-se, fundamentalmente, a extensão de sua costa (3.300 km, aproximadamente) e o clima quente predominante. (CRUZ, 2002, p. 28)

Ou seja, a opção do turismo como política para o desenvolvimento regional decorre em função de que esta atividade possa vir a se constituir como a redenção econômica para o Nordeste, ou como uma possibilidade para a minimização das disparidades regionais existentes entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas do país.

No Nordeste, a emergência do planejamento da atividade turística se dá a partir do final da década de 1970, através de duas políticas regionais de turismo instituídas, a Política de Megaprojetos Turísticos<sup>26</sup> e o PRODETUR/NE. Enquanto a primeira se constituía como uma “urbanização turística de trechos pouco ou nada urbanizados da orla, com grande participação do poder público” a segunda tratava-se de “uma política de turismo que “faz as vezes” de uma política urbana, pois se restringe à criação de infra-estrutura urbana em

---

<sup>26</sup> Esses megaprojetos foram: Projeto Parque das Dunas – Via Costeira, Natal (RN) e Projeto Cabo Branco, João Pessoa (PB) – de abrangência territorial restrita – e os projetos Costa Dourada, litoral Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, e Linha Verde, litoral norte do estado da Bahia, de abrangência territorial expandida.

localidades consideradas, pelos respectivos estados envolvidos, relevantes para o desenvolvimento do turismo regional”. (CRUZ, 2002, p.11)

Por outro lado, ao contrário do que se limitam a dissertarem alguns estudiosos, as políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo não se restringem apenas à publicação de macro-diretrizes de ordenamento do setor e, tampouco, à simples concessão de recursos estatais em obras de infra-estrutura pública. Inclusive, a esse respeito, Bezerra (2005) esclarece que,

As ações e os estímulos mais comuns para desenvolver o setor turístico, afora a questão da propriedade estatal de alguns empreendimentos, poderiam ser reduzidos ao seguinte quadro de incentivos: concessão de linhas de crédito para o setor privado; favorecimento setorial por meio de incentivos fiscais; construção de infra-estrutura; e gastos com marketing de turismo.

Diante do exposto, detalharemos, em seguida, as principais políticas de desenvolvimento regional que vêm sendo utilizadas, nas últimas décadas, para a atividade turística na região Nordeste – que vão além do planejamento e da disponibilização de infra-estrutura – contando, inclusive, com a replicação de algumas ações de planejamento para o desenvolvimento turístico que já vinham sendo utilizadas em outros países.

- Políticas de Incentivos Fiscais

Através das políticas de Incentivos Fiscais, o Estado brasileiro inicia sua intervenção no desenvolvimento do turismo sob a forma de indução, através de estímulos para certos investimentos que deveriam orientar o comportamento dos agentes de mercado.

Neste sentido, o artigo 23 do Decreto-lei 55/66 equipara as atividades turísticas às indústrias básicas, uma vez que o termo “indústria turística”, considerado um termo errôneo para denominar a atividade, segundo alguns autores<sup>27</sup>, surgiu para efeito de concessão de incentivos fiscais, e os artigos 23, 24, 2º e 26 tratam dos incentivos fiscais destinados especificamente a empreendimentos turísticos.

Quanto a incentivos fiscais específicos à Região Nordeste ressalte-se que, além dos incentivos federais citados anteriormente, foram criados mecanismos que visavam,

---

<sup>27</sup> Sobre essa discussão ver CORIOLANO (2006).

especialmente, o desenvolvimento econômico da Região e a minimização das disparidades inter-regionais, a exemplo do mecanismo 34/18 – FINOR.

O referido mecanismo foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial da Região – onde o turismo era inserido - quando a Sudene, instituindo seu Plano diretor em 1961 pela lei 3.995 de 14 de dezembro, estabelecia no artigo 34 e, posteriormente, em 1963, no artigo 18 da Lei 4.239 de 27 de junho, descontos no imposto de renda para pessoas jurídicas que realizassem investimentos em projetos, considerados pela Sudene como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

Embora alguns autores como Oliveira *apud* Cruz (2002) critiquem o papel desempenhado pelo 34/18 – que, em sua opinião, foi um mecanismo acentuador das deficiências econômicas da região - na opinião de Cruz (2002), constituiu-se como “o mais importante mecanismo de fomento à criação de infra-estrutura produtiva industrial e turística do Nordeste”. (CRUZ, 2002, p.72)

Em que pese a importância da política de isenção fiscal para atração de investimentos para a estruturação da atividade turística, sobretudo para a Região Nordeste, é fato que, conforme já discutido no capítulo anterior, a corrida dos governos nordestinos em proporcionar os melhores benefícios para as empresas que viessem a se instalar na região gerou uma guerra fiscal generalizada, onde não houve a preocupação de se avaliar a qualidade dos investimentos que estavam sendo atraídos e seus impactos ambientais e sociais, mas apenas sua capacidade de gerar um crescimento da economia estadual.

Por outro lado, de acordo com Silva (2005), nos últimos tempos, houve uma mudança de postura do Estado quanto ao incentivo à atividade turística, uma vez que os governos estaduais se encontram em uma posição menos privilegiada, pois se situam hierarquicamente entre os governos nacionais – cujo poder de comando ainda prevalece - e entre os governos locais, em função do processo de globalização e descentralização que transfere as responsabilidades de ações para o local. Desta forma, resta aos governos estaduais adotar um processo de gestão do urbano dentro de um espírito empresarialista baseando-se nas experiências dos governos locais.

- Políticas de Infra-Estrutura: o caso do PRODETUR/NE

Além dos incentivos fiscais, outro instrumento de política de regionalização do Turismo é a disponibilização de infra-estrutura pública nas regiões menos desenvolvidas do país. Na verdade, há mais de uma década, organismos internacionais de desenvolvimento, a exemplo do BID e Banco Mundial, reconhecem o turismo como um instrumento de desenvolvimento, usando-o, por intermédio de macro programas infra-estruturais, para suprir carências das populações de países subdesenvolvidos, por serviços básicos de saneamento, água potável, energia elétrica, transporte, entre outros, que, por sua vez, incidem nos indicadores relativos às condições de saúde, moradia, transporte, escoamento de produção, incrementando o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida.

Como exemplo de políticas de infra-estrutura, temos o pioneirismo, no Brasil, do PRODETUR/NE, criado em 1994, a partir de um acordo entre BID, governo federal e governos nordestinos, com o objetivo principal de financiar projetos de infra-estrutura básica e turística, através da disponibilização de recursos no montante de US\$ 800 milhões em sua primeira etapa e US\$ 400 milhões durante o PRODETUR/NE II. Posteriormente, são criados também: o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia (PROECOTUR), que beneficia os estados da Região Norte; o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR/SUL), cujo agente financeiro oficial é o Banco do Brasil; e o Programa de Desenvolvimento do Turismo nos Estados da Região Sudeste, Goiás e Distrito Federal (PRODETUR/JK), para contemplar os estados ainda não beneficiados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

O PRODETUR/NE surge, nos anos 90, como uma proposta de planejamento e inserção mercadológica do “produto Nordeste”, no contexto de ação estratégica do Governo Federal e das prioridades nacionais, integrantes do Programa Avança Brasil, buscando transformar vantagens comparativas regionais em vantagens competitivas, através da implementação de parcerias entre os órgãos públicos, privados e a própria sociedade.

De acordo com BNB (2002), a primeira etapa do PRODETUR/NE se deu por um processo de revalidação das macro-estratégias turísticas e dos projetos prioritários, com a participação de cada governador dos Estados, no sentido de viabilização de infra-estrutura turística. Dentro da primeira etapa do Programa, o Banco do Nordeste desempenhou o papel de órgão mutuário, executor e financiador do PRODETUR/NE, sendo responsável por um

conjunto de atividades gerenciais relacionadas ao processo operacional, enquanto o BID desempenhou papel de órgão financiador do Programa, cabendo aos Estados, através de suas Unidades Executivas Estaduais (UEEs), e ao Governo Federal o aporte da contrapartida financeira.

Após a superação dos entraves encontrados, a primeira fase do PRODETUR/NE teve seus desembolsos concluídos no primeiro semestre de 2005, quando pôde ser contabilizada a mobilização de recursos em torno de US\$ 626 milhões<sup>28</sup>, compreendendo o financiamento do BID e a contrapartida assumida pelos Estados nordestinos e pela União, distribuídos em 264 projetos dos mais diferentes portes, os quais já estão concluídos ou em fase final de implementação, a saber: construção e/ou reforma e ampliação de aeroportos; pavimentação e/ou recuperação de rodovias; disponibilização de serviços de saneamento básico por meio da implantação de sistemas de água e esgoto; recuperação de patrimônio histórico em diversas áreas turísticas; a proteção ambiental de locais onde a característica de fragilidade dos ecossistemas torna-os susceptíveis à degradação pelas atividades antrópicas e capacitação de órgãos de governo responsáveis pela gestão da atividade nos Estados. (BNB, 2008).

Caracterizando-se o PRODETUR/NE I como um arranque do desenvolvimento turístico no Nordeste, cujo objetivo principal era amenizar o déficit de infra-estrutura turística, a segunda etapa se caracteriza por avançar na complementação e continuidade das ações desenvolvidas anteriormente, mas, principalmente, focado em ações qualitativas de desenvolvimento humano. Além disso, o PRODETUR/NE II tem como foco aplicar as lições aprendidas, principalmente no âmbito da necessidade de redução dos passivos ambientais, decorrentes do inadequado planejamento ambiental e da execução e supervisão de obras sem a devida atenção para a adoção de medidas de redução de impactos.

A segunda etapa do Programa, atualmente em andamento, está mobilizando recursos da ordem de US\$ 400 milhões, sendo 240 milhões<sup>29</sup> financiados pelo Banco do Nordeste com repasse de recursos do BID e US\$ 160 milhões pela contrapartida mínima exigida, a ser

---

<sup>28</sup> Período entre 1994 – 2005.

<sup>29</sup> Total contratado (posição: 03/2007): US\$ 237,8 MI. Por Estado: RN: US\$ 21,3 MI; BA: US\$ 39 MI; CE: US\$ 60 MI; PE: US\$ 75 MI; MG: US\$ 27,5 MI; PI: US\$ 15 MI (Fonte: BNB. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur\\_ne2/gerados/situacao\\_atual.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne2/gerados/situacao_atual.asp). Acesso em 07/12/2007.

aportada conjuntamente pelos submutuários<sup>30</sup> e pela União<sup>31</sup>. Além de ações voltadas para infra-estrutura, o Programa está financiando um processo de planejamento setorial integrado e participativo, bem como a criação de uma capacidade de gestão ambiental, administrativa e fiscal adequada aos municípios.

Aplicando a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento<sup>32</sup>, de forma a se favorecer um fluxo regional e assegurar a sustentabilidade dos investimentos, foram definidas, inicialmente, dentre as trinta e sete áreas com potencial turístico mapeadas pelo Banco do Nordeste, nove mesorregiões prioritárias para cada estado da região, denominadas Pólos de Turismo, por serem espaços que já se apresentavam mais bem estruturados e onde já haviam sido aplicados recursos com o PRODETUR/NE I. Posteriormente, a segunda etapa do Programa incorpora, também, mais três Pólos no estado da Bahia e dois Pólos na área de atuação do Banco nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Há, portanto, um total de quatorze pólos instalados no PRODETUR/NE II, conforme Figura 1. (PORTO, 2004):

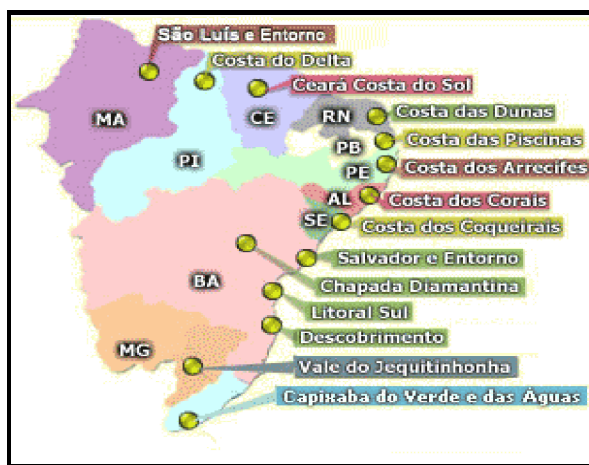


FIGURA 1: Pólos de Turismo do PRODETUR/NE II  
 FONTE: BNB (2008)

A proposta da segunda fase do Programa é que todos os Pólos se materializem através da instalação de Conselhos de Turismo - que são espaços sistematizados para planejar, deliberar e viabilizar iniciativas que concorram para o desenvolvimento sustentável do Setor.

<sup>30</sup> Embora os estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba e Sergipe, não estejam figurando como beneficiários do financiamento no amparo do PRODETUR/NE II, integrarão o Programa, dado que receberão recursos da União, através do Ministério do Turismo, para executar ações constantes dos Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), cujos gastos serão reconhecidos na contrapartida global do Programa;

<sup>31</sup> A partir de março de 2007 houve mudanças na sistemática do repasse de recursos federais onde, segundo as novas normas da Comissão de Financiamentos Externos (COFIE) do Ministério do Planejamento e BID, os futuros contratos serão realizados diretamente com os estados, sob coordenação geral do Ministério do Turismo;

<sup>32</sup> Para um maior aprofundamento sobre Pólos de Desenvolvimento ver ANDRADE (1987);

Entretanto, conforme estudos de Porto (2004), é fato que nem todos os Conselhos têm funcionado tal qual foi planejado, onde muitos deles foram apenas criados para atender as exigências do BID para o repasse dos recursos.

Conforme Coriolano (2006) e relatórios do BID, muitos passivos sociais e ambientais foram gerados com a execução do PRODETUR/NE I. Desta forma, como forma de amenizar os óbices existentes e de garantir a sustentabilidade ambiental na execução dos projetos da segunda etapa, existe a obrigatoriedade da elaboração e apresentação de um Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), cuja discussão, validação e acompanhamento deverão ocorrer no âmbito dos Conselhos de Turismo de cada Pólo integrante do Programa, estimulando a participação das comunidades pertencentes aos municípios envolvidos, por serem consideradas elemento fundamental no processo.

Diante dos resultados favoráveis com a execução do PRODETUR/NE, foi criado, em 2008, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL), que objetiva o alcance das metas do Plano Nacional de Turismo, através de financiamento, no valor de R\$ 1 bilhão operado pelo BID, de ações relacionadas com a recuperação e valorização de atrativos turísticos públicos, investimentos em infra-estrutura, transporte e preservação do meio ambiente.

Por meio do programa, estados e municípios brasileiros<sup>33</sup> – estes desde que tenham mais de um milhão de habitantes –, poderão solicitar recursos diretamente ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), dentro de suas respectivas capacidades de endividamento e critérios acordados entre o MTur e o banco. Para acessar a linha de crédito, as propostas têm de ser aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento (Cofix), por meio de cartas-consulta. Nestas, deverão ser identificadas as modalidades de turismo que serão desenvolvidas, bem como os mercados, segmentos e áreas geográficas alvos das intervenções. (MTUR *apud* CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008)

Embora da iniciativa do Governo Federal em nacionalizar o PRODETUR, espera-se que a referida medida não venha a prejudicar o direcionamento de recursos para o Nordeste, uma vez que este - diferentemente de outras regiões que já possuem um maior nível de industrialização – encontra na atividade turística uma opção de dinamização econômica e enfrentamento das desigualdades inter e intra-regionais.

---

<sup>33</sup> Atualmente, cerca de 20 estados já manifestaram interesse em participar do PRODETUR Nacional, sendo que Santa Catarina, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Pará e Mato Grosso do Sul já apresentaram suas propostas para aprovação da COFIEIX. Os estados de Amapá, Pernambuco, Tocantins, Espírito Santo, Sergipe, Piauí, Paraíba e Rio de Janeiro já estão elaborando suas cartas-consulta com o apoio técnico do MTUR. (MTUR *apud* CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008)

### 3.3. Políticas de Crédito: O Caso do PROATUR

Obviamente, não somente os programas infra-estruturais têm contribuído para o desenvolvimento regional; trata-se de um conjunto de iniciativas combinadas em função da melhoria da infra-estrutura, a exemplo da disponibilização de linhas de crédito destinadas ao fomento da atividade turística.

Embora alguns autores e pesquisadores não consigam enxergar o crédito como parte integrante de uma política pública setorial, resgate-se as palavras de Cruz (2002) acerca do fomento à atividade turística,

Uma das principais estratégias de uma política setorial é a criação de um sistema de fomento à atividade. A alocação de recursos e sua respectiva distribuição (espacial, temporal, setorial) têm importância capital para o sucesso de uma dada política. São esses recursos que permite, de forma geral, a sua consecução. Uma análise das políticas nacionais de turismo e suas repercussões espaciais, que se pretenda consistente, não pode prescindir do estudo das políticas de fomento à atividade. (CRUZ, 2002, p.65)

Historicamente, o crédito foi uma das formas mais utilizadas para induzir o desenvolvimento do turismo em vários países, tais como: Reino Unido, França, Grécia, Portugal, Noruega, Finlândia, México, Nepal, Indonésia, dentre outros. Note-se que, embora nos países mais desenvolvidos houvesse a concessão de crédito subsidiado pelo Estado, havia um amplo investimento também pelo setor privado, enquanto nos países menos desenvolvidos, o financiamento de longo prazo para financiar investimentos na atividade turística era majoritariamente procedente do Estado.

Portanto, conforme Bennett *apud* Bezerra (2005), era muito comum nos países menos desenvolvidos, com potencial turístico, conceber políticas públicas na forma de financiamento para investimentos turísticos privados, que estivessem em sintonia com as políticas nacionais, a taxas de juros subsidiados, através dos chamados bancos de desenvolvimento. Não obstante, as estruturas de financiamentos estipuladas para estimular o turismo, em muitos países, privilegiaram, sobretudo, o segmento hoteleiro, assim como também a oferta de bens e equipamentos turísticos.

Cabe realizar um resgate das principais políticas de financiamento para o Turismo no Brasil, onde se verifica que o crédito para a atividade surge como política para fomentar



investimentos considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional. O Decreto-lei 55/66 é considerado o primeiro na história das políticas de turismo a definir os incentivos financeiros a serem aplicados na atividade que permitiria a captação de recursos para utilização pela Embratur no financiamento do turismo no Brasil:

O artigo 19º do Decreto 55/66 estabelece como recursos financeiros da Embratur a receita proveniente do “selo de turismo” então criado<sup>34</sup>, os créditos especiais e suplementares, as contribuições de qualquer natureza (públicas ou privadas), os juros e amortizações dos financiamentos que realizar ou de operações financeiras de qualquer natureza e os outros recursos, de qualquer natureza que lhe sejam destinados. (CRUZ, 2002, p.67)

Após cinco anos, o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), criado em 1971<sup>35</sup>, através do Decreto-lei 1.191, art. 11º, foi o primeiro fundo destinado exclusivamente a apoiar atividades turísticas, administrado pela EMBRATUR, através do financiamento, contribuindo para a expansão da infra-estrutura hoteleira, embora sua regulamentação também o capacitasse para conceder empréstimos a governos estaduais e municipais. (MENDONÇA & BEZERRA, 2005).

Conforme Cruz (2002), o FUNGETUR pode ser considerado como um importante instrumento de fomento à infra-estrutura turística no Brasil, uma vez que permite o financiamento de até 75% do custo total do empreendimento e favorece aos empreendimentos de pequeno e médio portes, embora autores como Beni *apud* Cruz (2002) afirme que ocorreram “freqüentes abusos e facilitação para obtenção desses benefícios”.

Posteriormente, em 1974, através do Decreto-lei 1.376/74, foram criados: o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), destinado aos setores de turismo, pesca e reflorestamento; e o FINOR, destinado à promoção do desenvolvimento industrial na região que, conjuntamente, serviram para alavancar os elos da cadeia turística.

Segundo Cruz (2002), desde a década de 1970, nenhum fundo especial foi criado para o fomento da atividade turística em escala nacional e que, posteriormente à criação desses fundos, ocorre uma desaceleração dos investimentos públicos no setor turístico. Por outro lado, ressalte-se que,

---

<sup>34</sup> O selo de turismo é criado pelo artigo 20 do Decreto 55/66 e corresponde a séries especiais a serem então editados pelo Departamento de Correio e Telégrafos, “com um adicional de não menos de 20% e não mais de 35%”, destinado a integrar os recursos da EMBRATUR.

<sup>35</sup> Embora desde 2001 não tenham sido realizadas novas operações no âmbito deste fundo, a sua operacionalização retornou recentemente através da Caixa Econômica Federal (CEF).

Apesar da retração nos estímulos governamentais ao setor turismo, os megaprojetos turísticos do Nordeste começaram a ser implantados na década de 1980. Tal paradoxo somente pode ser compreendido pela análise dos incentivos financeiros e fiscais especialmente criados para fomentar o desenvolvimento do turismo nessa Região e considerando, ainda, desdobramentos da chamada “tese dos desequilíbrios regionais”. (CRUZ, 2002, p.70-71)

Apenas no final da década de 1980 é que foram criadas outras linhas de financiamento ao turismo e, dentre elas, o FNE que, além de outros setores, também contempla a atividade turística. Os Fundos Constitucionais foram criados em 1988 para suprir programas de financiamentos para as regiões: Norte, através do FNO, operacionalizado pelo Banco da Amazônia (BASA); Nordeste, através do FNE, operacionalizado pelo BNB; e Centro-Oeste, através do FCO, operacionalizado pelo Banco do Brasil (BB). Destaque-se que todos esses fundos possuem linhas de financiamento para empreendimentos turísticos, através de operações de longo prazo e taxas de juros diferenciadas, de acordo com a localização e porte do empreendimento.

- O Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)

No Banco do Nordeste, ressalte-se que, além de programas específicos para o desenvolvimento da infra-estrutura turística (PRODETUR/NE) e programas de amparo aos micro e pequenos empresário do setor (CREDIAMIGO e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF), através dos recursos do FNE, foi criado, em 1992, o PROATUR, como uma política de financiamento totalmente voltada para atender as demandas por financiamentos de atividades turísticas da região nos seguintes segmentos: agências de viagem, operadoras, meios de hospedagem, transportadoras, organizadoras de feiras e congressos, parques temáticos, áreas de camping, serviços de alimentação, empresas de planejamento e consultoria turística, locadoras de veículos, dentre outros.

O referido Programa tem por objetivo apoiar a “implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico, mediante o financiamento de investimentos fixos e de capital de giro associado ao empreendimento”. (BNB, 2008)

O PROATUR, por ser subsidiado com recursos públicos oriundos do FNE, pode ser considerado como uma política pública, uma vez que atende às principais diretrizes legais de destinação de, pelo menos, metade dos recursos para o Semi-árido; ação integrada com as

instituições federais sediadas na Região; tratamento preferencial aos mini e pequenos empreendedores; preservação do meio ambiente; conjugação do crédito com a assistência técnica; democratização do acesso ao crédito e apoio às atividades inovadoras.

Além disso, ressaltam-se as condições diferenciadas do PROATUR que, por repassar recursos do Governo Federal, conta com uma das taxas de juros mais baratas do mercado e prazo de financiamento que pode atingir até 15 anos, inclusive até 5 anos de carência, conforme Tabela 2:

**TABELA 2: Condições de Financiamento do Proatur**

PORTE	CONDIÇÕES - PROATUR		
	Receita Operacional Bruta Anual R\$	Limite Máximo	Juros Anuais (*)
Mini e Micro	= 240.000,00	100%	6,75%
Pequeno	> 240.000,00 = 2.400.000,00	100%	8,25%
Médio	> 2.400.000,00 = 35.000.000,00	95%	9,50%
Grande	> 35.000.000,00	90%	10,00%

FONTE: BNB (2008)

(\*) Exclui Bônus de adimplência de 25% (semi-árido) e 15% (fora do semi-árido), incidente sobre juros.

Diante do exposto, tendo em vista os menores custos e facilidades da referida linha de financiamento, quando comparados a outras linhas de crédito do mercado, espera-se que o PROATUR seja uma potencial política de financiamento à atividade turística que propicie um maior acesso ao crédito e contribua para o desenvolvimento turístico da Região Nordeste como um todo, ao que iremos, a seguir, analisar os resultados dos referidos financiamentos.

Considerando o período analisado pelo presente estudo – 1998 a 2005 – verifica-se que o PROATUR financiou cerca de R\$ 214 MI na Região Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, onde se verificou uma evolução nos financiamentos ao turismo, sobretudo, a partir de 2003, possivelmente com o incentivo à atividade através da criação do MTUR. A diminuição nos financiamentos, em 2004, pode ter se dado em função da queda no fluxo

turístico mundial, em 2003<sup>36</sup>, por conta da gripe aviária e o conflito no Iraque – o que, possivelmente, influenciou na decisão do empresariado em contrair financiamentos no ano seguinte. Por outro lado, considerando que, em 2004, não houve uma queda no fluxo turístico brasileiro<sup>37</sup>, os investimentos em 2005 foram retomados, conforme gráfico 1:

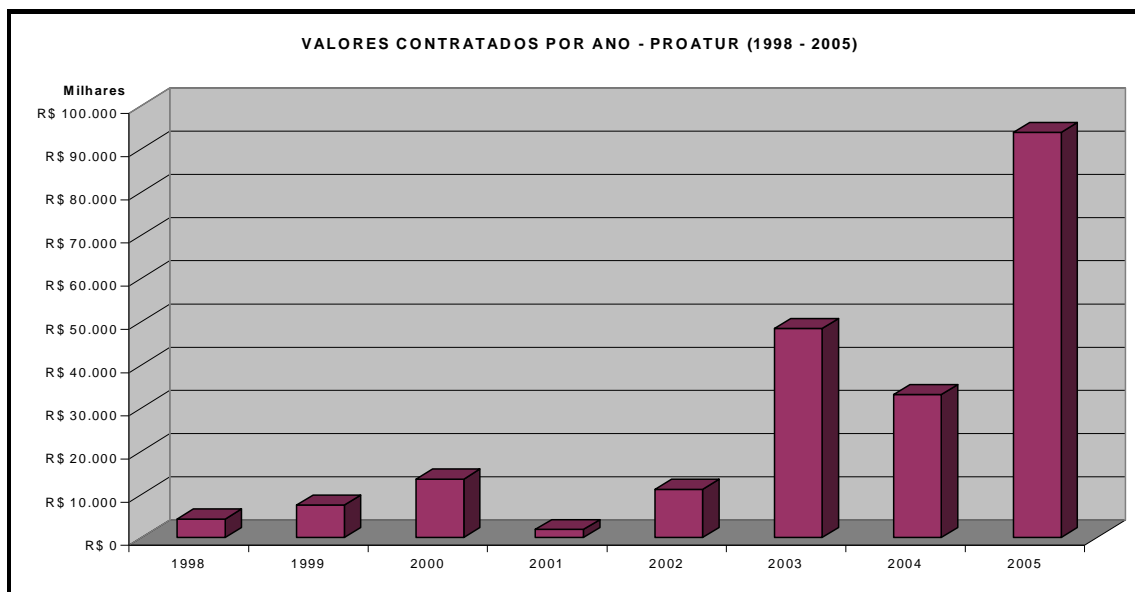


GRÁFICO 1 – Valores Contratados PROATUR – 1998-2005

FONTE: BNB (2006)

Quando se analisa a distribuição do PROATUR por unidade federativa (UF) observa-se, no Gráfico 2, um maior montante financiado, respectivamente, nos estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. Por outro lado, verifica-se uma aplicação quase inexistente no norte do Estado do Espírito Santo:

<sup>36</sup> Para maiores informações ver: publicação “Global troubles took toll on tourism in 2003, growth to resume in 2004” disponível no site da Organização Mundial do Turismo (OMT): <http://unwto.org/facts/menu.html>; 2) “Relatório de Gestão 2004” disponível no site do Mtur: [www.turismo.org.br](http://www.turismo.org.br). Acesso em 13 de agosto de 2006.

<sup>37</sup> Para maiores informações ver publicação “Anuário Estatístico EMBRATUR 2005”, disponível no site do MTUR: [www.turismo.org.br](http://www.turismo.org.br). Acesso em 27 de dezembro de 2007.

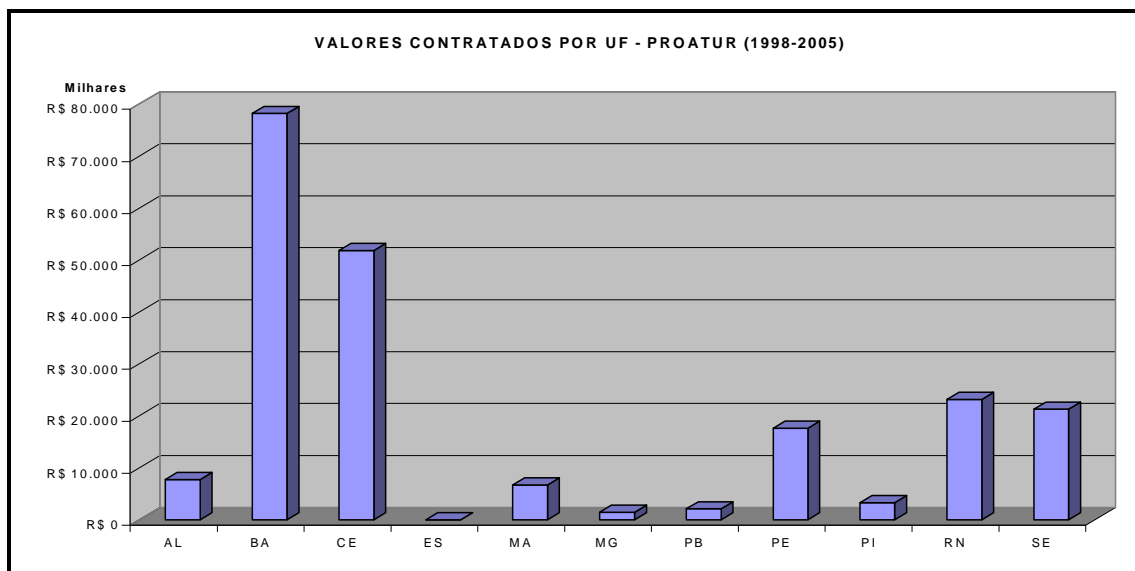


GRÁFICO 2 – Valores Contratados por UF - PROATUR (1998-2005)  
 FONTE: BNB (2006)

Na análise do porte dos empreendimentos financiados através do PROATUR, através do Gráfico 3, verifica-se um maior valor destinado ao financiamento de empresas de médio e grande portes. Por outro lado, segundo o Gráfico 4, percebe-se que, em termos quantitativos, existe um maior número de financiamentos aos empreendimentos de micro e pequeno portes:

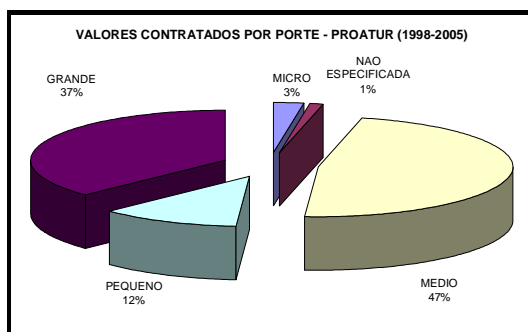


GRÁFICO 3 – Valores Contratados por Porte – PROATUR (1998-2005)  
 FONTE: BNB (2006)

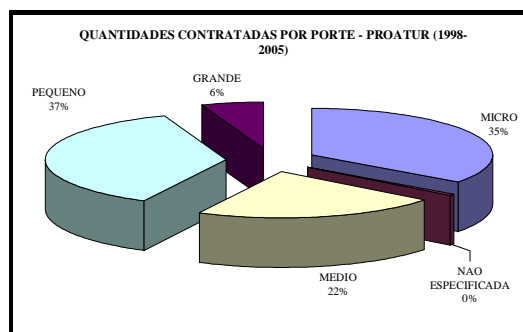


GRÁFICO 4 – Quantidade Contratada por Porte – PROATUR (1998-2005)  
 FONTE: BNB (2006)

Em relação às atividades turísticas financiadas pelo PROATUR, verifica-se, tanto em termos quantitativos quanto em valores financiados, um grande montante destinado ao financiamento de meios de hospedagem, enquanto que os financiamentos à alimentação (restaurantes), transportes e entretenimento (parques, casas de espetáculos etc) são pouco expressivos, conforme Gráficos 5 e 6:

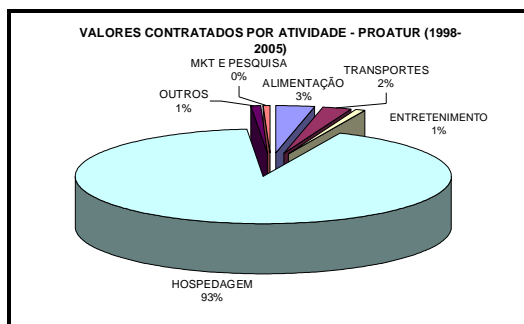


GRÁFICO 5 – Valores Contratados por Atividade – PROATUR (1998-2005)  
FONTE: BNB (2006)

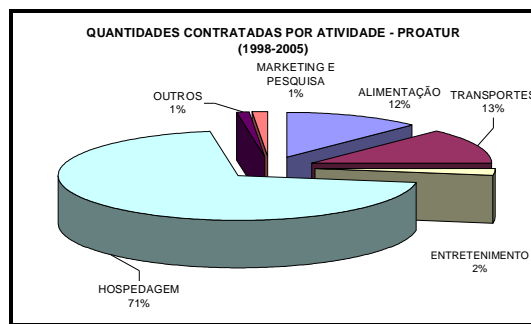


GRÁFICO 6 – Quantidade Contratada Por Atividade – PROATUR (1998-2005)  
FONTE: BNB (2006)

Quanto à distribuição dos financiamentos, conforme se verifica na FIGURA 2, o saldo de aplicação do PROATUR (BNB, 2007) encontra-se distribuído por toda a Região e, sobretudo, com maiores valores concentrados nas capitais nordestinas. Outrossim, percebe-se que os financiamentos ainda são, em sua maioria, inferiores a R\$ 700 mil e que, ainda, existem sub-regiões onde os financiamentos turísticos são pouco explorados, tais como os municípios do Norte baiano e do centro-sul do Piauí.

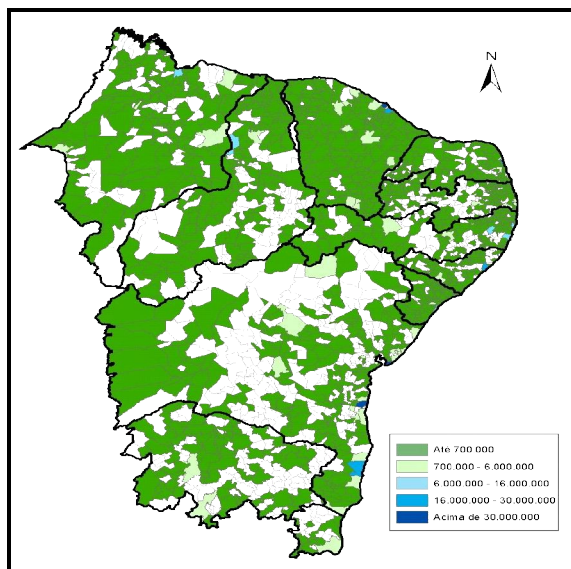


FIGURA 2 – Distribuição dos Saldos de Financiamento do PROATUR  
FONTE: BNB (2007)

Embora exista, há dois anos, uma área específica para a avaliação do FNE no Banco do Nordeste, ainda não foi realizada uma avaliação dos impactos sociais gerados através do PROATUR como uma política pública nos diferentes estados. Neste sentido, procede-se a pertinência e importância do presente trabalho que buscou, através da aplicação de questionários e entrevistas, uma avaliação mais qualitativa do Programa, cujos resultados serão abordados na Análise Final do presente trabalho.

Diante do exposto, verifica-se a importante participação dos agentes financeiros, sobretudo dos bancos oficiais, como operadores da política creditícia do Estado para o desenvolvimento do setor turístico no país. Para se ter uma idéia da magnitude da política creditícia ao turismo no Brasil, verifica-se que, de acordo com o Gráfico 7, foi financiado um total de R\$ 4,5 bilhões, de 2003 a 2005, sendo financiado quase R\$ 2 bilhões somente em 2005, com a seguinte participação dos agentes financeiros governamentais: R\$ 1 bilhão pelo Banco do Brasil; R\$ 680 milhões pela Caixa Econômica Federal (CEF); R\$ 109 milhões pelo Banco do Nordeste; R\$ 102 milhões pelo BNDES; e R\$ 15 milhões pelo BASA.

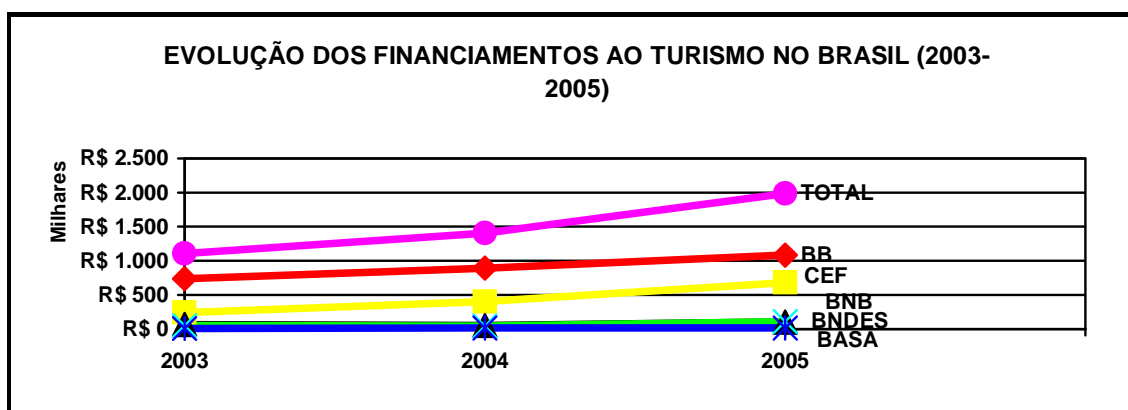


GRÁFICO 7: Evolução dos financiamentos ao turismo no Brasil nos Bancos oficiais  
 FONTE: MTUR (2007)

Em que pese um maior financiamento do BB e da CEF, deve ser avaliado também a natureza dos referidos créditos concedidos onde, segundo dados do Ministério do Turismo, cerca de 60% desses valores se destinaram a crédito rotativo (desconto e duplicatas), não se tratando, portanto de financiamentos de investimentos produtivos no longo prazo.

Além disso, embora da evolução do financiamento à atividade, deve ser observado que não basta apenas o crédito para estruturação do Turismo, conforme Bezerra (2005), nos últimos anos, os programas de financiamento público para os empreendimentos turísticos no país têm privilegiado os grandes empreendimentos que, segundo a autora, dificilmente são capazes de favorecer a distribuição de gastos de seus visitantes entre os outros pequenos negócios da região. Ressalte-se ainda que, segundo a autora, os critérios de diferenciação de custos do crédito adotados por esses agentes financeiros não foram suficientes para induzir o deslocamento dos investimentos turísticos para as regiões mais pobres do país, sobretudo nos municípios mais interioranos do Nordeste.

Outrossim, conforme Tabela 3, verifica-se um grande montante de investimentos destinados ao financiamento da rede hoteleira, sobretudo na Região Nordeste que, se forem alocados em sub-regiões menos dinâmicas e potencialmente turísticas do interior nordestino e se implantados de forma sustentável e inclusiva, podem vir a dinamizar a economia regional, gerando emprego e renda para a população nativa desses municípios:

**TABELA 3: Investimentos Previstos para o turismo**

REGIÃO	QUANT. PROJETOS	INVESTIMENTO ESTIMADO		UH'S	
		VALOR (R\$)	DISTRIBUIÇÃO %	QUANTIDADE	DISTRIBUIÇÃO %
NORTE	11	150.008.000	4,39%	1.596	6,775
NORDESTE	35	1.535.920.000	44,92%	8.245	34,99%
CENTRO-OESTE	13	247.050.000	7,22%	2.347	9,96%
SUDESTE	65	1.387.476.780	40,58%	10.281	46,64%
SUL	10	98.980.000	2,89%	1.092	4,63%
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>3.419.424.780</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.561</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: BSH *apud* MTUR (2007)

Neste âmbito, percebe-se que a eficiência das políticas para o desenvolvimento da atividade turística depende não somente da existência de estratégias norteadoras e da disponibilização de recursos financeiros para investimentos, mas, sobretudo de uma macro estratégia política única que ordene as ações de forma coerente, permeando os distintos programas existentes e da capacidade de concertação das agências e instâncias de políticas públicas tanto no plano horizontal dos campos de ação específicos, quanto no plano vertical, das relações entre os níveis de governo.

Diante do exposto, considerando a mais recente macro-estratégia para o desenvolvimento do turismo no atual governo, o Plano Nacional de Turismo, e sua proposta de Política de Regionalização – através do Programa de Regionalização do Turismo - será analisada, a seguir, a referida política enquanto proposta de desenvolvimento turístico para o Nordeste, assim como também a sua capacidade de integração e inter-relação com as políticas de desenvolvimento turístico já existentes para a Região.

### **3.4.Cortes e Recortes Iniciais: Paradoxos entre o Programa de Regionalização do Turismo e as Políticas de Desenvolvimento Turístico no Nordeste**



No ano de 2004, o Ministério do Turismo apresenta o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), pautado nas orientações contidas sob a égide do “Macroprograma 4 de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”<sup>38</sup> do Plano Nacional do Turismo. Um dos objetivos do Programa é a desconcentração da oferta turística brasileira, localizada – sobretudo no Nordeste – predominantemente no litoral; de forma a propiciar a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados nos mercados interno e externo.

Na proposta do Programa, está prevista uma construção coletiva, caracterizada pela participação de representantes do *trade* turístico e da área acadêmica, com a inclusão de organizações de agricultores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas. Neste sentido, se propõe o diálogo entre essas diferentes partes, que se materializa através de um novo quadro de relações sociais tecidas a partir de uma estrutura formada por: Conselho Nacional de Turismo, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Fóruns Estaduais de Turismo, Conselhos Municipais de Turismo, parceiros e comunidades.

Esse modelo de gestão apoiado na regionalização do turismo, incorporando a noção de território<sup>39</sup> e de arranjos produtivos, transformou-se em eixo estruturante dos macroprogramas do PNT. A gestão coordenada exige, de imediato, a organização de uma infra-estrutura política, técnica e administrativa que permita tanto a execução competente da proposta como a busca de investimentos específicos e compatíveis com o estilo de gestão baseado no compartilhamento e participação, nas parcerias e articulações.

Segundo o Programa, a proposta do modelo de regionalização do turismo exige: novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas; mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil; negociação, acordo, planejamento e organização social. Exige, por fim, entender a região diferentemente da macrodivisão administrativa adotada no País – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste.

Além disso, o Programa promete um esforço coordenado de ações integradas entre municípios, Estados e países, de forma a atingir os seguintes objetivos: dar qualidade ao

---

<sup>38</sup> No novo Plano Nacional de Turismo (2007-2010), o Programa de Regionalização foi elevado à categoria de Macroprograma 4 – Macroprograma de Regionalização do Turismo (MRT), dentre os 8 macroprogramas do novo documento.

<sup>39</sup> Para um maior aprofundamento, ver discussão em Schneider & Tartaruga (2004).

produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

De acordo com FGV, SEBRAE & MTUR (2007), através da gestão participativa, foram realizadas uma série de reuniões, seminários e oficinas com os órgãos oficiais de turismo das Unidades da Federação e o MTUR, que geraram, em 2004, o Mapa da Regionalização, composto pelo recorte de 219 regiões turísticas, contemplando 3.203 municípios, conforme FIGURA 3:

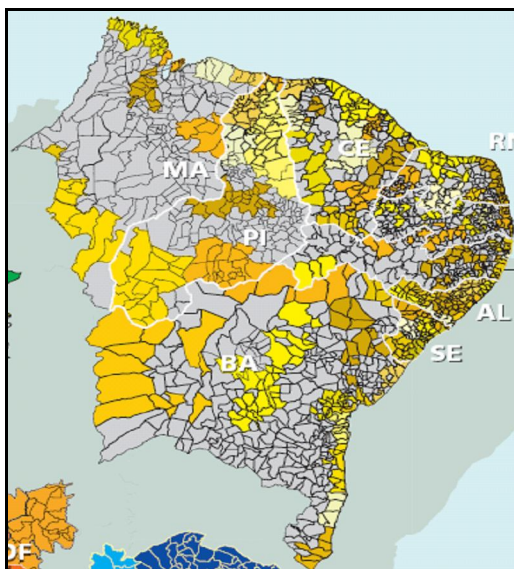


FIGURA 3: Programa de Regionalização do Turismo  
FONTE: MTUR (2005)

Posteriormente, em 2006, foi reorganizada a oferta turística nacional, através do mesmo processo de gestão participativa, gerando um novo recorte de 396 roteiros turísticos (149 regiões e 1.027 municípios) que foram apresentados durante o 2º Salão do Turismo, realizado em São Paulo, em junho de 2006. Desses roteiros turísticos foram mais uma vez recortados, 87 roteiros (116 regiões com 474 municípios) para obtenção do padrão de qualidade internacional<sup>40</sup>.

<sup>40</sup> Para a escolha dos destinos foram consideradas as avaliações e valorações de diversos estudos e pesquisas que orientam a ação ministerial, tais como o Plano de Marketing Turístico Internacional — Plano Aquarela, o Plano de Marketing Turístico Nacional — Plano Cores do Brasil, além de outros estudos e investigações sobre investimentos do governo federal e sobre as potencialidades e necessidades desses destinos. Além disso, foram consideradas as referências relativas às demandas de qualificação e infra-estrutura elencadas pelos representantes dos 87 roteiros turísticos durante o 1º Encontro Nacional do Programa de Regionalização do Turismo, ocorrido em Brasília, em outubro de 2006.

O que se propõe agora, no Plano Nacional do Turismo 2007-2010 — Uma Viagem de Inclusão, é a identificação de destinos com capacidade de induzir o desenvolvimento regional entre os 87 roteiros citados. Isso significa que esses destinos serão priorizados para receber investimentos técnicos e financeiros do MTur e serão foco de articulações e busca de parcerias com outros ministérios e instituições. (FGV, SEBRAE & MTUR, 2008, p. 3-4)

Após a seleção de 87 roteiros, mais um recorte: 65 destinos turísticos indutores<sup>41</sup>, que fazem parte de 59 regiões turísticas de todas as unidades da Federação, devendo ser trabalhados até 2010 para a obtenção do padrão de qualidade internacional, de forma a constituir modelos de destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, conforme uma das metas do PNT 2007/2010.

O MTUR prevê que, até o final de 2008, quinze desses destinos estejam estruturados e tenham alcançado o referido padrão de qualidade internacional - por meio da atuação do Ministério do Turismo e suas instituições parceiras, nos âmbitos nacional, estadual, regional e municipal – e os outros 50 destinos serão trabalhados de acordo com as metas do PNT 2007-2010.

- PRT x Destinos Indutores

Considerando o enfoque do presente trabalho na Região Nordeste, verifica-se que, de forma retrógrada ao movimento inicial de interiorização que se propôs no início do Programa de Regionalização - onde estavam previstos vários roteiros e destinos turísticos em regiões não-litorâneas e metropolitanas – foram cortados do planejamento inicial vários destinos localizados no interior da Região.

Conforme FIGURA 4, foram recortados 23 destinos indutores no Nordeste<sup>42</sup>, sendo quase todos litorâneos e/ou metropolitanos; com exceção dos municípios de Nova Olinda (CE), Lençóis (BA) e São Raimundo Nonato (PI).

---

<sup>41</sup> Para o Programa de Regionalização do Turismo, os destinos indutores de desenvolvimento turístico regional deverão ser aqueles que possuem infra-estrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos.

<sup>42</sup> AL: Maceió, Maragogi; BA: Marau, Lençóis, Porto Seguro, Salvador, Mata de São João; CE: Aracati, Fortaleza, Jijoca de Jericoacoara, Nova Olinda; MA: Barreirinhas, São Luís; PB: João Pessoa; PE: Fernando de Noronha, Ipojuca, Recife; PI: Parnaíba, São Raimundo Nonato, Teresina; RN: Natal, Tibau do Sul; SE: Aracajú.

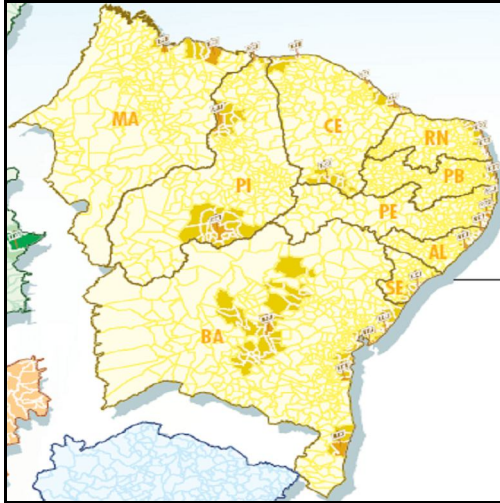


FIGURA 4: 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional  
 FONTE: FGV, SEBRAE & MTUR

O fato mais incoerente é que, enquanto as políticas de Regionalização do Governo Lula, elencadas no capítulo anterior, estão voltadas para dinamizar as áreas estagnadas e menos dinâmicas da Região Nordeste, excluídas as microrregiões de alta renda – tal como na Política Nacional de Desenvolvimento Regional; a proposta de política de destinos indutores do Ministério do Turismo está voltada, contrariamente, para cortar da prioridade os municípios menos estruturados e recortar as capitais nordestinas como principais prioridades da política de desenvolvimento turístico regional.

Além disso, é sabido que a atividade turística no nordeste sempre priorizou o turismo de sol e praia – que já possui uma vocação paisagística nata e uma maior infra-estrutura para o turismo através da ação de outras políticas públicas como o PRODETUR/NE – sendo cortado do planejamento a proposta inicial do PRT, que objetivava a interiorização, a desconcentração da oferta turística brasileira e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados nos mercados interno e externo.

Ou seja, em um movimento retrógrado às principais discussões de desenvolvimento regional do século XX, a nova proposta de destinos indutores do MTUR objetiva justamente um retorno aos arquipélagos regionais discutidos por Francisco de Oliveira no capítulo anterior, onde a proposta de aquisição de um “padrão internacional” remete aos primórdios da configuração regional brasileira, onde as relações eram com e para o mercado externo.

Perceba-se ainda que, de acordo com INFRAERO *apud* MTUR (2008), os desembarques internacionais (6,4 milhões) correspondem a apenas 12,8% dos desembarques nacionais (50 milhões), sem contar que muitos desembarques nacionais foram realizados por brasileiros em seu retorno do exterior. Dessa forma, questiona-se a viabilidade e coerência em se resumir o turismo do país nestes arquipélagos, que melhor se traduziriam em um turismo insular com foco nas exigências estrangeiras.

Outrossim, ainda da argumentação de que esses destinos priorizados induziriam a demanda para seu entorno, resta saber se os turistas estarão dispostos a deixar seus “paraísos turísticos” e se aventurar por regiões que não detenham o desejado “padrão internacional”.

- PRT x PRODETUR/NE

Com relação a principal política de desenvolvimento turístico da região Nordeste, o PRODETUR/NE, na análise de Porto (2008b) - que procurou compreender as implicações nas diretrizes políticas e inter-relacionamentos do PRODETUR/NE e do PRT/MRT – verificou-se que as disparidades entre os dois Programas - que deveriam ser complementares - são maiores do que suas convergências, gerando paradoxos nas diretrizes políticas que vêm sendo fomentadas e implementadas para o incremento da atividade turística na Região.

Primeiramente, ressalte-se que, embora o PRODETUR/NE exista há mais de uma década antes do Programa de Regionalização, o mesmo consta como subitem deste último, sendo referido apenas como um programa de “apoio” ao desenvolvimento regional do turismo. Por outro lado, verifica-se que nem o Programa de Regionalização levou em consideração as diretrizes norteadoras do PRODETUR/NE e nem a segunda fase deste observou e se adequou às mudanças espaciais e mercadológicas ocorridas ao longo dos anos de sua execução. Por exemplo, a própria proposta de planejamento espacial dos dois programas são díspares, onde no PRODETUR/NE se prioriza o planejamento do turismo através de Pólos de desenvolvimento formados por municípios e não territórios. Por outro lado, o MRT assimila a noção do seu planejamento para além do município, com base no conceito de território como espaço e lugar de interação do homem com o meio ambiente, através da relação de interdependência de suas características históricas, culturais, ambientais, humanas, sociais, econômicas e políticas.

Enquanto o PRODETUR/NE se limita a fomentar apenas o turismo de “sol e mar”, o MRT possui um Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos que estruturam produtos e consolidam os roteiros diversificados a partir dos principais segmentos da oferta turística trabalhados pelo programa: Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, turismo de Esportes, Turismo Náutico, dentre outros tipos de turismo; que propõe um maior aproveitamento dos potenciais naturais e sócio-culturais do Nordeste para o desenvolvimento da atividade. De forma contraditória, embora ambas as políticas utilizem o termo “sustentabilidade” repetidas vezes em seus relatórios, verifica-se uma maior preocupação explícita com a preservação do meio ambiente no PRODETUR/NE que, inclusive, prevê como ações financiáveis a “Proteção e Conservação de Recursos Naturais”, enquanto que, nem o MRT, nem mesmo o próprio PNT, prevê metas ou Programas referentes à sustentabilidade ambiental.

Na Região Nordeste, a área de abrangência dos dois Programas apresenta disparidades: enquanto o PRODETUR/NE se limita a investimentos, sobretudo no litoral da Região, o Programa de Regionalização busca interiorizar a atividade turística, porém não considera vários municípios contemplados pelo primeiro<sup>43</sup>, gerando uma insatisfação e frustração dos municípios que foram inicialmente selecionados e beneficiados para desenvolver a atividade turística em suas economias.

Além disso, no âmbito institucional, verifica-se que na própria estrutura interna do Ministério do Turismo, existe uma concorrência institucional entre duas diferentes Secretarias, uma para cada Programa supracitado, como se tratassem de duas políticas distintas de turismo para a Região Nordeste, com ações, por vezes, desconexas.

Por fim, verificou-se que nos novos Conselhos Estaduais do Programa de Regionalização não foi considerado o aproveitamento da estrutura existente nos Conselhos de

---

<sup>43</sup> 1) ALAGOAS: Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, S. Luís do Quitunde, Barra de Santo Antônio; 2) BAHIA: Camaçari, Uruçuca, Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Abaíra, Bonito, Caem, Una, Cachoeira, Ilhéus, Seabra, Cutinga, Wagner, Canavieiras, Santa Luzia, Piritiba, Rio de Contas, Rio de Pires, Saúde, Nova Redenção, Ourolândia, Paramirim, Piatã, Taperoá, Conde, Livramento de Nsa Sra, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Itacaré, Jussiape, Campo Formoso, Érica Cardoso, Jacobina, Igrapiuna, Salinas das Margaridas, Santo Amaro, S. Félix, S. Francisco do Conde, Sambara, Vera Cruz, Entre Rios, Esplanada, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré; 3) CEARÁ: Acaraú, Amontada, Barroquinha, Chaval, Granja, Itapipoca, Viçosa do Ceará; 4) PARAÍBA: Bayeux, Mamanguape, Sta Rita; 5) PERNAMBUCO: Barreiros, Rio Formoso, S. José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré; 6) RIO GRANDE DO NORTE: Ares, S. Gonçalo do Amarante, S. Miguel de Touros, Senador Georgino Avelino; 7) SERGIPE: Sto Amaro das Brotas.

Turismo do PRODETUR/NE, o que vem contribuindo negativamente para a duplicidade de políticas e ações, assim como também para um enfraquecimento do último<sup>44</sup> Conselho como legítimo espaço de participação e acompanhamento do Programa e da atividade turística.

- PRT x PROATUR

Acerca das políticas de financiamento voltadas para o segmento turístico no Nordeste, no exemplo do PROATUR, com relação ao Programa de Regionalização, verificou-se que, conforme FIGURA 5, quando se sobrepõe o mapa de Regionalização do Turismo (em tons de amarelo e laranja) com o mapa de financiamento do PROATUR (em tons de azul e verde) existe uma consonância na maior parte dos destinos turísticos do Programa de Regionalização do Turismo e os municípios financiados pelo Programa, com exceção do sul do Piauí e centro-norte baiano:

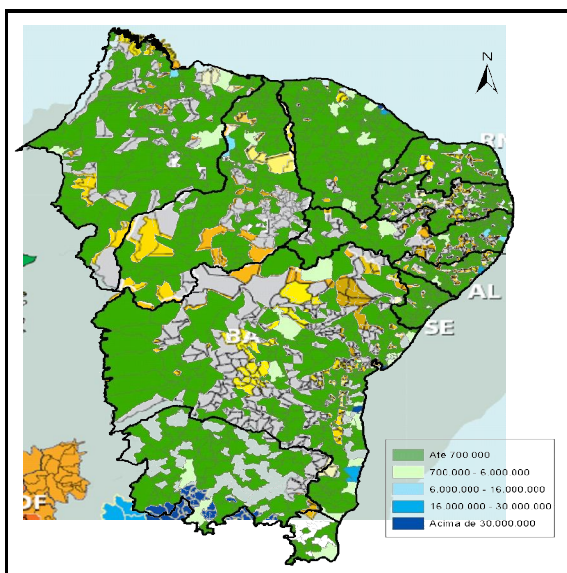


FIGURA 5: Área de abrangência: PRT X PROATUR  
 FONTE: Elaboração própria com base em BNB (2007)

Por outro lado, ressalte-se que não existe nenhuma política interna do PROATUR que priorize o financiamento do turismo aos destinos turísticos do Programa de Regionalização, tratando-se o financiamento de uma demanda espontânea com base na viabilidade econômico-financeira dos projetos pleiteados. Desta forma, supõe-se que a “coincidência” das áreas de planejamento do PRT e dos financiamentos do PROATUR se trata de uma demanda espontânea em função de um maior potencial turístico existente nessas

<sup>44</sup> Conforme Porto (2004), dos 11 Conselhos do PRODETUR/NE que deveriam estar em funcionamento, apenas 4 estão funcionando de maneira regular.

localidades ou de um maior direcionamento dos investimentos empresariais aos municípios delimitados pelo Programa de Regionalização.

Diante do exposto, verifica-se, portanto, que um dos pontos mais desfavoráveis para a divulgação e viabilidade das políticas do turismo para a Região Nordeste é o fato de elas serem isoladas umas das outras, ou seja, não existe uma maior integração entre elas, o que dificulta o entendimento do fenômeno como um todo. Portanto, é importante ressaltar a preocupação de Becker (1994), quando observa a necessidade de se tentar implementar uma política integrada para acabar com os conflitos setoriais que se criaram no Brasil, frutos do período anterior, em que se multiplicaram agências, empresas, onde cada um faz a sua política.

Enfim, para que o Turismo contribua efetivamente na superação das diversas formas de vulnerabilidade e exclusão social, não basta apenas a ação isolada do poder público, não são suficientes políticas governamentais, nem mesmo a mobilização estanque de determinados setores da sociedade, como vem ocorrendo. É preciso mais: é preciso a formação e o fortalecimento de redes de confiança, solidariedade e ação cooperada dos agentes sociais.

Conclui-se então, no presente capítulo, que a desarticulação identificada entre as diferentes políticas de turismo para o Nordeste fatalmente acarretará a duplicidade de ações, o enfraquecimento dos espaços de negociação e o desperdício dos recursos públicos que deveriam estar sendo aplicados em prol de uma única macro-estratégia coerente para o desenvolvimento do turismo na Região.

Considerando o enfoque do presente trabalho de pesquisa em uma região turística do Estado do Ceará, o Maciço de Baturité – CE, serão verificados, no próximo capítulo, os desdobramentos das políticas de desenvolvimento turístico supracitadas para esse Estado e para a referida sub-região, assim como também uma análise das próprias políticas estaduais para o desenvolvimento do turismo, de forma a constatar se as desarticulações encontradas no nível regional e nacional também rebatem nas instâncias locais do Ceará.



#### 4. POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO ESTADO DO CEARÁ: O RECORTE DO MACIÇO DE BATURITÉ - CE

O Estado do Ceará – cuja capital é uma das mais visitadas do nordeste nos últimos anos – se destaca não apenas pelas suas riquezas naturais e sócio-culturais, mas também pela priorização do turismo como política pública para o desenvolvimento do Estado. Por outro lado, verifica-se que, embora das potencialidades turísticas no interior do Estado, a interiorização do turismo vem ocorrendo, ainda que em proporções inferiores, sugerindo a idéia de que é possível desenvolver outros tipos de motivação turística além do modelo “sol e praia”.

Visando compreender a interiorização do turismo, no exemplo do Maciço de Baturité–CE – dada as suas potencialidades turísticas e sua proximidade à região metropolitana de Fortaleza – o presente capítulo propõe, além do levantamento das políticas que contemplam a região, uma compreensão de seus aspectos naturais, históricos, sociais e econômicos, que permitam verificar como a atividade turística se insere na dinâmica do Maciço.

##### 4.1. Caracterização do Turismo no Ceará

O Ceará, localizado no Nordeste do Brasil, tem uma área de 146.348 Km<sup>2</sup> conforme SETUR/CE (2007b), e 587 Km de litoral; com temperatura média de 28° C, ventos constantes e 2800 horas de sol por ano. De acordo com os indicadores, na Tabela 4, percebe-se uma densidade populacional alta quando comparada a do Nordeste e uma estrutura produtiva apoiada, principalmente, nos setores de indústria e serviços:

**TABELA 4: Dimensão Econômica e Demográfica do Ceará (2004)**

Indicadores	Ceará		Nordeste		Brasil	
	A	A/B (%)	B	B/C (%)	C	A/C (%)
1. Área (km <sup>2</sup> )	146.348	9,4	1.561.177	18,3	8.547.404	1,7
2. População (mil)	8.097	15,9	51.019	27,7	184.184	4,4
3. Densidade (hab/km <sup>2</sup> )	55,3	154,5	32,7	163,0	21,5	251,9
4. Taxa de Urbanização (%)	75,7	106,9	70,8	84,0	84,3	89,8
5. PIB (US\$ bilhões)	15,9	13,4	118,3	14,1	841,2	1,9
(R\$ milhões)	33,3	13,4	248,4	14,1	1.766,6	1,9
6. PIB Percapita (US\$/hab)	1.958,4	84,5	2.318,5	50,8	4.567,4	42,9
(R\$)	4.112,6	84,5	4.868,8	50,8	9.591,5	42,9
7. Estrutura Produtiva (%)						
7.1. Agropecuária	6,5	67,0	9,7	109,0	8,9	73,0
7.2. Indústria	45,5	175,0	26,0	73,4	35,4	128,5
7.3. Serviços	48,1	74,8	64,3	115,4	55,7	86,4

FONTE: OMT, IBGE, IPLANCE-CE E SETUR *apud* SETUR/CE (2007b)

Considerando a dinâmica das economias, ao longo dos anos decorrente das variações tecnológicas, segundo o IPECE (2008), as atividades econômicas dos três principais setores da economia vêm apresentando mudanças na participação relativa da composição do PIB, onde se verifica uma relevante participação do turismo no setor de serviços:

[...] é o setor de serviços que vem refletindo as maiores transformações recentes e, de forma não diferente, também na economia cearense. O setor turístico, dada as condições litorâneas do Estado, sintetiza bem a dinâmica do setor. Intermediários Financeiros, Administração Pública e Prestação de Serviços já refletem resultados mais modestos referente ao setor. (IPECE, 2008)

Para se ter uma idéia da importância e impacto do turismo na economia do Estado repare-se que, na Tabela 5, a atividade tem um impacto crescente na receita e renda, desde 1995, correspondendo a 11,3% do PIB<sup>45</sup> do Estado em 2006:

**TABELA 5: Receita Turística e Impacto Sobre o PIB (1995-2006)**

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var(%)
1. Gasto Percapita/dia (R\$)	51,66	51,66	56,00	59,59	63,98	70,19	61,58	75,21	95,57	91,01	113,10	134,07	113,10
2. Permanência Média (Dias)	12,0	13,0	12,5	9,5	9,1	8,9	9,9	9,4	8,8	10,8	10,3	9,0	10,3
3. Gasto Percapita (R\$)	495,00	671,58	700,00	566,10	582,22	623,25	607,42	708,00	837,51	984,66	1.168,41	1.210,63	1.168,41
4. Demanda Turística Via Fortaleza	761777	773247	970000	1297528	1388490	1507914	1631072	1629422	1550857	1784354	1968856	2062493	1968856
5. Receita Turística Direta (R\$ milhões)	377,1	519,3	679,0	734,5	808,4	939,8	990,7	1.153,6	1.298,9	1.757,0	2.300,4	2.496,9	2.300,4
6. Renda Gerada (R\$ milhões)	505,3	695,9	971,0	1.123,8	1.325,8	1.644,7	1.733,8	2.018,9	2.273,0	3.074,7	4.025,8	4.369,6	4.025,8
7. PIB cf (R\$ milhões)	12.495	15.641	17.589	18.836	19.511	20.800	21.581	24.204	28.425	33.261	35.802	38.537	34.170
8. Impacto Sobre o PIB (%)	4,0	4,4	5,5	6,0	6,8	7,9	8,0	8,3	8,0	9,2	11,2	11,3	11,8
9. Empregos no Turismo (mil)	123	123	166	182	218	223	267	267	254	264	275	286	286
10. Participação na PEA (%)	3,8	4,0	5,2	5,6	6,4	6,4	7,5	7,4	6,9	7,2	7,4	7,7	7,7

FONTE: SETUR-CE E IPLANCE *apud* SETUR/CE (2007b)

Embora a última citação apenas referencie o litoral como potencial turístico, é fato que o Ceará possui uma rica variedade paisagística em seus três principais macro ecossistemas - litoral, serra e sertão - que garantem uma diversidade ambiental e um diferencial para os produtos turísticos. Além disso, considerando a localização geográfica estratégica do nordeste brasileiro, pela proximidade da América do Norte, América Central e Europa em relação ao centro-sul, o estado do Ceará e sua capital podem reivindicar a condição de “portão de entrada” para o turismo internacional. O rápido crescimento dessas proporções pode ser observado na tabela 6:

<sup>45</sup> Embora da estimativa do PIB para o turismo no Ceará, ressalte-se que ainda não existe um consenso quanto à metodologia de mensuração do impacto do turismo na economia, sendo esta questão elucidada quando da finalização dos estudos da Conta Satélite do Turismo que estão sendo desenvolvidos pela OMT, IBGE, EMBRATUR e Banco Central (BACEN).

**TABELA 6: Principais Mercados Emissores para o Ceará Via Fortaleza: Resultados (2002-2006)**

Países	Resultados Alcançados								Metas		Variações(%)			
	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2006/05	2007/06
<b>NACIONAIS</b>	1446927	100,0	1356539	100,0	1534544	100,0	1703060	100,0	1794369	100,0	1.935.000	100,0	5,4	7,8
Norte	225.721	15,6	180.072	11,8	198.422	12,8	172.009	10,1	190.203	10,8	199.305	10,3	10,6	4,8
Nordeste	599.029	41,4	590.094	43,5	569.316	37,1	623.320	36,6	662.122	36,9	715.950	37,0	6,2	8,1
Centro-Oeste	114.307	7,9	86.818	6,4	131.971	8,6	141.354	8,3	145.344	8,1	162.540	8,4	2,8	11,8
Sudeste	448.547	31,0	435.449	32,1	544.763	35,5	600.767	38,8	687.243	38,3	733.305	37,9	4,0	0,7
Sul	59.324	4,1	84.105	6,2	92.073	6,0	105.590	6,2	109.457	6,1	123.840	6,4	3,7	13,1
<b>INTERNACIONAL</b>	182.495	100,0	194.318	100,0	249.810	100,0	265.796	100,0	268.124	100,0	315.000	100,0	0,9	17,5
Alemanha	8.395	4,6	9.910	5,1	15.488	6,2	11.429	4,3	11.797	4,4	15.435	4,9	3,2	30,8
Argentina	15.877	8,7	14.768	7,6	15.238	6,1	17.277	6,5	18.769	7,0	23.625	7,5	8,6	25,9
Austria	1.642	0,9	972	0,5	2.498	1,0	1.063	0,4	1.609	0,6	2.835	0,9	51,3	76,2
Belgica	2.372	1,3	4.858	2,5	5.995	2,4	3.987	1,5	4.022	1,5	5.355	1,7	0,9	33,1
Cabo Verde	...	...	...	...	7.244	2,9	8.240	3,1	9.116	3,4	11.340	3,6	10,6	24,4
Canada	2.655	1,4	2.720	1,4	3.747	1,5	2.658	1,0	2.681	1,0	4.095	1,3	0,9	52,7
Chile	2.190	1,2	2.528	1,3	2.498	1,0	4.253	1,6	4.826	1,8	4.725	1,5	13,5	-2,1
Espanha	8.780	4,8	11.465	5,9	8.494	3,4	11.895	4,4	19.037	7,1	14.805	4,7	62,8	-22,2
EUA	14.965	8,2	8.218	3,2	9.493	3,8	17.011	6,4	17.964	6,7	23.310	7,4	5,6	29,8
Italia	22.812	12,5	19.432	10,0	36.472	14,6	39.540	14,5	42.364	15,8	51.345	16,3	9,9	21,2
França	9.672	5,3	14.788	7,6	15.238	6,1	18.340	6,9	19.037	7,1	22.995	7,3	3,8	20,8
Filândia	...	...	6.412	3,3	5.746	2,3	7.974	3,0	9.921	3,7	11.340	3,6	24,4	14,3
Holanda	10.585	5,8	18.849	9,7	24.481	9,8	14.019	5,5	15.283	5,7	19.845	6,3	4,5	29,8
Inglaterra	5.475	3,0	1.943	1,0	5.995	2,4	6.379	2,4	7.507	2,8	9.135	2,9	17,7	21,7
Portugal	43.069	23,6	58.684	30,2	68.198	27,3	61.133	23,0	55.502	20,7	66.150	21,0	-9,2	19,2
Suiça	6.205	3,4	7.190	3,7	13.989	5,6	12.492	4,7	13.674	5,1	16.695	5,3	9,5	22,1
Uruguai	3.102	1,7	1.166	0,6	2.748	1,1	3.721	1,4	2.681	1,0	2.835	0,9	-27,9	5,7
Outros	24.819	13,6	12.436	6,4	6.245	2,5	24.985	9,4	12.334	4,6	9.135	2,9	-50,6	-25,9
<b>Total</b>	1629422	100,0	1559857	100,0	1784354	100,0	1968856	100,0	2062493	100,0	2250000	100,0	10,3	9,1
<b>Índice(1995 =100)</b>	213,9	-	203,6	-	234,2	-	258,5	-	270,7	-	295,4	-	10,3	9,1
<b>Var Anual(%)</b>	-0,1	-	(4,8)	-	15,1	-	10,3	-	4,8	-	9,1	-	-	-

FONTE: SETUR/CE (2007b)

Quando comparados com outras capitais e Estados do Nordeste, percebe-se o grande potencial turístico da cidade de Fortaleza e de todo o Estado do Ceará, que se encontram na terceira posição de recebimento de turistas, atrás apenas de Salvador-BA e Recife-PE:

**TABELA 7: Fluxo turístico nas capitais e estados nordestinos: Resultados (1996-2004)**

Capitais	1996 (1000 Turistas)				2004 (1000 Turistas)				Var1994/04(%)	
	Capitais	(%)	Estado	(%)	Capitais	(%)	Estado	(%)	Capital	Estado
. Aracaju (SE)	185	3,7	320	4,1	452	4,3	783	4,4	144,3	144,7
. Fortaleza (CE)	773	15,3	989	12,6	1.784	16,8	2.806	15,8	130,8	183,7
. João Pessoa (PB)	400	7,9	560	7,1	668	6,3	949	5,3	67,0	69,5
. Maceió (AL)	275	5,5	495	6,3	952	9,0	1.428	8,0	246,2	188,5
. Natal (RN)	471	9,4	563	7,2	1.202	11,3	1.783	10,0	155,2	216,7
. Recife (PE)	864	17,2	1.330	16,9	2.009	19,0	3.352	18,9	132,5	152,0
. São Luís (MA)	355	7,0	605	7,7	844	8,0	1.013	5,7	137,7	67,4
. Salvador (BA)	1.633	32,4	2.880	36,7	2.412	22,8	5.180	29,1	47,7	79,9
. Teresina (PI)	81	1,6	108	1,4	272	2,6	484	2,7	235,8	348,1
<b>Nordeste</b>	<b>5.037</b>	<b>100,0</b>	<b>7.850</b>	<b>100,0</b>	<b>10.595</b>	<b>100,0</b>	<b>17.778</b>	<b>100,0</b>	<b>110,3</b>	<b>126,5</b>

Fonte: GTP/CTI-NE, Órgãos Oficiais dos Estados do Nordeste e PDITS.

FONTE: CTI-NE (2005)

De acordo com SETUR/CE (2007b), até 2002, a maior parte dos turistas que visitavam o Ceará se hospedava em estadias extra-hoteleiras. Posteriormente, houve uma inversão nessa situação, o que pode ter se dado em função da maior oferta de equipamentos hoteleiros - que passou de 629 em 1998 para 853 em 2002 - ou da própria mudança no perfil do turista, uma vez que o Estado vem captando mais turistas internacionais que, em sua maioria, não possuem casa de parentes e amigos para se hospedarem.

Quanto à mudança de perfil do turista, verifique-se que este também passou a visitar outras cidades que não Fortaleza, uma vez que, enquanto, em 2002, 51% dos turistas se



Maçço de Baturité. Diretamente relacionada estava a instituição da Empresa Cearense de Turismo S.A. – EMCETUR, em 1971, ensaiando as primeiras políticas de turismo como apoio a essa promissora atividade. (CORIOLANO, 2006, p.63)

- Os Esboços de Políticas de Turismo Iniciais: A EMCETUR, o PDIT-CE e a CODITUR

Para Coriolano (2006), os planos da EMCETUR referiam-se à atividade turística como possibilidade futura, não chegando a se concretizar como uma política consistente para o turismo no Ceará. Neste sentido, a autora diz que o turismo na atual fase de reestruturação capitalista só teve seus investimentos no Estado no final dos anos 80, posteriormente ao Sul, Sudeste e a cidade de Salvador no Nordeste, concomitantemente com o movimento das segundas residências durante os governos militares (1971-1986).

Entrementes, em 1979, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará (PIDT/CE) que, segundo Coriolano (2006), por se tratar mais de um diagnóstico do que um programa de ação, contribuiu para a primeira regionalização do Ceará para o turismo.

Durante o primeiro Governo empresarial do Ceará<sup>46</sup>, em 1987, o turismo foi retomado como atividade prioritária, integrante da política industrial – uma vez que era considerado uma “indústria sem chaminé” - e priorizado como meio de acelerar o desenvolvimento econômico no Estado.

A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará – CODITUR, que substituíra a EMCETUR e fora transformada na Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará – CODECE, evoluiu para uma Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR, que passou a assumir a política de turismo do Ceará. (CORIOLANO, 2006, p. 67)

- O PRODETURIS-CE

Por outro lado, verifica-se uma maior preocupação com a elaboração de políticas para a atividade, a partir de 1989, com a elaboração do PRODETURIS-CE, que se tratava de um “programa de ordenamento do espaço litorâneo cuja concepção orienta o uso e a ocupação

---

<sup>46</sup> Denominação dada ao Governo de Tasso Jereissati do PSDB, uma vez que, após anos de controle político pelas oligarquias locais, assume o poder um grupo de empresários emergentes de uma vertente advinda diretamente do corporativismo industrial. Para um maior aprofundamento acerca do tema, ver: MORAES (2006).

do solo para atividades produtivas voltadas para o turismo, na perspectiva do desenvolvimento da região, fundamentado em um zoneamento integrado” (SETUR/CE, 1995, p.58).

O Programa propunha um zoneamento turístico do litoral em quatro regiões turísticas:

- Região Turística I – Região Metropolitana de Fortaleza e os municípios costeiros de Caucaia e Aquiraz;
- Região Turística II – Litoral a oeste de Fortaleza: Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia; em uma extensão de 130 km de litoral;
- Região Turística III – Litoral Leste de Fortaleza: Aquiraz, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí.
- Região Turística IV – situada no litoral extremo oeste de Fortaleza: Barroquinha, Chaval, Itarema e Amontada.

Embora se trate do primeiro Programa voltado para o desenvolvimento do turismo com uma proposta de desenvolvimento sustentável para a atividade, percebe-se que o PRODETURIS-CE não enxergava o interior do Ceará como uma região potencial para o desenvolvimento turístico. Tal fato irá rebater, inclusive no PRODETUR/CE que, segundo a SETUR/CE (1995), foi montado com base nos paradigmas conceituais do PRODETURIS. Porém, é bem verdade que tal fato não se trata de um privilégio do estado cearense, uma vez que, “O turismo, considerado nos estados, atividade industrial, praticamente concentra-se nos litorais e áreas restritas, não atingindo todos os Territórios nordestinos, sendo necessárias políticas que possam contribuir mais amplamente para o processo de desenvolvimento.” (CORIOLANO, 2006, p.119)

- O PRODETUR/CE

O PRODETUR/CE faz parte do PRODETUR/NE, discutido no capítulo anterior, e englobou, em sua primeira etapa, o Litoral Oeste de Fortaleza em uma extensão de cerca de 130 km de litoral e, posteriormente, também o Litoral Leste, através da construção de um aeroporto internacional, rodovias, saneamento básico, recuperação e conservação de praias e

lagoas, fortalecimento de municípios e órgãos públicos, projetos de educação ambiental e ações de capacitação.

Embora das obras realizadas e do aumento no fluxo turístico, uma das principais críticas à primeira etapa do Programa foi o fato de “ter sido projetado de cima para baixo, de estar voltado ao turismo internacional, sem ter o cearense uma história de turismo, sendo limitadas as atividades voltadas ao turismo doméstico, quiçá para o internacional.” (CORIOLANO, 2006, p. 114)

Cabe a observação que, embora se reconheça a importância da participação da comunidade na construção do planejamento turístico - melhor ainda se fosse a partir de um movimento endógeno – não se pode deixar de concordar com a citação final da autora, uma vez que, conforme discutido no capítulo anterior, o turismo não deve ser planejado primordialmente para o turista internacional, mas, para atender, primeiramente, às necessidades da população local e do mercado doméstico.

Com o atual andamento do PRODETUR/CE II, fazem parte do planejamento 10 municípios - que correspondem a 36,9% do Estado e 2.743.596 habitantes - com a premissa básica de completar e complementar os investimentos previstos no âmbito do PRODETUR/CE I necessários à sustentabilidade do turismo da região e à implantação do Pólo Ceará Costa do Sol. Embora o PRODETUR/CE I tenha gerado impactos negativos em termos, sobretudo, sociais e ambientais<sup>47</sup>, reconhecem-se mudanças na concepção de sua segunda fase, as quais, destacam-se:

(...) enquanto no PRODETUR I o Estado deliberava tudo, no PRODETUR II todas as ações são consultadas e aprovadas nos fóruns e conselhos de turismo; a tônica deixa de ser o município, passando a ser as regiões e os pólos. O foco das ações era nos espaços físicos, para instalação das infra-estruturas, agora, as ações dizem-se voltadas à capacitação das pessoas, ao desenvolvimento social; abriu-se maior espaço para participação da sociedade civil, em quase todos os segmentos, sobretudo com a participação das comunidades, das ONG's e das universidades. Os planos eram aprovados pelo Estado, bancos financiadores como BID e BN, agora, além dessas aprovações, são exigidas aprovações dos conselhos estaduais e municipais de turismo, e dos fóruns. (CORIOLANO, 2006, p.133)

Por outro lado, conforme já foi mencionado anteriormente, o Programa ainda “peca” por excluir regiões interioranas e potencialmente turísticas de sua área de planejamento,

---

<sup>47</sup> Para um maior aprofundamento do tema, ver Benevides (1998) e Coriolano (2006).

questão que se espera ser solucionada com a execução do PRODETUR Nacional ou do PRODETUR/NE III<sup>48</sup>.

- A SETUR/CE

Embora das referidas políticas públicas de desenvolvimento turístico do estado, apenas em 1995 é que a Companhia do Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará – CODITUR passou a ter status de Secretaria de Turismo do Ceará - SETUR – formalizada através da Lei nº 12.456 de 16 de junho de 1995 com o objetivo de:

(...) planejar, coordenar, executar, promover, informar, integrar as atividades pertinentes ao turismo, fomentar o seu desenvolvimento através de investimentos locais, nacionais e estrangeiros, bem como capacitar e qualificar os segmentos envolvidos, implantando a política do Governo para o setor, já enquadrada no novo modelo de gestão pública, concebido no Plano de Desenvolvimento Sustentável. (SETUR/CE, 1995, p.1)

Com a criação da SETUR, foi também lançada a primeira política da Secretaria Estadual para o Turismo – O Turismo: Uma Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1998-2020 – que tinha como princípios básicos: a sustentabilidade, descentralização, re-ordenamento do espaço, desenvolvimento social e visão de longo prazo.

A referida política foi centrada nas vertentes estratégicas de desenvolver o produto e o marketing turístico e dividiu o Ceará em seis macrorregiões turísticas – Fortaleza Metropolitana, Litoral Oeste / Ibiapaba; Litoral Leste / Apodi, Serras Úmidas / Baturité, Sertão Central, Araripe / Cariri - identificadas a partir das suas potencialidades e vocações, conforme figura 6. De forma a operacionalizar as diretrizes e estratégias, a Política propôs como linhas de ações: a ação territorial para ordenamento do espaço e a ação institucional para promoção do produto.

---

<sup>48</sup> Conforme informações informais, o PRODETUR III irá beneficiar o Maciço de Baturité com a construção de estradas.



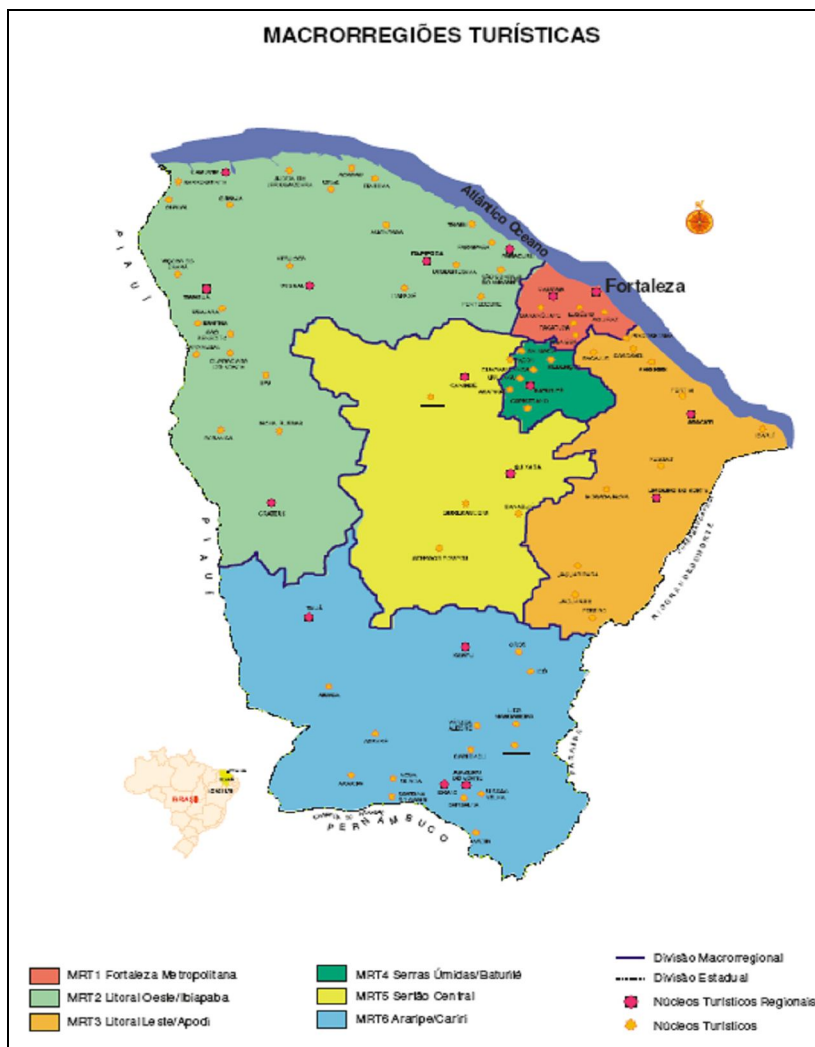


FIGURA 6: Macrorregiões Turísticas do Ceará  
 FONTE: SETUR/CE (2008a)

A supracitada política propunha como ação institucional a criação de Sistemas - informação, capacitação, promoção e gestão – ações de fomento com diretrizes estratégicas e propostas de programas e atividades específicas em articulação com as demais políticas públicas que exercem interfaces com o turismo. Ressalte-se que as diretrizes previstas no Plano de Turismo foram transformadas em Planos de Ação para o Turismo – (PAT)<sup>49</sup> em 22 municípios turísticos<sup>50</sup>, o que se tratou de um passo qualitativo, uma vez que muitos municípios cearenses ainda não contavam com nenhum planejamento turístico e por ser um desdobramento do planejamento estadual. Por outro lado,

<sup>49</sup> O PAT/PLANO DE AÇÃO TURÍSTICA tem por função definir e implantar projetos que visem resultados eficazes na transformação das potencialidades turísticas do município em produtos competitivos no mercado.

<sup>50</sup> Aquiraz, Aratuba, Aracati, Acaraú, Barbalha, Baturité, Camocim, Canindé, Crato, Guaiúba, Guaramiranga, Icapuí, Jijoca de Jericoacoara, Juazeiro do Norte, Maranguape, Nova Olinda, Pacatuba, Pacoti, Quixadá, Quixeramobim, Santana do Cariri, Viçosa do Ceará.

Instalava-se o modelo da gestão governamental e industrial, passando o Estado a ser controlado, transformado e gestado como uma empresa, na opinião de muitos, pois esta é uma das características do Estado neoliberal. A ruptura com o modelo antigo era outro indício de que o Ceará ajustava-se ao capitalismo moderno, que se segura na produção industrial e financeira, dando destaque aos serviços, pois a produção flexível não necessita mais da estrutura pesada, típicas da produção industrial. (CORIOLANO, 2006 p. 86-87)

É importante destacar que a referida Política foi a primeira, no Estado, a vislumbrar o interior no planejamento turístico, em uma perspectiva de longo prazo (com a definição de metas até 2002 e desafios para 2020), inclusive, mapeando os produtos turísticos e propondo linhas estratégicas para o desenvolvimento turístico das macrorregiões definidas.

Outrossim, verificam-se iniciativas de políticas públicas para regiões interioranas do Estado que, embora não se tratem de políticas voltadas exclusivamente para o turismo, trazem, em seu planejamento, diretrizes orientadoras para o desenvolvimento da atividade, a exemplo dos Programas de Desenvolvimento Regional (PDR's).

- A Política Estratégica do Turismo 2003-2006

Em 2003, com a mudança de gestão da SETUR-CE, foi definida uma nova política para o turismo, a “Política Estratégica do Turismo 2003-2006”, que se propôs como um novo ciclo do turismo com a missão de:

Consolidar o Ceará como um destino turístico nacional e internacional, mantendo e estimulando a competitividade econômica, social e ambiental e a rentabilidade os investimentos públicos e privados, contribuindo para uma sociedade com distribuição de riqueza mais equitativa e desenvolvida. (SETUR/CE, 2003, p.8)

A consolidação das atividades da Política Estratégica do Turismo 2002-2006 se baseou nos princípios do turismo como negócio, fator de desenvolvimento econômico, inclusão social e competitividade territorial, econômica, social e ambiental das diversas regiões do Estado. Como linhas de ação, a política propõe o desenvolvimento de destinos, produtos e marketing turísticos, a captação de negócios e a gestão em parceria.

Interessante destacar que a referida política avançou com relação à anterior no que diz respeito ao detalhamento dos indicadores turísticos e também na variedade de programas propostos. Além disso, como importante fato para a continuidade e integração das políticas de turismo para o Estado, embora da mudança na gestão, a Secretaria do Turismo manteve a política de regionalização do turismo do governo anterior. Por outro lado, segundo Silva

(2005), o Governo se limita a atuar na disponibilização de infra-estrutura, deixando que a iniciativa privada explore os serviços turísticos implantando e administrando os equipamentos necessários.

- O Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará - 2004 a 2007

Embora a atual Secretaria do Turismo também tenha mantido a política de regionalização do turismo do primeiro mandato, priorizou o desenvolvimento turístico nas macro-regiões: Cariri, Litoral Leste, Pólo Fortaleza, Litoral Extremo Oeste e Litoral Médio Oeste, com base na proposta de ordenamento da atividade turística do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo. Especificamente, no âmbito dessas macro-regiões, foram priorizados como indutores do desenvolvimento turístico regional os municípios de: Fortaleza, Canoa Quebrada, Jericoacoara e Nova Olinda.

Segundo a SETUR/CE (2008a), a priorização das regiões foi com base nos seguintes critérios: nível de investimento governamental, recursos do PRODETUR/NE, oferta turística, atrativos naturais e culturais, demanda turística, acesso aéreo e rodoviário e nível de conscientização da comunidade.

Em que pese a crítica no capítulo anterior à política dos destinos indutores do MTUR, ainda que se fosse considerar os critérios de priorização dos municípios anteriormente relacionados, verifica-se que ainda existem encaminhamentos políticos que ignoram as mais consistentes orientações técnicas de delimitação para os investimentos nas regiões e localidades. Como exemplo, cita-se o caso da cidade de Nova Olinda-CE que, ainda que inserido na Região Turística do Cariri, foi priorizada como o município indutor da Região, embora não tenha recebido recursos do PRODETUR/NE, possua apenas um meio de hospedagem e não apresente fluxo turístico expressivo e nem aeroporto.

Mas, por agora, considerando o enfoque do presente trabalho na Macrorregião Serras Úmidas/Baturité (com exceção dos municípios pertencentes à Serra de Aratanha) serão detalhados, a seguir, a caracterização natural e histórica e o potencial turístico do Maciço de Baturité e de seus municípios, assim como também as políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo da região.

## 5. CONHECENDO O RECORTE: DELIMITAÇÕES DO MACIÇO DE BATURITÉ - CE

O território do Ceará possui uma formação geológica e geomorfológica, cujo desenho, grosso modo, faz lembrar uma “ferradura” com a abertura – correspondente a sua faixa litorânea - voltada para o norte e nordeste. Nas bordas (oeste, sul e leste) que compreendem suas fronteiras, encontra-se a chapadas sedimentares da Ibiapaba, a oeste, Araripe, ao sul, e Apodi, a leste. Já no seu interior, encontram-se várias serras cristalinas como: Maranguape, Baturité, Uruburetama e Meruoca e outras menores como Aratanha e Acarape; que atuam como barreiras naturais ao deslocamento dos ventos predominantes (sentidos L-O, NE-SO e N-S) carregados de umidade do litoral.

Essas serras e chapadas apresentam uma característica em comum. Na base e no topo de suas encostas a barlavento<sup>51</sup> a pluviosidade atinge valores médios significativamente superiores aos valores encontrados nas áreas adjacentes e, como conseqüência, apresenta temperaturas mais amenas, umidade relativa mais elevada, maior nebulosidade, menor déficit hídrico, cobertura vegetal de porte arbóreo, biocenose mais complexa, chegando a atingir, em algumas áreas, o estágio de floresta e, conseqüentemente, maior diversidade de plantas e animais. (IBAMA, 2002, p.52)

O presente estudo delimitou como região-alvo o Maciço de Baturité-CE por seu potencial turístico, por ser uma das mais importantes serras do Estado, por estar localizado próximo à cidade de Fortaleza e por abrigar um contingente populacional relativamente alto, principalmente nas áreas próximas ao sopé de suas encostas a barlavento. O Maciço é composto pelos municípios: Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara; localizados conforme Figura 7:

---

<sup>51</sup> Do lado que sopra o vento.

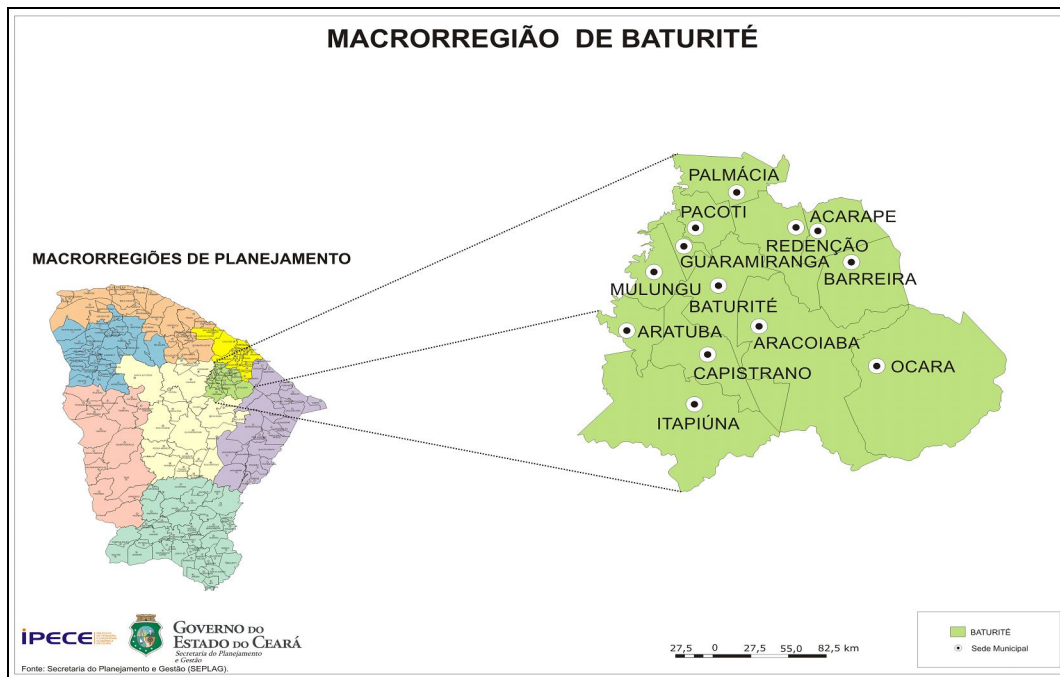


FIGURA 7: Mapa da Macrorregião do Maciço de Baturité-CE  
 FONTE: SEPLAG/CE (2008)

De acordo com IBGE/IPECE (2008), o Maciço Residual<sup>52</sup> de Baturité é uma formação geológica, localizada no sertão central cearense, e compreende uma área total de 3.707,29 km<sup>2</sup> - o que corresponde a 2,5% do Estado do Ceará - subdividida de acordo com as seguintes feições geomórficas: Platô Úmido, Vertente Oriental Úmida, Vertente Meridional Subúmida, Vertente Ocidental Semi-Árida e Vertente Setentrional Subúmida/Semi-Árida.

### 5.1. Caracterização físico-ambiental do Maciço de Baturité

O Maciço do Baturité-CE está inserido no Domínio dos Escudos e Maciços antigos, compostos por rochas do embasamento cristalino datadas do Pré-cambriano<sup>53</sup>, tratando-se de um maciço residual derivado da ação seletiva da erosão diferencial e em posição NE-SW. Eventualmente, ocorrem depósitos sedimentares quaternários, de natureza colúvio-aluviais, recobrando pequenas depressões alveolares.

O maciço de Baturité, portanto faz parte das denominadas serras cristalinas do Ceará ou relevos residuais resultantes dos processos erosivos ocorridos na era Cenozóica

<sup>52</sup> Existe uma discordância entre os pesquisadores pois alguns afirmam que essa denominação não está correta, uma vez que a nomenclatura correta deveria ser maciços graníticos, pois pela teoria da tectônica de placas, o Maciço de Baturité –CE se localiza próximo a falhas, o que justifica o seu sobe e desce, e não o simples processo residual resistente a erosão. (VALE, 2006)

<sup>53</sup> O pré-cambriano constitui o mais antigo período geológico da terra, que durou cerca de 4 bilhões de anos, confundindo-se quase com o próprio início de formação do Planeta, há 4,6 bilhões de anos (MENDES, *apud* CAMPOS, 2000, p. 20)

que envolve o período Terciário, o qual teve início no Paleoceno, há 70 milhões de anos e terminou no Quaternário (Holoceno e Pleistoceno), período mais “recente” na escala de tempo geológico, iniciado há um milhão de anos; quando, segundo Fernandes (1990), ocorreram as mais severas eversões (destruições, desmoronamentos etc) do pavimento nordestino até tornar-se desgastadas a depressão sertaneja atual. (CAMPOS, 2000, p.21)

A área serrana do Maciço está incluída na Faixa de Dobramento Jaguaribana de Brito Neves *apud* IBAMA (2002), e sua geomorfologia está subordinada às influências litológicas<sup>54</sup> e estruturais pretéritas. É uma área composta por feições fortemente dissecadas em cristas, colinas, lombadas alongadas e vales fechados, onde sua atitude e posição de relevo favorecem uma maior incidência de precipitações e atenuam as temperaturas e a evapotranspiração.

Similar ao ilustrado na Figura 8, os níveis altimétricos que preponderam alcançam em torno de 600m a 800m, havendo, excepcionalmente, alguns níveis de cristas que superam a cota de 900m e atingem 1.114m, como no exemplo do Pico Alto, no município de Guaramiranga-CE. Já nos sertões do entorno, a topografia tende a uma suavização que,

[...] incluem os setores deprimidos de relevo, desenvolvidos por processos de pediplanação que circundam o compartimento serrano do Maciço residual de Baturité. São caracterizados por apresentarem níveis altimétricos médios em torno de 100-150m com declives suaves e topografias esbatidas, exceto nos pés-de-serras úmidos/subúmidos. (IBAMA, 2002, p.33)

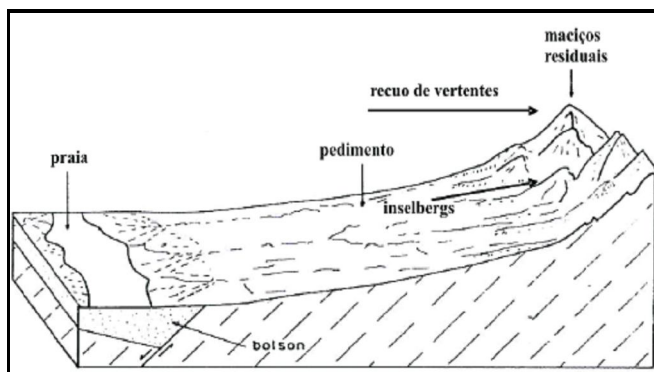


FIGURA 8: Formas de relevos derivados de regiões secas  
 FONTE: Penteadó (1980) adaptado por Freire & Souza (2007)

Existe a preponderância de solos podzólicos, o que possibilitou uma estrutura fundiária local baseada na prática de uma agricultura diversificada nas pequenas propriedades. Mais especificamente, predominam o solo Podzólico Vermelho – Amarelo Distrófico (PVD) e o Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico (PE).

<sup>54</sup> Com ocorrência de: granitos, migmatitos, gnaisses, pegmatitos, quartzitos, calcários, basaltos, diabásios, anfíbolitos e leptinitos.

O PVd predomina a partir da cota altimétrica acima de 600m e, embora se caracterize por uma baixa fertilidade natural, é fato que, nas áreas de florestas, a manutenção de sua fertilidade natural relativamente alta depende dos detritos vegetais e animais que são incorporados àquele solo.

Por outro lado, a partir da cota altimétrica de 200m até cerca de 600m, predominam os solos PE, que se caracterizam por sua média a alta fertilidade natural - de baixa saturação de alumínio e de baixa acidez - cujo uso é limitado nas serras úmidas em função do seu relevo forte ondulado e montanhoso. Por fim, verifica-se que a intensificação dos processos de alteração química das rochas e a textura argilosa dos solos do Maciço de Baturité são favorecidos pelos elevados índices de umidade.

A temperatura no Maciço de Baturité-CE é atenuada pelos efeitos da altitude, contando com variações térmicas insignificantes, ficando em torno de 19° e 22° Celsius, com amplitude mínima geralmente em torno de 3°C e máximas registradas durante a estação seca. Ressalte-se, entretanto, que:

Nos níveis serranos rebaixados como Palmácia (425,11m), as temperaturas médias, giram em torno de 24°C e nos pés-de-serra úmidos, como a cidade de Baturité (171,24m) a temperatura média anual é de 26,3°C, oscilando entre 26 e 25,8°C em dezembro e julho respectivamente. (SOUZA ET AL *apud* CAMPOS, 2000, p.25)

Embora o Maciço esteja encravado no meio de uma área marcada pela semi-aridez, conta com uma grande incidência de totais pluviométricos elevados, sendo considerado por Souza *apud* IBAMA (2002) como uma das regiões de mais alta pluviosidade do Estado. A explicação dá-se em função da posição do relevo, com relação ao deslocamento dos ventos úmidos oriundos do litoral - através do mecanismo de circulação atmosférica - e das elevadas cotas altimétricas.

A distribuição de chuvas no Maciço evidencia a existência de duas estações: uma chuvosa (verão-outono) e outra seca (inverno-primavera). O trimestre mais chuvoso envolve o período de março a maio e o menos chuvoso abrange os meses de setembro a novembro. Importante destacar que nas porções orientais da Serra, assim como no platô, os totais pluviométricos e a distribuição das chuvas é mais regular; por outro lado, o flanco ocidental - que corresponde ao setor de sotavento - conta com índices pluviométricos menores e maior irregularidade das chuvas. Na serra e nos pés-de-serra ocorrem mananciais dotados de regime

semiperenizado, onde as águas superficiais ocorrem, preferencialmente, nos setores de rochas mais intensamente fraturadas.

O Maciço de Baturité-CE apresenta o mais importante dispersor de drenagem da porção norte-ocidental do Ceará, através de dois sistemas fluviais formados, respectivamente pelo Rio Pacoti, que tem nascente na Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço, com um sistema independente de caráter exorreico; e, dos esporões terminais do norte do Maciço, e em nível mais baixo do que as nascentes do Rio Pacoti, origina-se o Rio Ceará. Na vertente oriental úmida, a superfície é drenada pelo subsistema do rio Aracoiaba, integrante da bacia do rio Choró. Nas vertentes ocidentais, a drenagem íntegra – através dos riachos Seriema e Bom Jardim – a sub-bacia do rio Canindé, que faz parte da bacia do rio Curu. Verifica-se, na Figura 9 que,

De modo genérico, a impermeabilidade dos terrenos, aliada ao forte gradiente dos perfis longitudinais, justificam a elevada densidade de cursos d'água, bem como o acentuado grau de dissecação do relevo. Os vales, por consequência, têm sempre a primazia de formas em “V”. Apenas nos locais de suavização topográfica os perfis transversais tendem a se apresentar com maiores larguras e em formas de “U”. (SEMACE, 1992, p.28)



FIGURA 9: Dissecamento do Relevo da Vertente Oriental Úmida do Maciço de Baturité-CE  
 FONTE: FONTENELE JÚNIOR (2004)

Tanto as florestas ciliares quanto as dos capões e das serras solitárias, são extensões mediterrâneas da grande Floresta, havendo uma grande identidade entre a vegetação das serras nordestinas e a flora atlântica. Embora descaracterizada em função da antropização, a cobertura vegetal do Maciço de Baturité-CE apresenta variações que incluem desde formações florestais plúvio-nebulares às formações arbustivas semi-caducifólias, campos de altitude e vegetação de rochedos.



De acordo com Sales *apud* Campos (2000), a Mata Úmida no Maciço começa a se desenvolver a partir da cota altimétrica de 600m a barlavento e após 800m a sota-vento.<sup>55</sup>

A floresta úmida perenifólia, higrófila ou driádica está incluída no tipo pluvial de altitude. Nos níveis mais elevados, superiores a 800m, aparece o que se denomina de vegetação “plúvio-nebular”, em função de encontrar-se permanentemente envolta em nevoeiro ou nuvens baixas que provocam constantes chuvas finas. Este tipo de vegetação localiza-se nas áreas mais elevadas dos Municípios de Guaramiranga, Pacoti, Mulungu e Aratuba. Em função da localização, este tipo de vegetação sofreu menor ação antrópica ou humana que em outras áreas do maciço de Baturité. (CAMPOS, 2000, p. 27)

Conforme Estudo da SEMACE *apud* Campos (2000), foram identificadas, no Maciço de Baturité-CE, 76 famílias e classificadas<sup>56</sup> 178 espécies vegetais<sup>57</sup>, distribuídas em quatro tipologias florestais:

1) Floresta úmida perenifólia: localizada em altitudes superiores a 800m; sofreu menor influência antrópica devido à declividade, altitude e difícil acesso; algumas espécies vegetais presentes na tipologia 1 incluem: Amarelão, Abacate-bravo, Almécega, Café-bravo, Bálsamo, Cajueiro-bravo, Camunzé, Cocão, Folha-miúda, Guabiraba, Ingá, Limãozinho, Jaracatiá, Murici-da-Serra, Maçaranduba, Orelha-de-burro, Pau d’arco amarelo, Piroá etc.

2) Floresta úmida semiperenifólia: bastante alterada com exceção de alguns pontos mais elevados; variação do tipo florestal 1 que, devido a sua localização de 600m a 800m de altitude, encontra percentuais de deciduidade ou caducidade de suas folhas em determinada época do ano, tendo como principais espécies vegetais: Frei-jorge, Pau-d’arco roxo; Mulungu, Babaçu, Gonçalo-alves, Pau d’arco amarelo, Mutamba, Pau-ferro, Inharé, Tatajuba etc.

3) Floresta úmida semicaducifólia: situa-se a barlavento do Maciço de Baturité, em altitudes que variam entre 200m a 600m, apresentando várias das espécies vegetais da tipologia anterior, contando, por outro lado, com um número reduzido de espécies em função da grande antropização por conta do uso de culturas de subsistência e criação de gados.

4) Floresta caducifólia ou mata-seca: situa-se a sota-vento, ostentando altitude de até 600m, encontrando-se bastante erodida, com vegetação típica de serra seca e caatinga que

<sup>55</sup> Lado oposto de onde sopra o vento, dando para o sertão.

<sup>56</sup> Apenas 20 espécies deixaram de ser classificadas por ausência de flores e frutos na época do levantamento.

<sup>57</sup> Não se incluiu a tipologia florestal existente na zona denominada de Pés-de-Serra, com altitude inferior a 200 metros, mas que abriga o maior contingente populacional humano e, conseqüentemente, a área mais alterada para agricultura e pecuária.

circunda o Maciço de Baturité-CE, incluindo espécies vegetais como: Sabiá, Jurema-Preta, Pau-Branco, Imburana etc. Esta tipologia também se encontra bastante degradada pelo uso indiscriminado, com áreas de avançado processo de degradação ambiental.

As condições hipsométricas e ecológicas especiais da serra de Baturité, classificadas pela Embrapa como pertencentes à compartimentação geográfica de maciços e serras altas com altitudes médias de 300 a 900m, engendraram um clima de altitude favorável ao surgimento de uma verdadeira “ilha de fertilidade” dentro do semi-árido cearense, configurando “habitats” e nichos ecológicos específicos que favoreceram o surgimento de uma fauna etnozoológica de características semelhantes à da mata Atlântica ou da Floresta Amazônica e, até condicionando o surgimento de espécies endêmicas, como o tucano do Maciço de Baturité. (CAMPOS, 2000, p. 29)

De acordo com o Zoneamento Ambiental da APA da Serra de Baturité, a Serra presenciou uma época em que havia continuidade entre a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, o que permitiu que, mesmo com mudanças ocorridas no Ceará e no Nordeste, fosse mantido um significativo número de espécies vegetais características dessas florestas. Segundo SEMACE (1992):

O Maciço de Baturité não somente apresenta um refúgio ecológico por excelência, mas também, e principalmente, poderia ser visto como um palco que assistiu, ao longo dos tempos, as mudanças ambientais de nossa região, mas que, conseguindo conservar grande parte dos seus recursos vegetacionais e florísticos até hoje há bem pouco tempo (quando o homem começou sua exploração irracional), constitui-se hoje, ainda, numa “ilha terrestre” de valor incalculável, guardando isolados, em sua superfície irregular verdadeiros fósseis vivos, animais e plantas caminhando para a especiação e cujos espécimes mais próximos encontram-se a centenas de quilômetros a leste ou a oeste, nas Florestas Tropicais Úmidas. (SEMACE, 1992, p. 41)

Ressalte-se que, em função da grande alteração na flora e da expansão de atividades agrícolas que vinham sendo desenvolvidas no Maciço, a fauna foi drasticamente diminuída, por conta das transformações nos habitats naturais, além da ação ilimitada de caçadores que, até o ano de 1934, agiam sem nenhum tipo de restrição por parte do Estado.

Além disso, de acordo com IBAMA (2002), faltam estudos e referenciais históricos que permitam o conhecimento da fauna do Maciço no início de sua colonização. Neste sentido, a referência a ser utilizada para descrever a flora local será o Zoneamento Ambiental da APA da Serra de Baturité (SEMACE, 1992), que considerou tanto as espécies residentes

como as visitantes, embora o próprio estudo reconheça restrições em sua metodologia<sup>58</sup> em função da escassez de recursos e tempo.

É importante destacar que, no conjunto da biocenose faunística do Maciço de Baturité-CE, ainda que sejam referenciadas abaixo algumas categorias que representem funções econômico-sociais importantes junto às populações humanas - mamíferos, répteis e aves – não se deve descartar a importância ecológica de outras espécies como: os morcegos (frutívoros e insetívoros), sapos, um grande número de insetos que exercem ações de polinização, predação e controle; a ação “invisível” da fauna e da microfauna, responsáveis pela decomposição e reciclagem da matéria orgânica.

Um dos aspectos mais relevantes, na Serra de Baturité-CE, é a existência de espécies típicas das Florestas Amazônica e Atlântica, por outro lado, em função do isolamento reprodutivo da Serra nas citadas Florestas, algumas espécies vêm sofrendo um amplo processo de especiação, começando a adquirir características próprias.

De acordo com SEMACE (1992), foram identificados como residentes ou não do Maciço de Baturité, um total de 148 espécies da ornitofauna cearense, tendo como principais espécies os seguintes: periquito-de-cara suja, que habitam a orla da Floresta Úmida Perenifólia e da Floresta Semiperenifólia; Araçonga, que habita o interior da Floresta Úmida Perenifólia; Pintassilgo, que habita toda a faixa de Floresta Caducifólia; e o Curió, que habita a margem da Floresta Úmida Perenifólia e Subperenifólia;

Ademais, em função do acelerado desmatamento no Maciço de Baturité-CE, nota-se a invasão de espécies campestres em áreas abertas pelo desmatamento, o que pode vir a acarretar no aumento descontrolado dessas espécies alienígenas, ocasionando o desequilíbrio da população local.

O estado de miséria em que se encontram vários ocupantes do maciço de Baturité gera, por consequência, um impacto representativo para com diversas espécies de aves (...). Sendo assim, a importância da criação de Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité tem um valor incalculável com relação à fauna, não só ornitológica, mas principalmente por assegurar um processo de evolução isolada e a

---

<sup>58</sup> No estudo, foram utilizadas técnicas de coleta, principalmente para répteis e anfíbios. Quanto aos mamíferos e aves, restringiram a coleta somente para algumas espécies. No levantamento dos mamíferos, foi identificada a presença de espécies através de rastros e outras pistas, como fezes e pêlos. Também utilizaram entrevistas com pessoas conhecedoras da área. Foram excluídas do levantamento a ordem Chiroptera (morcegos) e a classe dos insetos.

viabilização do estudo das espécies nativas antes que muitas delas desapareçam, sem ao menos terem sido conhecidas. (SEMACE, 1992, p.46)

Apesar da falta de recursos e apoio a pesquisas na área do Maciço, os répteis e os anfíbios têm sido os animais mais estudados na região, pelo fato de que são esses os mais representados por espécies de domínio das Florestas Amazônica e Atlântica. Ademais, esses animais são consumidores de insetos, inclusive os vetores de graves doenças, tais como a dengue, a malária e a leishmaniose. Foram identificados 8 famílias e 42 espécies na classe dos répteis. Dentre as espécies da herpetofauna estão os lagartos “Papa-vento” e o “calango-cego”, e dentre as espécies de serpentes estão a surucucu e a “cobra-cipó”.

Na classe dos anfíbios, foram identificadas 11 espécies, agrupadas em 4 gêneros e 3 famílias, todos pertencentes à ordem Anura. Dentre os anfíbios mais representativos está o anuro – um sapo com cristas laterais na cabeça, típicos do Estado do Acre. A degradação ambiental, induzida pela atividade humana, também vem afetando a população de anfíbios, levando a um desequilíbrio zoológico, sobretudo, com a invasão do lagarto “Lagartixa-preta”, característico do ambiente das Caatingas.

De acordo com o IBGE, o Ceará é um dos ambientes mais degradados do país, contando com apenas 16% de sua cobertura vegetal original, o que ocasionou a extinção de muitas espécies de mamíferos, tais como: as onças pintadas e suçuarana, a capivara, os porcos-do-mato queixada e caititu, o tatu-bola, o tamanduá-bandeira, a preguiça, o guariba-preto etc. Neste sentido, conforme Campos (2000), no Maciço de Baturité-CE, o quadro não deve ser diferente, onde alguns dos grandes mamíferos anteriormente existentes não mais são encontrados na região.

No estudo realizado por SEMACE (1992), foram catalogadas 14 famílias e 20 espécies, conforme Tabela 9. Algumas espécies faunísticas, extintas ou ainda existentes no Maciço incluem<sup>59</sup>:

**Tabela 9: Espécies existentes, em extinção e extintas no Maciço de Baturité-CE**

Existente	Em Extinção	Extintas
Peba	Tatu	Anta

<sup>59</sup> Em função da defasagem referente à bibliografia da fauna ainda existente no Maciço de Baturité-CE é possível que algumas espécies definidas como “em extinção” ou “existente” possam já estar extintas.

Sagüi	Macaco Pregó	Capivara
Timbu	Cutia	Onça parda
Morcegos	Papa-mel	Paca
Cuandu	Tamanduá-mambira	Preguiça
Raposa	Veado-Capoeiro	Queixada ou Porco do Mato
Guaxinim	Veado-garapu	
	Gato Maracajá e Maracajá-Mirim	

Fonte: SEMACE (1992)

## 5.2.O Maciço De Baturité-CE no enfoque das Políticas Públicas

- O PDR do Maciço de Baturité

O Projeto de Desenvolvimento Urbano e gestão de Recursos Hídricos (PROURB) tratou-se de um dos primeiros programas de gestão do território no Brasil, lançado em meados da década de 90, com a diretriz básica voltada para a capacitação de cidades pólos, de forma a absorver o crescimento urbano e, ao mesmo tempo, permitir o desenvolvimento econômico social, baseados em três vertentes: a perspectiva de um crescente processo de urbanização no Ceará; a exaustão do modelo urbano brasileiro que privilegiava as grandes cidades; e a urgência de se levar o desenvolvimento urbano para o interior, de modo a permitir a consolidação de cidades pólos e regiões estratégicas.

Neste sentido, foram realizadas duas experiências pilotos, sendo uma delas a realização do PDR do Maciço de Baturité – uma demanda dos próprios municípios do Maciço, através da Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB) - que demonstrou a urgência de expandir a definição desses pólos e regiões estratégicas. Em 2003, os enfoques locais e regionais passaram a ser prioridades no próprio Plano de Governo Ceará Cidadania – Crescimento com Inclusão Social (2003/2006).

Nas linhas estratégicas de atuação que prevêem a configuração do perfil econômico desejado para o Maciço de Baturité-CE para o horizonte de 2020, além do foco nas tradicionais atividades agro-pecuárias, percebe-se a preocupação com o desenvolvimento da atividade turística expresso na Linha Estratégica 1 do PDR que prevê:

Consolidação do Maciço como pólo regional de turismo em ambiente serrano, intenção que se justifica pelo diferencial natural da Região e sua proximidade com o grande mercado da RMF – Região Metropolitana de Fortaleza. A expansão

ocorrerá em segmentos atualmente praticados – como eventos culturais e ecoturismo – e em novas modalidades de turismo, como turismo para terceira idade, eventos empresariais, esportes radicais e de concentração, histórico-cultural e agroturismo. (COSTA FILHO, 2004, p.57)

Para a apropriação do território, o Plano vai além da espacialização de atividades produtivas, tais como o turismo, através da acessibilidade e demais redes infra-estruturais que deverão ser sobrepostas ao contexto ambiental existente, conforme se propõe na figura 10, de Rotas Turísticas Temáticas:

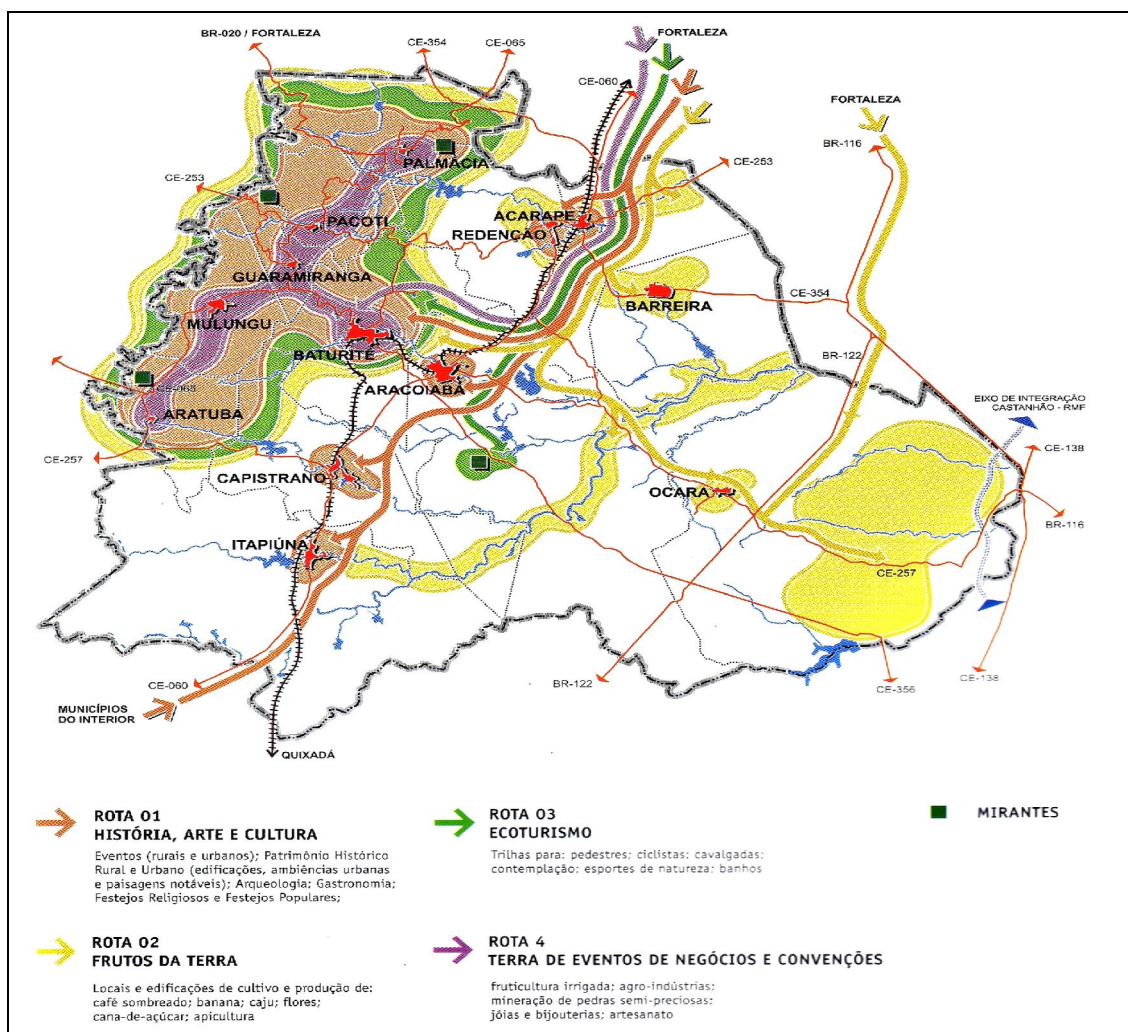


FIGURA 10: Rotas Turísticas Temáticas do PDR do Maciço de Baturité-CE  
FONTE: COSTA FILHO (2004)

Infelizmente, conforme entrevistas realizadas à Secretaria das Cidades e à AMAB, em função das mudanças de Governo, apesar da interessante proposta da interiorização do desenvolvimento urbano - através do ordenamento de atividades como o turismo - e de todos os recursos despendidos para a integração do planejamento no Maciço, a proposta não saiu do papel e o planejamento ficou engavetado.

- Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço de Baturité-CE

Em função da elevada concentração demográfica no Maciço de Baturité-CE, com a exploração histórica através da utilização de técnicas rudimentares, a degradação dos recursos naturais foi intensificada, gerando o empobrecimento dos ecossistemas naturais, através de vários fatores: alteração da biomassa, em função do desmatamento indisciplinado; aceleração dos processos erosivos com deslizamentos de vertentes; intensificação do assoreamento de cursos d'água e barragens; desaparecimento de fontes perenes e sazonais; ablação dos horizontes superficiais dos solos com o conseqüente adelgaçamento e empobrecimento químico desses solos; diminuição progressiva de produção e de produtividade agrícola; vulnerabilidade da economia primária e êxodo rural; dentre outros fatores.

De acordo com Martins et al *apud* Campos (2000), os principais municípios do Maciço de Baturité apresentavam os seguintes níveis de antropização<sup>60</sup>: Aratuba (47,8%), Baturité (41,5%), Guaramiranga (16%), Mulungu (45,4%), Pacoti (22,6%) e Palmácia (66,1%).

Considerando-se, a grosso modo, que no Ceará, um hectare produz cerca de 172st/ha de madeira em média, conclui-se que na serra de Baturité, isto é, nos seis municípios acima considerados, foram desmatados cerca de 6.553ha no período de seis anos, ou 1.089 ha por ano. (Zakia *apud* Campos, 2000, p.36)

Neste sentido, de forma a salvaguardar os resquícios faunísticos e florísticos ainda existentes e diminuir e delimitar a antropização no Maciço de Baturite-CE - de acordo com documento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) do Estado do Ceará (SEMACE, 1991) - a APA da Serra de Baturité-CE foi instituída pelo Governo Estadual, através do Decreto nº 20.956, de 18 de setembro de 1990, considerando:

- a) as peculiaridades ambientais da Serra de Baturité-CE que a diferencia profundamente do domínio semi-árido que a cerca e a torna refúgio biológico de grande valor;
- b) o ambiente dotado de equilíbrio ecológico bastante frágil, pela sua própria natureza e pela intervenção do homem;
- c) o importante papel que desempenha na atividade agrícola do Estado e seu potencial como área de lazer.

---

<sup>60</sup> Em função da defasagem referente à bibliografia sobre a antropização no Maciço de Baturité-CE, é possível que esses percentuais sejam ainda maiores.

A Área de Proteção Ambiental tem por objetivos específicos, estabelecidos em legislação, os seguintes:

1- Proteger a cobertura vegetal através de conservação de vegetação nativa, da reabilitação de áreas degradadas; da identificação e proteção de áreas de ocorrência de espécies de flora de valor econômico ou científico.

2- Promover a proteção da fauna: através da conservação da fauna silvestre e da identificação de rotas de migração; da identificação das áreas de ocupação da fauna de valor econômico; da proteção da fauna, associadas aos recursos hídricos e da proteção de sítios de arribação.

3- Manter ou promover a melhoria da qualidade dos recursos hídricos por meio: da identificação de seus usos atuais e potenciais, da classificação dos recursos d'água através das normas existentes; da identificação, em nível de bacia, dos fatores de comprometimento de recursos hídricos e da implementação de estratégias de gerenciamento da qualidade da água.

4- Proteção dos recursos do solo, subsolo e rochas, através de normalização das obras de terraplanagem, do disciplinamento de atividades de exploração de recursos minerais e da implementação das técnicas de conservação do solo.

5- Contribuir, através de ações de Educação Ambiental, para que a população esteja sempre integrada ao espírito da APA, sua filosofia, seus planos de ação, com vistas ao ecodesenvolvimento.

O decreto dispõe ainda sobre a proibição ou restrição de:

I- Implantação ou ampliação de atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar os mananciais de água, as formas de relevo, solo e ar.

II- A realização de obras de terraplanagem e a abertura de estradas, quando estas iniciativas importarem em sensíveis alterações das condições ecológicas regionais;

III- A derrubada de florestas ou a captura ou extermínio de animais de animais silvestres de qualquer espécie.

IV- Os projetos urbanísticos, inclusive loteamentos, sem a prévia autorização da Superintendência Estadual do meio Ambiente – SEMACE.



V- O uso de agrotóxicos, em desacordo com normas ou recomendações técnicas oficiais.

Ademais, como objetivos específicos do Decreto em epígrafe, estão:

- Proteger as comunidades bióticas nativas, as nascentes dos rios, as vertentes e os solos;
- Proporcionar, à população regional, métodos e técnicas apropriadas ao uso do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos recursos ecológicos;
- Desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista.

A APA da Serra de Baturité dista cerca de 90 km de Fortaleza, abrangendo uma área de 32.690 ha e circunscrevendo, no todo ou em parte, os municípios de Aratuba, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Redenção. O espaço compreendido pela APA representa um enclave úmido de floresta serrana em uma região semi-árida do Ceará. As delimitações ficaram a partir da cota de 600m, com coordenadas extremas de 4°08' e 4°27' de latitude sul e 38°50' a 30°05' de longitude oeste, conforme figura 11:

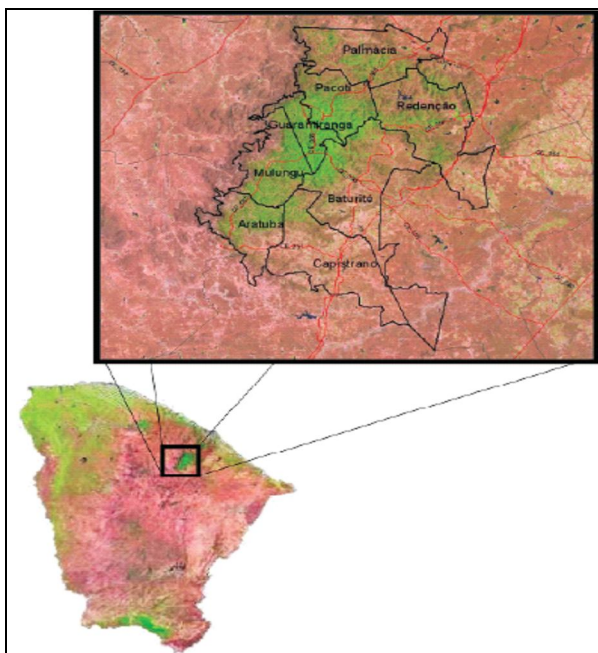


FIGURA 11: Localização da APA da Serra de Baturité - CE  
Fonte: FREIRE & SOUZA (2007)

Em 1991, o Governo do Ceará propõe um Relatório Técnico (SEMACE, 1992), que priorizou o zoneamento da APA do Maciço de Baturité, fornecendo, para tanto, insumos técnico-científicos, através das seguintes ações:

- Definiu limites de unidade ambientais homogêneas (sistemas de terras) contidas na APA da Serra de Baturité em precisão compatível com a escala de trabalho adotada (1:50:000);
- Aplicou a concepção ecossistêmica no diagnóstico dos recursos naturais da APA;
- Identificou e analisou as relações mútuas dos componentes do potencial ecológico e de exploração biológica, de acordo com a estrutura funcional de cada unidade homogênea;
- Avaliou o potencial de recursos naturais e as principais limitações de uso dos subespaços que compõem a APA;
- Identificou o impacto e os efeitos das ações antrópicas em cada unidade;
- Caracterizou e interpretou o estado de cada unidade natural homogênea, após os modelos de utilização que haviam sido adotados;
- Detectou o grau de estabilidade do ambiente em função do balanço entre processos morfogênicos e pedogênicos, além do estado de degradação – conservação apresentado pela cobertura vegetal;
- Indicou as unidades naturais homogêneas, ou setores destas, a serem submetidas a uma preservação compulsória;
- Apresentou/sugeriu diretrizes que viabilizassem o aproveitamento racional dos recursos naturais renováveis, como meio de atenuar ou eliminar os efeitos de deterioração ambiental.

Além disso, os propósitos incluíam a estratégia de gerenciamento da APA que deveria prever a: compatibilização das atividades humanas com a preservação da vida silvestre; e a normatização da proteção dos recursos ambientais, tendo em vista a estabilidade ou melhoria da qualidade de vida.

Em 1998, a AMAB reuniu, no I Fórum de Ações Ambientais no Maciço de Baturité, prefeituras, outras instituições governamentais, ONG's, universidade e personalidades ligadas à questão ambiental, com objetivo de fixar diretrizes e determinar providências para manter o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida na região.

A Carta de Aratuba sintetizou as conclusões deste encontro, apontando a necessidade de ações imediatas e de curto prazo, que integrem uma política de proteção à fauna, flora, recursos hídricos, capazes, também, de promover a recuperação do meio ambiente em processo de degradação. Foram propostas como ações imediatas:

- A identificação, localização e cadastramento das espécies nativas da região, principalmente as em risco de extinção, e o estabelecimento de um banco de dados com o material reunido;

- A implantação de viveiros de plantas nativas, objetivando a recuperação de áreas devastadas, bem como a manutenção e/ou recuperação dos hortos e das farmácias vivas ecológicas já existentes na região;

- O levantamento quantitativo e qualitativo das fontes, córregos e quedas d'água, com as condições sanitárias e fontes poluidoras, permitindo a sua efetiva preservação, monitoramento da qualidade das águas e seu aproveitamento para o abastecimento das comunidades;

- O desenvolvimento de esforços de comunicação, no sentido de divulgar a existência do patrimônio ecológico da APA, com o objetivo institucional de fortalecer o apoio às ações desenvolvidas;

- Orientar a educação, em todos os níveis, para a participação ativa do cidadão e da comunidade na defesa do meio ambiente, cuidando para que os currículos escolares das matérias obrigatórias contemplem o estudo da ecologia;

- Intensificar o estudo e a pesquisa de técnicas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais, utilizando, nesse sentido, os planos e programas regionais ou setoriais de desenvolvimento sustentado e agrícola;

- Identificar e informar aos órgãos e entidades do sistema nacional de meio ambiente sobre a existência de área devastada ou ameaçada de devastação, propondo medidas de recuperação;

- Realizar, com o apoio da população, um inventário que identifique, além dos sítios históricos e arqueológicos e paisagens relevantes, também as atividades econômicas, culturais e os recursos ambientais nos municípios compreendidos pela APA, de modo a orientar as comunidades, instituições civis, empresários e outros setores da sociedade na implementação de projetos econômicos para uso sustentável dos recursos ambientais da região e, mediante

estudos e planejamento, sua utilização como atrativos turísticos, na busca de um desenvolvimento econômico e social em harmonia com o meio ambiente.

- Propôs, ainda, a adequada instrumentalização legislativa e normativa dos municípios da região, através de planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, códigos de obras, códigos de posturas etc.

Com um escritório em Mulungu e outro em Pacoti, a gestão atual da área está a cargo da SEMACE, com a participação de dois representantes de cada município com território incluído na APA. É importante destacar que, embora a APA esteja, atualmente, funcionando no sentido de monitorar e fiscalizar os empreendimentos implantados no Maciço de Baturité e ofertar cursos de educação ambiental para a comunidade local, de acordo com entrevista à SEMACE, é alarmante constatar que, até o presente momento, ainda não foi realizado um Plano de Manejo que defina diretrizes e limites de utilização da área para o desenvolvimento de atividades econômicas - tais como o turismo – que possam, inclusive, incrementar a economia da região, de forma a melhorar a qualidade de vida dos moradores locais.

Além disso, ainda persiste o descumprimento às legislações e normatizações estabelecidas, dando continuidade a agressões ao meio ambiente, ocasionadas, principalmente, pelas implantações de empreendimentos turístico-imobiliários de construtoras de fora do local e por manejos inapropriados, como a expansão de culturas inadequadas em áreas de vertentes íngremes e desmatamentos indiscriminados.

### **5.3. Formação histórica e atualidades no Maciço de Baturité - CE**

Considera-se o patrimônio histórico-cultural do Maciço de Baturité-CE relativamente recente, uma vez que, a exemplo do próprio estado do Ceará que só foi colonizado no século XVII, a presença colonizadora só chegou ao Maciço em 1680<sup>61</sup>, com a expedição de Estevão Velho de Moura que alcançou a região através das ribeiras do rio Choro; ou seja, quase dois séculos após o “descobrimento” do Brasil.

Somente com o início da ocupação do semi-árido, promovida pelos caminhos do gado, subindo pelos Rios Jaguaribe e Acaraú e a partir dos sertões do Piauí, ampliou-se o território ocupado, ao tempo em que expulsavam os povos indígenas

---

<sup>61</sup> O retardo nos fluxos de penetração para além do litoral é explicado pelo interesse militar – de defesa do litoral – que caracterizou a colonização portuguesa no Ceará.

para áreas restritas. Não causa espanto que as áreas de exceção no interior do semi-árido pastoril, como a Serra da Ibiapaba, Serra de Baturité e Serra do Araripe, se tornassem últimos redutos de populações indígenas. Essas áreas, sobretudo no Maciço de Baturité, estavam fora das rotas e dos caminhos do gado, cruzamentos que deram origem a muitas cidades do sertão do Ceará. (IBAMA, 2002, p.74)

A ocupação inicial do Maciço de Baturité-CE deu-se, a partir de 1655, pela catequese e aldeamento dos índios Tapuias e Paiacus pelos jesuítas<sup>62</sup>. Com o avanço do capitalismo em busca de bons terrenos e maior lucro, o “homem branco” invadiu as terras cearenses, aprisionando e matando os habitantes indígenas, tornando-os úteis ao projeto dos europeus<sup>63</sup>. Em nome da cristandade, embora os missionários tenham combatido o genocídio da população indígena, terminaram por promover o etnocídio, uma vez que induziam forçosamente o cristianismo e aboliam as práticas culturais milenares indígenas.

Com a conquista da terra e a concessão de sesmarias, a partir de 1678, no Estado do Ceará, o índio não mais possuía o direito ao seu usufruto. A colonização do Maciço de Baturité-CE foi ainda mais tardia do que no Ceará, uma vez que as sesmarias eram, inicialmente, concedidas no litoral, mostrando-se desfavoráveis e, posteriormente, optou-se pelas terras úmidas situadas nas margens dos rios, da foz para as cabeceiras, seguindo através dos rios Choró e Pacoti.

As terras da região eram divididas pelo sistema de sesmarias, em que os primeiros a chegarem eram privilegiados com as terras mais férteis, situadas próximas aos vales e rios. Devido á ocupação começar por essas terras produtivas, as mais íngremes ficavam desprovidas e acabavam servindo de esconderijos para os índios que fugiam do homem branco. (LIMA, 2006, p.24)

Obviamente, as terras indígenas não foram ocupadas sem resistência, pois os índios lutaram firmemente, fazendo alianças entre as tribos e criando confederações indígenas, a exemplo da aliança dos Paiacus e Jaguaribanas que, em 1713, planejaram e executaram o saqueamento de Aquiraz. Em retaliação, os “homens brancos” deram ordem de matar todos os índios que soubessem atirar, atitude que terminou por dizimar uma grande parte da população indígena da região.

<sup>62</sup> Aldeamentos indígenas organizados pela Igreja e missões jesuíticas estão na origem das atuais divisões municipais, com exceção de Palmácia, que foi desmembrada de Maranguape, todos os demais municípios do Maciço têm origem de reordenamentos a partir do município de Baturité.

<sup>63</sup> Até os dias de hoje, a cidade de Baturité ainda preserva, em frente à Igreja Matriz, o pelourinho e a praça, que eram utilizados para reunir e “disciplinar” os índios, na época do aldeamento dos Jenipapos, Canindés e Quixelôs, o que funcionou como “sumidouro” do restante dos povos indígenas do Ceará.

Em 1720, já restavam poucos índios no Ceará e, após a expulsão dos jesuítas, em 1758, os antigos aldeamentos foram transformados em vilas para expandir o poder real, quando, em 1764, o ouvidor geral da capitania do Ceará, Victorino Soares Barbosa, fundou a Vila Real, com território abrangendo parte do Maciço de Baturité-CE.

Com as secas de 1777-78 e 1790-93 que assolaram o Ceará, acelerou-se a migração de pessoas que iam dos sertões para as serras em busca de terras mais férteis. “Várias famílias se estabeleceram na serra enfrentando muitas dificuldades com o sol intenso, mosquitos e a falta de transporte. Um exemplo foi a família de Inácio Lopes, coronel Antônio Francisco de Queirós Jucá que se instalou no sítio Macapá”. (LIMA, 2006, p.25)

Há época, havia um grande contraste entre a pobreza da maioria da população residente e a riqueza em recursos renováveis da fértil Serra de Baturité, uma vez que os primeiros habitantes do Maciço viviam do cultivo de monoculturas de subsistência, de incipiente horticultura (frutas e hortaliças) e, ainda, da cotonicultura aliada à criação de gado, que era a base da economia e da fixação da população na região.

Por volta de 1800, na tentativa de evitar o êxodo e como alternativa para amenizar as consequências da seca, o governo monárquico decidiu construir a estrada férrea de Baturité-CE, conforme Figura 12 como forma de criar trabalho para os flagelados da seca:

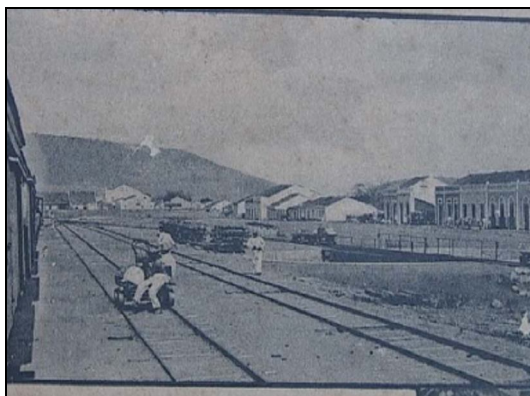


FIGURA 12: Construção da Ferrovia de Baturité  
FONTE: Autoria Desconhecida

Para Campos (2000), a ocupação efetiva do Maciço de Baturité-CE só realizou-se em 1812, através da concessão de uma sesmaria no alto da Serra a Manuel Costa Ribeiro. Este foi o único sesmeiro identificado no Maciço de Baturité-CE, tendo recebido a concessão de sesmaria em 29 de outubro de 1812. Outros colonos o sucederam: o cunhado Manuel de

Queirós Lima, Antonio Pereira de Queiroz – que introduziu as sementes de café do Cariri no sítio Munguaípe (Guaramiranga), em 1822 - e Manuel Felipe Castelo Branco, que plantou sementes de café do Pará no sítio Baganço (Mulungú) no mesmo ano.

Embora das desvantagens geomorfológicas, as condições geológicas e climáticas eram ótimas para o desenvolvimento da cultura cafeeira. Quando da introdução do cultivo de café no Sítio Munguaípe, as perturbações no meio ambiente da região se desenvolveram com maior intensidade, uma vez que as áreas plantadas se propagaram, sendo a fauna e flora da região muito alterada para permitir a expansão da cultura cafeeira.

As técnicas usadas no cultivo do café no sentido de prepara a terra eram rudimentares e bastante prejudiciais ao meio ambiente, como era o caso do uso de queimadas. A maneira encontrada para proteger o café do sol era plantando ingazeiras, árvores que faziam sombras e suas folhas que caíam acabavam servindo de adubo para tornar a terra mais fértil. Não era usado nenhum tipo de produto químico na plantação e sim o uso de estrumes de animais e detritos orgânicos. (SOUZA *apud* LIMA, 2006, p.26-26)

Somente em 1841, foi adotado o nome de Vila de Baturité. Segundo Nogueira *apud* Campos (2000), o nome Baturité é de origem indígena que em de *ibi* (terra) + *tira* (alta) + *eté* (verdadeira), o que significa serra por excelência ou verdadeira. Já Ceará (2002), atribui o topônimo à expressão “baturieté”, “narceja (uma ave) ilustre” ou de “batuíra” e “eté”, que significa “valente nadador”.

Em 1846, toneladas de café eram exportadas para Europa, através do porto de Fortaleza. A plantação do café foi responsável pelo povoamento da serra – composto, principalmente, de mestiços, índios nativos, negros livres e brancos que fugiam da seca e eram atraídos, em busca de trabalho. Vale ressaltar que, em 1850, com a promulgação da “lei das terras”, que designou proprietário aquele que possuía a terra registrada em cartório, garantiu-se a legalidade da propriedade aos herdeiros dos invasores europeus no território brasileiro e inicia-se a problemática dos “sem-terras”, formados pela população indígena.

Conforme Barroso *apud* Campos (2000), somente a partir do final da década de 1850 foi que o café passou a gerar riqueza expressiva na região serrana do Maciço, tanto que, na metade do século XIX, o Maciço de Baturité-CE respondia por 50% de todo o café produzido no Ceará, seguido pelas serras de Maranguape e Pacatuba (Aratanha), que juntas produziam 40,8%. Foi devido à cultura cafeeira que se estabeleceu definitivamente a conquista ou

ocupação dessa área serrana, uma vez que ela contribuiu para a diminuição do êxodo rural que ocorria em função das secas.

Pelo fato de ser uma especiaria de elevado valor econômico e de excelente qualidade, o café foi responsável por grande parte da riqueza das famílias no final do século XIX e início do século XX. “No Ceará, não é possível falar-se de uma aristocracia do café como a do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, merece destaque a pequena nobreza dos cafezais baturiteenses do final do século XIX.” (GIRÃO *apud* CAMPOS, 2000, p.13)

A aristocracia rural no Maciço dispunha de mansões com mobílias importadas da Europa, sobretudo da Áustria, que era transportada até a estação ferroviária de Canoa (Aracoiaba), ponto terminal da Estrada de Ferro de Baturité. Em algumas fazendas podia-se observar até a presença de moedas próprias, como era o caso do “boró” (ver figura 13), no sítio Bagaço, que era uma moeda aceita em grande parte da microrregião do Maciço de Baturité-CE:



FIGURA 13: Antiga moeda “boró” que circulava no Maciço de Baturité-CE  
FONTE: Autoria desconhecida

Por outro lado, os cafezais tinham um elevado custo de transporte – pela ausência de uma base tecnológica e vias de comunicação - e um bom rendimento por um curto período, uma vez que, em função da degradação ambiental, a produtividade dos cafezais caía. Existia também a tentativa de introdução de outras culturas, tais como os negócios com a borracha de maniçoba, em função da forte retração do mercado mundial. Igualmente,

Em decorrência dos problemas causados no solo pela erosão, por volta de 1920 os velhos cafezais, que a esse tempo pouco produziam, foram, gradativamente, substituídos por fruteiras, primeiramente na Serra de Maranguape e posteriormente na Serra de Baturité, pelos mesmos motivos. (PRATA *apud* IBAMA, 2002, p.62)



Posteriormente, com a chegada dos primeiros sesmeiros provenientes de Pernambuco, entre os anos de 1858 e 1970, intensificou-se a cultura da cana-de-açúcar nas planícies alveolares da Serra, com ênfase na produção de aguardente e rapadura, inclusive, nascendo algumas usinas de açúcar em Redenção. Na década de 1960, também é possível destacar o ciclo econômico da bananicultura, da olericultura e de outras fruteiras, com a política de erradicação dos cafezais implementada pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC) naquela época<sup>64</sup>.

Em 1970, foi lançado, no Brasil, o Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) que incluiu os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará e objetivava a melhoria do nível tecnológico da cafeicultura nacional, incorporando novos sistemas de cultivo, assistência técnica aos cafeicultores, financiamento para implantação, manutenção de lavouras e melhoria da infra-estrutura de beneficiamento do café. Por outro lado, conforme Campos (2000),

Talvez, o grande equívoco do Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), implementado no Brasil a partir do início da década de 1970, foi sem dúvida o seu nivelamento tecnológico, não levando em consideração as peculiaridades climáticas regionais. De fato, no caso específico do Ceará, a implementação do PRRC, além de uma resposta produtiva quase nula, ainda foi responsável pela tentativa de cultivo de café a pleno sol, em áreas íngremes, de solos e clima que não resistem desmatamento, cuja resultante foi a degradação ambiental em grandes áreas do Maciço de Baturité. (CAMPOS, 2000, p. 16)

Nos últimos tempos, verifica-se uma relação entre Fortaleza e o crescimento urbano da região do Maciço de Baturité-CE, ocasionado pela proximidade entre os municípios. De acordo com Silva (2005), a importância do Maciço vem se traduzindo em função de suas amenidades climáticas, o que gerou um processo de construção de segundas residências e de atividades turísticas apoiadas nos segmentos culturais e paisagísticos. Além disso, vem sendo bastante explorado o turismo de eventos, através de atividades, tais como os festivais de Teatro, de jazz, gastronômico, de vinhos, exposição de flores, dentre outras que contribuem para a consolidação da região como destino turístico.

- Aspectos Sociais e Econômicos

---

<sup>64</sup> A política fundamentou-se no excedente de estoque que em 1962 ultrapassava a 42 milhões de sacas e com uma expectativa de produção da ordem de mais 36 milhões naquele mesmo ano, quando as estimativas apontavam para uma exportação de apenas 18 milhões e, um consumo interno de 6 milhões de sacas, incrementando o estoque governamental em mais 12 milhões de sacas. Além de visar a redução da produção de café a 24 milhões de sacas compatível com a demanda, através da erradicação de cerca de dois bilhões de cafeeiros em todo o Brasil, o Programa do IBC, na década de 1960, objetivava também, a liberação de áreas para diversificação dos cultivos agrícolas. (SEVERINO *apud* CAMPOS, 2000)

Em respeito às perspectivas de crescimento demográfico do Maciço de Baturité-CE, entre 2000 e 2006, conforme dados do IBGE/IPECE (2006), foi observada a tendência de crescimento populacional – com exceção do município de Palmácia-CE - embora o índice de 7,3% apresenta-se inferior à perspectiva do Ceará – 8,74%. Ademais, a dinâmica demográfica predominante no Maciço corrobora com a perspectiva de um fenômeno de urbanização na Região, já que há tendência de crescimento urbano e de decréscimo rural, uma vez que a população residente que correspondia a 38,9% em 1991 passou para 45% em 2000.

Esses casos exemplificam que a queda na taxa de crescimento rural e expansão do crescimento urbano possuem um forte componente de êxodo da zona rural para a zona urbana do município e, num segundo momento, da zona urbana dos distritos para a zona urbana da sede municipal. (IBAMA, 2002, p.81)

Apesar do IBAMA (2002, p.78) afirmar que a “análise da configuração demográfica do Maciço confirma a ausência de concentrações populacionais significativas, capazes de dar suporte a estruturas urbanas mais complexas”, a região se caracteriza por apresentar uma densidade populacional acima da média estadual, alcançando 56,73%, em 2000, com perspectivas de crescimento para 60,85%, em 2006, contra 55,66% do Ceará; ao que o autor explica pela combinação do uso intensivo de mão-de-obra com o minifúndio, como forma de ocupação do solo rural.

De acordo com a Tabela 10, a população do Maciço de Baturité-CE tem aproximadamente 225.000 habitantes, predominantemente jovem (entre 15 e 64 anos), possui um PIB correspondente a 1,4% do PIB Estadual, PIB *per capita* de menos da metade do Estado e com Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao IDH médio do Estado em todos os municípios do Maciço.

**TABELA 10: Dados Gerais sobre a Região do Maciço de Baturité - CE**

MUNICÍPIOS	ÁREA km <sup>2</sup>	POPULAÇÃO 2006 (Estimativa)	PIB 2004 (R\$ MIL)	PIB CAPITA (2004)	PER IDH 2000	RANKING 2000
Acarape	155,188	14.949	37.863	R\$ 2.642	0,623	107
Aracoiaba	656,532	25.214	63.317	R\$ 2.547	0,597	148
Aratuba	142,538	13.675	25.277	R\$ 1.904	0,633	84
Barreira	245,946	18.698	49.357	R\$ 2.714	0,619	113
Baturité	308,78	31.736	43.413	R\$ 1.395	0,642	62
Capistrano	194,797	16.373	17.966	R\$ 1.102	0,631	93
Guaramiranga	59,471	6.025	16.970	R\$ 2.862	0,654	40
Itapiúna	588,684	18.593	33.474	R\$ 1.878	0,633	85
Mulungu	134,594	9.677	20.908	R\$ 2.215	0,650	52

Ocara	765,366	22.882	25.750	R\$ 1.145	0,594	157
Pacoti	111,959	11.542	26.731	R\$ 2.354	0,668	30
Palmácia	117,816	9.580	13.046	R\$ 1.350	0,650	51
Redenção	225,626	26.646	84.085	R\$ 3.217	0,651	49
<b>MACIÇO</b>	<b>3.707</b>	<b>225.590</b>	<b>R\$458.157</b>	<b>R\$ 2.031</b>		-
<b>Ceará</b>	<b>148.000</b>	<b>8.238.204</b>	<b>R\$33.260.672</b>	<b>R\$4.170</b>	<b>0,699</b>	-

FONTE: ADAPTAÇÃO A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

De acordo com SEPLAG/CE (2008), no comparativo dos indicadores referenciados no gráfico 8, a região do Maciço apresentou a melhor média (65,1%) dentre as 8 macrorregiões de planejamento, cabendo mencionar, no entanto, que os índices referentes a esgotamento sanitário, taxa de escolarização no ensino médio e a distorção idade série nos níveis de ensino fundamental e médio apresentaram resultados inferiores aos da média regional.

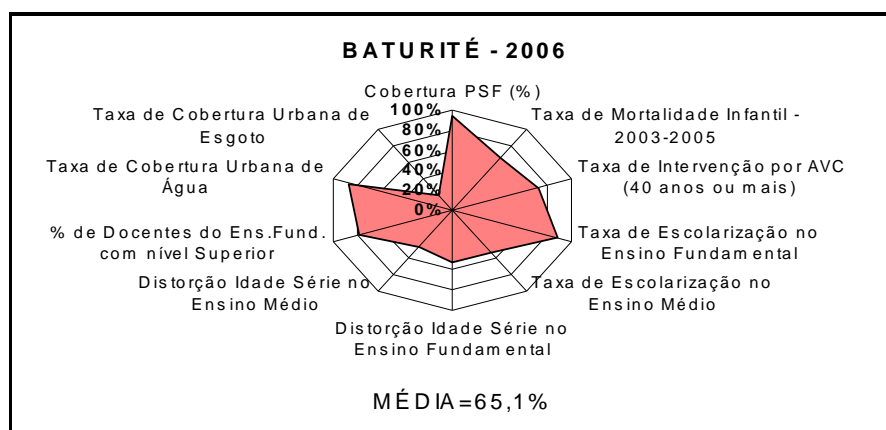


GRÁFICO 8: Teia de Indicadores Socioeconômicos do Maciço de Baturité - CE  
FONTE: SEPLAG/CE (2008)

Por outro lado, analisando-se os indicadores de saúde, para 2006, quando comparado à média estadual, a região mostra um bom desempenho, destacando-se: a taxa de mortalidade infantil<sup>65</sup> de 17,3 por mil nascidos vivos (média estadual: 21,4%). Permanecem abaixo da média estadual, os indicadores de leitos por mil habitantes e médicos por mil habitantes, o que demonstra a necessidade de maiores esforços na estrutura de atendimento aos serviços de saúde.

De acordo com o gráfico anterior, os serviços de abastecimento de água em todos os municípios da macrorregião são ainda deficitários, atendendo a 49,9% da população regional. A oferta de abastecimento de água cobre 86,3% das residências localizadas na zona urbana e

<sup>65</sup> Para garantir confiabilidade estatística, a média da taxa de mortalidade infantil foi calculada com dados de 2003-2005; a cobertura do PSF com 94,9% (média estadual: 60,3%) e a taxa de internação por AVC para pessoas de 40 anos ou mais com 26,0% (média estadual: 29,2%).

14,9% na zona rural. A rede de esgotamento sanitário se apresenta ainda mais incipiente, com cobertura de apenas 17,5% na zona urbana da região.

No âmbito da educação, os indicadores mostram que o setor vem passando por avanços significativos, no que diz respeito à taxa de escolarização do ensino fundamental, atingindo 88,2%, conforme demonstrado no gráfico acima. Quanto à taxa de escolarização do ensino médio em 2006, o desempenho regional não foi tão bom (38,1%), embora tenha sido superior à média estadual, que foi de 37,4%. Com relação à taxa de distorção idade/série, foi atingido 25% para o ensino fundamental e 41,7% para o ensino médio, indicando a necessidade de melhorar a qualidade do ensino e permitir ao aluno concluir sua aprendizagem com sucesso e na idade adequada.

Quando se analisa, na Tabela 11, o IDS-R<sup>66</sup> - um indicador de avaliação de resultados de inclusão social, quantitativos e qualitativos - vê-se que o referido indicador se encontra superior ao do Estado apenas em Palmácia e Aratuba. Isoladamente, com referência ao indicador de Educação, destacam-se acima de média do Estado os municípios de Aratuba, Barreira, Capistrano, Palmácia e Redenção. Com relação à Saúde, sobressaem-se os municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Nos indicadores de condições de Moradia destacam-se, com médias superior a do Estado, apenas os municípios de Acarape, Aratuba e Pacoti. Com relação ao indicador de Emprego e Renda, nenhum dos municípios do Maciço conseguiu sequer atingir a média do Estado. Quanto ao indicador de Desenvolvimento rural, percebe-se que quase todos os municípios se encontram com indicadores superiores à média estadual, com exceção de Acarape, Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Itapiúna e Redenção - justamente os municípios onde o PIB do Setor Agropecuário chega a, no máximo, 15%.

---

<sup>66</sup> Composto pelos seguintes indicadores: Educação: (Taxa de escolarização no ensino fundamental; Taxa de escolarização no ensino médio; e Taxa de aprovação na 4ª série); Saúde: (Taxa de mortalidade infantil; e Taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral); Condições de Moradia: (Proporção de moradores de domicílios urbanos com abastecimento de água; e proporção de moradores de domicílios urbanos com esgotamento sanitário); Emprego e renda: (Consumo residencial médio de energia elétrica; Índice de qualidade do emprego formal e Tamanho médio dos estabelecimentos); Desenvolvimento Rural: (Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural; e Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural).

TABELA 11: Índice de Desenvolvimento Social de Resultados do Maciço de Baturité-CE (2003)

Municípios	Ranking	IDS-R	Educação	Saúde	Condição de Moradia	Emprego e Renda	Desenv. Rural
Acarape	36	0,488	0,473	0,748	0,502	0,315	0,297
Aracoiaba	44	0,441	0,617	0,669	0,252	0,306	0,259
Aratuba	7	0,543	0,673	0,768	0,601	0,194	0,401
Barreira	39	0,451	0,649	0,730	0,136	0,302	0,423
Baturité	91	0,443	0,633	0,720	0,290	0,252	0,167
Capistrano	68	0,448	0,739	0,806	0,239	0,164	0,092
Guaramiranga	3	0,433	0,606	0,546	0,329	0,305	0,307
Itapiúna	67	0,442	0,634	0,618	0,334	0,262	0,261
Mulungu	84	0,355	0,546	0,379	0,408	0,097	0,336
Ocara	131	0,396	0,624	0,570	0,195	0,220	0,341
Pacoti	12	0,480	0,541	0,667	0,587	0,197	0,319
Palmácia	31	0,512	0,761	0,762	0,434	0,170	0,336
Redenção	34	0,471	0,724	0,674	0,303	0,293	0,220
Ceará	-	0,495	0,648	0,624	0,442	0,356	0,298

FONTE: IPECE, 2004 *apud* CDR – MACIÇO DE BATURITÉ (2008)

Cabe ainda mencionar quanto ao aspecto socioeconômico da região, onde um significativo percentual de sua população sobrevive da exploração das atividades rurais, que, atualmente, não são capazes de prover renda suficiente para sua sobrevivência. Já se identifica um processo de migração para a periferia dos núcleos urbanos existentes no Maciço, começando a se configurar processos de favelização do contingente populacional egresso da área rural.

Percebe-se, ainda, que, conforme Gráfico 9, a composição do PIB do Maciço de Baturité-CE é formada, primordialmente, pelo Setor de Serviços. No entanto, quando comparado à distribuição do PIB no Ceará, no Gráfico 10, nota-se que, a Agropecuária ainda representa uma parcela expressiva no PIB do Maciço, enquanto a Indústria ainda se encontra aquém de sua relevância para o Estado:

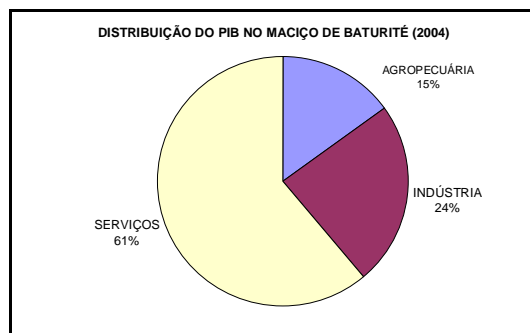


GRÁFICO 9: Distribuição do PIB no Maciço de Baturité-CE (2004)

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

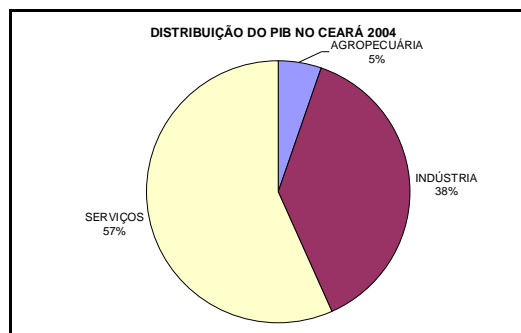


GRÁFICO 10: Distribuição do PIB no Ceará (2004)

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

Embora o processo de ocupação do Maciço tivesse a agricultura como maior atrativo - em função das características históricas dos seus recursos naturais e o papel do Estado do Ceará, na divisão interna do trabalho no Brasil – nas últimas décadas, observa-se uma urbanização da população conforme foi observado anteriormente, além de que,

[...] esmaeceram os fatores tradicionais de ocupação baseados na agricultura do café e da cana, reforçando-se outros cultivos e atividades. A proximidade de Fortaleza vem reforçando a ocupação de segunda residência, constituindo-se como uma região de veraneio. Esse destino do Maciço é compartilhado com a região do litoral, onde são substituídas as antigas formas de ocupação e trabalho pela prestação de serviços. (IBAMA, 2002)

De acordo com os Gráficos 11 e 12, o setor de serviços foi o que mais gerou vínculos empregatícios, sendo responsável, em 2006, por 10.648 vínculos empregatícios formais de um total de 13.106. Por outro lado, verifica-se que o setor de comércio detém o maior número de estabelecimentos, contando com 413 estabelecimentos, em 2006, do total de 750:

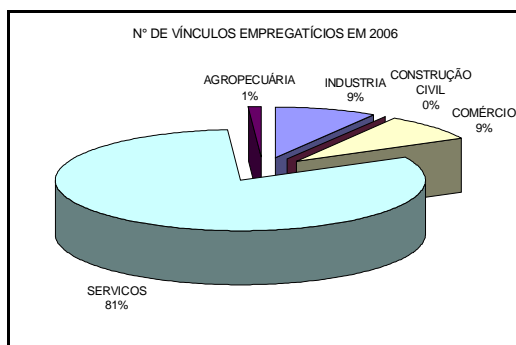


GRÁFICO 11: N° de Vínculos Empregatícios no Maciço de Baturité-CE (2006)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DA RAIS (2006)

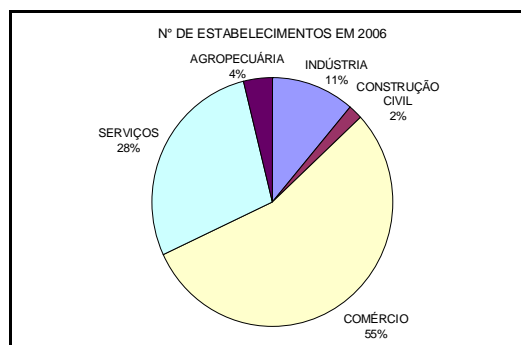


GRÁFICO 12: N° de Estabelecimentos no Maciço de Baturité-CE (2006)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DA RAIS (2006)

Ressalte-se que, segundo IBAMA (2002), o aumento e representatividade do setor terciário, ao invés de se tratar de uma maior complexidade das atividades econômicas do setor – através do estabelecimento de arranjos produtivos locais no segmento de serviços - trata-se do peso que a administração pública tem na renda municipal, além da renda com aluguéis, prestação de serviços e construção civil.

Além da estrutura de produção pouco desenvolvida e da relativamente concentrada distribuição de renda, o Maciço apresenta uma infra-estrutura onde os fluxos de informações e mercadorias estão bem abaixo do padrão das cidades médias e do padrão das metrópoles regionais.

A lógica do processo de acumulação de capital, desigual e combinado, leva à concentração da infra-estrutura no território através da seleção dos espaços. Esse mecanismo econômico explica porque a região do Maciço de Baturité apresenta sérias debilidades infra-estruturais. A ausência e/ou fraca repercussão de vetores de acumulação na área do Maciço é indicativa de que os municípios da região permanecem à margem dos pontos selecionados para a criação de infra-estrutura moderna. (IBAMA, 2002, p.85)

Nos últimos tempos, tem-se mostrado uma dualidade quanto à vocação econômica do Maciço de Baturité-CE, uma vez que, após a agricultura, o turismo se mostra como uma possibilidade para o incremento econômico da Região, sendo o Maciço, inclusive, referendado como potencialmente turístico por autores como Coriolano (2006) - uma vez que apresenta uma série de atrativos para o desenvolvimento da atividade, tais como: clima ameno, diversidade de flora e fauna, belas paisagens naturais, reservatórios e quedas d'água, proximidade de Fortaleza (cerca de 100km), patrimônio histórico (artesanato, manifestações culturais e arquitetura<sup>67</sup>).

De acordo com a Tabela 12, verificou-se que, na opinião de 347 turistas entrevistados, os principais atrativos do Maciço eram, respectivamente, a paisagem, as cachoeiras, as igrejas etc. Por outro lado, verifica-se que os eventos – que são tratados por muitas Secretarias de Turismo local como principais políticas públicas para a atividade turística, estão entre os últimos itens:

**TABELA 12: Principais atrativos do Maciço de Baturité-CE**

Itens	Pólo	
	Turistas	(%)
Paisagem	111	31,99
Cachoeiras	56	16,14
Igrejas	44	12,68
Sítios	29	8,36
Praças Públicas	19	5,48
Balneários	13	3,75
Restaurantes	11	3,17
Hospedagem	10	2,88
Passeios	9	2,59
Feiras Livres	8	2,31
Festival Jazz	8	2,31
Outros	29	8,36
<b>Total</b>	<b>347</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Direta SEBRAE/CE (2004)

<sup>67</sup> A relevância do patrimônio arquitetônico do Maciço de Baturité para o Estado do Ceará suscitou, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a realização de um levantamento do patrimônio na cidade de Baturité, onde foram inventariados 50 imóveis considerados de importância arquitetônica e urbanística.

Quando se analisa a evolução do Fluxo Turístico no Maciço de Baturité-CE, verifica-se um aumento de 9,6%, onde o fluxo passou de 478.568, em 2006, para 524.541, em 2007, acima do crescimento de fluxo turístico médio para o interior, que foi de 7,5 no período. Por outro lado, de acordo com a tabela 13, se fossemos dividir o fluxo hoteleiro (157.362) pela quantidade de leitos apenas nos finais de semana em um ano – considerando que o principal fluxo do Maciço é de final de semana – verifica-se um gargalo na infra-estrutura hoteleira, uma vez que existem apenas 2.376 leitos para um fluxo de 2.684 turistas por final de semana:

**TABELA 13: Indicadores da Hotelaria no Maciço de Baturité-CE**

Áreas	Indicadores da Hotelaria						Movimentação janeiro a dezembro 2007				
	MH	UHs	(%)	Leitos	Empregos	(%)	Hoteleira	Taxa de Ocupação	Extra Hoteleira	Total	(%)
. Pólo Ibiapaba	46	816	3,4	1.944	408	3,3	335.353	59,0	782.490	1.117.843	11,5
. Pólo Araripe/Cariri	85	2.037	8,5	5.466	1.019	8,2	128.834	53,2	300.612	429.446	4,4
. Pólo Baturité	53	782	3,3	2.376	391	3,2	157.362	73,1	367.179	524.541	5,4
<b>. Pólo Litoral Leste</b>	<b>214</b>	<b>4.219</b>	<b>17,6</b>	<b>11.751</b>	<b>2.110</b>	<b>17,0</b>	<b>626.996</b>	<b>51,6</b>	<b>1.462.991</b>	<b>2.089.987</b>	<b>21,5</b>
<b>. Pólo Litoral Oeste</b>	<b>285</b>	<b>4.133</b>	<b>17,2</b>	<b>10.381</b>	<b>2.175</b>	<b>17,5</b>	<b>695.335</b>	<b>65,4</b>	<b>1.622.449</b>	<b>2.317.784</b>	<b>23,8</b>
. Pólo Sertão Central	52	982	4,1	2.462	517	4,2	161.228	48,0	376.198	537.425	5,5
. Outros Municípios	44	779	3,2	2.585	390	3,1	186.727	48,1	435.696	622.423	6,4
<b>Total Interior</b>	<b>779</b>	<b>13.748</b>	<b>57,3</b>	<b>36.965</b>	<b>7.009</b>	<b>56,5</b>	<b>2.291.835</b>	<b>56,9</b>	<b>5.347.614</b>	<b>7.639.449</b>	<b>78,6</b>
<b>Fortaleza (turistas)</b>	<b>206</b>	<b>10.238</b>	<b>42,7</b>	<b>24.463</b>	<b>5.388</b>	<b>43,5</b>	<b>1.093.063</b>	<b>55,4</b>	<b>986.406</b>	<b>2.079.469</b>	<b>21,4</b>
<b>Total Geral</b>	<b>985</b>	<b>23.986</b>	<b>100,0</b>	<b>61.428</b>	<b>12.397</b>	<b>100,0</b>	<b>3.384.898</b>	<b>56,2</b>	<b>6.334.020</b>	<b>9.718.918</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SETUR/CE  
Obs: a) Total de 85 municípios turísticos; b) movimentação turística envolve os fluxos de origem nacional, internacional e intraestadual e c) Posição em dezembro de 2007

FONTE: SETUR/CE (2007a)

Embora se tenha o registro de 53 meios de hospedagem no Pólo Baturité, ressalte-se que – excetuando os 9 meios de hospedagem de Guaiuba, Maranguape e Pacatuba que são agregados da Serra de Aratanha – o total de meios de hospedagem do Maciço são 44. Considerando que o total de vínculos empregatícios no segmento da RAIS (2006) “hotéis e similares” para os municípios do Maciço foi de 43 e que o número total de empreendimentos hoteleiros registrados foi de apenas 12, percebe-se a informalidade na empregabilidade do segmento, que utiliza parte de sua mão-de-obra sem carteira assinada, e quanto ao registro de estabelecimentos, apenas 27,3% do total foram referenciados pela Setur/CE.

Apesar do crescimento nos últimos anos, de acordo com o IBAMA (2002), a atividade turística ainda é pouco representativa na composição da economia da região. De acordo com dados da RAIS (2006), constatou-se que o número de vínculos empregatícios



formais, em 2006, no segmento turístico como um todo<sup>68</sup> perfaz um total de 101, representando apenas 0,9% do Setor de Serviços e 0,8% do total de vínculos empregatícios do Maciço.

Quanto ao grau de instrução dos vínculos empregatícios no segmento turístico, verifica-se que 73,3% possuem, pelo menos, o primeiro grau completo e 47,5% ganha de 1 a 1,5 salários mínimos, com destaque para uma menor remuneração registrada na atividade de “restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas”, onde 53,2% da mão de obra empregada ganha até 1 salário mínimo.

Como principais motivos para a pouca representatividade do turismo na economia da região destaque-se: pouca expressão da infra-estrutura econômica e social da região de modo a suportar o crescimento da atividade turística, concentração dos principais equipamentos turísticos nas cidades de Baturité, Guaramiranga e Pacoti que, dos 37 estabelecimentos turísticos da Região, respondem por 30. (RAIS, 2006)

Outrossim, não se pode negar que a Região tem sido alvo de diversas políticas públicas que contemplam o desenvolvimento turístico local, tais como as já elencadas anteriormente: a APA do Maciço de Baturité, o PDR-Maciço de Baturité, os PAT's – Planos de Ação Turística, o Programa de Regionalização do Turismo do MTUR, o Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará - 2004 a 2007, além de Programas de Crédito que contemplam a região, a exemplo do PROATUR.

A esse respeito, verifique-se que, conforme análise dos empreendimentos financiados pelo PROATUR (BNB, 2006), dos R\$ 52 MI aplicados para 45 operações no estado do Ceará, entre 1998-2005, apenas 1,4% do montante foi destinado para 3 operações nos municípios do Maciço de Baturité (leiam-se os municípios de Guaramiranga e Baturité), ou seja, dos 53 meios de hospedagem existentes na região apenas 5,7% receberam investimentos através do PROATUR.

---

<sup>68</sup> A exemplo do cálculo do PIB no Ceará, foram utilizados para cálculo dos indicadores do turismo da RAIS os agregados das atividades de: hotéis e similares; outros tipos de alojamento; restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas.

Considerando o exposto, verifica-se que existe um impasse quanto ao potencial da localidade e o esforço em consolidar o turismo no Maciço de Baturité-CE através de políticas públicas – tais como o crédito - e a baixa representatividade do segmento turístico na economia. Neste sentido, de forma a desvendar a referida problemática, foi realizada uma pesquisa de campo com diferentes atores da localidade – na amostra composta pelos municípios de Baturité, Guaramiraga, Pacoti e Mulungú - cujos desdobramentos serão discutidos e avaliados nos próximos capítulos.

## **5. RECORTES DO MACIÇO DE BATURITÉ-CE: BATURITÉ, GUARAMIRANGA, MULUNGÚ E PACOTI**

Optou-se por um recorte da amostra do presente trabalho em quatro municípios – Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti – por serem localidades onde se encontra uma maior oferta e demanda turística e que possuem uma maior abrangência de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo. Outrossim, é importante frisar que o corte dos outros nove municípios do Maciço no público-alvo da pesquisa não significa que não sejam importantes para o desenvolvimento turístico da região, mas que foram desconsiderados apenas pela limitação de tempo e de recursos para realizar a pesquisa na região como um todo.

Neste contexto, serão apresentados, a seguir, os recortes da presente pesquisa, detalhando-se informações geográficas, históricas e sócio-econômicas, onde o turismo aparece em todos os municípios – em intensidade distintas - como uma possibilidade de desenvolvimento econômico da localidade.

### **5.1. Baturité: A Serra Verdadeira**

Conforme já mencionado, no capítulo anterior, uma das definições e a mais aceita para a palavra Baturité é de origem indígena que vem de *ibi* (terra) + *tira* (alta) + *eté* (verdadeira), o que significa serra por excelência ou verdadeira. Localizado no sopé do Maciço de Baturité, numa altitude de 175m acima do nível do mar, o município de Baturité dista 84km de Fortaleza-CE e possui uma área de 308,78 km<sup>2</sup>, situado na MESORREGIÃO 02 (Norte Cearense), Microrregião Geográfica 013 (Baturité). (IBGE, 2008)

O município de Baturité possui três variedades climáticas distintas: serra, pé de serra – onde se localiza a sede do município - e sertão. A serra ocupa 40% do território de Baturité, com uma zona de mata atlântica que dispõe de cachoeiras e trilhas.

- História

A cidade de Baturité é originária de uma aldeia dos índios Jenipapos e Canindés<sup>69</sup> - denominada “Aldeia Comum” - que se situava às margens do Rio Aracoiaba, no sopé da Serra de Baturité. Embora não houvesse ainda a presença dos sesmeiros – que, há época, se limitava ao litoral do Estado - as missões jesuítas já havia atingindo o interior e, no final do século XVII, missionários já tentavam catequizar os índios da “Aldeia comum”, introduzindo, inclusive, uma imagem de Nossa Senhora da Palma de Quixadá, que os índios passaram a venerar em uma igreja de taipa, onde seria depois a Igreja Matriz da cidade. (BATURITÉ, 2008)

Com a fixação dos missionários na localidade, o sítio passou a chamar-se "Missão da Palma", sendo ocupado, em 1755, pelos sesmeiros Inácio Moreira Barros e seu companheiro André Moreira de Moura, que instalaram no local a Missão de Nossa Senhora da Palma, cuja finalidade era re-aldear os índios Jenipapos e Canindés.

Em 1759, o Desembargador Bernardo Coelho da Gama e Casco elevou à categoria de Vila o reduto, dando-lhe o nome de “Monte-Mor o Novo d'América” e deixando sob o arbítrio das Vigárias Gerais a antiga Missão Jesuítica. No entanto, quando da conferência em relação ao número de residentes, verificou-se a inexistência das 50 residências obrigatórias, o que implicaria na inconsistência legal do fato determinado pelo desembargador. (CDR-MACIÇO DE BATURITÉ, 2008)

Os clérigos e moradores, inconformados com o resultado decorrente da insuficiência populacional e apoiados na estrutura socialmente construída, dirigiram-se à Corte, expondo e solicitando o restabelecimento do que antes fora proposto. Desse procedimento e consoante Carta Régia de 6 de agosto de 1763, restabeleceu-se o privilégio anterior, tendo o ouvidor Vitorino Barbosa, inclusive, ordenado levantar o Pelourinho e aclamado a nova Vila, declarando que a sua Padroeira ficava sendo a Mãe Santíssima Nossa Senhora da Palma e o Padroeiro o Senhor João Nepomuceno e que a ambos todos os moradores - 9 brancos e cerca de 400 índios entre homens, mulheres, velhos e crianças - deveriam reconhecer e festejar.

No início do século XIX, Baturité passou a ter, como principal atividade econômica, a cultura do café, tornando-se, na época, um importante produtor nacional, chegando a deter

---

<sup>69</sup> Embora o Guia Turístico do Maciço de Baturité:Ceará (2003) afirme que foram os índios Paiacus que foram missionados pelos padres jesuítas.

2% de toda a produção brasileira e tornando-se um dos municípios mais prósperos do Estado. Contudo, conforme referenciado no capítulo anterior, sentiu-se a necessidade do escoamento da produção, que não podia ser feita pelas precárias estradas da época. Assim, em 1870, um grupo de comerciantes lança a proposta de construir a primeira ferrovia no Estado, constituindo, juridicamente, a Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité S.A., que interligava Baturité à capital, Fortaleza.

Baturité, e outros municípios vizinhos, por conta do seu clima ameno e da água em abundância, serviram de refúgio para populações sertanejas de cidades como Canindé e Quixadá, que ali se abrigaram durante a seca dos três setes<sup>70</sup>. Por Ato Provincial, de 17 de junho de 1830, foi adotado, oficialmente, o nome de Vila de Baturité em substituição ao de Monte-Mor o Novo D'América que caíra em desuso, sendo que a denominação mais comum era a de Vila dos Índios. Finalmente, em 9 de agosto de 1858, pela Lei Provincial Nº 844, a Vila de Baturité foi elevada à categoria de Cidade.

A própria formação do município de Baturité se configura através de cortes e recortes de suas delimitações territoriais, uma vez que, por cerca de um século, vários distritos se anexaram e desanexaram à cidade-sede, demonstrando uma desintegração regional desde sua formação.

Com base no exposto, verifica-se que, a partir do final do século XIX, vários distritos são criados e anexados ao município de Baturité - tais como: Guaramiranga, Pernambuco, Caio Prado, Castro, Riacho, Candeia – quando, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, o município aparece constituído de oito distritos: Baturité, Caio Prado, Candeia<sup>71</sup>, Castro<sup>72</sup>, Guaramiranga, Pernambuco, Putiú e Riachão<sup>73</sup>.

A partir de 1933, em movimento contrário ao de anexação, vários decretos estaduais são emitidos no sentido de desmembrar alguns distritos de Baturité e transformá-los em municípios: Guaramiranga e Pernambuco, Putiú, Riachão, Capistrano e Itapiuna, tendo Caio Prado também sido desmembrado para formar o novo município de Itapiúna. Em divisão

---

<sup>70</sup> Estiagem que castigou o sertão de 1777 a 1793.

<sup>71</sup> Extinto em 1938, tendo seu território anexado ao distrito sede de Baturité.

<sup>72</sup> Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931 e 1156, o distrito de Castro passou a denominar Itaúna e, em 1943 passou a chamar-se Itapiúna.

<sup>73</sup> Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Riachão passou a denominar-se Capistrano.

territorial, datada de 1-VII-1960, o município de Baturité era constituído apenas do distrito sede. Posteriormente, pela lei municipal nº 932, de 17-I-1991, são criados os distritos de Boa Vista e São Sebastião e anexados ao município de Baturité, assim permanecendo até a atualidade.

- Aspectos socioeconômicos de Baturité

Em 2000, de acordo com IBGE/IPECE (2006), Baturité contava com uma população de 29.861 residentes, sendo 20.846 moradores da zona urbana e 9.015 moradores da zona rural. Verifique-se que, em 1991, a população urbana representava 59,67% e em 2000 passou para 69,81%, o que demonstrou uma urbanização do município no período. De acordo com IBGE (2008), Baturité conta, na atualidade, com 31.669 habitantes, ou seja, um aumento de 0,6% no populacional do município.

Conforme IPECE (2008), o município possuía, em 2000, 7.032 domicílios, sendo 5.078 na área urbana, com uma média de 4,23 moradores por domicílio. Como ainda não existem dados de domicílios mais recentes, se for utilizado o mesmo percentual de aumento da população de 2000 para 2007 - de 0,6% - para o número de domicílios, teremos, na atualidade, em torno de 7.074 domicílios.

Quando se analisa a quantidade de famílias<sup>74</sup> do município, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em agosto de 2008 – 4.655<sup>75</sup> - verifica-se que 65,8% da população vive com este benefício<sup>76</sup>. Ressalte-se, ainda, que, quando se examinou a distribuição da

---

<sup>74</sup> Podem fazer parte do Programa Bolsa Família as famílias com renda mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda per capita da família. ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br))

<sup>75</sup> De acordo com entrevista realizada com a representante da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS/CE), em 22 de setembro de 2008.

<sup>76</sup> O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente. O Benefício Básico, de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 60,00 (sessenta reais) por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens). O Benefício Variável, de R\$ 20,00 (vinte reais), é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais). O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, de R\$ 30,00 (trinta reais), é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais).

população do município pela idade, verifica-se que, em 2000, 58,32% tinha entre 15 e 64, considerada uma faixa etária ativa.

Embora ainda não se tenha a informação acerca da atual urbanização, supõe-se que, com o aumento no número total de habitantes, o movimento de migração da zona rural para a zona urbana também aumentou, sobretudo, em função do aumento da participação do setor de Serviços no PIB, que representava 57% em 2004, conforme Gráfico 13, e passou para 79% em 2005, de acordo com o Gráfico 14, contribuindo para o aumento em dobro do PIB do município, de R\$ 43.413 mil, em 2004, para R\$ 89.639 mil, em 2005:

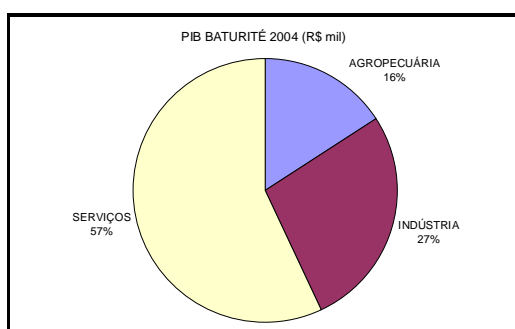


GRÁFICO 13: PIB de Baturité-CE (2004)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

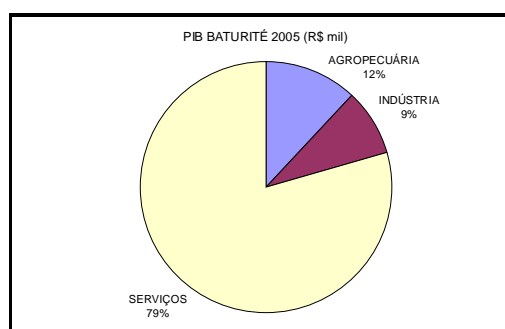


GRÁFICO 14: PIB de Baturité-CE (2005)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

A agropecuária sofreu uma leve redução em sua participação no PIB total do município, no entanto, ainda apresenta expressividade. Atualmente, as principais atividades agrícolas de Baturité são o cultivo de: banana, caju, acerola, manga, cana-de-açúcar, laranja, mandioca e grãos de milho, floricultura e plantas ornamentais irrigadas. Quanto à pecuária, destaca-se a piscicultura consorciada intensiva, criação de galinha/frango, bovinos, suínos, ovinos, asininos etc.

Por outro lado, o setor industrial sofreu uma brusca queda no período, de 18 pontos percentuais, em função da extinção de algumas indústrias de produtos minerais não-metálicos, e de vestuário, calçados, artefatos, tecidos, couros e peles. Ressalte-se que, de acordo com dados da RAIS (2006), dos 1.936 vínculos empregatícios, apenas 3,7% são do segmento industrial, com a remuneração, em 64,8% dos casos, de 1 a 1,5 salários mínimos e grau de instrução de até o 2º grau incompleto.

De acordo com dados da RAIS (2006), embora o setor de serviços seja o mais expressivo no PIB de Baturité, destaque-se que, nesta rubrica, estão computados os dados do

comércio, que representa 63,3% dos empreendimentos – de um total de 221. Por outro lado, ainda é o setor de serviços o maior responsável pelos vínculos empregatícios que, em 2006, foi responsável por 72,3% dos vínculos empregatícios do município. As empresas de serviços em Baturité são compostas, prioritariamente, pela atividade turística – que representa 74,4% dos estabelecimentos do setor de serviços - seguida pela atividade “administração pública, defesa e seguridade social”, de acordo com IPECE/IBGE (2006).

Por outro lado, de acordo com a RAIS (2006), a exemplo do que ocorre no Maciço como um todo, os vínculos empregatícios da atividade turística representam apenas 1,9% dos vínculos empregatícios gerados pelo setor de serviços, o que demonstra a utilização de mão-de-obra informal para a atividade.

Percebe-se, ainda, uma precariedade nos vínculos empregatícios da atividade turística em Baturité, onde a faixa de remuneração é, em 77,8% dos casos, de até 1 salário mínimo e o grau de instrução, para 55,6% dos vínculos empregatícios, é de até o primeiro grau. Além disso, ressalte-se que os cargos são registrados, em 81,5%, como trabalhadores de atendimento ao público, de serviços e de conservação, manutenção e reparação, tendo sido registrado também 3 vínculos empregatícios com o cargo de “gerente”.

A infra-estrutura de Baturité é regular. De acordo com IPECE/IBGE (2006), o abastecimento de água<sup>77</sup>, em 2005, contemplava 86,4% dos domicílios, no entanto o esgotamento<sup>78</sup> contemplava apenas 3,9%. A cidade conta com um aterro sanitário recente, que contempla também os outros municípios do Maciço. Existe 1 hospital no município, 7 postos de saúde, 1 ambulatório, 1 unidade de vigilância sanitária e 7 centros de saúde. Embora os indicadores de dentistas, leitos e unidades de saúde por 1.000 habitantes estejam acima dos do Estado, o indicador médicos/1.000 hab é de apenas 1,50, enquanto no estado é de 2,04.

Quanto à educação, verifica-se que, de acordo com IBGE (2001), 5.148 pessoas residentes - com 10 anos ou mais de idade – tinha até 1 ano de estudo - e 5.860 tinha de 1 a 3 anos de estudo – ou seja, 36,9% da população possuem pouco ou nenhum estudo. Além disso,

---

<sup>77</sup> Ligações ativas.

<sup>78</sup> Ligações ativas.



a taxa de escolarização<sup>79</sup> no ensino médio é de apenas 34,83% e a taxa de abandono escolar é de 25,7%.

- Principais Atrativos Turísticos de Baturité

- **Instituto Nossa Senhora Auxiliadora** (conhecido como Colégio Salesiano) - Fundado em 19/03/1932, pela Madre Pierina Uslenghin e com participação do Comendador Ananias Arruda, o Colégio é dirigido por Freiras da Congregação Salesiana.

- **Imagem Nossa Senhora de Fátima** - Erguida em 1967, com 12 metros de altura, tem os três Pastorinhos e três cordeiros localizados a sua frente. Em sua inauguração, foi considerada a maior estátua mariana do mundo, idealizada pelo Sr. Pedro Odísio.

- **Igreja de Santa Luzia** - Inaugurada em 7/09/1879, tendo sua construção sido iniciada na grande seca de 1877/78 pelo Governo Federal, como obra de assistência aos flagelados. Há uma imagem centenária de Santa Luzia no Altar Principal.

- **Palácio Entre - Rios** - Teve sua construção iniciada, em 1878, como obra de assistência aos flagelados da seca. Recebe este nome por estar localizado entre dois rios. O prédio é em estilo colonial e funciona, atualmente, como a sede da Prefeitura Municipal.

- **Via Sacra** - Inaugurada em 03/08/1968 por Dom Almeida Lustosa, Arcebispo de Fortaleza, possui alguns km de rampa e degraus construídos de pedra e cerâmica, dividido em 14 estações, que representam os momentos mais cruciais do Sacrifício de Cristo.

- **Maria Fumaça** - Monumento comemorativo ao primeiro centenário da Estação Ferroviária de Baturité. É um monumento de grande valor econômico da época, pois se trata da 1ª Locomotiva a vapor a fazer o percurso Fortaleza-Baturité, no ano de 1882, conforme Figura 14:

---

<sup>79</sup> Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de escolarização (%) é a percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário);



Figura 14: Maria Fumaça  
Fonte: Baturité (2008)

- **Fundação de Cultura e Turismo** – composta por prédio da antiga Estação Ferroviária e Galpão, inaugurada e realizada pelo Governo Imperial de Dom Pedro II, em 02/02/1882.

- **Museu Comendador Ananias Arruda** - Inaugurado em 23/05/1986 e fundado em homenagem ao primeiro centenário do nascimento do Comendador Ananias Arruda<sup>80</sup>, residente da antiga casa. O acervo é composto por objetos pessoais e mobília da família, bem como por documentos e peças de importância do passado da cidade. Também há, no local, uma capela particular, concessão especial do Papa Pio XI.

- **Solar dos Ramos** - O prédio conhecido como Solar dos Ramos - atual Fórum Governador Virgílio Távora - era a antiga residência do Senhor Dr. João Ramos da Silva (Tabelião, Chefe Político e Intendente Municipal), foi totalmente reformado, porém, respeitada e preservada sua beleza arquitetônica.

- **Monumento Comemorativo** - Obelisco em homenagem ao Centenário da Independência do Brasil, localizado na Praça da Matriz, no lugar do antigo Pelourinho - lugar de nascimento da cidade.

- **Estátua de São João Nepomuceno** - Localizada na Praça da Matriz, o Padroeiro da cidade de Baturité, declarado em 14/04/1764, juntamente com a Padroeira Nossa Senhora da Palma, pelo Ouvidor da Capitania Victoriano Soares Barbosa.

---

<sup>80</sup> Ananias Arruda foi comerciante, político, jornalista e filantropo, recebendo o título de Comendador da Santa Sé, outorgado pelo Papa Pio XII. Nomeado prefeito de Baturité em 1935 permaneceu no cargo até 1943.

- **Igreja Matriz** – Construída no Século XVIII, apresenta características do Barroco, tendo, em seu interior duas naves, sete altares e cenas bíblicas em pintura a óleo e estilo clássico, executadas pelos artistas da região, Raimundo Siebra e Padre Luís Bezerra.

- **Mosteiro Dos Jesuítas** - Construção em pedra tosca, projetada por arquiteto francês, foi erguido no início de 1924, no sopé da montanha. O conjunto inclui a Igreja do Coração de Jesus e se localiza no alto da cidade, de onde se vislumbra uma vista panorâmica de Baturité, conforme Figura 15:



FIGURA 15: Mosteiro Dos Jesuítas  
Fonte: Baturité (2008)

- **Prédio das Escolas** - Localizado na Praça da Matriz, é o local onde foi declarada a Abolição da Escravatura em 1883. O local recebeu várias funções: inicialmente, Prédio das Escolas; Grupo Escolar de Baturité; Quartel do Tiro de Guerra; Secretaria Municipal de Saúde e, atualmente, funciona o Posto do Programa de Saúde da SEDE I.

- **Círculo Operário** - Localizado na Praça da Matriz e inaugurado em 19/03/1931, a edificação é eclética predominando o estilo Barroco e *Art Nouveau*, fazendo parte do conjunto arquitetônico da Praça da Matriz.

- **Mirante do Cruzeiro e Colina do Rosário** - Inaugurado em julho de 2006, o Cruzeiro mede 20 metros de altura e pesa 5 toneladas. Preparando o acesso ao Cruzeiro – denominado Colina do Rosário - foram erigidos 26 oratórios, cada um representando os principais momentos da vida de Cristo.

- **Cachoeiras E Trilhas:** 1) Sítio Volta/Pousada Santa Edwirges - Cachoeira com 15 metros de altura; Cachoeira do Cipó, com 30 metros de altura; e trilha Mata dos Cocais 2) Sítio Escuro: Cachoeira do Perigo com 60 metros de altura; 3) Sítio dos Jesuítas: Cachoeira do Frade; Trilhas com percursos variando de 3 a 4km; 4) Trilha da Caridade: começa na estrada

Baturité - Jesuítas e termina na antiga Casa de Retiro da Caridade, passando pela gruta de Santa Terezinha; 5) Outras opções espalhadas no município, tais como ilustrada na Figura 16, são as trilhas: Correntes/São Bento, Caridade/ Correntes, Jordão/Cachoeira:



FIGURA 16: Trilha Ecológica em Baturité-CE  
FONTE: SETUR/CE (2008)

- **Eventos:** Carnaval de Baturité; Festa de São José (19/3); Paixão de Cristo (Semana Santa); Feirarte de Baturité (abril); Dia da Memória Histórica da Cidade (14/04); Mês Mariano (1 a 31/5); Missa de 13 de maio (Aparição de Nossa Senhora de Fátima); Corrida de São Pedro; Festival junino, conforme Figura 17; Festa do Chitão (julho); Festival Nordestino de Teatro (julho); Mostra de Teatro da Juventude de Baturité; Dia do Município (09/agosto); Festa de Nossa Senhora da Palma (agosto); FENEBE - Feira da Região do Maciço (setembro); Festa das Crianças; Festa de Santa Luzia (novembro); Reveillon;



FIGURA 17: Festival Junino 2008  
FONTE: BATURITÉ (2008)

- **Artesanato:** Trabalho com flores desidratadas, quadros naturais, cartões de palha de bananeira, bonecas de pano feitas de retalhos de tecidos, bordado, couro, crochê, além de doces, geléias e licores.

- Perspectivas dos Meios de Hospedagem de Baturité

Apenas 12,5% das empresas entrevistadas em Baturité se tratavam de empresas tradicionais, com mais de 10 anos de funcionamento; sendo que, metade delas, eram residências anteriormente. 62,5% dos proprietários dos meios de hospedagem entrevistados são de Fortaleza, no entanto, este mesmo percentual de entrevistados reside permanentemente em Baturité.

Todos os funcionários das empresas entrevistadas são de origem local e 37,5% possuem menos de 1 ano de tempo de trabalho nesses empreendimentos. 27,27% dos entrevistados possuem trabalho paralelo, sobretudo, nos setores de serviços (taxista, lavanderia e outros meios de hospedagem). 54,54% possuem dependentes, no entanto, apenas 45,45% tiveram algum tipo de capacitação na área de hotelaria, através do Sebrae, Escola Técnica e Senac.

A renda e a aquisição de bens melhorou para todos os funcionários entrevistados após trabalharem nos meios de hospedagem. Por outro lado, a escolaridade continua igual para 57,14% dos entrevistados, as condições de moradia permanecem inalteradas para 85,33%, e as condições de saúde permaneceram as mesmas, para todos os entrevistados.

87,5% das empresas entrevistadas afirmaram ter acima de 50% de ocupação e 75% disseram que a empresa apresentava viabilidade econômica satisfatória. O mesmo percentual possui até 5 funcionários permanentes, sendo que 62,5% das empresas entrevistadas não possuem a formalização da carteira de trabalho para todos os funcionários. 37,5% das empresas utilizaram financiamento, sendo estes para implantação, por meio do BNB, e todas se posicionaram como satisfeitas com o crédito. As empresas que não realizaram financiamento alegaram a preferência em utilizar recursos próprios, por receio de se endividarem. Por outro lado, 62,5% dos entrevistados afirmaram conhecer linhas de financiamento ao turismo e metade destes acredita que as condições de crédito se encontram adequadas. Dentre os que acreditam que as condições de crédito estão inadequadas, citaram como motivos os altos juros e a burocracia.

Metade dos empreendimentos entrevistados possui fornecedores de Fortaleza, no entanto, as compras de frutas, verduras, panificação e frigorífico, são realizadas no local. Para 72,72% dos entrevistados faltam elementos para incrementar o turismo local, tais como: infraestrutura (citada por 45,45% dos entrevistados), divulgação (27,27%), capacitação e atrações

turísticas (18,18%). Menos de 10% dos entrevistados citaram, também, a falta de investimentos e incentivos, guias de turismo e estrutura de centro de artesanato e agência de viagens.

A divulgação de 45,45% dos empreendimentos entrevistados é realizada através de sites, 36,36% através de jornais e 27,27% realizam a divulgação através de folders; menos de 10% realizam divulgação através de cartões e anúncios em revistas. De acordo com todos os entrevistados, os usuários dos empreendimentos são, em sua maioria, de Fortaleza, com apenas 27,27% de registro de turistas estrangeiros e 18,18% do interior.

As principais motivações da visita de turistas ao local são: a natureza e a tranquilidade (citadas por 36,36% dos entrevistados), o clima (18,18%) e o patrimônio histórico-arquitetônico, citado por 9% dos entrevistados. 72,72% disseram conhecer algum órgão de apoio local ao turismo, no exemplo do Sebrae (citado por 72,72% dos entrevistados), Setur (36,36%) e Senac (9%), no entanto, 45,45% dos entrevistados acreditam que o apoio da Setur/Prefeitura não é satisfatório. Dentre os fatores positivos no apoio dos órgãos, os entrevistados citaram apenas o Sebrae, em seu trabalho de divulgação dos empreendimentos e cursos de qualificação oferecidos e, dentre os negativos, foram citados: a falta de ação da prefeitura (citada por 45,45% dos entrevistados); e 9% criticou que os cursos oferecidos pelo Sebrae são muito básicos e que não existe uma integração entre os empresários e a Setur.

Quanto à existência de associações locais de apoio ao turismo, 45,45% afirmou conhecer alguma, no entanto, 54,54% não souberam dizer qual, uma vez que nenhum dos entrevistados confirmou a participação ativa da empresa em associações locais ligadas ao turismo. Para 36,36% dos entrevistados, as associações são importantes, sobretudo, para um crescimento conjunto e aumento da taxa de ocupação.

Para 90,90% dos entrevistados, o turismo é importante para a localidade, sobretudo, por ser um gerador de renda (citado por 36,36% dos entrevistados), gerador de empregos (27,27%), e desempenha, para 9% dos entrevistados, o papel de: fortalecedor da cadeia produtiva local, divulgador da cidade, instrumento de preservação do meio ambiente e resgatador da auto-estima local. Ressalte-se que, para 9% dos entrevistados, o turismo é importante para tirar os jovens das drogas e, para 45,45% dos entrevistados, o turismo é

importante por ser a única opção de emprego no local, o que, por outro lado, gera o problema de restrição na diversificação de atividades econômicas.

Observe-se que, na opinião de 18,18% dos entrevistados, faltam atrações turísticas em Baturité, o que leva os turistas a ficarem poucos dias no local. Durante as entrevistas, também ficou nas entrelinhas, o fato de o turismo de Baturité ficar à sombra de Guaramiranga, uma vez que os turistas, muitas vezes, só passam por Baturité por este se situar no caminho para Guaramiranga, ou pernoitam quando vão à Serra a negócios. Interessante destacar que, segundo 18,18% dos entrevistados, quem mais apóia o turismo na região é a cidade de Guaramiranga e os turistas que vão ao Maciço são captados por agências de turismo em Fortaleza. Também foi criticada a ação da Semace por não mais permitir a agricultura na área da APA.

- Perspectivas dos Órgãos Governamentais de Baturité

Foram entrevistados dois órgãos governamentais de Baturité, sendo um ligado à temática do turismo e o outro ligado à temática do empreendedorismo, onde o primeiro funciona de 5 a 10 anos e o segundo funciona há mais de 10 anos.

Na opinião de todos os entrevistados, os principais atrativos do Maciço de Baturité são: o patrimônio histórico-cultural – sobretudo os museus - e o turismo religioso; para metade dos entrevistados, os atrativos são as belezas naturais – cachoeiras, fauna e flora; dos eventos – festas populares; e a possibilidade de prática do turismo de aventura.

Como políticas de turismo dos órgãos supracitados, destaque-se que o órgão de turismo ainda não realizou nenhuma política formal, apenas a realização de eventos turísticos e o outro apoiou plano realizado conjuntamente com os empresários do turismo. Além disso, observa-se que o primeiro não realizou nenhum estudo de oferta e demanda turística e o último realizou um em 2004.

Na opinião dos entrevistados, os principais visitantes do município são de Fortaleza. Quanto às associações e conselhos de turismo existentes, o órgão de empreendedorismo citou a ATSB e o de turismo e cultura desconhecia sua existência. Metade dos entrevistados

participa de fóruns ligados ao turismo, tais como: a ATSB, o Conselho Estadual de Turismo e a ADR, que se encontra, atualmente, paralisada.

O órgão ligado ao empreendedorismo depende dos repasses do Sebrae e o órgão de turismo e cultura é dependente de repasses do Governo, sendo que, no presente ano, não recebeu nenhum recurso. Os entrevistados se dividem quanto ao conhecimento das linhas de financiamento específicas para o turismo e os que conheciam as consideram regulares, embora não saibam do motivo. Os entrevistados concordam quanto à ausência de outros elementos que consolidem o turismo local, 50% citaram a necessidade de: preços competitivos, integração, agência de viagens, realização de feiras e workshops de turismo, políticas públicas e órgãos específicos de turismo.

Como ações de capacitação, foram citados os cursos oferecidos pelo SEBRAE, SENAC e cursos de artes cênicas, cultura e preservação do meio ambiente. Os órgãos utilizam, principalmente, *sites* para divulgação de suas ações, e 50% se utiliza também de jornais, eventos e *folders*. Na opinião dos entrevistados, as políticas de turismo do Estado não beneficiam o local ou beneficiam de forma regular, uma vez que, conforme 50% dos entrevistados, existe muito planejamento – ou seja, muitos planos que foram realizados – mas, pouca ação.

Na opinião dos entrevistados, o turismo é importante para o município, uma vez que beneficia o artesanato e gera emprego e renda. Para 50% dos entrevistados, os empreendimentos turísticos do Maciço são considerados segundas atividades de empresários de Fortaleza. Ademais, foram criticados, por 50% dos entrevistados, o marketing excessivo realizado para Guaramiranga e Pacoti e o planejamento da nova via de acesso de Guaiuba para Guaramiranga, uma vez que vai desviar o fluxo turísticos de Baturité. Os entrevistados sugerem que seja duplicado o trecho já existente, por ser mais barato e com um menor impacto ambiental.

- Perspectivas das Associações/ONG'S de Baturité

Foi entrevistada, em Baturité, uma Associação ligada ao artesanato, que funciona há mais de dez anos. Segundo o entrevistado, as reuniões ocorrem bimestralmente e a Associação depende de doações e da venda de rifas.



Existem 35 associados, o critério para associar-se é ser artesão e a presença nas reuniões é considerada satisfatória. Não existe a participação de instituições financeiras na Associação. Na opinião do entrevistado, Baturité apresenta um potencial turístico, através de seus eventos, sobretudo, nas novenas realizadas.

Quanto a ações de capacitação dos associados, o entrevistado citou os cursos que são ministrados pelo SEBRAE. Dentre as ações da organização para o turismo, o entrevistado destacou a confecção de artesanato. A divulgação da Associação é realizada através de rádio.

O entrevistado conhece as linhas de crédito para o turismo e julga estarem adequadas; em sua opinião, o que falta é a melhora no fluxo turístico e, conseqüentemente, nas vendas. Na sua opinião, faltam elementos para melhorar o turismo local, tais como atrações – espetáculos – e o apoio da prefeitura.

Como órgão local de apoio ao turismo, o entrevistado citou a prefeitura e a Setur, mas não considera o apoio satisfatório, nem não sabe dizer se as políticas de turismo governamentais beneficiam o local. Na opinião do entrevistado, o turismo é importante para o local, uma vez que gera emprego e renda.

- Perspectivas das Instituições Financeiras de Baturité

Existem 3 instituições financeiras no local. Na opinião de 57,14% dos entrevistados, Baturité possui potencial turístico e o restante considera que o potencial turístico está mais na serra e não na sede da cidade. Como atrativos turísticos, foram citados, por 42,85% dos entrevistados o clima e o turismo agro-ecológico. 28,57% citaram a existência de uma rede hoteleira, e a possibilidade de prática dos turismos religioso e ecológico – com base nas belezas naturais e trilhas do local. 14,28% citaram, também, a proximidade de Fortaleza, o turismo de eventos, de aventura, cultural e a hospitalidade local.

Na opinião de 57,14% dos entrevistados, faltam investimentos governamentais, apoio da prefeitura local e integração entre o *trade* e os municípios, 42,85% citaram a necessidade de infra-estrutura – acesso e comunicação, 28,57% falaram da necessidade de uma maior divulgação e de preços mais competitivos para atrair os turistas. Também foi

citado, por 14,18% dos entrevistados, a necessidade de incluir outros roteiros na rota até Guarimiranga, um portal na rota do Maciço de Baturité, escritório de informações turísticas, capacitação, sinalização, sindicato de hoteleiros, fluxo semanal, melhora nos aspectos da cidade e uma maior ênfase na limpeza urbana.

Dentre as ações da instituição para o turismo, apenas 28,57% destacou o apoio a eventos pontuais e o planejamento turístico. Quanto ao conhecimento de associações e/ou conselhos ligados ao turismo, apenas 28,57% dos entrevistados tinham esse conhecimento, no exemplo da AMAB e da ATSB. Quanto ao financiamento ao turismo, 57,14% dos entrevistados o julga satisfatório e 28,57% o consideram regular, uma vez que, para 28,57% dos entrevistados, existe uma grande burocracia – sobretudo para o licenciamento ambiental; e 14,18% citaram a ausência de linhas específicas para o turismo, a pouca procura pelo crédito, o atraso na tecnologia bancária e o fato dos empresários preferirem utilizar recursos próprios para o desenvolvimento de seus negócios turísticos por receio de se endividarem. Quanto à necessidade de melhoria do crédito, 14,18% dos entrevistados falaram da necessidade de uma maior divulgação e abertura das linhas, da dispensa de algumas exigências – tais como o licenciamento ambiental – e da melhora da tecnologia bancária.

42,85% dos entrevistados não souberam dizer qual era a principal origem do investidor no local, e 28,57% afirmaram ser de Fortaleza ou estrangeiro; apenas 14,18% disseram ser o cidadão local o investidor. A principal finalidade do crédito para o turismo é para capital de giro (citada por 42,85% dos entrevistados), seguido por ampliação (28,57%). Dentre os benefícios do turismo para a localidade, 71,4% dos entrevistados citaram a geração de renda, 42,85%, a geração de emprego e 14,28% dos entrevistados falaram do desenvolvimento do município, a valorização e preservação dos recursos naturais e culturais locais e a melhoria na educação.

Dentre as parcerias realizadas pelas instituições com órgãos locais, foi citado, por 28,57% dos entrevistados, o Sebrae, e 14,28% citaram a prefeitura. Observe-se que, 28,57% denunciaram o aumento do desmatamento como um dos problemas gerados pelo turismo, além disso, 14,28% falaram da exploração dos nativos pelo turista e do aumento de custo de vida local.

## 5.2. Guaramiranga: O Pássaro Vermelho

O nome Guaramiranga é indígena e, segundo Sobrinho *apud* Campos (2000), vem de Guará (pássaro) e Piranga (vermelho). Já para Studart *apud* Campos (2000), o nome Guaramiranga deriva de Ybira (pau) e de Piranga (vermelho).

O município de Guaramiranga, localizado no Platô Úmido do Maciço de Baturité - nas coordenadas 4°13' latitude sul e 38°56' de longitude WGR - se situa a cerca de 102 km de Fortaleza – acesso pela CE-065 - e possui uma área de 59,47 km<sup>2</sup>. Com altitude da sede de 865,24 m, o seu ponto mais alto – e também o segundo ponto mais alto do Ceará – está localizado no Pico Alto, com 1.115 metros.

Devido à altitude e a exposição do relevo, que facilita a movimentação das massas de ar úmidas originadas do oceano, o município de Guaramiranga possui um dos maiores índices pluviométricos do Ceará, chegando a 1.500mm ou mais durante o período de um ano. Também, em função de sua altitude, o município possui um clima agradável que varia entre 19,6°C e 21,5°C, sendo fevereiro e novembro os meses mais quentes do ano.

### • História

A ocupação do homem branco na atual Guaramiranga ocorreu, por volta do século XVIII, com a instalação nas terras do Sítio Macapá, pelo capitão João Rodrigues de Freitas. As terras, naquela época, eram pouco valorizadas, devido às dificuldades do acesso, pela presença de terrenos ondulados e íngremes escorregadios, e a constante presença de índios.

Por volta de 1824, com a introdução da cultura do café, nos Sítios Munguaípe e Bagaço, foi consolidado o processo de ocupação de Guaramiranga, com a chegada de fazendeiros abastados oriundos dos sertões de Quixadá e Canindé - as famílias Holanda, Linhares, Caracas e Queiroz - cujos descendentes, ainda hoje, são proprietários de terras na região.

Em 1845, Vitoriano Correia Vieira adquire o Sítio Conceição do posseiro Francisco Félix e, por ser um adepto do catolicismo, doou uma parte da terra para construção de uma capela. O local terminou por ser utilizado para construção de casas para a agricultura a mando

do vigário de Baturité, atitude que causou constrangimento ao vigário que, constantemente, publicava edital cobrando rendimentos atrasados.

Em 1861, uma comissão científica enviada pelo Império Monárquico chegou ao povoado de Conceição, permanecendo por três dias. Encantados com a terra fértil e clima agradável, escreveram à metrópole comunicando o bom desempenho econômico que vivia o povoado em função do plantio de café e cana-de-açúcar nas regiões próximas, que proporcionavam prosperidade ao povoado. A partir de então, desenvolveu-se o povoado denominado Conceição da Serra, que se tornou sede da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em 1873.

Com a seca de 1877, referida no capítulo anterior, a coroa portuguesa enviou recursos financeiros para o estado do Ceará para amenizar os flagelos causados, sendo parte desses utilizados para a construção do consórcio da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (padroeira de Guaramiranga) - no alto de uma escadaria, localizada na Praça Frei Honório - e de um cemitério em Pernambuquinho, distrito de Guaramiranga.

No ano de 1889, gozando já de um certo prestígio e desenvolvimento, Conceição ganha o primeiro colégio interno feminino organizado por Ana Bilhar, Colégio N.S. de Lurdes. Posteriormente, foi transferido para a região o Colégio Cearense, somente para homens. Com isso foi se formando uma elite intelectual na região, pois era comum a presença de alguns estudiosos como: Agapito dos Santos, Farias Brito, Joaquim Nogueira, etc. (LIMA, 2006, p.26)

Em 1890, através do decreto 55, o povoado de Conceição foi emancipado e elevado à categoria de Vila com o atual nome “Guaramiranga”, tendo como limites o distrito de Polícia e Pernambuquinho.

Na década seguinte, a Vila de Guaramiranga foi reincorporada à cidade de Baturité quando, em 1921, tentou outra emancipação, que perdurou até a extinção de todos os municípios do alto da Serra, durante a revolução de 1930<sup>81</sup>, tendo Guaramiranga conquistado sua emancipação política definitiva apenas em 1957, tornando-se município.

A partir de então, Guaramiranga conseguiu maiores benefícios para seu desenvolvimento, tais como, a instalação da CETEL (atualmente OI) no Pico Alto, a

---

<sup>81</sup> Com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, houve uma reforma administrativa no Brasil todo e, no Ceará, uma das mudanças foi a extinção de todos os municípios da serra e suas anexações ao município de Baturité.

CENORTE, que trazia energia elétrica para o município, a construção do hotel municipal, de praças públicas, do Centro Comunitário Aauto Bezerra e o asfaltamento da rodovia que faz ligação entre Guaramiranga e Pernambuco. Em 1978, posteriormente à construção do CLT (Centro de Treinamento e Lazer), destaca-se a inauguração do Palácio do Governo do Estado do Ceará que, atualmente, funciona como o Hotel Escola SENAC. Por outro lado, segundo Lima (2006, p. 27), “durante a realização dessas obras foram encontradas diversas irregularidades, com o mau uso do dinheiro público”.

- Aspectos socioeconômicos de Guaramiranga

Em 2000, de acordo com IPECE (2008), Guaramiranga contava com uma população de 5.714 residentes, sendo 2.330 moradores da zona urbana e 3.384 moradores da zona rural. Verifique-se que, em 1991, a população urbana representava apenas 29,7% e, em 2000, passou para 40,78%, o que demonstrou uma urbanização do município no período. Por outro lado, de acordo com IBGE (2008), Guaramiranga conta na atualidade com 4.307 habitantes, ou seja, uma drástica diminuição de 25% no populacional do município.

O município possuía, em 2000, 1.207 domicílios, sendo 503 na área urbana, e uma média de 4,7 moradores por domicílio. Como ainda não existem dados de domicílios mais recentes, se for utilizado o mesmo percentual de diminuição população de 2000 para 2007 - de 25% - para o número de domicílios, teremos, na atualidade, em torno de 905 domicílios.

Quando se analisa a quantidade de famílias do município beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em agosto de 2008 – 665 - verifica-se uma situação pior do que a de Baturité, uma vez que, em Guaramiranga, 73,5% da população vivem com este benefício. Não desmerecendo a importância social do Programa, não é de se admirar que o indicador de empregabilidade seja tão baixo no município, onde se verifica que, em 2001, 28,6% da população não tinha rendimentos. Ressalte-se ainda que, quando se examinou a distribuição da população do município pela idade, verifica-se que, em 2000, 55,91% tinha entre 15 e 64, considerada uma faixa etária ativa.

Embora ainda não se tenha a informação acerca da atual urbanização, supõe-se que, com a diminuição no total de habitantes, o movimento de migração da zona rural para a zona urbana também diminuiu, sobretudo, em função do aumento da participação do PIB da

Agropecuária, que representava 12,73%, em 2004, e passou para 26,1%, em 2005. Embora o setor de serviços ainda corresponda a maior parcela do PIB do município, verifica-se, através dos Gráficos 15 e 16, que o aumento no PIB da Agropecuária foi o maior entre os setores, contribuindo para o aumento do PIB do município, que passou de R\$ 16.970 mil, em 2004, para R\$ 19.592 mil, em 2005:

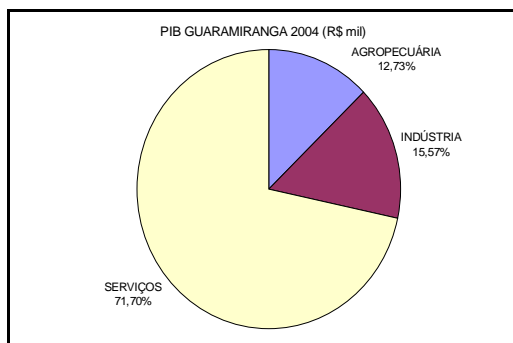


GRÁFICO 15: PIB de Guaramiranga-CE (2004)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

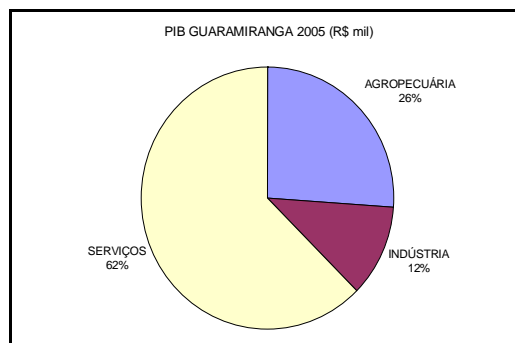


GRÁFICO 16: PIB de Guaramiranga-CE (2005)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

O setor agrícola, em Guaramiranga, é composto, principalmente, pela produção de: cana-de-açúcar, laranja, café, banana, tomate, manga, maracujá etc; na pecuária se destaca a criação de: galinhas/Frangos, bovinos, suínos, muares, ovinos, equinos etc.

O setor industrial é quase inexpressivo, a cidade possuía apenas 4 indústrias, em 2006, no segmento de transformação – 1 de produtos alimentares, 2 de bebidas e 1 de produtos de minerais não metálicos. Ressalte-se que, de acordo com dados da RAIS (2006), apenas 2 deles registraram vínculos empregatícios, perfazendo um total de 2 vínculos, com a remuneração de 1 a 1,5 salários mínimos e grau de instrução de até a 8ª série incompleta.

De acordo com dados da RAIS (2006), o setor de serviços, além de ainda ser o mais expressivo no PIB, representa 58,8% dos empreendimentos – em um total de 34 - e é responsável por 84,7% dos vínculos empregatícios do município. As empresas de serviços, em Guaramiranga, são compostas, prioritariamente, pela atividade turística – que representa 75% dos estabelecimentos do setor de serviços - seguida pela atividade “administração pública, defesa e seguridade social”, de acordo com IPECE/IBGE (2006).

Por outro lado, de acordo com a RAIS (2006), a exemplo do que ocorre no Maciço como um todo, os vínculos empregatícios da atividade turística representam, apenas, 13,9%

dos vínculos empregatícios gerados pelo setor de serviços, o que demonstra a utilização de mão-de-obra informal para a atividade.

Percebe-se, ainda, uma precariedade nos vínculos empregatícios da atividade turística em Guaramiranga onde a faixa de remuneração é, em 88,4% dos casos, de até 1,5 salários mínimos e o grau de instrução, para 69,8% dos vínculos empregatícios, é de até o primeiro grau. Além disso, ressalte-se que 91,3% dos cargos registrados, são trabalhadores de atendimento ao público, de serviços e de conservação, manutenção e reparação, não tendo sido registrado nenhum vínculo empregatício com o cargo de “gerente”.

O turismo no município vem crescendo nos últimos anos e se tornando importante para o movimento da economia local. Dentre os municípios da Serra de Baturité, Guaramiranga vem sendo o mais procurado pelos turistas. Possui uma estrutura razoavelmente boa para atender a demanda, além dos atrativos naturais e culturais que o local oferece. (LIMA, 2006, p.28)

Embora do crescimento do turismo, nos últimos anos, e de sua relevância para a economia local, discordamos com o final da citação, uma vez que é fato que a infra-estrutura de Guaramiranga é precária tanto para os residentes quanto para os turistas. Ainda que a estrada que liga Fortaleza ao município seja razoável, os acessos internos do município são deficientes. No centro da cidade, segundo alguns entrevistados, já faz meses que estão trocando a pavimentação e ainda continua um buraco e um amontoado de paralelepípedos no acesso à praça de alimentação. Além disso, os acessos aos sítios são, em sua maioria, sem pavimentação, ou os que têm são realizados pelos próprios moradores.

De acordo com IPECE/IBGE (2006), o abastecimento de água, em 2005, contemplava apenas 34,5% dos domicílios e o esgotamento contemplava apenas 20%. Segundo Lima (2006), apenas 34,1% das residências permanentes tem o lixo retirado, que depois é levado para o aterro sanitário de Baturité. Não existe hospital no município, apenas 1 posto de saúde e 2 centros de saúde. Embora os indicadores de dentistas, leitos e unidades de saúde por 1.000 hab estejam acima dos do Estado, o indicador médicos/1.000 hab é de apenas 1,67, enquanto no estado é de 2,04.

Quanto à educação, verifica-se que, de acordo com IBGE (2001), 743 pessoas residentes, com 10 anos ou mais de idade, tinha até 1 ano de estudo, e 1.150 tinha de 1 a 3 anos de estudo; ou seja, 33,1% da população possuem pouco ou nenhum estudo. Além disso,

a taxa de escolarização, no ensino médio, é de apenas 28,18% e a taxa de abandono escolar é de 10,8%.

- **Principais Atrações Turísticas**

Guaramiranga possui uma grande diversidade de atrativos para o turismo - clima frio de serra, sítios, casas-de-engenho, trilhas para ecoturismo, cachoeiras e cultivo de flores – sendo, entre os municípios do Maciço de Baturité-CE, o que dispõe de maior oferta de infraestrutura para o turismo, através de uma maior oferta de meios de hospedagem, e um maior fluxo turístico, sobretudo, durante seus eventos, que atraem um número de visitantes, por vezes, superior numericamente à população local.

- **Teatro Municipal Rachel de Queiroz:** Inaugurado no ano de 1999, o Teatro tem capacidade para 400 pessoas e é sede de espetáculos artísticos, reuniões e grandes eventos, conforme Figura 18:



FIGURA 18: Teatro Municipal Rachel de Queiroz  
 FONTE: GUARAMIRANGA (2008)

- **Biblioteca Municipal Rui Barbosa:** inaugurada no ano de 1984, passando por uma ampliação no dia 6 de novembro de 1999, a biblioteca oferece aos visitantes, oportunidades de: leitura, pesquisas e trabalho, dispondo de mapas e um acervo de livros paradidáticos. Dentre suas obras mais valiosas, estão: Obras Célebres (Coleção), Enciclopédia Barsa e Édipe, Delta Larousse e o Novo Tesouro da Juventude.

- **Praça De Alimentação:** Localizada no centro da cidade, a praça, ilustrada na Figura 19, oferece grande diversidade de restaurantes mais requintados, cada um com estilo culinário diferenciado. Durante os fins de semana, acontecem shows e apresentações de bandas e



artistas cearenses. Ao centro da praça, encontra-se o Teatro Municipal Rachel de Queiroz, onde acontece a maioria dos eventos e festivais da cidade de Guaramiranga.



FIGURA 19: Praça de Alimentação  
FONTE: GUARAMIRANGA (2008)

- **Igreja Matriz Nossa Senhora Da Conceição:** Localizada no centro da cidade, a Igreja Matriz, concluída por volta de 1880, chama atenção por sua magnitude e beleza. A fé na santa padroeira, Nossa Senhora da Conceição, atrai tanto o povo guaramiranguense, quanto visitantes.

- **Igreja de Nossa Senhora de Lourdes:** Também conhecida como Igreja da gruta, foi erguida, em 1892, em função de uma promessa de Ana Felícia Caracas para conseguir formar seus três filhos. Possui uma escadaria de 79 degraus e um santuário com atmosfera de recolhimento, graças a pouca iluminação filtrada por vitrais. Em 1996, a torre da igreja ruiu, destruindo parte das naves centrais e direita, que já foram reconstruídas. Atualmente, é administrada pela Congregação dos Capuchinhos.

- **Igreja Santa Terezinha:** localizada na localidade de Botija, a capela é a primeira com essa invocação no Brasil, datando de 1871. A festa da padroeira é comemorada pela comunidade no mês de outubro.

- **Igreja de Nosso Senhor do Bonfim:** localizada no distrito de Pernambuquinho, a igreja foi construída por volta de 1870 e seu padroeiro é comemorado pela comunidade no mês de setembro.

- **Pico Alto:** Mirante com 1.115 metros de altitude, que representa o primeiro ponto mais elevado do Maciço de Baturité e o segundo do Ceará. Oferece uma visão ampla de paisagens da vegetação local.

**- Eventos:**

- Fevereiro: 1) “Festival de Jazz e Blues”, com repercussão nacional e internacional, onde se apresentam nomes da música instrumental brasileira (durante o Carnaval);
- Maio: 1) Festas de Nossa Senhora de Fátima – culmina com a cerimônia de coroação; 2) Encontro dos Cordelistas da Serra (1/5);
- Junho: 1) Festival Junino;
- Julho: 1) “Mostra Cultural do Maciço de Baturité” e a “Mostra de Teatro de Guaramiranga” - com grupos de tambores, flautas, corais e folclore, que se apresentam na praça e nos dois teatros existentes na cidade; 2) Arte em Flor; 3) Feira de Negócios Turísticos do Maciço;
- Agosto: 1) Festa de Santo Antônio (24/8);
- Setembro: 1) Festival Nordestino de Teatro: um dos maiores eventos do calendário cultural do Estado do Ceará, ilustrado na Figura 20; 2) Dia da Pátria (7/9); 3) Festa de Nossa Senhora do Bonfim (9/9); 4) Dia do Município (22/9);
- Outubro: 1) Sabores- Festival de Cultura e Gastronomia (outubro); 2) Festa de São Francisco (4/10);
- Novembro: Festival de Vinhos;
- Dezembro: Festa de Nossa Senhora da Conceição;



FIGURA 20: Festival Nordestino de Teatro  
 FONTE: GUARAMIRANGA (2008)

**- Artesanato:** Centro Artesanal de Guaramiranga (Marco do Turismo): trançado de taboca, de cipó imbé; arranjos com flores desidratadas; quadros naturais; bonecas de pano, feitas de retalhos de tecidos: bordado, couro, crochê; além de doces, geléias e licores.

- Perspectivas dos Meios de Hospedagem de Guaramiranga

42,9% das empresas entrevistadas em Guaramiranga se tratavam de empresas recentes, com até cinco anos de funcionamento, sendo 42,9% com funcionamento de 5 a 10 anos. 71,4% delas eram residências, anteriormente, sobretudo fazendas de proprietários de Fortaleza. 78,6% dos proprietários dos meios de hospedagem são residentes em Fortaleza, cuja visita ao empreendimento ocorre nos finais de semana ou quinzenalmente.

Todos os funcionários das empresas entrevistadas são de origem local e, 66,7% dos funcionários entrevistados possuem até cinco anos de tempo de trabalho nesses empreendimentos. 35,7% dos entrevistados possuem trabalho paralelo, sobretudo, nos setores da construção civil, serviços cartorários e na realização de “bicos”. 47,1% dos entrevistados possuem acima de 2 dependentes. Apenas 41,2% dos entrevistados obtiveram algum tipo de capacitação na área de hotelaria, sobretudo, através do Sebrae, Escola Técnica, Universidade e Senac. A renda, para 62,5% dos entrevistados, melhorou após trabalharem nos empreendimentos entrevistados, no entanto, a escolaridade e a aquisição de bens de primeira necessidade melhorou para apenas metade destes. Quanto às condições de saúde, continua igual, ou melhor, para 87,5% dos entrevistados e as condições de moradia e qualidade de vida, em geral, continua igual ou melhorou para 100% dos entrevistados, após trabalharem nos meios de hospedagem entrevistados.

78,6% das empresas entrevistadas afirmaram apresentar mais de 50% de ocupação, sendo que 92,9% afirmaram que a empresa apresentava viabilidade econômica satisfatória. 57,1% possuem até cinco funcionários permanentes, e destes, apenas 21,4%, possui a formalização da carteira de trabalho para todos os funcionários.

Embora 85,7% dos entrevistados conheçam alguma linha de financiamento ao turismo, apenas 28,6% das empresas utilizou financiamento, sendo metade destes realizados para implantação pelo BNB. Dos que utilizaram o financiamento, 40% não se considera satisfeito, por afirmarem que o que foi pactuado anteriormente ao financiamento não ocorreu da forma que esperava. A falta de utilização de financiamento ocorre em função de alegativa de preferirem utilizar recursos próprios, por receio de se endividarem com os juros, onde as opiniões dos entrevistados que conhecem alguma linha de financiamento para o turismo se dividem quanto a sua adequação. Dos empresários que consideram as linhas de crédito para o

turismo inadequadas, foram citados, como motivos, as altas taxas de juros praticadas e a falta de uma maior divulgação das linhas de crédito.

64,3% dos empreendimentos entrevistados possuem fornecedores, principalmente, de Fortaleza, em função de considerarem que Fortaleza possui mais variedade e qualidade, com exceção das frutas, verduras e panificação, que são comprados nos locais, em função, sobretudo, de sua perecibilidade. Para 87,5% dos entrevistados faltam elementos para incrementar o turismo local, tais como: infra-estrutura – sobretudo, acesso, sinalização e iluminação (citada por 56,3% dos entrevistados), conscientização ambiental, atrações e programações para os turistas e locais (25%). Para 25% dos entrevistados também falta planejamento e apoio ao turismo pela Prefeitura. Foram citados, igualmente, embora em menor intensidade – menos de 20% - a necessidade de implantação de um hospital no local, coleta de lixo e ações para aumentar a segurança local.

A divulgação de 68,8% dos empreendimentos entrevistados é realizada através de sites, 37,5% através de *folders*, 31,3% através de cartões e 25% através de anúncios em jornais. Os principais usuários dos empreendimentos são, em sua totalidade, de Fortaleza, com apenas 25% de registros de turistas estrangeiros e de outros estados. Apenas 12,5% registraram hóspedes do interior do Estado.

As principais motivações da visita de turistas ao local são: o clima e as belezas naturais (citada por 50% dos entrevistados), os eventos (18,8%) e o turismo de observação de pássaros (12,5%). Foram também citados como atrativos – embora com incidência abaixo de 10% - o cultivo de café orgânico e flores, o turismo rural, os monumentos históricos e a tranqüilidade e segurança do local. 93,8% disseram conhecer algum órgão de apoio local, no exemplo da Prefeitura/Setur – Secretaria de Turismo e 6,3% citaram o Sebrae. 81,3% consideram esse apoio regular ou não satisfatório. Dentre os motivos positivos estão os eventos realizados, e, dentre os negativos, foram citados: a inércia das ações e a falta de divulgação (33,3%) e a falta de parceria com o governo estadual e de planejamento (22,2%). Também foram citados, por 11,1% dos entrevistados, a falta de: apoio aos grupos locais, contra-partidas prometidas de acesso e saneamento e pacotes para atração de estrangeiros.

Quanto à existência de associações locais de apoio ao turismo, 56,3% afirmaram conhecer, no exemplo da ATSB (citado por 77,8% dos entrevistados) e, apenas, 11,1% a

ACETER e a AGUA (Associação dos amigos de Guaramiranga). 37,5% afirmaram que suas empresas participavam de alguma associação. Para os entrevistados, as associações são importantes, sobretudo, para: a discussão de ações conjuntas, atraírem um maior fluxo turístico, para desenvolvimento da estrutura local e troca de informações. No entanto, 12,5% dos entrevistados criticam a falta de união do empresariado local.

Para a unanimidade dos entrevistados, o turismo é importante para a localidade, sobretudo, por ser a única opção de emprego (para 50% dos entrevistados), por ser um gerador de renda (43,8%), atrair desenvolvimento (31,3%), atrair fluxo para o local (18,8%), preservar os recursos naturais e histórico-culturais e gerador de empregos (12,5%). Também foram citados a divulgação do local, o aquecimento do comércio, a oferta de cursos de capacitação e motivação da mão-de-obra local, por 6,3% dos entrevistados.

Como problemas advindos do turismo, 62,5% dos entrevistados citaram a falta de priorização de outras atividades econômicas e opções de empregos, 56,3% falaram da exclusão da população local nos eventos turísticos, 25% mencionaram a utilização de álcool e drogas, 18,8% citaram o impacto ambiental e o aumento do custo de vida local e 12,5% denunciaram a prostituição e a exploração do trabalho de crianças. Também foram denunciadas, por 6,3% dos entrevistados, a compra de terrenos por pessoas de fora, as más influências trazidas pelo turista e a falta de segurança.

Observe-se que, na opinião de 31,3% dos entrevistados, em Guaramiranga, fora o turismo, as outras únicas opções são os benefícios do Bolsa-Família, o serviço público, construção civil e agricultura. 18,8% afirmam que, parte da população local não se sente bem com o turismo e sente falta de programação para a comunidade, uma vez que, atualmente, o lazer do local é ficar em casa. 31,3% afirmaram que a opção de lazer é se deslocar para participar dos eventos em outros municípios próximos, tais como Pacoti; ou se entregar aos vícios de bebidas e drogas.

Ressalte-se que a prefeitura realiza “eventos paralelos” para os locais durante os grandes festivais turísticos da cidade, no entanto, a participação dos locais é pouca, uma vez que se sentem excluídos do processo; inclusive, 31,3% dos entrevistados alugam suas casas durante os eventos e 25% se deslocam para outras cidades, tais como Pacoti. Alguns chegaram a dizer que Guaramiranga era uma boa cidade para o turista, mas não para a

comunidade local. Foi criticada a ação do prefeito, que chega a trazer gente de fora para trabalhar nos eventos turísticos do local e foram exaltadas as cidades de Pacoti – por 25% dos entrevistados - por envolver os locais na programação e de Baturité, por ter uma feira livre que movimentou a economia da cidade. Ademais, verificou-se, *in loco*, e foi confirmado por alguns entrevistados que, de 2ª a 4ª feira, “Guaramiranga não existe”. Por fim, foi criticada, por 6,3% dos entrevistados, a ação da SEMACE, por não mais permitir a agricultura.

- Perspectivas dos Órgãos Governamentais de Guaramiranga

Foram entrevistados dois órgãos governamentais de Guaramiranga, sendo um ligado ao turismo e o outro à ação social, que funcionam há menos de cinco anos.

Na opinião dos entrevistados, os principais atrativos da cidade de Guaramiranga são: o patrimônio cultural (monumentos históricos), as belezas naturais, o turismo de eventos, ecológico e de aventura. Como políticas de turismo dos órgãos supracitados, destaque-se a implantação de um ponto de informações turísticas e acesso aos pontos turísticos e meios de hospedagem. Por outro lado, segundo informações dos entrevistados, foram realizados apenas estudos de oferta/demanda turística do município informais.

Na opinião de todos os entrevistados, os principais visitantes do município são, principalmente, de Fortaleza e do exterior. Quanto às associações e conselhos de turismo existentes, 33,33% dos entrevistados destacou apenas a existência da ATSB e de um fórum para discussão e apresentação das políticas de ação social.

Os órgãos são dependentes de repasses do governo municipal, de patrocínios e parcerias com empresas locais, segundo 66,66% dos entrevistados. Apenas 33,33% dos entrevistados conhecem alguma linha de financiamento, no exemplo do Crediamigo do BNB, no entanto, por nunca terem utilizado, não sabem se as considera adequadas.

66,66% sentem a ausência de outros elementos que consolidem o turismo local, dos quais 33,33% dos entrevistados citaram a necessidade de capacitação, estudo de capacidade de carga do local, infra-estrutura (transporte e estacionamento) e a realização de atrações durante a semana e nos fins de semana, quando não têm festivais.

Como órgãos de capacitação, foram citados, por 33,33% dos entrevistados, o SEBRAE e o SENAC. Os órgãos utilizam *sites*, *folders*, panfletos, e-mails e cd's para divulgar suas ações. No entanto, todos os entrevistados desconhecem políticas de turismo do Estado que beneficiem o local, sendo que 33,33% citaram apenas projetos de associativismo para as atividades econômicas, em geral, advindos do governo estadual.

Na opinião de todos os entrevistados, o turismo é uma atividade importante para o município, uma vez que gera renda (citado por 66,66% dos entrevistados) e, para 33,33% dos entrevistados traz recursos, reconhecimento e desenvolvimento para o município. Entre os problemas advindos com o desenvolvimento da atividade turística, foram citados, por 33,33% dos entrevistados, os impactos ambientais. Além disso, apenas para 33,33% dos entrevistados, os nativos participam dos eventos turísticos no exemplo do Festival de Teatro. De fato, verificou-se que a prefeitura distribui ingressos gratuitamente nas escolas para algumas peças de teatro do Festival. Por outro lado, verificou-se, de acordo com as falas de 33,33% dos entrevistados, que o último festival de vinho foi realizado em local fechado, o que dificultou o acesso dos locais, além disso, muitos locais alugam suas casas e viajam durante os festivais exógenos a suas culturas, sobretudo o Festival de Jazz.

Na opinião de 33,33% dos entrevistados, a estruturação da APA gerou a queda da agricultura e, atualmente, os principais empregos estão restritos a construção civil – que tende a ser freada com a restrição de licenciamento pela SEMACE – e o turismo.

- Perspectivas das Associações/ONG's de Guaramiranga

Foi entrevistada, em Guaramiranga, uma Associação Comunitária, que funciona há mais de dez anos. Segundo o entrevistado, as reuniões ocorrem mensalmente e depende do repasse de recursos dos Ministérios – através da seleção de projetos para associações- e dos sócios.

A associação possui 65 associados e, segundo o entrevistado, a assiduidade é satisfatória. Quanto aos critérios para associar-se, basta ser da comunidade e pagar a mensalidade de R\$ 2. Não existe a participação de instituições financeiras na associação.

Na opinião do entrevistado, Guaramiranga apresenta um potencial turístico, sobretudo, através de seus eventos, patrimônio histórico (igrejas) e belezas naturais, que incluem o turismo ecológico, através da realização de trilhas.

Não existem ações de capacitação para os associados e nem ações específicas para o desenvolvimento do turismo local. O entrevistado conhece as linhas de crédito para o turismo, no entanto, não sabe dizer se estão adequadas. Na sua opinião, faltam elementos para melhorar o turismo local, tais como o apoio de empreendedores.

As ações da Associação são divulgadas através de convites por escrito. Como órgão local de apoio ao turismo, o entrevistado citou a prefeitura e a Setur e considera o apoio satisfatório. No entanto, não sabe dizer se as políticas de turismo governamentais beneficiam o local.

Na opinião do entrevistado, o turismo é importante para o local, no entanto, os locais não gostam do grande movimento durante os festivais, onde os habitantes se envolvem com o turismo apenas no trabalho, mas não no lazer. Segundo o entrevistado, durante os eventos exógenos, os locais se deslocam para outras cidades e a participação dos locais nos eventos turísticos em Guaramiranga se restringe, apenas, aos cortejos, pois falta programação para a comunidade.

### **5.3. Mulungu: A Árvore Murungú**

De acordo com Girão *apud* Campos (2000), Mulungu é o nome vulgar das Leguminosas (Fabaceas ou Pailionioideas) do gênero *Erythrina*, tratando-se de palavra indígena, que se originou pela corruptela de Murungu, nome dado pelos indígenas às árvores de mulungu, abundantes no local.

O município de Mulungu possui uma área de 134,59 km<sup>2</sup>, com altitude da sede municipal de 790m, localizado na MESORREGIÃO 02 (Norte Cearense), Microrregião Geográfica 013 (Baturité), e desmembrado do Município de Baturité, pelo Dec. Nº 29 de 23/07/1890 (IBGE, 2008).



Em função das secas que assolaram o Ceará, no final do século XIX, habitantes do Sertão buscaram refúgio e sobrevivência nas serras interioranas. A região de Mulungu se tornou um ponto de descanso dos viajantes procedentes de Baturité que se deslocavam em direção a Canindé, e também daqueles que buscavam um local propício para o plantio de café. (GUIA DO MACIÇO DE BATURITÉ: CEARÁ, 2003)

O município, à semelhança dos povoados adjacentes, experimentou o desenvolvimento com a introdução da cultura do café, por volta de 1824, quando mudas de café foram plantadas nos sítios Bagaço e Munguaípe. Com a evolução, o povoado foi elevado à Vila e emancipado de Baturité em, 1890. A criação da freguesia de São Sebastião de Mulungu ocorreu em 1895 e, ao longo dos anos, Mulungu foi extinto e recriado diversas vezes conseguindo, finalmente, a emancipação política definitiva, em 1957.

- Aspectos socioeconômicos de Mulungu

Em 2000, de acordo com IBGE/IPECE (2006), Mulungu contava com uma população de 8.897 residentes, sendo 3.715 moradores da zona urbana e 5.182 moradores da zona rural. Verifique-se que, em 1991, a população urbana representava 38,55% e, em 2000, passou para 41,76%, o que demonstrou uma pequena urbanização do município no período. De acordo com IBGE (2008), Mulungu conta, na atualidade, com 10.975 habitantes, ou seja, um substancial aumento de 23,4% no populacional do município.

Conforme IPECE (2008), o município possuía, em 2000, 1.985 domicílios, sendo apenas 861 na área urbana, e uma média de 4,44 moradores por domicílio. Como ainda não existem dados de domicílios mais recentes, se for utilizado o mesmo percentual de aumento da população de 2000 para 2007 - de 23,4% - para o número de domicílios, teremos, na atualidade, em torno de 2.449 domicílios.

Quando se analisa a quantidade de famílias do município beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em agosto de 2008 – 1.319 - verifica-se que, 66,4% da população vivem com este benefício. Ressalte-se ainda que, quando se examina a distribuição da população do município pela idade, verifica-se que, em 2000, 56,77% tinham entre 15 e 64, considerada uma faixa etária ativa.

Embora ainda não se tenha a informação acerca da atual urbanização, supõe-se que o município ainda seja predominantemente rural, sobretudo, em função do aumento da participação do setor Agropecuário no PIB, que representava 26%, em 2004, e passou para 29%, em 2005, contribuindo para o aumento do PIB do município, que passou de R\$ 20.908 mil, em 2004, para R\$ 29.172 mil, em 2005, conforme Gráficos 17 e 18:

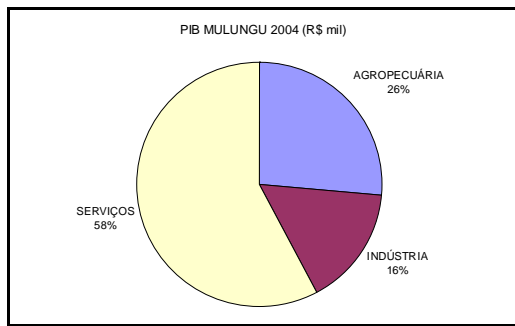


GRÁFICO 17: PIB de Mulungu-CE (2004)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

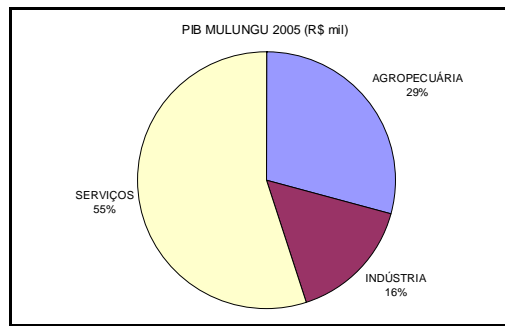


GRÁFICO 18: PIB de Mulungu-CE (2005)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

No segmento agrícola, destaca-se a produção de: cana-de-açúcar, laranja, café, tomate, maracujá, manga, banana etc; enquanto que no segmento pecuário destaca-se a criação de: galinhas/frangos, suínos, bovinos, muares, caprinos etc.

Enquanto a indústria manteve sua participação – com destaque para a Indústria Extrativa Mineral/de Transformação: madeira, mobiliário, etc - o setor de serviços sofreu uma leve redução em sua participação no PIB total do município, no entanto, ainda representa a maior parcela. Ressalte-se que, de acordo com dados da RAIS (2006), dos 434 vínculos empregatícios, 87,8% são do setor de serviços, com a remuneração, em 69,4% dos casos, de até 1,5 salários mínimos e grau de instrução até o 2º grau completo, para 88,7%.

De acordo com dados da RAIS (2006), embora o setor de serviços seja o mais expressivo no PIB de Mulungu, destaque-se que, nesta rubrica, estão computados os dados do comércio, que representa 50% dos empreendimentos, de um total de 34 no município. Excetuando-se os empreendimentos comerciais, as empresas de serviços em Mulungu são compostas, primordialmente, pela atividade turística e pela atividade “administração pública, defesa e seguridade social” – ambas detentoras de 42,9% dos estabelecimentos do setor de serviços, de acordo com IPECE/IBGE (2006).

Por outro lado, de acordo com a RAIS (2006), a exemplo do que ocorre no Maciço como um todo, os vínculos empregatícios da atividade turística em Mulungu representam apenas 2,1% dos vínculos empregatícios gerados pelo setor de serviços. E, embora existam meios de hospedagem no município, não existem vínculos empregatícios formais registrados para o segmento, apenas para o segmento de alimentação, o que demonstra a utilização de mão-de-obra informal para a atividade.

Percebe-se, ainda, uma precariedade nos vínculos empregatícios da atividade turística em Mulungu, onde a faixa de remuneração é, para 100% dos casos, de até 1 salário mínimo, enquanto o grau de instrução, para 75% dos vínculos empregatícios, é de até o segundo grau completo. Além disso, ressalte-se que os cargos são registrados, em 62,5%, como trabalhadores dos serviços, seguido de vendedores e prestadores de serviços do comércio, não havendo registros com o cargo de “gerente”.

De acordo com Freire & Souza (2007), Mulungu é um município que concentra uma população basicamente rural, possuindo uma infra-estrutura precária. De acordo com IPECE/IBGE (2006), o abastecimento de água, em 2005, contemplava apenas 47,5% dos domicílios e o esgotamento sanitário apenas 8%.

A questão do lixo também é um dos problemas mais graves nos municípios serranos. Em Mulungu, foi flagrada, durante visita de campo de Freire & Souza (2007), a exposição de lixo hospitalar em área de forte declive, onde era antes o lixão do município, embora essa área tenha sido desativada com a criação do aterro sanitário em Baturité. Em se tratando dessas áreas, os resíduos estarão sujeitos a poluir nascentes fluviais e solos agricultáveis, o que poderá acarretar a proliferação de doenças.

Existe 1 hospital no município e 4 centros de saúde. Embora os indicadores de dentistas, leitos e unidades de saúde por 1.000 habitantes, estejam acima dos do Estado, o indicador médicos/1.000 hab é de, apenas, 1,78, enquanto no Estado é de 2,04.

Quanto à educação, verifica-se que, de acordo com IBGE (2001), 1.520 pessoas residentes, com 10 anos ou mais de idade, tinham até 1 ano de estudo e 1.815 tinha de 1 a 3 anos de estudo; ou seja, 37,5% da população possuem pouco ou nenhum estudo. Além disso,

a taxa de escolarização, no ensino médio, é de, apenas, 25,23% e a taxa de abandono escolar é de 12,3%.

- Principais Atrativos Turísticos

- **Esportes Radicais:** Mulungu é bastante apropriado para a prática de rapel, vôo livre e de outros esportes radicais.

- **Cachoeiras e bicas de águas cristalinas que brotam da serra:** Cachoeira Redonda e Cachoeira do Morcego, localizadas no Rio Nilo, distam, aproximadamente, 12 km da sede, embora seu acesso seja precário durante o inverno.

- **Arquitetura Histórica:** antigas propriedades que ainda mantêm a atmosfera do século XIX e remetem à época do esplendor do café: Sítio Bagaço, Sítio Álvaro, Sítio Flor, Sítio Palma, Sítio Nova Holanda etc.

- **Clima agradável:** As temperaturas variam entre 17°C e 26°C, próprio de sua altitude que é de 790m de altura em relação ao nível do mar – um dos municípios de maior altitude do Maciço de Baturité.

- **Mata nativa remanescente da floresta Atlântica:** caminhadas nas trilhas abertas da mata;

- **Atrativos Culturais:** engenhos de cana-de-açúcar, com ainda existente produção da rapadura e outros derivados da cana, durante os meses de maio e dezembro; “farinhadas” de junho a outubro - casas de farinha, de estilo colonial, onde o visitante pode acompanhar todo o processo da produção da farinha e participar da produção, que também se presta à confecção de beijus.

- **Monumento a São Sebastião:** a estátua do santo padroeiro da cidade fica em um dos pontos mais altos do município, conforme Figura 21, e é o maior ícone de Mulungu, podendo ser acessado através de uma via sacra, conduzida por escadaria com 14 imagens esculpidas em cimento:

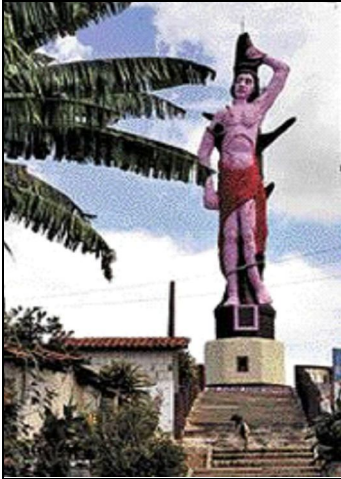


FIGURA 21: Monumento de São Sebastião  
 FONTE: JORNAL O POVO (2007)

- **Mirante:** No distrito de Lameirão, a meio caminho de Aratuba, é possível vislumbrar os sertões e as cidades de Caridade e Canindé. No local com paisagem de rara beleza, encontram-se implantados empreendimentos gastronômicos e hoteleiros, casas de veraneio, sítios antigos e propriedades produtoras de hortifrutigranjeiros.

- **Igreja de Santa Luzia e Igreja Nossa Senhora de Fátima** – localizadas, respectivamente, nos distritos de Lameirão e Catolé, foram construídas por padres jesuítas e são bons exemplos da arquitetura sacra rural.

- **Igreja Matriz de São Sebastião:** em estilo moderno, localiza-se em cima de um outeiro de onde é possível vislumbrar toda a cidade, conforme Figura 22:



FIGURA 22: Vista no primeiro degrau da Igreja Matriz de São Sebastião, em Mulungu-CE  
 FONTE: PRÓXIMO DESTINO PORTAL DE TURISMO (2008)

- **Artesanato:** produção de artigos de crochê, madeira, barro, taboca, vime, palha, bambu, tricô e renda.

- **Eventos:** Festa de São Sebastião, padroeiro (janeiro); Carnaval; Festival de Quadrilhas (junho); Festa de Nossa Senhora das Dores (setembro).

- Perspectivas dos Meios de Hospedagem de Mulungu

As empresas entrevistadas, em Mulungu, são recentes, com até 5 anos de funcionamento; sendo que, metade delas, eram residências anteriormente. 50% dos proprietários dos meios de hospedagem entrevistados são de fora do local e visitam os empreendimentos nos finais de semana.

Todos os funcionários das empresas entrevistadas são de origem local, dos quais, metade possui entre 1 e 5 anos de tempo de trabalho e a outra metade possui entre 5 e 10 anos de tempo de trabalho nos empreendimentos entrevistados. Todos os entrevistados possuem acima de 2 dependentes e trabalho paralelo, sobretudo, nos setores de serviços (restaurante) e comércio. 50% dos entrevistados obtiveram algum tipo de capacitação na área de hotelaria, através do Sebrae e Senac.

A renda, a aquisição de bens, as condições de moradia e a qualidade de vida, em geral, melhoraram para todos os entrevistados após trabalharem nos meios de hospedagem. Por outro lado, a escolaridade e as condições de saúde permanecem inalteradas.

Metade das empresas entrevistadas afirmou ter acima de 50% de ocupação e todos os entrevistados disseram que as suas empresas apresentavam viabilidade econômica satisfatória. 50% das empresas entrevistadas possuem até 5 funcionários permanentes e o mesmo percentual possui a formalização da carteira de trabalho para todos os funcionários. Metade das empresas utilizou financiamento, sendo estes para ampliação, pelo BNB, e se posicionou como satisfeita com o crédito. Os entrevistados que não realizaram financiamento, foi em função de serem arrendatários dos meios de hospedagem. Por outro lado, todos os entrevistados afirmaram conhecer linhas de financiamento ao turismo e acreditam que as condições de crédito se encontram adequadas.

Metade dos empreendimentos entrevistados possui fornecedores de Fortaleza. Para todos os entrevistados, faltam elementos para incrementar o turismo local, onde 50% dos

entrevistados citaram: infra-estrutura (acesso), atrações turísticas, equipamentos hoteleiros, restaurantes, limpeza e o desenvolvimento do artesanato local.

A divulgação de todos os empreendimentos entrevistados é realizada através de jornais e metade deles também utiliza *sites*, *folders* e revistas. De acordo com todos os entrevistados, os usuários dos empreendimentos são, em sua maioria, de Fortaleza, seguidos pelos estrangeiros; 50% dos entrevistados citaram também os turistas vindos do Rio Grande do Norte e Piauí.

De acordo com metade dos entrevistados, as principais motivações da visita de turistas ao local são: o clima, a natureza e o fato de Mulungu ser uma cidade dormitório de turistas que vão visitar Guaramiranga. Todos os entrevistados disseram conhecer algum órgão de apoio local, no exemplo do Sebrae, Setur e ATSB. No entanto, todos os entrevistados acreditam que o apoio da Setur/Prefeitura não é satisfatório ou é regular. Dentre os fatores positivos no apoio dos órgãos, os entrevistados citaram apenas o SEBRAE, em seu trabalho de cursos de qualificação oferecidos e, dentre os negativos, foi citado, por todos os entrevistados, a falta de acesso; e metade dos entrevistados citou a falta de limpeza, de equipamentos turísticos e de atrações.

Quanto à existência de associações locais de apoio ao turismo, 50% afirmaram conhecer a ATSB e AMAB, da qual participam. Para metade dos entrevistados, as associações são importantes, sobretudo, para um crescimento conjunto.

Para todos os entrevistados, o turismo é importante para a localidade, sobretudo, por ser um gerador de emprego e renda, por melhorar a estrutura do município e o padrão de vida do local, uma vez que diversifica as oportunidades de emprego. Quanto aos problemas gerados pelo turismo, metade dos entrevistados citou: o desmatamento, as drogas, a especulação imobiliária e a marginalização. Ressalte-se que, na opinião de 50% dos entrevistados, a maior parte dos turistas que vem a Mulungú não utiliza os meios de hospedagem – fica na casa de parentes e amigos – traz sua própria comida e ainda deixa a sujeira. Foi citado, também, o fato do turismo de Mulungú estar à sombra de Guaramiranga.

- Perspectivas das Associações e ONG's de Mulungu

Foi entrevistada uma Associação ligada ao desenvolvimento do turismo, que funciona há menos de 5 anos. Segundo o entrevistado, as reuniões ocorrem bimestralmente e depende do pagamento de mensalidades pelo associados.

Existem 15 associados, o critério para se associar é ser registrado no Mtur, ter carteira assinada e CNPJ. A sua composição é feita principalmente por hotéis de Guaramiranga, Pacoti e Mulungu. Quanto à assiduidade às reuniões da Associação, o entrevistado falou da dificuldade no comparecimento, uma vez que a maioria mora em Fortaleza. Não existe a participação de instituições financeiras na Associação. Na opinião do entrevistado, o Maciço de Baturité apresenta um potencial turístico, sobretudo, pelo clima ameno, natureza e existência de trilhas.

Quanto a ações de capacitação dos associados, o entrevistado citou os cursos que são ministrados pelo SEBRAE e SENAC, no entanto, afirmou que os hoteleiros não priorizam a capacitação. Dentre as ações da organização para o turismo, o entrevistado destacou a realização de festivais e a contratação de bandas locais e de Fortaleza para realização de shows. A divulgação da Associação é realizada através de eventos, jornais e TV.

O entrevistado conhece as linhas de crédito para o turismo, citando a do BNB, e julga não estarem adequadas em função da excessiva burocracia para a concessão do crédito. Em sua opinião, faltam elementos para melhorar o turismo local, tais como, atrações, sobretudo, para os jovens, e melhoria do acesso. No entanto, o entrevistado sugere a criação de atrações, no mínimo, inusitadas para o local, tais como, uma pista de esqui artificial, um mini-zoo e um teleférico – embora este último seja mais coerente e factível com a realidade local.

Como órgão local de apoio ao turismo, o entrevistado citou a Setur de Guaramiranga e diz que o apoio já foi satisfatório, no entanto, não mais. Em sua opinião, as políticas de turismo governamentais não beneficiam o local, embora haja planos do Prodetur/NE III para beneficiar o Maciço com a realização de estradas para o desenvolvimento de 3 circuitos: Serra-Sertão; Aratuba-Capistrano; Capistrano-Canindé.

Quanto ao envolvimento da população local no turismo, o empresário afirma ser regular, diz que acontece mais em Pacoti, mas, afirmou que os empresários estão tentando



envolver a população através da criação da AGUA – Associação para Estudo da Música - e a realização de eventos locais.

Na opinião do entrevistado turismo é importante para o local, uma vez que gera emprego e renda, no entanto, ele encontra-se mais concentrado em Guaramiranga. O entrevistado criticou o fato das férias do Brasil serem todas no mesmo período, o que prejudica a sazonalidade e, também, afirmou que a Secretaria do Trabalho precisa ser mais atuante em Guaramiranga, em função da informalidade empregatícia do turismo local.

#### **5.4.Pacoti: O Rio das Bananas**

Pacoti é o nome do rio que nasce ao extremo sul da Serra de Baturité e banha o município. Existem divergências quanto ao seu significado, para Paulino Nogueira e José de Alencar *apud* Campos (2000), Pacoti significa “rio das bananas”, da abreviatura de PACOBA (banana) e Y (água), interposto o T por eufonia. “Lagoa das Cotias” e rio das bananeiras, segundo a língua dos indígenas, são outros dos significados possíveis. Ainda existe a hipótese de se chamar “Voltado para o Mar”.

O município de Pacoti possui uma área de 111,95 km<sup>2</sup>, com altitude da sede de 736,13 m, localizado na MESORREGIÃO 02 (Norte Cearense), Microrregião Geográfica 013 (Baturité), desmembrado pelo Município de Baturité pelo Dec. Nº 56 de 02/09/1980.

- História

Pacoti iniciou-se a partir de um sítio denominado Pendência que, em 1859, recebeu a visita de uma comissão científica<sup>82</sup>, enviada pelo Imperador D. Pedro II, com objetivo de pesquisar as riquezas do Ceará.

O cultivo do café trouxe desenvolvimento e riqueza para a região. Em 1873, quando a referida cultura chegava ao seu apogeu, Pacoti já possuía um terço dos pés de café do Ceará,

---

<sup>82</sup> Desta comitiva, participou, inclusive, o poeta maranhense Gonçalves Dias e o pintor Reis Carvalho.

inclusive, para escoar parte da produção, foram construídas estradas ligando Pacoti a Baturité, passando por Pernambuco e Guaramiranga, com ligações para Mulungu e Aratuba.

Em 1885, foi criada a freguesia e, posteriormente, as primeiras manifestações de apoio eclesial, além da construção da primitiva capela, da qual consta como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Os atos inaugurais, canonicamente autorizados, datam de 29/05/1886, constando como seu primeiro pároco, o padre Constantino Gomes de Matos.

Em 02/09/1890, o povoado foi elevado à categoria de Vila, com o nome de Pendência, sendo inaugurada em 25 de outubro do mesmo ano. A emancipação política definitiva, já com o nome atual – Pacoti, ocorreu apenas em 20/12/1938. Tornou-se cidade em 2 de janeiro de 1939 quando, na época, Guaramiranga, Mulungu e Aratuba, antigo Coité, eram distritos do município. Pacoti teve, como primeiro gestor político, o coronel José Cícero Sampaio, contando, há época, com 8.551 habitantes.

- Aspectos socioeconômicos de Pacoti

Em 2000, de acordo com IBGE/IPECE (2006), Pacoti contava com uma população de 10.929 residentes, sendo 3.809 moradores da zona urbana e 7.120 moradores da zona rural. Verifique-se que, em 1991, a população urbana representava 31,48% e, em 2000, passou para 34,85%, o que demonstrou uma pequena urbanização do município, no período. De acordo com IBGE (2007), Pacoti conta, na atualidade, com 11.097 habitantes, ou seja, um aumento de 1,5% no populacional do município.

Conforme IPECE (2008), o município possuía, em 2000, 2.404 domicílios, sendo apenas 855 na área urbana, e uma média de 4,53 moradores por domicílio, um dos mais altos do Maciço. Como ainda não existem dados de domicílios mais recentes, se for utilizado o mesmo percentual de aumento da população, de 2000 para 2007 - de 1,5% - para o número de domicílios teremos, na atualidade, em torno de 2.440 domicílios.

Quando se analisa a quantidade de famílias do município beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em agosto de 2008 – 1.358 - verifica-se que 55,7% da população vivem com este benefício. Ressalte-se ainda que, quando se examinou a distribuição da população do

município pela idade, verifica-se que, em 2000, 55,8% tinha entre 15 e 64, considerada uma faixa etária ativa.

Embora ainda não se tenha a informação acerca da atual urbanização, supõe-se que o município ainda seja predominantemente rural, sobretudo, em função do aumento da participação do setor Agropecuário no PIB, que representava 18%, em 2004, e passou para 25%, em 2005, contribuindo para o aumento do PIB do município que passou de R\$ 26.731 mil, em 2004, para R\$ 31.890 mil em 2005, conforme Gráficos 19 e 20:

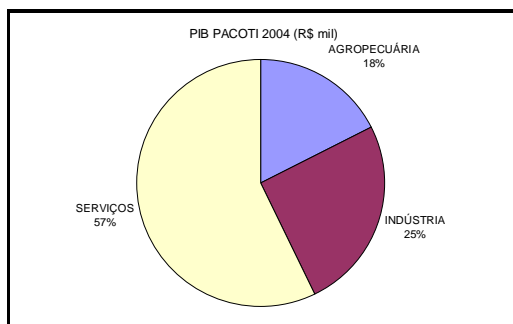


GRÁFICO 19: PIB de Pacoti-CE (2004)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

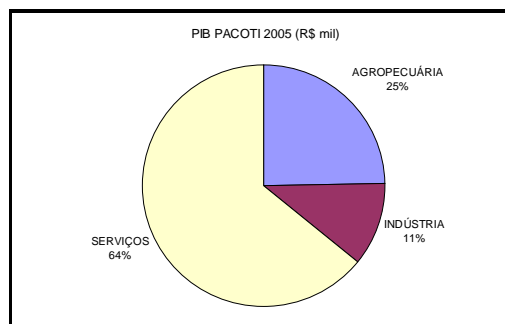


GRÁFICO 20: PIB de Pacoti-CE (2005)  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IPECE/IBGE (2006)

No segmento agrícola, destaca-se a produção de: cana-de-açúcar, laranja, arroz sequeiro, banana, manga, batata-doce etc; enquanto no segmento pecuário, destaca-se a criação de: galinhas/frangos, bovinos, suínos, muares, asininos, ovinos, caprinos etc.

O aumento na participação dos setores de serviços e agropecuário foi, sobretudo, em função da diminuição do setor industrial – composto, principalmente, pela Indústria Extrativa Mineral/de Transformação: produtos alimentares, madeira - que teve seu PIB diminuído em quase 50%, de 2004 para 2005. No entanto ressalte-se que, de 2004 para 2006, conforme dados do IPECE (2008), Pacoti manteve seu número de indústrias, portanto, provavelmente houve uma diminuição na produção ou no valor agregado dos produtos produzidos.

De acordo com dados da RAIS (2006), embora o setor de serviços seja o mais expressivo no PIB de Pacoti, destaque-se que, nesta rubrica, estão computados os dados do comércio, que representa 53,1% dos empreendimentos – de um total de 49 no município. Excetuando-se os empreendimentos comerciais, as empresas de serviços em Pacoti são compostas, primordialmente, pela atividade turística – que corresponde a 73,3% das empresas

- e pela atividade “administração pública, defesa e seguridade social”, representante de 20% dos estabelecimentos do setor de serviços, de acordo com IPECE/IBGE (2006).

Por outro lado, de acordo com a RAIS (2006), a exemplo do que ocorre no Maciço como um todo, os vínculos empregatícios da atividade turística em Pacoti representam apenas 3,9% dos vínculos empregatícios gerados pelo setor de serviços, o que demonstra a utilização de mão-de-obra informal para a atividade.

Percebe-se, ainda, uma precariedade nos vínculos empregatícios da atividade turística em Pacoti, onde a faixa de remuneração é, para 88,2% dos casos, de até 1,5 salários mínimos, enquanto o grau de instrução, para 58,8% dos vínculos empregatícios, é de apenas primeiro grau completo. Além disso, ressalte-se que os cargos são registrados, em 58,8% dos vínculos, como trabalhadores dos serviços, seguido de trabalhadores na exploração agropecuária, o que demonstra a utilização de mão-de-obra para mais de um setor. Existe apenas 1 registro de vínculo empregatícios para o cargo de “gerente”.

A infra-estrutura em Pacoti apresenta-se inferior ao dos outros municípios da amostra. As estradas são estreitas, em média com largura de cinco metros, e a maioria dos trechos é pavimentada com pedra tosca, em estado de conservação regular, mas com dificuldade de circulação de automóveis pequenos em vários pontos.

Pacoti não conta com grandes mananciais de superfície, embora, vários pequenos açudes pontuem no município. A perfuração de poços tubulares é a alternativa utilizada para a exploração da água no subsolo. Na área urbana, o sistema de captação, tratamento e distribuição de água está a cargo da Companhia de Água e Esgotos do Ceará - CAGECE. De acordo com IPECE (2008), o abastecimento de água, em 2005, contemplava apenas 30,3% dos domicílios e o esgotamento sanitário, apenas 20,2%.

Em Pacoti, como nas demais cidades do Maciço, os problemas são decorrentes do dimensionamento energético da estação rebaixadora e da rede de distribuição, responsáveis pelo fornecimento e distribuição de energia, que não mais suportam aumentos consideráveis de demanda. A coleta de lixo urbano, na sede municipal, é realizada por veículos da prefeitura, cujo destino final também é o aterro sanitário, localizado no município de Baturité.

Existe 1 hospital no município, 3 postos de saúde, 1 ambulatório e 6 centros de saúde. Embora os indicadores de dentistas e unidades de saúde, por 1.000 habitantes, estejam acima dos do Estado, os indicadores médicos e leitos/1.000 hab são inferiores.

Quanto à educação, verifica-se que, de acordo com IBGE (2001), 1.770 pessoas residentes, com 10 anos ou mais de idade, tinha até 1 ano de estudo e 2.329 tinha de 1 a 3 anos de estudo; ou seja, igualmente ao município de Mulungu, em Pacoti, 37,5% da população possui pouco ou nenhum estudo. Além disso, a taxa de escolarização, no ensino médio, é de apenas 27,38% e a taxa de abandono escolar é de 7,7%.

- Principais Atrativos Turísticos de Pacoti

- **Galeria Raimundo Siebra:** Espaço destinado à exposição de artes, cuja denominação foi para homenagear um “filho da terra” - nascido nos fins do século XIX – que desenvolveu diversas atividades artísticas, em várias cidades do Maciço de Baturité, a exemplo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Palma.

- **Santuário Nossa Senhora do Globo:** homenagem à Santíssima Virgem, que se manifestou à noviça Catarina Labouré, em 27 de novembro de 1830, na Capela das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em Paris. O santuário foi inaugurado em 27/11/2004, contando com uma das mais belas vistas da cidade de Pacoti. O acesso é, a pé, por uma trilha de calçamento e alguns degraus de madeira.

- **Poço da Veada:** O local - com 16 hectares de várias quedas d’água e um poço para banho - desperta a curiosidade dos visitantes, por ser possuir uma das mais bonitas cachoeiras, localizada no Sítio Horizonte Belo, em Monguba, dentro da APA.

- **Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição:** Construída em 1880, é uma das mais antigas edificações do município, com arquitetura de características coloniais, antes de ter sofrido algumas reformas, durante a gestão do Padre Erfo. Na Igreja, estão sepultados alguns dos benfeitores de Pacoti, inclusive, o alemão Padre Quiliano (Fridollin Mitnнат), que chegou a esta cidade como fugitivo da I Guerra Mundial, onde residiu até os seus últimos dias de vida.

- **Colégio Instituto Imaculada Conceição:** Construído em 1932, sempre serviu de casa de formação educacional e religiosa. Durante muitos anos, funcionou como internato e recebia as noviças das filhas da caridade de São Vicente de Paulo.

- **Sítio São Luís** - Construído pelos escravos, durante o período do esplendor do café, é composto por casarão colonial, circundado de varandas e com grandes janelões, conforme Figura 23. Pertencia aos avós do Sr. Francisco Luís Nepomuceno<sup>83</sup>.

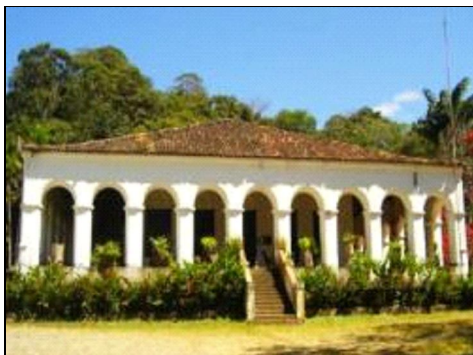


FIGURA 23: Sítio São Luís  
FONTE: PACOTI (2008)

- **Espaço Cultural Heitor Bastos da Silveira:** Local destinado à realização das grandes festas culturais do município, tais como: Festival Junino, festas com bandas de forró, Semana do Município, Festival de Flores da Serra etc.

- **Teatro Municipal Luís Pimenta:** Antigo Cine Teatro Paulo Sarasate, denominado, atualmente, de Teatro Luís Pimenta, em homenagem ao dramaturgo Luís Pimenta<sup>84</sup>, que dedicou muito de sua vida à produção de peças e dramas que animavam as noites “pacotienses”.

- **Cachoeira Furada:** Situada dentro da APA de Baturité, é um local de difícil acesso, mas de rara beleza, marcado por rochedos que formam grutas com fontes subterrâneas e poço ideal para banho, ilustrada na Figura 24. As formações rochosas escondem segredos e lendas de jovens índias, que vinham tomar banho, durante as noites de lua cheia, e escondiam-se nas grutas ali existentes. Chama-se Cachoeira Furada, devido a um determinado ponto onde o rio desaparece, surgindo dentro de uma gruta, mais à frente.

<sup>83</sup> Por ser propriedade particular pertencente ao Sr. Francisco Luís Nepomuceno, não é permitida a visita de pessoas sem a presença dos proprietários.

<sup>84</sup> Encenou vários dramas importantes, dentre eles O Servo Fiel, hoje reproduzido pelo Grupo de Teatro Amador de Pacoti, durante a Semana Santa.



FIGURA 24: Cachoeira Furada  
 FONTE: PACOTI (2008)

- **Arco Nossa Senhora de Fátima:** O arco, inaugurado em 12/12/1953, foi erguido na entrada da cidade com o intuito de homenagear Nossa Senhora de Fátima. Por este motivo, a arquitetura simboliza um sinal de bênção aos visitantes que entram e saem da cidade, através da Rodovia Carlos Jereissati - CE 065.

- **Artesanato:** Cerâmica, couro, crochê, doces caseiros.

- **Eventos:**

- Janeiro: Festa do Padroeiro da Comunidade de Boa Hora; São Sebastião;
- Fevereiro: 1) Pré-carnaval – com carnaval da saudade e eleição da musa do carnaval e Rei Momo; 2) Carnaval – mela-mela com tradicionais marchinhas todas as tardes, desfile e jogo das virgens na tarde do último dia de carnaval, vesperais infantis e carnaval de rua.
- Março: 1) Semana Santa, com apresentação de peças teatrais e via Sacra encenada pelas ruas da cidade, culminando com a celebração da Paixão de Cristo; 2) Festa do Padroeiro de Parque São José – São José;
- Maio: Maio Cultural – Serenata e Alvorada no dia das Mães nas comunidades e na sede, vernissage, na Galeria Raimundo Siebra, Coroação de Nossa Senhora da Conceição na Sede e nas capelas das comunidades;
- Junho: Festival Junino – com apresentação de quadrilhas do próprio município e de outros; Festa do Padroeiro Santo Antônio, nas comunidades de Macapá, Rolador e Germinal;
- Julho: 1) Festival Café com Chocolate e Flores – com apresentação de grupos artísticos e musicais do Maciço, espetáculos cênicos, feira de artesanato, exposições temáticas

e degustação de café, mesas de chocolates, trilhas ecológicas, Concurso Rainha das Flores, cursos e oficinas de arranjos florais, *patchwork*, *ikebana*, embalagens artesanais e paisagismo, decoradores, ferramentas e materiais para jardins e diversas palestras relacionadas ao tema; 2) Festa do Padroeiro da Comunidade de Nossa Senhora Santana;

- Agosto: 1) Festival Nacional de Cinema, Vídeo e Televisão de Pacoti, com foco no Meio Ambiente, com promoção de oficinas de cinema de animação, seminários, shows artísticos, feira de artesanatos, mostras de curtas, médias e longas metragens; 2) Festa do Padroeiro da Comunidade do Bonfim, Nosso Senhor do Bonfim; Festa da Padroeira de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nas comunidades Oiticica e Ouro;

- Setembro: 1) Semana do Município-realização de torneios esportivos, gincana cultural, maratona, alvorada com banda de música municipal, atividades cívicas, desfile infantil, cortejos pelas ruas do município e grande festa popular; 2) Mostra Pacoti de Teatro: com realização de oficinas, mostras paralelas cearenses, apresentação de teatro de rua, shows de Mpb, Pop; 3) Festa da Padroeira da Comunidade Vila de Fátima, Nossa Senhora de Fátima; 4) Festa da Padroeira da Comunidade de Caetitu de Baixo, Santa Terezinha; 5) Festa da Padroeira da Comunidade de Santa Madalena, Santa Madalena; 6) Festa do Padroeiro da Comunidade de Santa Maria, Sagrado Coração de Jesus;

- Outubro: 1) Semana da Criança – aluguel de brinquedos infantis para comemoração do dia da criança com distribuição de lanche e brinquedos, cortejo pelas ruas das cidades, apresentações culturais; 2) Festa da Padroeira Nossa Senhora da Aparecida nas comunidades de Colina, Santa Rosa e Volta do Rio; 3) Festa do Padroeiro São Francisco das Chagas na comunidade de Areias; 4) Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima, nas comunidades Monguba e Timbaúba; 5) Festa da Banana (13/10);

- Novembro: 1) Exposição de Artes da Escola de Arte e Cultura COLMÉIA; 2) Início da Festa da Padroeira de Pacoti, Nossa Senhora da Conceição, com apresentações musicais; 3) Festa da Padroeira da Comunidade de Gameleira, Sagrado Coração de Jesus; 4) Festa da Padroeira da Comunidade de Granja, Nossa Senhora das Graças;

- Dezembro: 1) Encerramento da Festa da Padroeira; 2) Festa do Padroeiro da Comunidade de Serra Verde, Menino Jesus de Praga; 3) Natal Cultural da Cidade Feliz, com apresentações das atividades realizadas pela Escola de Arte e Cultura COLMÉIA e cantata natalina dos alunos do Projeto Colméia nas janelas da Prefeitura Municipal; 4) Dia do Município (20/12);



- Perspectivas dos Meios de Hospedagem de Pacoti

Metade dos meios de hospedagem entrevistados em Pacoti se tratava de empresas tradicionais, com mais de 10 anos de funcionamento, sendo que, 33% delas, eram residências, anteriormente, e 33,33% eram restaurantes que expandiram para hospedar clientes. Metade dos proprietários dos meios de hospedagem entrevistados é do próprio local, sendo a outra metade residente em Fortaleza, cujas visitas aos empreendimentos ocorrem nos finais de semana. 33,33% das empresas entrevistadas são de natureza familiar.

Todos os funcionários das empresas entrevistadas são de origem local e 75% possuem mais de 1 ano de tempo de trabalho, nos empreendimentos entrevistados. 33,33% dos entrevistados possuem trabalho paralelo, sobretudo, nos setores comercial e de serviços cartorários. 66,66% possuem acima de dois dependentes e obtiveram algum tipo de capacitação na área de hotelaria, sobretudo através do Sebrae, Escola Técnica e Senac. A renda, a escolaridade, as condições de saúde e a qualidade de vida, em geral, melhoraram para 66,66% dos funcionários entrevistados, após trabalharem nos meios de hospedagem. Para metade dos entrevistados, após trabalharem nos meios de hospedagem, a aquisição de bens melhorou, para a outra metade, permaneceu inalterada e, para 66,66% dos entrevistados, as condições de moradia não se alteraram.

Metade das empresas entrevistadas afirmou apresentar até 50% de ocupação, sendo que 33,33% afirmaram que a empresa apresentava viabilidade econômica regular, uma vez que as receitas eram suficientes para cobrir apenas os custos, não sobrando lucro. 66,66% possuem até cinco funcionários permanentes, sendo que apenas 33,33% possuem a formalização da carteira de trabalho para todos os funcionários. Apenas 16,66% das empresas utilizaram financiamento, sendo estes para ampliação, pelo BNB. Os que não o utilizaram, alegaram que preferiram utilizar recursos próprios por receio de se endividarem. Por outro lado, 66,66% dos entrevistados afirmaram conhecer linhas de financiamento ao turismo, dos quais, metade destes acredita que as condições de crédito se encontram adequadas. O único empreendimento financiado com recursos do BNB afirmou estar satisfeito com o financiamento.

66,66% dos empreendimentos entrevistados possuem fornecedores, principalmente, de Fortaleza, em função de considerarem os preços locais mais caros, com exceção das frutas

e verduras que, por sua perecibilidade, são compradas no local. Para todos os entrevistados faltam elementos para incrementar o turismo local, tais como: capacitação (citada por 50% dos entrevistados), divulgação e acesso (33,33%), informações, atrações e sinalização turísticas (16,66%).

A divulgação de 66,66% dos empreendimentos entrevistados é realizada através de sites, metade realiza a divulgação através do folder e, apenas, 33,33% realiza divulgação através de cartões e anúncios em jornais. Os usuários dos empreendimentos são, em 83,33% dos casos, de Fortaleza, com apenas 33,33% de registros de turistas estrangeiros e do próprio interior.

As principais motivações da visita de turistas ao local são: o clima (citada por 83,33% dos entrevistados), os eventos (50%), a natureza (33,33%), a tranquilidade – inclusive a baixa criminalidade – e os equipamentos turísticos, citados por 16,66% dos entrevistados. 66,66% disseram conhecer algum órgão de apoio local no exemplo da Sectur – Secretaria de Turismo e Cultura, no entanto, as opiniões se dividem em relação à satisfação quanto ao apoio desta. Dentre os fatores positivos no apoio dos órgãos estão o trabalho de divulgação e eventos realizados, e, dentre os negativos, foram citados: a falta de planejamento e divulgação e a excessiva fiscalização pela SEMACE que, na opinião dos entrevistados, dificulta o desenvolvimento de atividades econômicas.

Quanto à existência de associações locais de apoio ao turismo 66,66% afirmaram conhecer, no exemplo da ATSB e da ONG Aroeiras. No entanto, apenas 16,66% participam ativamente de associações locais ligadas ao turismo. Para os entrevistados, as associações são importantes, sobretudo, para divulgação do turismo local, para a realização de ações conjuntas, ações de capacitação, emprego, inclusão de jovens; no entanto, criticam a elitização da participação, da falta de inclusão dos pequenos empresários e do excesso de discussão e ausência de ações efetivas.

Para a unanimidade dos entrevistados, o turismo é importante para a localidade, sobretudo, por ser um gerador de renda (citado por 83,33% dos entrevistados), gerador de empregos (50%), agente de divulgação local (33,33%) e de preservação dos recursos naturais e históricos (16,66%). Por outro lado, ressalte-se que, para 33,33% dos entrevistados, o turismo é importante por ser a única opção de emprego no local.

Como problemas advindos do turismo, metade dos entrevistados citou as más influências trazidas pelos turistas, tais como atos de vandalismo, sujeira, desrespeito às tradições locais e disseminação dos estilos de vida dos grandes centros. Observe-se que, na opinião de alguns entrevistados, Pacoti se beneficiou do turismo, pela saturação de Guaramiranga, no entanto, Pacoti também se destaca por integrar os locais em seus eventos turísticos e por possuir um movimento hoteleiro também durante a semana, em função de hospedagem de profissionais que trabalham no município.

- Perspectivas dos Órgãos Governamentais de Pacoti

Foi entrevistado um órgão governamental de Pacoti ligado à temática de Turismo e cultura, que funciona há mais de dez anos. No entanto, ressalte-se que o órgão era, originalmente, ligado à temática de cultura e, apenas recentemente, abrange também a temática do turismo.

Na opinião do entrevistado, os principais atrativos da cidade de Pacoti são as belezas naturais, a cultura, as características religiosas e os eventos. Como políticas de turismo do órgão supracitado, destaque-se que as ações ainda estão muito restritas ao âmbito da realização de eventos para atração de turistas. Por outro lado, observa-se que, apenas em 2006, foi realizado um estudo de oferta/demanda turística do município.

Na opinião do entrevistado, os principais visitantes do município são de Fortaleza, seguido de estrangeiros. Quanto às associações e conselhos de turismo existentes, o entrevistado destacou apenas a existência da ADR, que não mais tem realizado reuniões.

O órgão é dependente de repasses do governo municipal – cerca de 1% do orçamento – e de patrocínios e parcerias com empresas locais. O entrevistado conhece linhas de financiamento específicas para o turismo, citando o Banco do Brasil, e as considera adequadas. Quanto à ausência de outros elementos que consolidem o turismo local, o entrevistado citou a necessidade de integração entre o empresariado local e sua valorização do turismo.

Como órgão de capacitação, foi citado o SEBRAE, no entanto, o entrevistado destacou que as pessoas convidadas para capacitação não participam, uma vez que os empresários só pensam no retorno financeiro imediato. O órgão utiliza jornais, sites, televisão, convites por escrito e uma rádio comunitária para divulgar suas ações. No entanto, na opinião do entrevistado, as políticas de turismo do Estado não beneficiam o local. Na verdade, segundo o entrevistado, o órgão de turismo governamental era mais atuante anteriormente, uma vez que enviava recursos para o desenvolvimento do turismo no município e realizava mais reuniões.

Na opinião do entrevistado, o município só começou a aparecer turisticamente, após o Festival de Flores de 2006 e, desde então, é uma atividade importante para o município, uma vez que desenvolve toda uma cadeia de atividades econômicas que estão relacionadas à atividade turística. O entrevistado destacou, ainda, que a maior parte do empresariado é do próprio local.

- Perspectivas das Associações e ONG's de Pacoti

Foi entrevistada, em Pacoti, uma ONG ligada à preservação ambiental e ao desenvolvimento do turismo, que funciona há mais de um ano. Segundo o entrevistado, as reuniões ocorrem semanalmente e depende do repasse de recursos dos Ministérios e dos Bancos.

O entrevistado não sabe da quantidade de associados e de suas assiduidades nas reuniões, no entanto, afirma serem formados de pessoas das mais variadas faixas etárias e não existe um critério para se associar.

Quanto à participação de instituições financeiras, o entrevistado destacou o BNB e o BB, sendo o apoio dado, a depender do projeto. Na opinião do entrevistado, Pacoti apresenta um potencial turístico, sobretudo, através de seu artesanato e belezas naturais que incluem o turismo ecológico, através da realização de trilhas.

Quanto a ações de capacitação dos associados, o entrevistado citou os cursos que são ministrados em escolas, comunidades e cartazes. Dentre as ações da organização para o

turismo, o entrevistado destacou projetos de ecoturismo através de capacitação para interpretação de trilhas, projetos de turismo rural e capacitação para informantes turísticos.

O entrevistado conhece as linhas de crédito para o turismo do BNB e do BB, no entanto, não sabe dizer se estão adequadas. Na sua opinião, faltam elementos para melhorar o turismo local, tais como capacitação para o *trade* local.

Como órgão local de apoio ao turismo, o entrevistado citou a prefeitura e a Sectur e considera o seu apoio satisfatório. No entanto, não sabe dizer se as políticas de turismo governamentais beneficiam o local. Na opinião do entrevistado, os habitantes locais se envolvem com o turismo, que é importante para o local, uma vez que gera recursos, no entanto, não soube destacar se a atividade gerava passivos para a comunidade.

- Perspectivas das Instituições Financeiras de Pacoti

Existe apenas uma instituição financeira no local. Na opinião do entrevistado, Pacoti possui potencial turístico, sobretudo, em razão de suas belezas naturais – que incluem as cachoeiras – e o seu patrimônio histórico, composto por casarões antigos. No entanto, em sua opinião, falta a realização de mais eventos que incentivem o turismo local.

Dentre as ações da instituição para o turismo, foi destacado o patrocínio de eventos para atração de turistas. Dentre associações e/ou conselhos ligados ao turismo, o entrevistado citou a ONG Aroeiras. Quanto à quantidade de financiamento que é concedida à atividade turística, o entrevistado não a julga satisfatória, uma vez que o empresariado prefere utilizar recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios turísticos. No entanto, afirmou que as linhas de crédito voltadas ao turismo são satisfatórias em função de suas baixas taxas. Quanto à necessidade de melhoria do crédito, o entrevistado falou da ausência de uma maior divulgação das linhas.

Na opinião do entrevistado, o principal investidor do turismo, em Pacoti, é do próprio local, e a principal finalidade do crédito para o turismo é para ampliação de empreendimentos existentes e capital de giro. Dentre os benefícios do turismo para a localidade, o entrevistado citou a geração de renda e a divulgação do município.

## 6. CORTES E RECORTES DO TURISMO NO MACIÇO DE BATURITÉ - CE

Realizado um panorama dos recortes da amostra do presente trabalho, o atual capítulo apresenta uma análise consolidada dos resultados obtidos nas diversas instâncias entrevistadas<sup>85</sup>, assim como também das informações coletadas durante a pesquisa bibliográfica, na pretensão de se obter, então, uma análise da atividade turística na Região como um todo.

- Perspectivas dos Meios de Hospedagem do Maciço de Baturité

O tempo de funcionamento de 48% dos meios de hospedagem do Maciço é relativamente recente, de até 5 anos. Ademais, conforme Gráfico 21, verifica-se que a origem de maior parte dos meios de hospedagem era as residências dos próprios proprietários, que foram adaptadas para receber os turistas. No entanto, ressalte-se que, conforme Gráfico 22, apenas 23% dos proprietários são do local e apenas 47% residem, permanentemente, no município do empreendimento, o que é um forte indício de um turismo como segunda atividade econômica e 2ª residência. Ainda, conforme pesquisa realizada, 50% dos proprietários visita os empreendimentos, nos finais de semana, e 3%, apenas, quinzenalmente.

---

<sup>85</sup> Os resultados individuais obtidos nos municípios da amostra encontram-se detalhados no Capítulo 5 e os resultados das instâncias pesquisadas em Fortaleza-CE se encontram no Apêndice do presente trabalho.

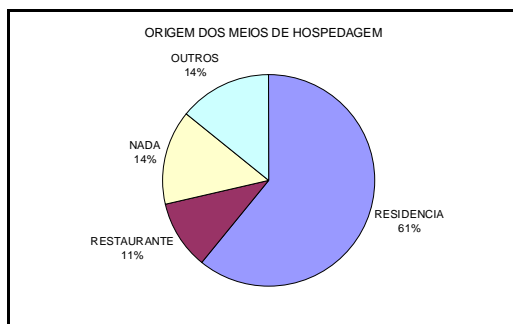


GRÁFICO 21: Origem dos Meios de Hospedagem  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

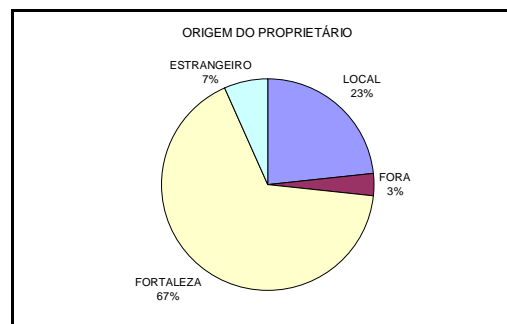


GRÁFICO 22: Origem Do Proprietário  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Verifique-se que 34,3% dos funcionários dos empreendimentos entrevistados possuem trabalho paralelo, sobretudo, no segmento de serviços (construção civil e cartório), e 55,6% possuem dependentes. 87,5% dos funcionários dos empreendimentos entrevistados são do próprio local e, conforme Gráfico 23, assim como o tempo de funcionamento dos empreendimentos, o tempo de trabalho dos funcionários nos empreendimentos também é relativamente recente, onde 70% trabalham há menos de cinco anos no empreendimento entrevistado. No entanto, apenas 48,6% dos funcionários entrevistados tiveram algum tipo de capacitação na área de turismo e/ou hotelaria, sendo os principais capacitadores do *trade*, o Sebrae e o Senac, responsáveis por capacitar 15 dos funcionários entrevistados, conforme Gráfico 24:

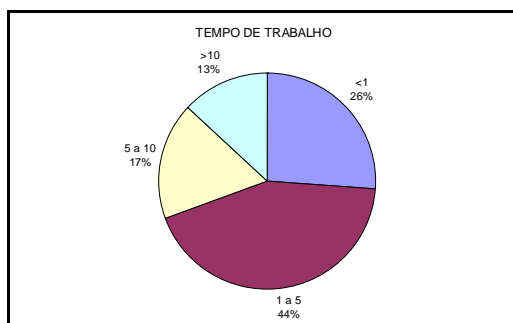


GRÁFICO 23: Tempo de Trabalho dos Funcionários  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

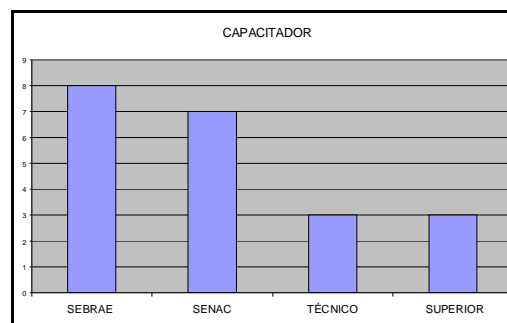


GRÁFICO 24: Capacitadores do *trade* turístico  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Quanto à geração de emprego e renda dos empreendimentos entrevistados, conforme Gráficos 25, verifica-se que 67% possuem menos de 5 funcionários permanentes e, ainda, conforme Gráfico 26, 60% das empresas entrevistadas não formalizaram o emprego de seus funcionários e 20% formalizam parcialmente. Quando se verificam apenas os empreendimentos financiados pelo BNB, constata-se que 57,1% possuem acima de 5 funcionários, sendo que 14,7% não possuíam funcionários formalizados e 28,6% possuíam parcialmente.

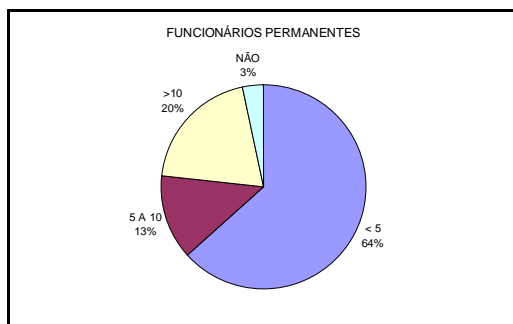


GRÁFICO 25: Funcionários Permanentes  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

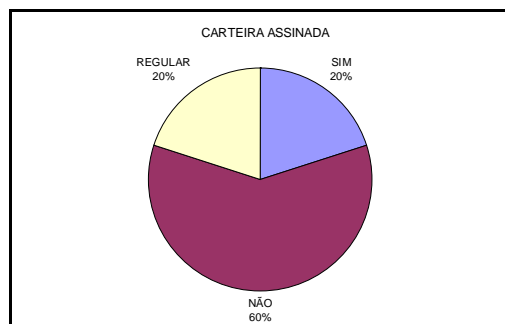


GRÁFICO 26: Funcionários com Carteira Assinada  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Foi questionado aos funcionários, de que forma, trabalhar naquele empreendimento havia influenciado em sua qualidade de vida em geral – para melhor, igual ou pior – ao que se verificou que, conforme Tabela 14, embora o indicador de renda e aquisição de bens tenha melhorado, os outros itens não se alteraram para a maioria dos entrevistados:

**TABELA 14: Evolução de Indicadores Socioeconômicos dos Funcionários Entrevistados**

	MELHOR	IGUAL	PIOR
RENDA	78,26%	21,74%	0,00%
ESCOLARIDADE	39,13%	60,87%	0,00%
AQUISIÇÃO DE BENS	51,72%	48,28%	0,00%
SAÚDE	27,27%	68,18%	4,35%
MORADIA	31,82%	68,18%	0,00%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Quando se verificam apenas os financiamentos realizados com recursos do BNB, conforme Tabela 15, constata-se que, com exceção da saúde – que permaneceu inalterada – os outros itens melhoraram para a maioria dos entrevistados.

**TABELA 15: Evolução de Indicadores Socioeconômicos para os Funcionários dos Empreendimentos financiados pelo BNB**

	MELHOR	IGUAL	PIOR
RENDA	100,00%	0,00%	0,00%
ESCOLARIDADE	60,00%	40,00%	0,00%
AQUISIÇÃO DE BENS	100,00%	0,00%	0,00%
SAÚDE	25,00%	75,00%	0,00%
MORADIA	75,00%	25,00%	0,00%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Quando se verifica a taxa de ocupação das empresas entrevistadas, conforme Gráfico 27, percebe-se que 63% delas apresentam uma taxa de ocupação anual maior do que 50%, por ano, o que é considerado o percentual mínimo para sobrevivência de um meio de



hospedagem. De fato, quando se verifica a viabilidade econômica e financeira das empresas entrevistadas, constata-se que, pelo menos, 83% se declaram como viáveis financeiramente e economicamente.

Conforme Gráfico 28, os principais usuários dos meios de hospedagem entrevistados são de Fortaleza e do interior, o que explica o turismo de final de semana no Maciço e a pouca permanência do turista. Tal fato também corrobora com estudo realizado pelo Sebrae (2004), no qual, se constatou que, 93,36% dos visitantes da Região, residem no Ceará. Na verdade, segundo o mesmo estudo, dentre as cidades que mais emitem visitantes ao Pólo, destacam-se: Fortaleza (72,89%), Maranguape (2,90%), Aracoiaba (2,77%), Capistrano (1,94%), Acarape (1,66%), São Paulo e Canindé (ambas com 1,52%).

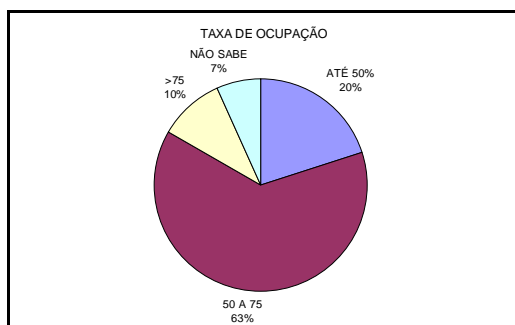


GRÁFICO 27: Taxa de Ocupação  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

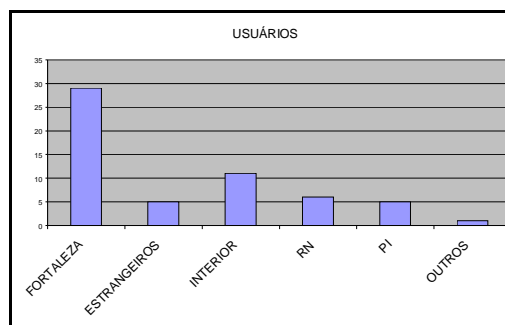


GRÁFICO 28: Usuários dos Empreendimentos  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

De acordo com o Gráfico 29, a maior parte dos empreendimentos entrevistados utiliza sites da *internet* ou *folders* para divulgação de seus empreendimentos, no entanto, ressalte-se que a maioria deles possui apenas as informações básicas – sem espaço para reservas ou contatos *online* – e quando possuem preços de diárias, encontram-se defasadas. Quanto à geração de cadeias produtivas, a partir dos meios de hospedagem, conforme Gráfico 30, percebe-se que é frágil, uma vez que 60% das compras dos meios de hospedagem são realizadas na capital, com exceção de frutas, verduras e panificação, que são compradas no local em razão de sua perecibilidade. Ressalte-se que, como a maior parte dos proprietários reside em Fortaleza, eles preferem fazer as compras em seu local de origem, sobretudo, a aquisição de utensílios e artigos mais requintados, em razão de sua inexistência ou de seu valor elevado nos municípios do Maciço.

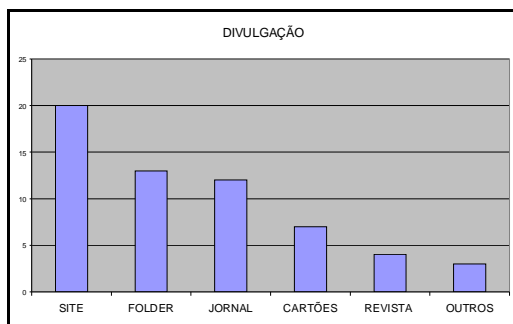


GRÁFICO 29: Divulgação do Empreendimentos  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

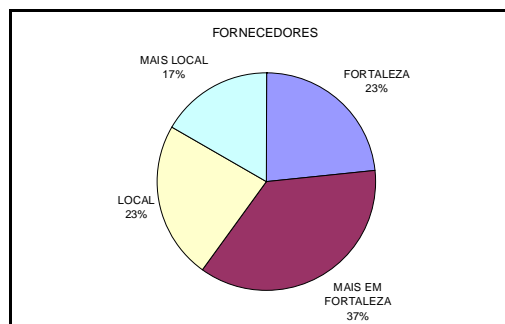


GRÁFICO 30: Fornecedores dos Empreendimentos  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Quanto ao financiamento das empresas entrevistadas, verificou-se que, conforme Gráfico 31, apenas 29% utilizou financiamento, sendo 77,8%<sup>86</sup> dos financiamentos provenientes do BNB, com a finalidade de implantação e ampliação dos empreendimentos. Ainda assim, o motivo do não financiamento, para mais de 61% das empresas entrevistadas, se dá, conforme os entrevistados, em razão do receio de se endividar. Por outro lado, quanto à satisfação com os financiamentos, de acordo com o Gráfico 32, verifica-se que, pelo menos, 80% dos empresários que utilizaram financiamento estão satisfeitos. Quando se verifica apenas a satisfação com os financiamentos realizados com o BNB, esse percentual vai para 85,7%.

<sup>86</sup> Observe-se que, embora só tenha havido 3 operações financiadas no Maciço de Baturité com a linha PROATUR, descobriu-se, na pesquisa realizada, que mais 4 empreendimentos utilizaram outras linhas do BNB, a saber: PRONAF, CREDIAMIGO, CRESCE NE SERVIÇOS.

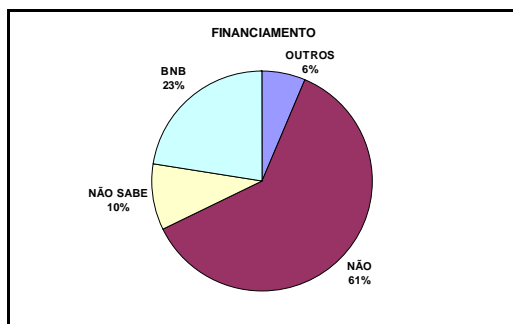


GRÁFICO 31: Empreendimentos Financiados  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

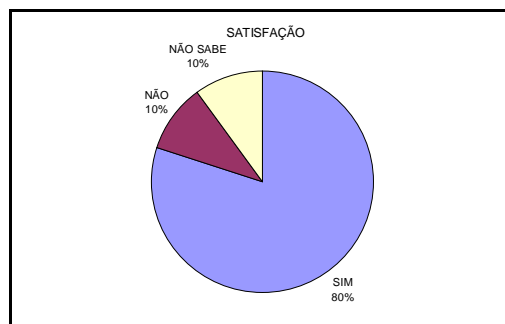


GRÁFICO 32: Satisfação com o Financiamento  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

#### • Perspectivas dos Órgãos Governamentais do Maciço de Baturité

75% dos órgãos governamentais entrevistados são tradicionais e possuem acima de 10 anos de existência. Quando questionados acerca das políticas realizadas para o desenvolvimento do turismo no Maciço de Baturité, conforme Gráfico 33, verifica-se que a maior parte se preocupa com o planejamento turístico para a Região. Ressalte-se que, no entanto, este percentual é muito baixo, uma vez que a elaboração de políticas de planejamento é condição primordial para o desenvolvimento do turismo em uma localidade. Ademais, verifica-se um excessivo direcionamento das políticas de turismo para a organização de eventos – constatada, inclusive, no capítulo anterior. Por outro lado, conforme Gráfico 34, a elaboração de estudos é incipiente, onde a grande maioria se encontra defasada, com mais de 2 anos de elaboração. Além disso, é preocupante perceber que os próprios entrevistados não sabem que tipos de políticas são realizados em prol do turismo para a região, uma vez que todos os órgãos entrevistados são ligados à temática.

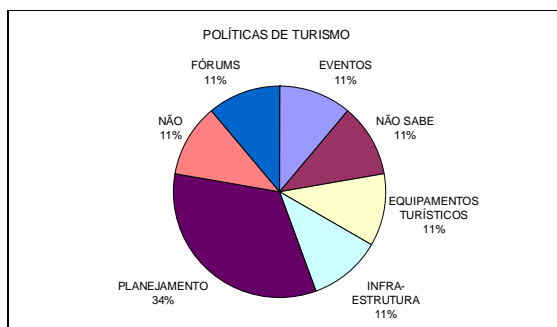


GRÁFICO 33: Políticas De Turismo Utilizadas  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

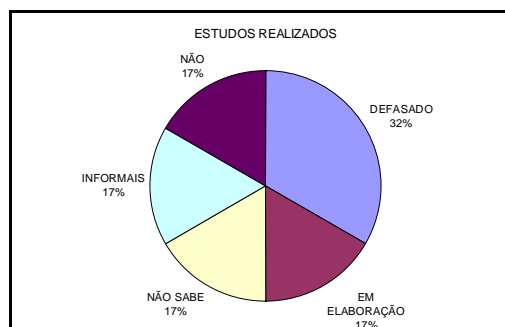


GRÁFICO 34: Estudos Turísticos Realizados  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

De acordo com o Gráfico 35, a maior parte da capacitação realizada pelo órgão é feita em parceria com o Sebrae ou Senac, ou se dá através de cursos de Educação Ambiental,

e as ações de divulgação, para maior parte dos órgãos entrevistados, é realizada através de sites, *folders* e jornais, conforme Gráfico 36. De acordo ainda com os entrevistados, a maior parte dos visitantes do Maciço é de Fortaleza (64%), seguido de estrangeiros (27%) e interior (9%).

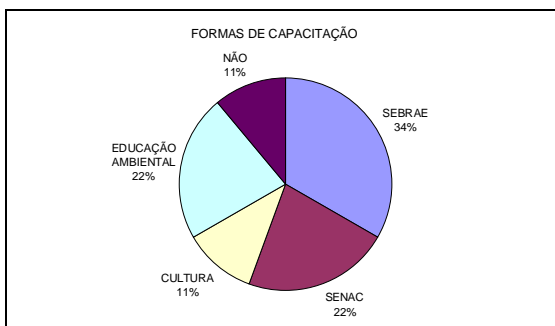


GRÁFICO 35: Formas de Capacitação  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

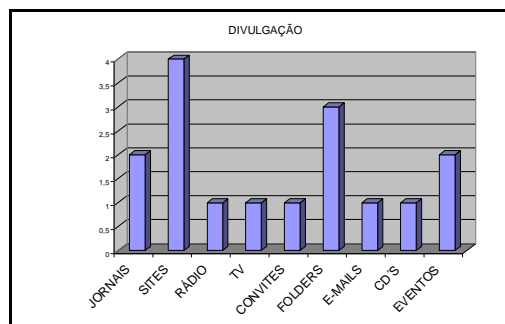


GRÁFICO 36: Divulgação das Ações  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

#### • Perspectivas das Associações e ONG's do Maciço de Baturité

60% das Associações/ONGs entrevistadas são tradicionais, com mais de 10 anos de existência. Na maior parte dessas instâncias, conforme Gráfico 37, as reuniões ocorrem bimestralmente, com uma média de 32 associados, sendo a presença nas reuniões considerada satisfatória, para 60% dos entrevistados. A participação das instituições financeiras ocorre em 40% das instâncias entrevistadas, havendo sido citados como parceiros o BNB e o Banco do Brasil, cuja parceria se dá na forma de patrocínio às ações e eventos realizados pelas Associações e ONG's. 80% das instâncias entrevistadas oferecem capacitações para seus associados que se dá, sobretudo, através de parcerias com o Sebrae, conforme Gráfico 38.

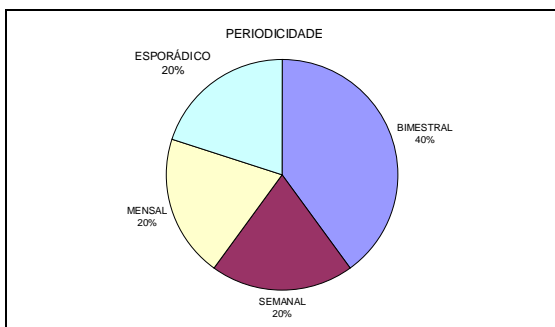


GRÁFICO 37: Periodicidade de Reuniões  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

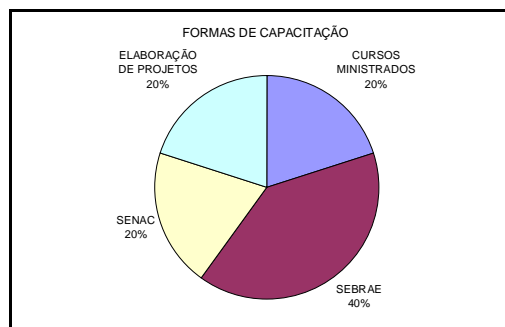


GRÁFICO 38: Capacitação das Associações/ONGs  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

#### • Perspectivas das Instituições Financeiras do Maciço de Baturité

Conforme Gráfico 39, 43% das instituições financeiras não possuem ações específicas para o desenvolvimento do turismo, enquanto as que possuem alguma ação, as

fazem através do patrocínio a eventos turísticos. Para 74% dos entrevistados, a quantidade de financiamento à atividade turística é considerada insatisfatória ou regular. Dentre os motivos elencados para a falta de financiamento à atividade, conforme Gráfico 40, está justamente o principal motivo alegado pelos empresários, ou seja, a preferência em utilizar-se de recursos próprios pelo receio de se endividar.

Além disso, ressalte-se que 22% dos entrevistados consideram a burocracia existente como um entrave ao financiamento. De acordo com os entrevistados, o excesso de documentos que o investidor precisa apresentar para ter acesso ao crédito é um fator inibidor, uma vez que, conforme se constatou, a maior parte das empresas turísticas funciona na informalidade. Ressalte-se que, muito da chamada “burocracia” para acesso ao crédito, trata-se de exigências legais, tratadas em dispositivos específicos da Constituição e sujeitas às penalidades cabíveis tanto para a instituição financeira quanto para o investidor que não cumpri-las, tal como a exigência de licenciamento ambiental ou a declaração do Imposto de Renda.

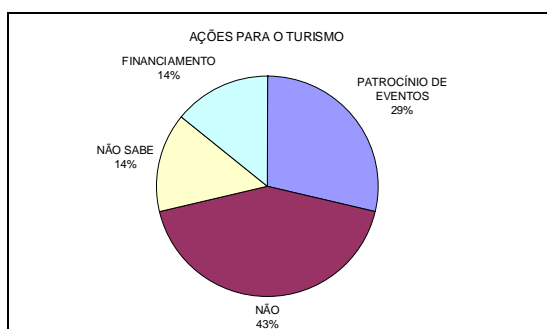


GRÁFICO 39: Ações para o Turismo  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

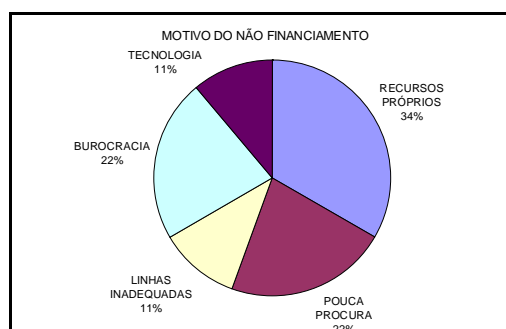


GRÁFICO 40: Motivos do não-financiamento  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

De acordo com os entrevistados, conforme demonstrado no Gráfico 41, são necessárias melhorias na oferta do crédito, principalmente, com relação à divulgação das linhas de crédito para os potenciais investidores. Percebe-se, ainda, um desconhecimento dos potenciais investidores locais pelos próprios funcionários das instituições financeiras, uma vez que 34% afirmaram não saber qual era a principal origem do investidor no turismo da Região; o percentual restante dividiu sua opinião acerca de Fortaleza, exterior e do local. Conforme Gráfico 42, verifica-se que, segundo os entrevistados, a principal finalidade do crédito é para capital de giro, seguido de ampliação e reforma. Dentre as principais parcerias realizadas em prol do desenvolvimento turístico da Região, destaque-se o SEBRAE, que foi citado como

parceiro de 50% das instituições financeiras entrevistadas, seguido da Prefeitura/Setur com 25%, os 25% restantes não possuem parcerias para a finalidade referenciada.

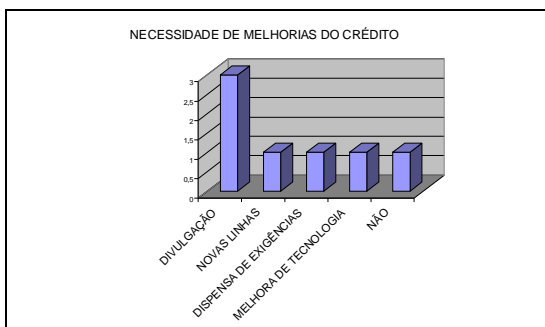


GRÁFICO 41: Necessidade de Melhorias do Crédito  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

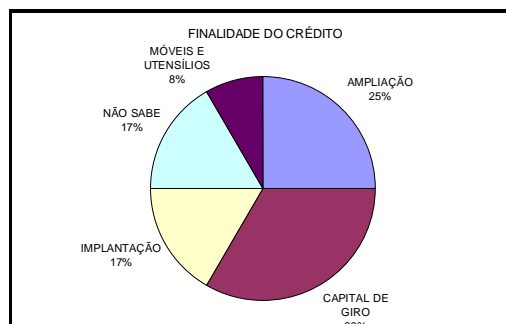


GRÁFICO 42: Finalidade do Crédito  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

- Perspectiva Geral do turismo no Maciço de Baturité

De acordo com a opinião de todos os entrevistados, demonstrada no Gráfico 43, a principal motivação do turista em visitar o Maciço de Baturité é a natureza – aí incluídas as cachoeiras, fauna flora etc; o clima, sobretudo em áreas mais altas da Serra, uma vez que se encontra mais ameno do que o seu entorno; e a tranquilidade, uma vez que os principais turistas são da capital do Estado, onde a criminalidade e a poluição sonora e visual vêm crescendo, cada vez, mais nos últimos tempos e fazendo com que as pessoas se desloquem para locais menos agitados em seu tempo livre. Para 76,9% dos entrevistados, a Região possui potencial turístico e 23,1% afirmam que o potencial turístico se restringe apenas à região de Serra do Maciço.

Dentre os principais atrativos do Maciço, conforme Gráfico 44, foram citados o Turismo ecológico e a natureza em si, os eventos realizados e o turismo religioso, sobretudo através das novenas e festas de padroeiras promovidas pelos municípios. Posteriormente, tem-se o clima, que já foi citado entre as motivações, e o turismo cultural, em função do patrimônio histórico-arquitetônico existente em alguns pontos da Região.

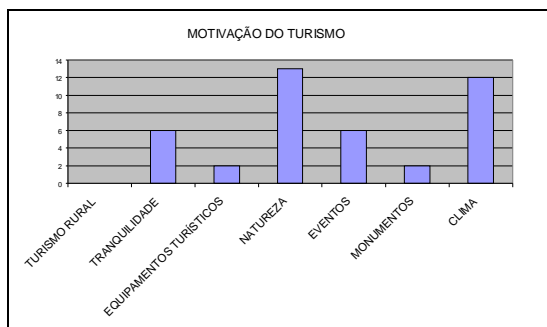


GRÁFICO 43: Motivação para o Turismo  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

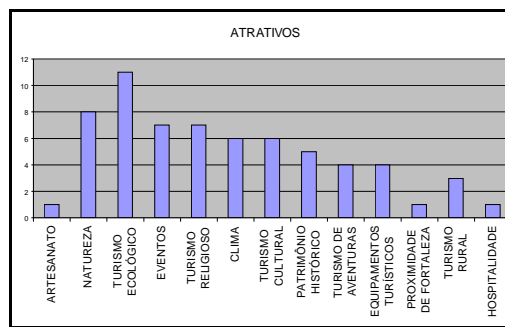


GRÁFICO 44: Atrativos do Maciço de Baturité-CE  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Quando os entrevistados foram questionados se as políticas públicas governamentais de turismo beneficiavam o local, percebe-se que, conforme Gráfico 45, a maioria respondeu negativamente e, verifica-se, também, que 31% nem ao menos têm idéia acerca das políticas públicas governamentais para o turismo, o que indica uma falta de descentralização das políticas, sobretudo para o interior do Estado. Dentre os que responderam negativamente, conforme Gráfico 46, foi-se dito que as referidas políticas já foram atuantes em governos anteriores e, inclusive, foi citado que havia a realização de reuniões e fóruns no Maciço e foram gerados planejamentos turísticos – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU's), PDR's e os PAT's – durante o período, embora poucas ações tenham sido de fato executadas. Atualmente, conforme comenta um dos entrevistados, “o Governo sente que já fez sua parte e espera que os municípios andem com as próprias pernas”.

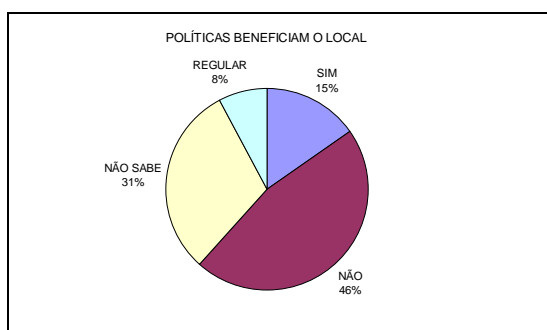


GRÁFICO 45: Benefícios das Políticas para o Local  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

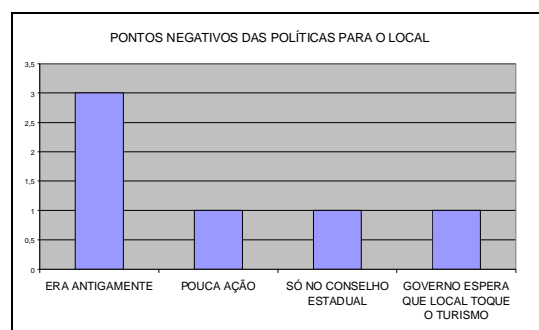


GRÁFICO 46: Pontos Negativos das Políticas Públicas para o Local  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Quanto à existência de órgão local de apoio ao turismo, verificou-se que 89,5% afirmaram conhecer algum e, conforme Gráfico 47, a maior parte dos entrevistados citou a Prefeitura/Setur. No entanto, não foi realizada uma separação na citação dos dois, uma vez que a maioria dos próprios entrevistados não sabia distinguir as duas instâncias, o que pode demonstrar a pouca expressão das secretarias de turismo (e cultura) locais. Ademais, ressalte-se, mais uma vez, a citação do Sebrae, destacado como importante órgão de apoio ao turismo

que, embora não seja um órgão governamental, faz às vezes de elaborador e executor das políticas públicas.

Por outro lado, apenas 19,4% dos entrevistados julgam o apoio do órgão local satisfatório, considerando como pontos positivos: a divulgação do Maciço, a realização de eventos – conforme já foi dito, essa é uma das principais políticas dos órgãos de turismo municipais para atrair os turistas - e a promoção de qualificação, este último mais relacionado ao papel do Sebrae. Quanto aos que estão insatisfeitos com o órgão local de apoio ao turismo, citaram como motivos, conforme Gráfico 48, a ausência de: apoio, em geral, do governo municipal; uma maior divulgação do destino, sobretudo no exterior; integração, sobretudo com relação aos municípios componentes do Maciço e com relação ao órgão de turismo do Estado; de planejamento – na verdade, verifica-se que alguns municípios não possuem qualquer tipo de planejamento turístico, ou, os que possuem, não chegaram a executar as ações planejadas, conforme foi visto anteriormente.

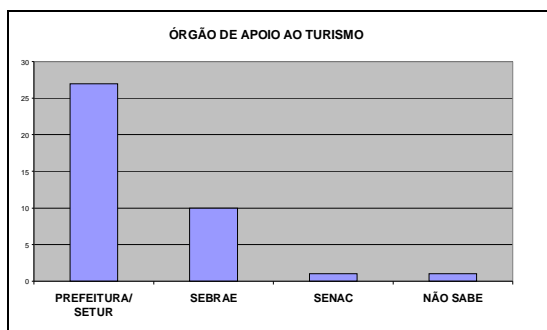


GRÁFICO 47: Apoio Local ao Turismo  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

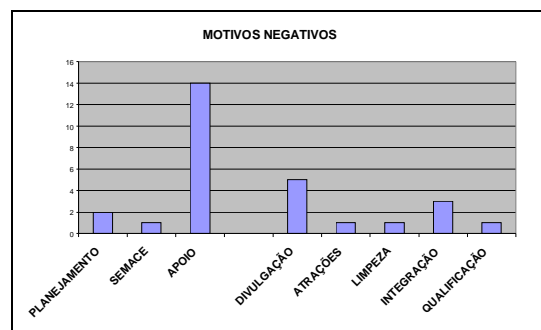


GRÁFICO 48: Negligências do Apoio Local  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

66,7% dos entrevistados disseram conhecer alguma Associação ou ONG de apoio ao turismo e, de acordo com o Gráfico 49, a mais citada foi a Associação de Turismo da Serra de Baturité (ATSB), no entanto, verifica-se, também, que existe uma maioria que sabia da existência de uma Associação, no entanto não lembrava do nome, o que demonstra que é necessária uma maior divulgação dessas instâncias para uma maior participação. Destaque-se que alguns entrevistados consideram essas Associações elitistas, uma vez que não incluem as micro e pequenas empresas.

Conforme Gráfico 50, apenas 34% dos entrevistados confirmaram a efetiva participação em alguma Associação, dentre elas, foi, inclusive, citada a ADR – Agência de Desenvolvimento Regional, embora esta não se encontre, atualmente, em funcionamento. Além disso, é ínfima a participação das empresas em ações conjuntas, o que demonstra não



apenas uma falta de integração dos municípios, mas do próprio *trade* local, o que dificulta a legitimidade de suas ações e intenções para o desenvolvimento turístico.

Por outro lado, verificou-se que 66,7% dos entrevistados consideram as associações importantes, sobretudo, em função de suas atividades conjuntas, que permitem uma melhoria no turismo local. No entanto, conforme foi citado por alguns entrevistados, um dos motivos para a falta de adesão dos empresários a essas associações dá-se porque estas instâncias, em sua maioria, exigem formalidades para a participação de seus membros, tais como a constituição de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e todos os funcionários da empresa com carteira assinada, demonstrando, novamente, que, em vista da pouca adesão, é grande o grau de informalidade do turismo na Região pesquisada.

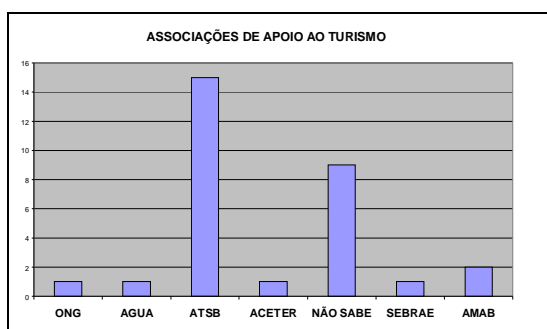


GRÁFICO 49: Associações de Apoio ao Turismo  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

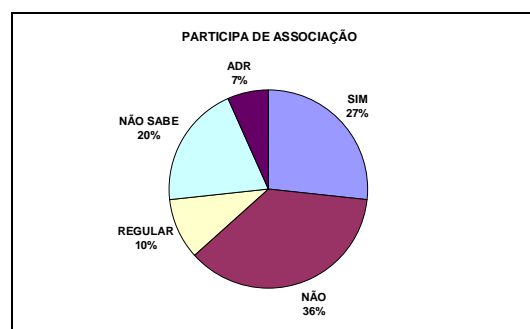


GRÁFICO 50: Participação Geral em Associações  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Dos entrevistados, 76,2% afirmaram conhecer alguma linha de crédito para o turismo. No entanto, quando questionados acerca da adequabilidade das linhas de crédito para o turismo, verificou-se que, conforme Gráfico 51, dos que conheçam o crédito, 27% não sabia se o mesmo era adequado, 44% responderam positivamente – citando os baixos juros atuais - 11% afirmaram que era regular e 18% não o consideraram adequado; o que demonstra que, de fato, além da necessidade de uma adequação nas linhas de crédito, existe a necessidade de se fazer uma maior divulgação das condições de financiamento para que o público possa sugerir melhorias nesses instrumentos.

Aos que responderam que o crédito era inadequado ou irregular, conforme Gráfico 52, foram citados como motivos: os altos juros; a burocracia que, muitas vezes, trata-se de exigências legais e não imposições internas da instituição financeira – conforme já foi discutido anteriormente; e o receio dos empresários em se endividarem.

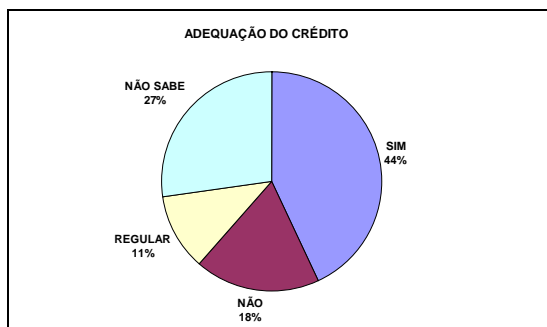


GRÁFICO 51: Adequação do Crédito  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

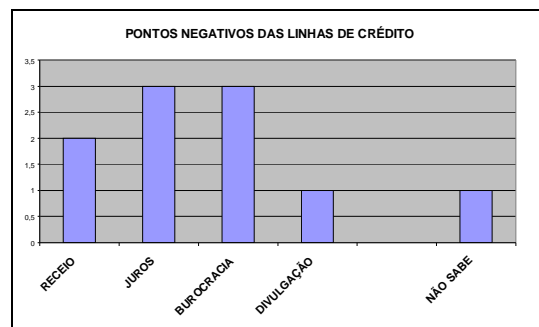


GRÁFICO 52: Pontos Negativos das Linhas de Crédito  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

95,8% dos entrevistados concordam que o turismo é importante para o Maciço de Baturité, dentre os principais motivos, conforme Gráfico 53, estão o turismo como gerador de renda e emprego – embora já se constatou que a ocupação nos meios de hospedagem é, na maioria das vezes, informal; também foi citado que o turismo traz desenvolvimento para a localidade, como através da atração de investimentos na infra-estrutura local e no fortalecimento das cadeias produtivas. Outrossim, conforme já foi citado anteriormente, as cadeias formadas a partir dos meios de hospedagem são frágeis, uma vez que a maior parte dos fornecedores se situam em Fortaleza-CE. Além disso, comprova-se a afirmação anterior, quando se verifica que os próprios entrevistados citam a importância do turismo em função dele ser praticamente a única opção de emprego na Região.

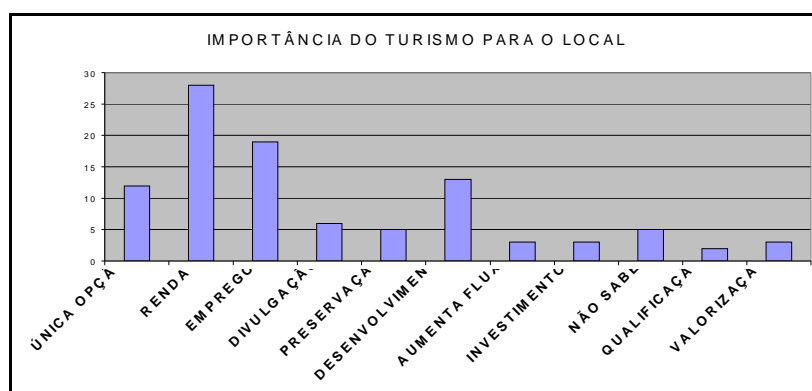


GRÁFICO 53: Importância do Turismo para o Local  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Por outro lado, é fato que o turismo não traz apenas benefícios para o local, tal como cita OLIVEIRA (2004, p.4),

O turismo vem se tornando um dos mais expressivos fenômenos das sociedades pós-industriais. Visto como uma prática social, é capaz de causar fortes repercussões sobre os ambientes econômicos, sociocultural e físico, muitas vezes negativamente.

Apesar disto tem sido por muitos defendidos devidos principalmente ao seu inegável poder de geração de empregos e renda.

Neste sentido, 82,1% dos entrevistados abordaram problemas causados pela atividade turística e questões inerentes ao próprio turismo no Maciço de Baturité, tal como se observa abaixo no Gráfico 54:

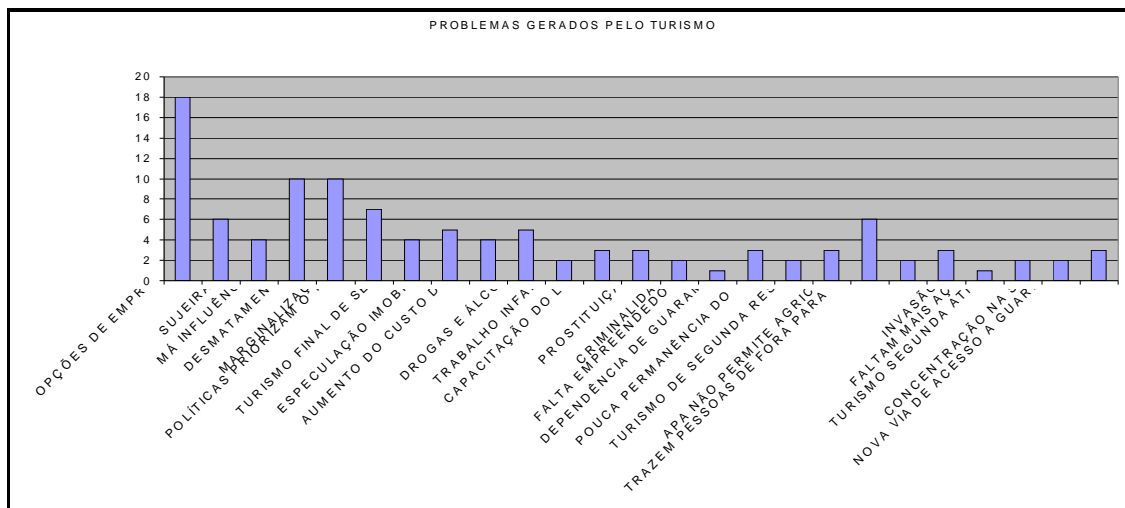


GRÁFICO 54: Problemas Inerentes ao Turismo no Maciço de Baturité-CE  
 FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2008)

Verifica-se que, dentre os problemas mais graves diante do desenvolvimento turístico do Maciço de Baturité-CE, estão:

- Falta de outras opções de emprego - uma vez que, conforme já foi visto, muitos municípios do Maciço só sobrevivem economicamente graças ao Programa Bolsa Família e à atividade turística;
- Aumento no desmatamento - sobretudo, para construção de condomínios fechados e através da presença indiscriminada de atividades agrícolas nas vertentes íngremes da APA, conforme Figura 25, o que levou ao aumento na fiscalização e suspensão na emissão de licenças ambientais;



FIGURA 25: Atividades agrícolas em vertentes íngremes de Mulungu-CE  
 FONTE: FREIRE & SOUZA (2007)

- Marginalização da população local - onde se verifica que, em uma política de turismo voltada para eventos de caráter cultural exógeno, os residentes não se sentem confortáveis em participar, ainda que sejam eventos abertos. Como exemplo, tem-se o estudo realizado por Lima (2006), em sua avaliação acerca do Festival de Jazz & Blues, em Guaramiranga-CE, conforme ilustrado na Figura 26. Além disso, tal qual cita Seabra (2007, p.9) “Nesses megafestejos, as principais atrações são os artistas de fora e a população local não se inclui entre os brincantes...”. Por outro lado, faltam atrativos para a própria população local;



FIGURA 26: Festival de jazz e blues em Guaramiranga-CE  
 FONTE: Site do Festival de Jazz e Blues<sup>87</sup>

- A APA que não permite a agricultura – conforme já foi mencionado, a SEMACE suspendeu a emissão de algumas licenças ambientais, no entanto, verifique-se que, em função do desmatamento ocasionado, sobretudo, pelo aumento de construções realizadas por grandes empresários de fora, a pequena agricultura realizada em minifúndios pelos habitantes locais terminou também sofrendo sanções;

- Políticas que priorizam o turista e o turismo - assim como a política de eventos, os incentivos realizados têm sido em prol, sobretudo, do desenvolvimento turístico, com a visão de uma atividade redentora da localidade, deixando de lado outras atividades econômicas que são importantes e necessárias para o fortalecimento da economia local.

<sup>87</sup> <http://www.jazzeblues.com.br/2008/index.php#>

Este tipo de visão certamente levou o Governo a priorizar o turismo, desvalorizando outras atividades econômicas tradicionais, mais voltadas para o consumo interno e a sobrevivência da população, pois dar primazia implica negligenciar o que não é primaz, especialmente quando há poucos recursos. (CORIOLANO, 2006, p.66)

- Sujeira – além do aumento da produção de lixo pelo número excessivo de visitantes, conforme Figura 27, verifica-se que o serviço de coleta de lixo não funciona satisfatoriamente e falta um sistema de esgotamento eficiente em alguns municípios, conforme foi denunciado por alguns entrevistados. Além disso, muitos turistas levam os maus hábitos das grandes cidades.

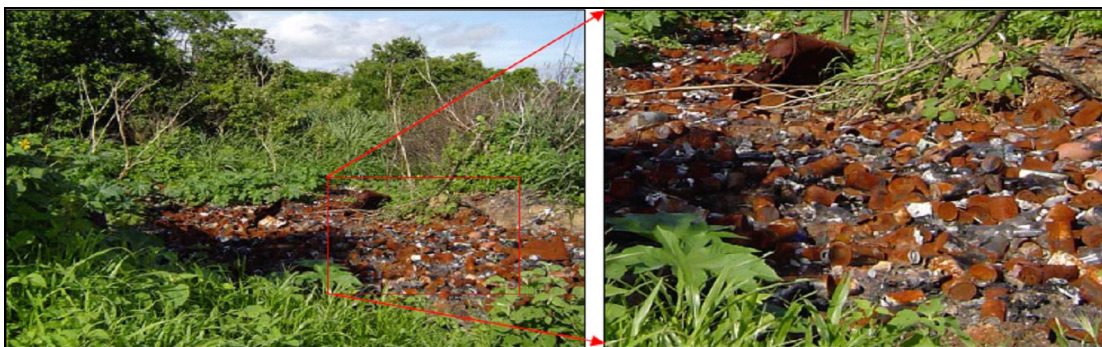


FIGURA 27: Presença de lixo em Guaramiranga-CE  
FONTE: Bastos (2005)

- Especulação Imobiliária – O turismo também trouxe o problema da especulação imobiliária – sobretudo, para a construção de condomínios, conforme Figuras 28 e 29 - em função do grande desmatamento observado na APA, foi assinado, em 08 de setembro do corrente ano, um Termo de Compromisso entre o Ministério Público Estadual (MPE) e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE), como forma de colocar um “pé no freio” na especulação imobiliária da APA como um todo. O documento prevê a suspensão dos licenciamentos ambientais, pela SEMACE, de novos empreendimentos multifamiliares, vilas residenciais e loteamentos, e restringirá a emissão de licenças para segundas residências e empreendimentos com a finalidade de hospedagem. (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2008)



FIGURA 28: Construção de Condomínios em Guaramiranga-CE

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2008)



FIGURA 29: Construção de Condomínios em Guaramiranga-CE

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2008)

- Aumento no custo de vida - conforme já foi mencionado, com o aumento no número de turistas e nas compras de imóveis locais por pessoas de fora – que, em geral, detêm um maior poder aquisitivo – a procura sobe além da oferta, causando um aumento no custo de vida da localidade;

- Utilização de drogas e álcool – como existe um grande número de desocupados na Região – conforme dados do IBGE e do Bolsa Família (STDS/CE, 2008) – e, ainda, em função da ausência de opções de lazer para os nativos, conforme pesquisa do SEBRAE/CE (2004), muitos encontram as drogas e o álcool como fonte de distração e ocupação, sendo os bares menos sofisticados, umas das poucas opções de lazer para os locais, conforme Figura 30:



FIGURA 30: Opção de lazer para habitantes de Guaramiranga-CE

FONTE: Autoria própria (2008)

- Invasão, má influências e prostituição – com o aumento no número de turistas, aumenta também o intercâmbio entre turistas e nativos, no entanto, muitas vezes, o turista traz os maus hábitos dos grandes centros, tais como atos de vandalismo e utilização de drogas, já expostos anteriormente. Além disso, verificou-se um aumento na prostituição, sobretudo,

infanto-juvenil, a respeito da qual alguns entrevistados denunciaram, inclusive, o caso de adolescentes que engravidaram de turistas.

- Turismo de Final de semana – constata-se que os equipamentos, em muitas cidades do Maciço, a exemplo de Guaramiranga, não funcionam durante a semana, inclusive, nas palavras de um dos entrevistados: “Guaramiranga não funciona de segunda à quarta”. De fato, conforme Figuras 31 e 32, durante a visita da pesquisadora do presente trabalho ao referido município – realizada durante o horário de almoço, no meio da semana - constatou-se o fato em vários equipamentos visitados, o que levou à necessidade de uma nova visita durante o final de semana e do agendamento com os empresários na própria cidade de Fortaleza, uma vez que a maioria residia e se encontrava nesta cidade durante a semana.



FIGURA 31: Hotel Fechado em Guaramiranga-CE  
FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2008)



FIGURA 32: Restaurante Fechado em Guaramiranga-CE  
FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2008)

- Falta de capacitação do local – embora exista um hotel Escola na Região (Figura 33), segundo alguns entrevistados, muitos empresários não permitem que seus funcionários participem de capacitações para não perderem tempo nem dinheiro, o que explica, em parte, a falta de um maior registro de capacitação de empregados, nos meios de hospedagem entrevistados;



FIGURA 33: Hotel Escola SENAC em Guaramiranga-CE  
 FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2008)

- Turismo de segunda residência – além do fato do Maciço ser alvo do turista de final de semana, o turismo local, também, é formado pelos segundos residentes, o que não é vantajoso para o local, uma vez que não gera um multiplicador para a economia local. Na fala de um dos entrevistados, “o povo de Fortaleza que tem casa aqui vem, traz a comida de lá mesmo, traz os amigos e familiares, faz bagunça e só deixa a sujeira”.

- Dependência de Guaramiranga – muitos dos entrevistados de outros municípios se ressentem, dizendo que muita atenção é dada pelo Governo ao turismo em Guaramiranga e, por isso, os outros municípios vivem esquecidos. Por outro lado, ressalte-se que, muitos dos municípios do entorno, embora não tenham um turismo mais consolidado, se beneficiam quando a capacidade de carga dos equipamentos turísticos é excedida em Guaramiranga e os turistas, conseqüentemente, têm que utilizar os equipamentos das cidades vizinhas, trazendo renda para o local. Realmente, verifica-se tal fato na reportagem, abaixo, sobre um dos festivais realizados em Guaramiranga:

Quem deseja ir ao festival e pretende ficar hospedado em hotel ou pousada deve correr se ainda não tiver feito reserva. Algumas das pousadas da cidade, como a Pousada dos Capuchinhos, o Hotel Remanso e o Logradouro Pousada, já estão lotados para o período do Festival. Mas ainda há vagas em alguns estabelecimentos, como a Estância Vila das Flores e o Chalé das Montanhas. Entretanto, a expectativa dos donos de pousada é a de que elas lotem durante o período. Uma outra opção para os que vão ao festival é se hospedar nas cidades serranas vizinha, como Mulungu e Pacoti. Algumas das pousadas do lugar ainda têm vagas. (JORNAL O POVO, 2007)

- Nova via de acesso à Guaramiranga - comenta-se, informalmente, que, com o PRODETUR/NE III, será construída uma nova via de acesso à Guaramiranga, que não mais passará pelas rodovias CE-060 e CE-065, conforme Figura 34. Embora, para alguns, isso signifique a possibilidade de exploração turística de novos municípios que estão no novo trajeto e, também, uma diminuição – embora pequena - no tempo de viagem de Fortaleza para a Serra, tal fato é alvo de críticas por alguns entrevistados, uma vez que, além de prejudicar o fluxo turístico para os municípios do trajeto atual, a construção da nova estrada tende a



impactar ainda mais o meio-ambiente e a despende recursos que poderiam estar sendo utilizados para melhora e duplicação da atual estrada.



FIGURA 34: Acesso Atual à Serra de Baturité-CE  
 FONTE: FRACALOSSO JÚNIOR (2001)

Por fim, uma vez que não se pretendeu com a presente pesquisa apenas apontar os problemas gerados pelo turismo no Maciço de Baturité, mas, buscou-se, também, com os entrevistados, sugestões de melhoria, de forma a fornecer contribuições no intuito de tornar a atividade turística mais sustentável na Região. Neste sentido, foi gerado o Gráfico 55 que aponta os principais aspectos necessários para fortalecer o turismo local:

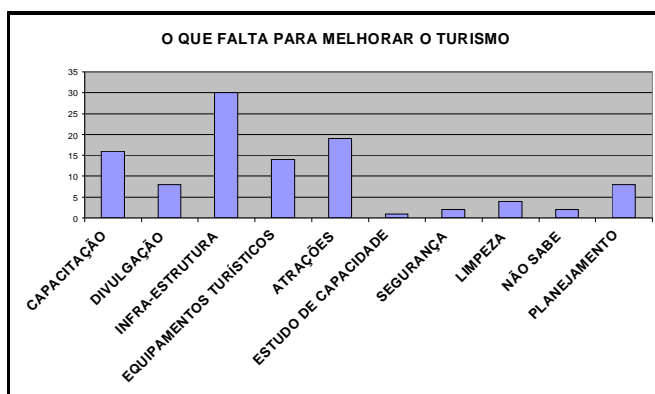


GRÁFICO 55: Propostas de Melhorias para o Turismo  
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2008)

Neste sentido, verificou-se que 89,3% dos entrevistados confirmaram que faltavam elementos para incrementar o turismo no Maciço, dentre esses, as principais sugestões de melhorias citadas foram:

- Infra-estrutura (acesso, sinalização, comunicação, transporte etc). Inclusive, um dos entrevistados comentou sobre o Pico Alto, em Guaramiranga, que, embora seja um belíssimo atrativo turístico – com uma vista panorâmica da Serra – não dispõe de estrutura nem de limite de carga para receber o quantitativo de turistas que, atualmente, o visitam.

- Atrações – são necessárias opções de lazer e entretenimento, não apenas para os turistas – conforme constatado por SEBRAE (2004) – mas, para os próprios locais, uma vez que atrações permanentes são praticamente inexistentes na Região;

- Ações de capacitação – por exemplo, conforme se verificou anteriormente, metade da mão-de-obra empregada nos meios de hospedagem não possui capacitação.

- Equipamentos turísticos – foram citados, especificamente, a necessidade de centros de informações turísticas (atualmente só existe em Guaramiranga e Baturité), centros de artesanato e mais equipamentos turísticos, tais como, meios de hospedagem, restaurantes e agências de viagens. Quanto ao último ponto, ressalte-se que não existe nenhuma agência de viagens nos municípios da amostra, quiçá no Maciço; na verdade, todos os pacotes de turismo direcionados para a Região são formatados por agências de viagens de Fortaleza e, até mesmo, do exterior. Por outro lado, alguns entrevistados comentaram que os próprios proprietários dos hotéis e restaurantes não querem realizar parcerias com agências para não perderem parte de suas comissões, o que sugere também a necessidade de um trabalho de mobilização e sensibilização com o *trade* que trate da importância da integração e realização de parcerias.

- Divulgação – uma maior divulgação dos atrativos do Maciço de Baturité, não apenas no Estado, mas, também, nas feiras de turismo nacionais e internacionais;

- Planejamento – conforme foi constatado, existem poucas políticas de turismo para os municípios do Maciço de Baturité, e as que existem já se encontram defasadas, ou, em sua maior parte, não foram executadas. Além disso, tal planejamento deve ser realizado de uma forma sustentável e integrada, tanto entre os atores locais, quanto entre as diferentes esferas governamentais, tal qual na perspectiva de desenvolvimento sustentável de Silva (2007):

As diretrizes para um desenvolvimento sustentável merecem incorporar diretrizes, planos de gestão e alternativas práticas que envolvam as diferentes escalas, regional, municipal e local. Estratégias de desenvolvimento turístico sustentável têm que incorporar-se aos saberes tradicionais e as ansiedades e necessidades sociais e econômicas das comunidades receptoras das explorações turísticas. (SILVA, 2007, p. 272)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UM NOVO INÍCIO

Diante do trabalho realizado, foi possível constatar que algumas políticas de crédito ao turismo – a exemplo do PROATUR – ainda que não beneficiem diretamente os equipamentos públicos, são utilizadas como políticas públicas de desenvolvimento regional e possuem, em sua programação, o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva do turismo local, almejando o aumento da oferta de empregos e distribuição de renda, através do desenvolvimento sustentável da atividade na Região. Diante desta perspectiva, buscou-se, inicialmente, saber até que ponto o PROATUR estaria atuando como uma política de interiorização da atividade turística para a Região do Maciço de Baturité – CE.

Ocorre que, uma vez considerada uma política pública, tais políticas de crédito devem ser alvo de avaliações constantes, como forma de verificar os impactos gerados, assim como também prestar contas à sociedade. Por outro lado, para se avaliar uma política pública, não basta apenas analisar a quantidade de benefícios e beneficiários, onde a avaliação de um programa de financiamento ao turismo deve ir além da análise pura e simples do crédito concedido, buscando compreender os meandros do fenômeno turístico local, através de diferentes facetas e de uma forma holística.

Nesta perspectiva, quando foi constatada a problemática da pouca quantidade de financiamento do Programa avaliado, no Maciço de Baturité - CE, surgiu o problema de buscar saber os fatores ou a ausência de fatores que geraram a situação.

Quanto à avaliação do Programa, a partir dos dados coletados, constatou-se que, embora do reduzido número de financiamentos na região, o PROATUR é a linha mais utilizada para o financiamento ao turismo na Região e que, mais da metade dos empreendimentos financiados, gerou acima de 5 empregos e proporcionou a melhoria nos indicadores de qualidade de vida para a maioria dos funcionários dos empreendimentos financiados. Por outro lado, verificou-se que a concessão dos financiamentos, através do Programa, não gerou as cadeias produtivas locais do turismo, uma vez que a maioria dos empresários reside fora do Maciço e utiliza os fornecedores da capital.

Ou seja, para além da avaliação do Programa, constatou-se que existe um problema estrutural na própria economia e na atividade turística da Região, que é composto do que chamamos de “cortes e recortes” do turismo. Na perspectiva do Dicionário Houaiss (2002), é referenciado como corte a “exclusão, eliminação, supressão” e de recortes o que definido como “produto”.

Neste sentido, verificou-se que, embora o Maciço de Baturité-CE como um todo seja referendado como uma região turística com vários recortes turísticos – belezas naturais, clima ameno, tranquilidade etc - vários municípios que o compõem estão cortados dessa perspectiva, onde os recortes finais que motivam o turista estão limitados a alguns municípios.

Verificou-se, também, que, tal qual em outras localidades brasileiras, quando muda a gestão governamental, mudam também os recortes do turismo, onde o Maciço de Baturité - CE, que já foi considerado um recorte do turismo estadual – alvo de recursos e planejamento, no passado – no atual governo, foi cortado das políticas públicas que beneficiam o turismo no Ceará. Por outro lado, embora da criação de várias secretarias municipais de turismo, no Maciço, estas não são reconhecidas como parceiras do turismo local, uma vez que não apóiam seus recortes e também são cortadas do planejamento estadual.

As políticas públicas de turismo, no local, são praticamente inexistentes ou obsoletas, onde os recortes políticos do turismo pouco saíram do papel. O próprio associativismo – que, em tese, teria o papel de fortalecer o empoderamento local – é enfraquecido pela informalidade do setor e pela ausência dos empresários que, por não morarem no local, tratam seus empreendimentos como uma segunda atividade, ou um passa-tempo.

Verificou-se, também, que os próprios recortes não se integram para o seu desenvolvimento conjunto, o que corta ainda mais as chances de serem enxergados como um todo pelo poder estadual. Por fim, verificou-se que o crédito ao turismo, embora conhecido, não é devidamente divulgado quanto as suas especificidades, embora seja fato que suas condições, tais como juros e burocracia – ainda que legais - devem ser alvo de melhorias.

Por outro lado, a maioria dos entrevistados julga que a atividade turística é primordial para o Maciço de Baturité, sobretudo, por gerar renda e por ser uma das poucas opções de emprego na Região, já que foram cortadas da economia outras importantes atividades, em detrimento do recorte do turismo, o que pode ser avaliado, sobretudo, pelo fato da maioria da população ser beneficiária do Programa Bolsa Família. Além disso, conforme já mencionado, a cadeia produtiva local do turismo – ligada aos meios de hospedagem - também é cortada, uma vez que os recortes de fornecedores situam-se na capital do Estado.

O recorte do turismo, em determinados municípios do Maciço, terminou por gerar vários cortes para o local e locais: de outras alternativas de emprego; das matas; da própria população local; do lazer; das atividades econômicas tradicionais; das políticas públicas para a comunidade; da limpeza; das terras nativas; do poder aquisitivo; da qualidade de vida; da inocência e da simplicidade; da educação; da paz e tranquilidade; e da independência.

Não obstante, os diferentes segmentos entrevistados também sentem que faltam elementos que sejam priorizados como recortes do turismo, de forma que se possa gerar um desenvolvimento sustentável da atividade, tais como: infra-estrutura, atrações permanentes – sobretudo para os nativos; ações de capacitação para a comunidade; equipamentos turísticos; divulgação dos municípios; e planejamento da atividade turística.

Por fim, constatou-se que a problemática do financiamento à atividade turística, no Maciço de Baturité - CE, vai muito além do crédito por si só, ela já nasce de uma questão econômica local estrutural, onde os cortes e recortes do turismo são apenas uma consequência da conjuntura atual, que utiliza a atividade turística como redentora para a economia da Região.

Contraditoriamente, aquele mesmo turismo redentor, gerador do emprego e renda é, ironicamente, o que segrega e priva a comunidade local do usufruto de suas tradições e de suas terras, uma vez que, em épocas de alta estação, a população local é

cortada do que era antes os seus recortes – já que estes passam a ser os novos recortes do turismo e do turista.

Conclui-se, então, que a eficiência das políticas para o desenvolvimento da atividade turística, no Maciço de Baturité-CE, depende não somente da existência de estratégias norteadoras do turismo e na disponibilização de recursos financeiros para investimentos, mas, sobretudo, da estruturação da economia local, através de cadeias produtivas, para além do turismo. Faz-se necessária uma macro-estratégia política única, que integre os municípios da Região e inclua a comunidade local, ordenando as ações de forma conjunta e orquestrada, com as distintas agências e instâncias de políticas públicas, tanto no plano horizontal dos campos de ação específicos, quanto no plano vertical, das relações entre os níveis de governo.

Não obstante, através da pesquisa realizada, foi possível reunir algumas sugestões e/ou recomendações que, embora não sejam voltadas, diretamente, para o desenvolvimento turístico do Maciço de Baturité – CE, são de grande relevância e perfeitamente adaptáveis para o objeto do presente estudo que, nas bases propostas por Becker (1994), vislumbram a fixação populacional, a auto-sustentação das comunidades e transferir a governamentalidade para o nível local. Deste modo, como propostas para superar os óbices existentes ao desenvolvimento turístico do Maciço e proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população local, foram relacionadas as seguintes:

- Atualização das Políticas Públicas

Considerando que já existe uma política pública direcionada para a Região, o Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité e PAT's em alguns municípios – de forma a evitar o dispêndio de mais recursos para outros planejamentos, sem a devida execução - devem ser atualizados os diagnósticos e planejamentos já existentes e serem viabilizadas suas concretizações.

- Turismo Comunitário

Tendo em vista a falta de apoio e inclusão da comunidade local pelas instâncias governamentais e que os próprios moradores já possuem o hábito de alugar suas casas

para os turistas, caso a comunidade deseje escolher o turismo como opção de atividade econômica, pode ser pensado, conjuntamente, e construído, pelos próprios locais, um projeto associativista de turismo comunitário, a exemplo do que já é realizado no projeto Prainha de Canto Verde, no próprio estado do Ceará.

- Divulgação e venda do Maciço de Baturité

Constatou-se, surpreendentemente, que não existe, formalmente, nenhuma agência de viagens no Maciço e que muitas agências, da capital do Estado e do exterior, exploram esse nicho turístico sem uma parceria com os atores locais. Ainda que os locais não desejem ficar à mercê de agentes de turismo externos, sugere-se que os atores locais se unam para criar um *site* associativista na Internet, assim como também uma Central Virtual de Atendimento aos turistas, de forma a divulgar e comercializar seus atrativos, de forma conjunta, porém, independente dos ditames da capital do Estado.

- Formalização da atividade

Deve ser promovido um trabalho mais efetivo, por parte da STDS, no sentido de fiscalizar a formalização do trabalho no Maciço, de forma a salvaguardar os direitos dos funcionários, que devem ter regulamentados, por lei, os direitos ao salário mínimo e ao expediente máximo de horas trabalhadas, dentre outros benefícios legais.

- Desenvolvimento de novas cadeias produtivas

A região não pode depender apenas do desenvolvimento do turismo como única opção de renda e emprego, as políticas públicas para o Maciço devem prever e incentivar novas vocações econômicas para a região, sobretudo, através do fortalecimento do setor secundário – que se encontra em decréscimo na Região – e do avanço tecnológico no setor primário, de forma a manter-se competitivo frente a outras regiões do Estado e do Brasil.

- Revitalização dos Conselhos, Fóruns e Associações Locais

Constatou-se que grande parte dos mecanismos de participação existentes não está mais funcionando ou, os que estão, em sua maioria, são voltados para empreendimentos formalizados. Considerando que o turismo da Região não mais se encontra na priorização do Governo Estadual, é necessário que se criem instâncias de participação a partir da própria comunidade local, e que essas instâncias procurem alternativas conjuntas de atividades econômicas, a partir da potencialidade local.

- O papel da SEMACE

Para além do importante papel da SEMACE de fiscalização da APA – de forma a evitar seu desmatamento irracional - é necessário que a mesma, além dos cursos de educação ambiental, forneça subsídios para que a população local possa desenvolver atividades econômicas alternativas, com base em procedimentos sustentáveis.

- Desenvolvimento de novas tipologias do turismo

Percebe-se que muitos esforços têm sido empreendidos no sentido de criar novas tipologias turísticas para o Maciço de Baturité que não fazem parte da vocação natural da Região, tal como o Festival de *Jazz & Blues* – proveniente da cultura americana – e Festival de vinhos e chocolates, iguarias as quais a Região nem sequer apresenta produção relevante.

Neste sentido, propõe-se que o desenvolvimento do turismo seja com base nas raízes históricas e culturais da Região, tal como na histórica exploração do café e do açúcar – podendo ser criados festivais temáticos e um turismo pedagógico-rural para se conhecer o processo de produção das iguarias, que, inclusive, ainda são produzidas de forma orgânica no Maciço.

Portanto, embora existam limitações para a implementação de algumas propostas elencadas, espera-se que, de alguma forma, elas contribuam para as próximas ações a serem promovidas em prol do desenvolvimento do Maciço de Baturité-CE, para além da atividade turística. Por fim, deseja-se uma nova dinâmica no desenvolvimento da Região, de forma que se abarque todas as questões de integração entre instâncias governamentais, inclusão da comunidade local e diversificação econômica abrangidas



pelo presente estudo; e que permita a implementação de ações preparatórias de um produto turístico regional único, sem cortes nem recortes, que venha a promover um desenvolvimento sustentável da Região como um todo.

**APÊNDICE**

ASSOCIAÇÃO ENTREVISTADA N° \_\_\_\_\_  
 SEGMENTO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

1) Qual o objetivo e o tempo de funcionamento da associação?

\_\_\_\_\_

2) Qual a periodicidade de reunião dos associados?

\_\_\_\_\_

3) De onde provêm os recursos da associação?

\_\_\_\_\_

4) Quantos associados existem? Quais os critérios para associar-se?

\_\_\_\_\_

5) Como está dividida a composição dos associados por segmento e por origem? A presença é satisfatória?

\_\_\_\_\_

6) Existe alguma instituição financeira que participe/apóie associação?

( ) SIM ( ) NÃO

Quais? Como se dá o apoio?

\_\_\_\_\_

7) Você acredita que essa cidade tenha potencial turístico? Em caso positivo, quais os atrativos?

\_\_\_\_\_

8) Que ações dessa associação têm contribuído para melhorar o turismo local?

\_\_\_\_\_

9) Você conhece alguma linha de financiamento para o turismo?

( ) SIM ( ) NÃO

Qual? \_\_\_\_\_

10) Na sua opinião as linhas de crédito disponíveis para o financiamento de empresas turísticas são adequadas? ( ) SIM ( ) NÃO

Por quê?

---

---

---

11) Na sua opinião, você acredita que faltem outros elementos para fortalecer a cadeia de turismo local? ( ) SIM ( ) NÃO

Em caso positivo, quais? ( ) outros empreendimentos ( ) políticas públicas ( ) infra-estrutura ( ) atrativos ( ) divulgação ( ) capacitação ( ) Outros ( ):

12) Existe alguma capacitação dos associados? Como é realizada?

---

---

---

13) Como é realizada a divulgação da associação e de suas reuniões?

---

---

---

14) Existem ações de desenvolvimento turístico e/ou um órgão que apóie o turismo local? Em caso positivo, esse apoio é satisfatório? Por quê?

---

---

---

15) Você acredita que as políticas estaduais e federais de turismo beneficiam o turismo local? Por quê?

---

---

---

16) Os habitantes locais têm se envolvido com o desenvolvimento turístico da cidade? Como?

---

---

---

17) Na sua opinião, o turismo é importante para o local? Por quê?

---

---

---

EMPREENDIMENTO ENTREVISTADO Nº \_\_\_\_\_  
 SEGMENTO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

1) Qual o tempo de funcionamento do empreendimento? E o que era antes (sempre foi um meio de hospedagem)?

\_\_\_\_\_

2) Qual é origem dos funcionários e do(s) proprietário(s) do empreendimento?

\_\_\_\_\_

1) Há quanto tempo trabalha neste empreendimento?

\_\_\_\_\_

2) Possui outro trabalho paralelo? ( ) sim ( ) não  
 Em que segmento? \_\_\_\_\_

3) Possui dependentes? ( ) sim ( ) não  
 Quantos: \_\_\_\_\_

4) Fez alguma capacitação para trabalhar nesse empreendimento? ( ) sim ( ) não  
 Qual? \_\_\_\_\_

8 ) Assinalar a evolução dos seguintes pontos – antes e depois de trabalhar neste empreendimento:

- 8a) Renda: ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterada  
 8b) Escolaridade: ( ) melhorou ( ) permanece inalterado  
 8d) Aquisição de bens ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado  
 8e) Saúde: ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado  
 8f) Condições de Moradia: ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado  
 8g) Qualidade de vida em geral: ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado

3) Qual a taxa de ocupação anual (%) do empreendimento?

\_\_\_\_\_

4) Os lucros e os custos de funcionamento do empreendimento estão dentro do esperado?

( ) SIM ( ) NÃO  
 Em caso negativo, por  
 quê? \_\_\_\_\_

5) Quantos funcionários permanentes e temporários trabalham no empreendimento?

PERMANENTES: \_\_\_\_\_ TEMPORÁRIOS: \_\_\_\_\_  
 Possuem carteira assinada? ( ) SIM ( ) NÃO

6) Foi utilizado financiamento para implantação/ampliação do empreendimento?  
 ( ) SIM ( ) NÃO

Em caso positivo, qual foi a finalidade (implantação, ampliação, aquisição de equipamentos, capital de giro etc)?

---

7) Em caso positivo, está satisfeito com a decisão de financiar o empreendimento?

SIM  NÃO

8) Caso não tenha financiado, conhece alguma linha de financiamento para o turismo?

SIM  NÃO

Qual?

---

9) Na sua opinião as linhas de crédito disponíveis para o financiamento de empresas turísticas são adequadas?  SIM  NÃO

Por

quê?

---

10) Quem são os principais fornecedores das compras do empreendimento? E a origem?

---



---

11) Na sua opinião, você acredita que faltem outros elementos para fortalecer a cadeia de turismo local?  SIM  NÃO

Em caso positivo, quais?  outros empreendimentos  políticas públicas

infra-estrutura  atrativos  divulgação  capacitação  sinalização

(  )

Outros

(citar):

---

12) Como é realizada a divulgação do empreendimento?

---



---

13) Quem são os principais usuários desse empreendimento? (Fortaleza/Interior/outros Estados/estrangeiros) Qual a motivação deles para vir ao município?

---



---

14) Existe um órgão que apóie o turismo local? Em caso positivo, esse apoio é satisfatório? Por quê?

---



---

15) Existe alguma associação/conselho de turismo local? A empresa faz parte de algum? Qual? Na sua opinião qual a importância desses mecanismos?

---



---

16) Na sua opinião, o turismo é importante para o local? Por quê? Quais os benefícios e os malefícios?

---



---

FUNCIONÁRIO ENTREVISTADO N° \_\_\_\_  
 SEGMENTO DA  
 EMPRESA: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

1) Qual a sua origem?

\_\_\_\_\_

2) Há quanto tempo trabalha neste empreendimento?

\_\_\_\_\_

3) Seu trabalho neste empreendimento é: ( ) fixo ( ) temporário?

4) Possui outro trabalho paralelo? ( ) sim ( ) não

Em que segmento? \_\_\_\_\_

5) Possui dependentes? ( ) sim ( ) não

Quantos:

\_\_\_\_\_

6) Fez algum curso pago pela empresa? ( ) sim ( ) não

Qual? \_\_\_\_\_

8) Assinalar a evolução dos seguintes pontos – antes e depois de trabalhar neste empreendimento:

8a) Renda: ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterada

8b) Escolaridade: ( ) melhorou ( ) permanece inalterado

8c) Aquisição de bens de primeira necessidade ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado

8d) Aquisição de bens de segunda necessidade ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado

8e) Saúde: ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado

8f) Condições de Moradia: ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado

8g) Qualidade de vida em geral: ( ) melhorou ( ) piorou ( ) inalterado

9) Na sua opinião, qual a importância do turismo para o local?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10) Você faz parte de alguma associação/Conselho local? Qual?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO ENTREVISTADA N° \_\_\_\_\_  
SEGMENTO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

1) Você acredita que o Maciço tenha potencial turístico? Em caso positivo, quais os atrativos?

---

---

---

2) O que falta para melhorar o turismo local?

---

---

---

3) Que ações para o turismo o poder local tem empreendido?

---

---

---

4) Existem associações de turismo local? Esta instituição participa de alguma?

---

---

---

5) Qual é o segmento mais beneficiado com os financiamentos desta instituição (indústria, comércio, serviços, habitação, rural, turismo etc)? Na sua opinião, a quantidade de financiamento que tem sido concedida à atividade turística está satisfatória? Por quê?

---

---

---

6) Você considera as linhas de crédito deste banco para o turismo adequadas? Por quê?

---

---

---

7) O que poderia ser feito para melhorar o crédito ao turismo?

---

---

---

8) Qual a principal origem do investidor de turismo na região?

---

---

---

9) Qual a principal finalidade do crédito à atividade turística (implantação, ampliação, giro etc)?

---

---

---



10) Quais os benefícios do desenvolvimento da atividade turística para o local? E os malefícios?

---

---

---

11) Esta instituição promove parcerias com o poder local para o desenvolvimento do turismo? Quais?

---

---

---

INSTITUIÇÃO ENTREVISTADA Nº \_\_\_\_\_  
SEGMENTO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

1) Qual o objetivo e tempo de funcionamento dessa instituição?

---

---

2) Você acredita que essa cidade tenha potencial turístico? Em caso positivo, quais os atrativos?

---

---

---

3) Existem ações de planejamento/políticas locais voltadas para o turismo (ex. um Plano Local de Turismo)? Em caso positivo, quais?

---

---

---

4) Existem estudos de oferta e demanda turística? Em caso positivo, quais?

---

---

---

5) Quem são os principais visitantes da localidade? (Ceará/outros Estados/estrangeiros)

---

---

---

6) Existem associações de turismo locais? E de empresários? Quais?

---

---

---

7) Este órgão participa de algum fórum/conselho regional/estadual/federal de turismo? Em caso positivo, como e quais?

---

---

---

8) De onde provêm os recursos para as ações? Existem parcerias?

---

---

---

9) Você conhece alguma linha de financiamento para o turismo?

( ) SIM ( ) NÃO

Qual? \_\_\_\_\_

10) Na sua opinião as linhas de crédito disponíveis para o financiamento de empresas turísticas são adequadas? ( ) SIM ( ) NÃO

Por quê?

---

---

---

11) Na sua opinião, você acredita que faltem outros elementos para fortalecer a cadeia de turismo local? ( ) SIM ( ) NÃO

Em caso positivo, quais? ( ) outros empreendimentos ( ) políticas públicas ( ) infra-estrutura ( ) atrativos ( ) divulgação ( ) capacitação ( ) Outros ( ):

12) Existe alguma capacitação fornecida para as empresas turísticas? Em caso positivo, como é realizada?

---

---

---

13) Como é realizada a divulgação dessa cidade?

---

---

---

14) Você acredita que as políticas estaduais e federais de turismo têm contemplado e beneficiado o turismo local? Por quê?

---

---

---

15) Na sua opinião, o turismo é importante para o local? Por quê?

---

---

---

16) Como os habitantes locais são envolvidos no turismo da cidade?

---

---

---

- **Perspectivas dos Órgãos Governamentais em Fortaleza**

Foram entrevistados dois órgãos governamentais de Fortaleza que atuam no Maciço de Baturité, sendo um ligado à temática do turismo e o outro ligado à temática do meio ambiente, onde ambos funcionam há mais de 10 anos.

Na opinião de todos os entrevistados os principais atrativos do Maciço de Baturité são: as belezas naturais e as trilhas; para metade dos entrevistados os atrativos estão no clima ameno, na existência de equipamentos turísticos, no parque ecológico de Guaramiranga e no desenvolvimento do turismo de aventuras no local. Como políticas de turismo dos órgãos supracitados, destaque-se que o órgão de turismo apoiou na realização dos PAT's, do PDDU, do Fórum de Turismo e Cultural do Maciço, no PDR, no GEOR e na ADR; o órgão ligado ao meio ambiente apóia o turismo através da implantação de uma APA e na análise de um Plano de Manejo para a APA que está em andamento. Além disso, observa-se que o primeiro não sabe acerca da realização de estudos e o último está elaborando um zoneamento para a APA.

Na opinião dos entrevistados, os principais visitantes do município são de Fortaleza. Quanto às associações e conselhos de turismo existentes, o órgão de turismo e cultura citou a ATSB e o de meio ambiente desconhecia sua existência. O órgão de meio ambiente participa dos fóruns realizados durante audiências públicas e o órgão de turismo afirmou participar de, praticamente, todos os fóruns e conselhos existentes no Maciço.

O órgão ligado ao meio ambiente depende dos repasses do governo e o órgão de turismo é dependente de repasses do Mtur e da Fipe. Os entrevistados se dividem quanto ao conhecimento das linhas de financiamento específicas para o turismo, no entanto, não souberam dizer se eram adequadas. Os entrevistados concordam quanto à ausência de outros elementos que consolidem o turismo local, onde 50% citou a necessidade de controle do fluxo turístico, gestão municipal, envolvimento da comunidade local no turismo e integração entre os municípios.

Como ações de capacitação apenas o órgão de meio ambiente citou a realização de cursos sobre educação ambiental para a população local, enquanto o órgão de

turismo afirmou que já foram realizados cursos de capacitação, mas não nos últimos anos. O órgão de turismo utiliza principalmente os eventos para divulgação de suas ações, e 50% utiliza também jornais, eventos e *folders*. Na opinião do entrevistado do órgão de turismo, as políticas de turismo do Estado não beneficiam mais o local na atualidade, uma vez que mudaram as prioridades e o Governo Estadual espera que os municípios agora toquem o turismo com as próprias pernas; para o órgão de meio ambiente as políticas governamentais ajudaram a diminuir o desmatamento do local.

Na opinião dos entrevistados o turismo é importante para o município, no entanto citaram como problemas a especulação imobiliária, o desmatamento; e metade dos entrevistados também citou a questão do acúmulo de lixo trazido pelos turistas. Quanto ao envolvimento dos locais no turismo, metade dos entrevistados afirmou faltar capacitação para a comunidade e que, em alguns municípios os locais participam na organização e concessão de estadias para os turistas que vão para os eventos do Maciço, no entanto, uma parte da comunidade local não aceita o turismo.

Ressalte-se que, a partir de 2000, conforme informações do órgão de meio ambiente, houve um aumento do desmatamento das áreas de proteção pelos nativos e houve um aumento nas demandas de implantação e ampliação de empreendimentos e, atualmente, não tem sido autorizada a construção de mais nenhum condomínio e fiscalizadas as atividades de agricultura.

- Perspectivas das Associações e ONG's em Fortaleza

Foi entrevistada em Fortaleza uma Associação ligada ao desenvolvimento do Maciço de Baturité, que funciona há mais de dez anos. Segundo o entrevistado, as reuniões ocorrem esporadicamente, a depender da demanda, a Associação depende de percentual do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Existem 15 associados, formados pelos municípios do Maciço e da Serra de Aratanha e a presença nas reuniões é em torno de 60%. Existe a participação de instituições financeiras na Associação, onde o foi citado o BNB, onde foram realizadas parcerias para capacitação de jovens. Na opinião do entrevistado, o Maciço de Baturité apresenta potencial turístico, sobretudo através de seus eventos, clima e cultura.

Quanto a ações de capacitação dos associados, o entrevistado citou o apoio na elaboração de projetos. Dentre as ações da organização para o turismo, o entrevistado destacou a elaboração do PDR que, no entanto, nunca foi implementado. A divulgação da Associação é realizada através de site institucional.

O entrevistado conhece as linhas de crédito para o turismo e julga estarem regular, uma vez que existe muita burocracia. Por outro lado, o entrevistado criticou a informalidade e a falta de visão empreendedora dos empresários, uma vez que em sua maioria são de Fortaleza e não dependem do empreendimento como atividade principal. Na sua opinião, faltam elementos para melhorar o turismo local, tais como atrações permanentes, ação regionalizada, realização de eventos bimestrais, infra-estrutura adequada e mais cargos administrativos para o turismo – uma vez que o quadro funcional é muito pequeno e não é fixo.

Como órgão local de apoio ao turismo, o entrevistado citou as secretarias de turismo do local e a ATSB. Quanto às políticas de turismo governamentais, o entrevistado afirmou que estas beneficiam o local antigamente, não mais, e que os empresários continuam esperando o governo. Quanto ao envolvimento dos habitantes locais no turismo, o entrevistado afirmou que só acontece formalmente, através da prestação de serviços, no entanto, falta capacitação, uma vez que os proprietários não liberam seus funcionários para a capacitação.

Embora o entrevistado considere o turismo importante para o local, diz que o Pólo de turismo no Maciço ainda é muito pequeno, uma vez que ainda é realizado o turismo de segunda residência pelos habitantes de Fortaleza, onde os turistas ficam na casa de conhecidos, levam mantimentos de sua origem e deixam lixo. Como problemas gerados pelo turismo foram citadas a especulação imobiliária e a invasão dos municípios do Maciço por pessoas de fora. Sobre a ausência de agências de viagens na região, o entrevistado explicou dever-se ao fato que os empresários não querem intermediários para não dividir os lucros nem aumentar os custos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de(org.). *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005;

ANDRADE, Manoel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. 5ª.ed. São Paulo: Atlas. 1987.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Celso Furtado, o nordeste e a construção do Brasil. In: Alencar Júnior (org.). *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005;

\_\_\_\_\_. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: DINIZ, Clélio Campolina Diniz (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007;

AZZONI, Carlos R. O desafio de planejar com instrumentos limitados: aparato institucional débil, recursos financeiros escassos, recursos humanos instáveis. In: DINIZ, Clélio Campolina Diniz (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007;

BASTOS, Frederico de Holanda. *Guaramiranga: propostas de zoneamento e manejo ambiental*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Sub-área de Concentração: Ecologia e Organização do Espaço; Linha de Pesquisa Análise Ambiental de Áreas Semi-áridas. Fortaleza-CE: 2005;

BATURITÉ, Prefeitura Municipal de. *Site da prefeitura Municipal de Baturité*. Disponível em < <http://www.baturite.ce.gov.br/>>. Acesso em: 25 de abril de 2008.

BECKER, Bertha K. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSZTYN, Marcel (og.) et. Al. *Para pensar o desenvolvimento Sustentável*. Editora Brasiliense. São Paulo:SP. 1994. 2ª ed.

BENEVIDES, Ireleno P. *Turismo e Prodetur, dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: EDUFC, 1998;

BENTO, Leonardo Valles. *Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização*. Barueri, SP: Manole, 2003.

BEZERRA, Márcia Maria de Oliveira. *Turismo e financiamento: o caso brasileiro à luz das experiências internacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2005;

BNB, BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *PRODETUR/NE: A gestão pública a serviço do desenvolvimento sustentável do turismo*. Dezembro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Planilha de contratações com recursos do FNE*. Documento interno. Fortaleza-CE, 2006;

\_\_\_\_\_. *Documento Referencial do Turismo*. Documento interno. Fortaleza-CE: 2007;

\_\_\_\_\_. *Site do Banco do Nordeste do Brasil*. Disponível em <<http://www.banconordeste.gov.br>. Acesso em: 25 de abril de 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Ministério do Turismo lança Prodetur Nacional*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/comissoes/ctd/antigas/ministerio-do-turismo-lanca-prodetur-nacional>. Acesso 23 de setembro de 2008;

CAMPOS, José Arimateia. *Aspectos histórico-econômicos, geoambientais e ecológicos do Maciço de Baturité*. Fortaleza: CEPEMA, 2000.

CANO, Wilson. Questão regional e urbana no Brasil: alguns impasses atuais. In: DINIZ, Clélio Campolina Diniz (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007;

CDR – MACIÇO DE BATURITÉ. *Conselho de desenvolvimento regional do Maciço de Baturité*. Disponível em: <http://www.macicodebaturite.org.br//aregiao.jsp>. Acesso em 10 de julho de 2008;

COLPO, Caroline Delevati. A responsabilidade social empresarial no desenvolvimento regional. In: CARVALHO, José Raimundo. HERMANNNS, Klaus. (orgs.) *Políticas e desenvolvimento regional no Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005. 320 p.;

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume. 2006;

COSTA FILHO, José Sales. *Maciço de Baturité: Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)I*. Fortaleza-CE: Expressao Grafica e Editora. 2004;

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.

CTI/NE, Comissão Integrada de Turismo do Nordeste. *Relatório Final PRODETUR/NE I*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/prodetur>. Acesso em 16 de junho de 2008;

ENDRES, Ana Valéria. Redes políticas como instrumento de condução política do estado: contextualização frente à complexidade social e possibilidade para o planejamento turístico. In: *Turismo – Visão e Ação*, v.5, n.2, mai/ago., 2003.

FERES, Flávia Lúcia Chein. LEMOS, Mauro Borges. Desenvolvimento desigual, falhas de coordenação e *Big Push*. In: CARVALHO, José Raimundo. HERMANNNS, Klaus. (orgs.) *Políticas e desenvolvimento regional no Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005. 320 p.



FERREIRA, Assuéro. Celso Furtado e o Nordeste: da invenção criadora no GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. In: Alencar Júnior (org.). *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005;

FERREIRA, Henrique Villa da Costa; MOREIRA, Marcelo. Programas de mesorregiões diferenciadas: subsídios à discussão sobre a institucionalização dos programas regionais no contexto da PNDR. In: DINIZ, Clélio Campolina Diniz (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007;

FGV, SEBRAE, MTUR. *Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: Relatório Brasil*. 2007.

FONTENELE JÚNIOR, Armando Matos. *Percepção socioambiental: a visão de turistas e Residentes de Guarimiranga-CE*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na subárea de concentração de Economia de Recursos Naturais e Política Ambiental, integrante do PRODEMA / PROGRAMA REGIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, outorgado pela Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE: 2004;

FRACALOSSO JÚNIOR, Mário. *O aquífero fissural como fonte hídrica para o abastecimento público - Serra de Baturité - Ceará - Brasil*. Dissertação submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do Grau de Mestre, na Área de Concentração de Hidrogeologia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE: 2001;

FREIRE, L.M. SOUZA, S.J.M. Paisagens de exceção: problemas ambientais configurados pelo uso e ocupação da terra no município de Mulungu - CE. In: *Cadernos de Cultura e Ciência*. Volume 2. Nº 1. Universidade Regional do Cariri (URCA). Maio/2007;

FROTA, Sâmia. A ação do Banco do Nordeste no contexto do desenvolvimento regional. In: DINIZ, Clélio Campolina Diniz (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007;

GALVÃO, Antonio Carlos Filgueira. A política brasileira de desenvolvimento regional e o ordenamento territorial. In: DINIZ, Clélio Campolina Diniz (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: 2007;

GUARAMIRANGA, Prefeitura Municipal de. *Site da prefeitura Municipal de Guarimiranga*. Disponível em < <http://www.guaramiranga.ce.gov.br/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2008;

GUIA, do Maciço de Baturité: CEARÁ. Fortaleza: Quadricolor Editora, 2003, 216p.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desigualdades Regionais*. Salvador: SEI, 2004.

HADDAD, Paulo R. Ciclos de expansão e desequilíbrios regionais de desenvolvimento no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina Diniz (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007;

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. *Avaliação de programas (conceitos básicos sobre avaliação "ex post")*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006;

HOUAISS, ANTÔNIO. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0.5a. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, novembro 2002;

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Planejamento biorregional do Maciço de Baturité (Ce)*. Universidade Federal do Ceará – Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002;

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas Regionais do Brasil*. 2001;

\_\_\_\_\_. *Web Site do IBGE*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 25 de setembro de 2008;

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Web Site do Ipece*. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em 25 de setembro de 2008;

IPECE/IBGE. *PIB do Estado do Ceará*. 2006.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. *Maciço de Baturité - acordo prevê fim da especulação*. Fortaleza-CE: 10/09/2008

JORNAL O POVO. *Teatro no Maciço*. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/turismo/725963.html>. 06 de setembro de 2007;

LIMA, Maria Liris. *Impactos socioambientais do turismo em Guaramiranga-CE*. Monografia apresentada ao curso de Especialização Acadêmica em Turismo e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2006;

MACIÇO DE BATURITÉ. *Maciço de Baturité: Ceará*. Fortaleza: Quadricolor Editora, 2003.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de; BEZERRA, Márcia Maria de O. *O turismo no Brasil: panorama geral, avaliação da competitividade e propostas de políticas públicas*. Projeto de Pesquisa CGEE/NEIT-IE-UNICAMP. Campinas – SP, setembro de 2005.

MDS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 23 de setembro de 2008;

MI, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br>>. Acesso em: 10 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. *Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido - versão para discussão*. Brasília, novembro de 2005;

MTUR, MINISTÉRIO DO TURISMO. *Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil*. Disponível em: <<http://www.mtur.gov.br/REGIONALIZACAO>>. Acesso em: 08 de maio de 2007.

\_\_\_\_\_. *Site do Ministério do Turismo*. Disponível em: <<http://www.mtur.gov.br>>. Acesso em: 03 de abril de 2008;

MORAES, Filomeno. Partidos, eleições e política no Ceará (1986-2002). In: SOUZA, Celina. DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados*. Rio de Janeiro: Revan, 2006;

OLIVEIRA, Christian D. M. de. Turismo de Saúde e Místico. In: *Revista de Turismo*. Disponível em <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/saude-mistico.html>>. Acesso em: 6 de setembro de 2008; Fev. de 2004. .

\_\_\_\_\_. A geografia do Brasil na formação profissional de turismo. In: SOUZA, Maria José de. (org.) *Políticas Públicas e o lugar do turismo*. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002;

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 1981.

\_\_\_\_\_. In: DINIZ, Clélio Campolina Diniz (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007;

PACOTI, Prefeitura Municipal de. *Site da prefeitura Municipal de Pacoti*. Disponível em <<http://www.pacoti.ce.gov.br/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2008;

PORTO, Luana Cavalcanti. *PRODETUR-NE: a emergência dos conselhos de turismo como mecanismos de participação e sustentabilidade*. Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade e ao CETREDE – UFC, para obtenção do grau de Especialista em Avaliação Ambiental. Fortaleza, CE. 2004;

\_\_\_\_\_. *Políticas de turismo e território: paradoxos entre o Prodetur/NE e o Programa de Regionalização do Turismo para o desenvolvimento turístico da região Nordeste*. Artigo apresentado e publicado nos Anais do 1º EIGTUR – Encontro Internacional sobre Gestão em Turismo: Ouro Preto – MG 25 a 29 de março de 2008b;

PRÓXIMO DESTINO PORTAL DE TURISMO. Disponível em:  
[http://www.proximodestino.tur.br/index.php?option=com\\_destino&task=view&id=113](http://www.proximodestino.tur.br/index.php?option=com_destino&task=view&id=113).  
Acesso em 08 de outubro de 2008;

RAIS, Relação Anual de Informação Social. *Dados de empresas cadastradas e vínculos empregatícios*. 2006;

SCHNEIDER, Sergio & TARTARUGA, Ivã G.P. Território e a abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: *Revista de Ciências Sociais*, Campina Grande: UFCG, vol. 23, No 01 e 02, jan./dez., 2004;

SEABRA, Giovanni. *Turismo Sertanejo*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SEBRAE/CE. *Pólo de Baturité: perfil da demanda turística*. Fortaleza-CE: abr/2004;

SEMACE, Superintendência Estadual do Meio Ambiente. *Zoneamento ambiental da APA da Serra de Baturité: diagnóstico e diretrizes*. Fortaleza: SEMACE, 1992. 136p;

SEPLAG/CE, Secretaria do Planejamento e Gestão. *Plano Plurianual 2008-2011*. Disponível em:  
<[http://www.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/upload/PPA\\_2008\\_2011/PERFIL%20REGIONAL/Perfil%20Regional%20Baturite.doc](http://www.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/upload/PPA_2008_2011/PERFIL%20REGIONAL/Perfil%20Regional%20Baturite.doc)>. Acesso em 13 de setembro de 2008.

SETUR/CE. *O Turismo: uma política estratégica para o desenvolvimento sustentável do Ceará – 1995-2020*. Fortaleza – CE, 1995.

\_\_\_\_\_. *Política estratégica do turismo 2003-2006*. Fortaleza: Março, 2003;

\_\_\_\_\_. *Estudos Turísticos da SETUR: Evolução do turismo no Ceará*. N° 17- 2ª Edição. Fortaleza: SETUR (CE), 2006;

\_\_\_\_\_. *Agregados Turísticos do Interior – 2007*. Fortaleza – CE: Janeiro de 2007;

\_\_\_\_\_. *Indicadores Turísticos do Ceará: 1995/2006*. Fortaleza-CE. Maio de 2007;

\_\_\_\_\_. *Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará - 2004 a 2007*. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br> . Acesso em 13 de setembro de 2008;

\_\_\_\_\_. *Site da Secretaria Estadual de Turismo do Ceará*. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br> . Acesso em 13 de setembro de 2008;

SICSÚ, Abraham B et al. (org.). *O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994;

SILVA, Edson Vicente da. Ecoturismo, turismo rural e patrimônio cultural. In:

SEABRA, Giovanni (org). *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007;

SILVA, José Borzacchiello da. *As cidades do Maciço de Baturité: natureza, paisagem, turismo, imagem*. Fortaleza, 2005;

SILVA, Luis Inácio Lula da Silva. *Discurso na abertura da Cerimônia de Recriação da SUDENE*. Centro de Treinamento do Banco do Nordeste do Brasil S/A, 28.07.2003.

STDS/CE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Entrevista realizada com a Sra. Silvana Crispim, responsável pelo cadastro único e pelo Bolsa Família na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará*. Fortaleza-CE: 22 de setembro de 2008;

VALE, Victor Hugo Amâncio. *Proposta de desenvolvimento ecoturístico em Guaramiranga-CE*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Fortaleza-CE: 2006;

VIDAL, Francisco Baqueiro. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desigualdades Regionais*. Salvador: SEI, 2004;

VIDAL, Antônio Ricardo de Norões. *Consulta realizada ao consultor e estatístico, Ricardo Vidal, do Escritório de Estudos Técnicos e Econômicos do Nordeste (ETENE)*. Fortaleza, CE:2008.